

FIDÉLIS DALCIN BARBOSA

História do Rio Grande do Sul

Edições EST

4ª EDIÇÃO

Fidélis Dalcin Barbosa participa do patrimônio literário do Rio Grande do Sul através de obras que marcam sua presença na formação de nossa identidade cultural. Sempre dedicado às ciências humanas, cultivou profunda sensibilidade face a todas as manifestações da vida, história e costumes do povo gaúcho. Tive o privilégio de realizar uma viagem com Dalcin Barbosa na região dos Campos de Cima da Serra. Foi empolgante ouvi-lo, a cada curva da estrada, falar de situações humanas, fatos, acontecimentos que jamais teria imaginado que estivessem tão agudamente presentes em sua vida. Por isso, sua História do Rio Grande do Sul se reveste desta multifacetária percepção da vida do Rio Grande do Sul. Nisto é uma obra singular. E talvez aqui esteja o grande mérito educativo do Autor – falar da vida concreta do povo, desencadeando um processo dinâmico na aprendizagem, partindo do cotidiano da vida para chegar ao histórico que o fundamenta como força fulcral.

Fidélis Dalcin Barbosa nasceu em Montenegro em 14.12.1915. Fez estudos secundários e superiores na Ordem dos Capuchinhos. Foi professor em Pelotas, na Faculdade de Ciências Econômicas, prosseguindo no magistério gaúcho em Caxias do Sul, Canela e especialmente em Lagoa Vermelha onde continua até o presente, como Professor de Língua e Literatura Portuguesa de turmas sucessivas. Estagiou por cinco anos em Portugal, visitando diversos países europeus para estudos e pesquisas. Paralelamente ao magistério, sempre exerceu a profissão de jornalista, como correspondente de vários órgãos da imprensa escrita.

Fidélis Dalcin Barbosa

História do Rio Grande do Sul



Projeto
Passo Fundo
Apoio à cultura

2013

Fidélis Dalcin Barbosa

História do Rio Grande do Sul

Passo Fundo
Projeto Passo Fundo
2013

Projeto Passo Fundo

Página na internet: www.projetopassofundo.com.br

e-mail para contato: projetoassofundo@gmail.com

Disponível no formato eletrônico /E-book.

Do livro: Literatura, História, 2ª Ed. -NI: NI, 1983..

Literatura, História, 4ª Ed. -Porto Alegre: Edições EST, 1995. 204p.; 16x 23cm.

Todos os direitos reservados ao Autor.

O conteúdo deste sitio NÃO pode ser reproduzido, copiado, gravado, transcrito ou transmitido por meios mecânicos, fotográficos ou eletrônicos, sem a citação de autoria, nos termos da licença

[Creative Commons Atribuição-CompartilhaQual 3,0 Nao Adaptada.](#)

Para ver uma cópia desta licença, visite:

creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/deed.pt_BR ou envie uma carta para Creative Commons, 444 Castro Street, Suite 900, Mountain View, Califórnia, 94041, USA.

Revisado em: 22/10/2013

B238h Barbosa, Fidélis Dalcin, 1915-
História do Rio Grande do Sul [recurso eletrônico] /
Fidélis Dalcin Barbosa. – Passo Fundo : Projeto Passo
Fundo, 2013.
E-book (formato PDF).
ISBN 978-85-8326-043-1

Modo de acesso: World Wide Web:
<<http://www.projetopassofundo.com.br>>.

1. Rio Grande do Sul – História. 2. Gaúchos – Vida
e costumes sociais. I. Título.

CDU: 981.65

Bibliotecária responsável Schirlei T. da Silva Vaz - CRB 10/1364

PREFÁCIO

Todo aquele que se ativer ao presente, ao atual, não compreenderá o atual. (Michelet).

Há uma preocupação muito grande com o presente e um desprezo pelo passado, como se tudo que representa outra época fosse arcaico, superado e sem validade. Esta preocupação transforma-se em angústia quando não se consegue interpretar a realidade em que vivemos. Poucas pessoas se dão conta que estamos vivendo num contexto histórico que se desenvolve num dimensão espacial e noutra temporal. Os acontecimentos distantes no tempo e no espaço terminam por nos atingir porque estamos inseridos numa civilização que sofre contínua evolução material e mudanças estruturais, sem que tenhamos tempo de assimilá-las. O sentido do fenômeno histórico só pode ser apreendido em suas dimensões através da pesquisa metodológica, que gera o conhecimento histórico sobre os fatos passados e presentes. Jamais conseguiremos reconstituir a realidade histórica porque os fatos não chegam puros até nós, as fontes documentais e bibliográficas são incompletas, falhas e não abrangem todo o fato histórico. Não basta reproduzir fontes. O historiador precisa reconstruir a história, analisando dados, interpretando acontecimentos, relacionando estruturas econômicas, sociais e mentais, comparando fontes e sintetizando o processo histórico.

A tarefa de Fidélis Dalcin Barbosa, elaborando a História do Rio Grande do Sul, é uma busca de nossa realidade através do estudo do passado realmente vivido, em que o autor analisa acontecimentos irrepetíveis com um estilo sóbrio, mas que às vezes se deixa levar pelo amor à nossa terra, extravasando seu

entusiasmo em palavras candentes e ritmo de linguagem. Assim, sua *História do Rio Grande do Sul* ganha um tratamento especial, escapando da monotonia de listagem de acontecimentos que seguem uma cronologia. A inserção de leituras no fim de cada capítulo, com texto de autores consagrados, possibilita que o livro também seja usado como manual didático, na aprendizagem de nossa história, preenchendo uma lacuna que existe neste setor.

A obra é fundamentada em copiosa bibliografia, mas o autor não confiou neste ou naquele livro; havendo dúvidas ou encontrando dados contraditórios, consultou amigos, escritores e pesquisadores do Estado e de além fronteira, através de correspondência indagadora. É difícil escrever no interior da província, distante das grandes bibliotecas e dos arquivos. Aqui está o grande mérito do autor: ele não se fechou na torre de marfim de sua erudição; solicitou auxílio, pediu dados, confirmou fontes, discutiu afirmações consagradas, buscou a verdade.

O autor, sem me conhecer, honrou-me com o convite de elaborar o prefácio da segunda edição de sua obra. Em aula sobre a bibliografia da *História do Rio Grande do Sul*, comentei vários manuais, monografias e ensaios. Frei Rovílio Costa, incansável editor de obras sobre nossa terra, sabendo de meus reparos à primeira edição da *História do Rio Grande do Sul*, de Fidélis Dalcin Barbosa, solicitou-os por escrito, pois a obra já estava esgotada e sofreria nova edição em breve. Confessei meus temores de sensibilizar o autor, por não me considerar o dono da verdade. Frei Rovílio me garantiu que Fidélis Dalcin Barbosa era uma pessoa compreensiva, modesta e acolheria as críticas como uma contribuição a seu trabalho. Já havia me esquecido, quando, para surpresa minha, recebi uma carta de Fidélis Dalcin Barbosa solicitando os apontamentos sobre sua obra. Mande-i-lhe meu exemplar de sua *História do Rio Grande do Sul*, primeira edição, com os devidos apontamentos e começou então uma troca de cartas que contribuíram para aumentar minha admiração pelo autor



desta obra, que realmente é uma segunda edição revista e ampliada.

Acredito que esta obra de Fidélis Dalcin Barbosa contribuirá para o conhecimento do presente, estabelecendo um traço de união com o passado através das narrativas, dos fatos históricos, das referências à nossa tradição e dos valores que se encontram ao longo do texto. É de recomendar-se este livro pela grande seriedade intelectual com que foi elaborado e também porque despertará entre as novas gerações o respeito pelo nosso patrimônio cultural, ligado pelas gerações anteriores.

Moacir Flores.

Sumário

PREFÁCIO.....	7
1 – O RIO GRANDE DO SUL.....	13
2 – OS PRIMITIVOS HABITANTES –	15
3 – RECONHECIMENTO.....	17
4 – AÇÃO MISSIONÁRIA – AS REDUÇÕES	19
5 – SETE POVOS DAS MISSÕES	24
6 – COLÔNIA DO SACRAMENTO	29
7 – EXPEDIÇÃO DE JOÃO MAGALHÃES.....	32
8 – FUNDAÇÃO DE RIO GRANDE	38
9- PRIMEIRAS SESMARIAS	44
10 – OS AÇORIANOS	48
11 – FUNDAÇÃO DE PORTO ALEGRE	51
12 – TRATADO DE MADRID (1750).....	53
13 – GUERRA GUARANÍTICA.....	56
14 – INVASÃO DE RIO GRANDE	60
15 – TROPEIROS.....	65
16 – RETOMADA DE RIO GRANDE	70
17 – INVASÃO DE SANTA CATARINA	84
18 – TRATADO DE SANTO ILDEFONSO	86
19 – A CONQUISTA DAS MISSÕES	88
20 – OS PRIMEIROS MUNICÍPIOS	90
21 – GUERRAS CISPLATINAS.....	93
22 – INDEPENDÊNCIA DA CISPLANTINA	97
23 – O GADO.....	101
24 – O GAÚCHO.....	103
25- AS PRIMEIRAS ESCOLAS	104
26 – IMIGRAÇÃO.....	108
27 – REVOLUÇÃO FARROUPILHA.....	111
29 – GUERRA DO PARAGUAI (1864-1870).....	144
30 – SURTO ECONÔMICO	147
31 – O NEGRINHO DO PASTOREIO	159
32 – A IGREJA.....	162



33 - CIENCIAS E ARTES	190
34 – CHIMARRÃO.....	204
35 - AS GRANDES EPIDEMIAS	206
36 - REVOLUÇÃO FEDERALISTA	208
37 - BRIGADA MILITAR.....	226
38 - REVOLUÇÃO DE 1923	230
39 - REVOLUÇÃO DE 1924 - A COLUNA PRESTES.....	261
40 - REVOLUÇÃO DE 1926	265
41 – REVOLUÇÃO DE 1930.....	267
42 - REVOLUÇÃO DE 1932	272
43- O CAUDILHO FLORES DA CUNHA E A DITADURA	275
44 - A REDEMOCRATIZAÇÃO	280
45 - REVOLUÇÃO INCRUENTA DE 1964	286
46 - VULTOS PROEMINENTES	295
47 - GOVERNANTES DO RIO GRANDE DO SUL DE 1737 A 1995	303
48 - MUNICIPIOS DO RS EM 1994.....	311
49 – HINO RIOGRANDENSE.....	333
50 - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	334



1 – O RIO GRANDE DO SUL

A História do Rio Grande do Sul, história fascinante, dramática, escrita a sangue, desenrola-se em cenário deslumbrador de vastas campinas e ricas florestas, numa superfície de 282.184 km², território superior a toda a área da Inglaterra e ultrapassando três vezes o tamanho de Portugal, incluindo Açores e Madeira.

Clima invejável, com chuvas periódicas nas quatro estações do ano. Apesar de seu inverno rigoroso, com geadas e nevascas, colhem-se aqui frutas e produtos tropicais como a banana e a cana-de-açúcar.

Flora e fauna variadíssimas e opulentas, formam o paraíso dos naturalistas. “Esta província, por qualquer lado que se olhe, é uma das mais belas do Brasil” (Visconde de São Leopoldo). “É o que há de mais belo no Brasil” (Kramel). “É a mocidade da natureza, é a manhã da humanidade” (Garibaldi). “Deus, ao fazer esta terra, decerto sorria” (Araújo Brusque). “Se há Terra da Promissão no mundo é aquela” (Jordão da Silva ao Príncipe Regente).

Na campanha, que abrange três quartas partes do Rio Grande do Sul, espraiam-se as maiores planícies de pastagens nativas do Brasil. Em oposição à impressionante amplidão pampeana do litoral e da fronteira, a região serrana oferece admirável sucessão de encantos naturais, como o gigantesco canhão do Taimbezinho, as cascatas de cerca mil metros de altura dos Aparados, com seu ponto culminante de 1.500 metros de altitude, junto ao pico do Realengo, no município de Bom Jesus.

Os 1.727 km de fronteira com o Uruguai e Argentina proporcionam atrações turísticas, culturais e comerciais. Nos 622

km de litoral, há praias belíssimas, como a de Torres, considerada uma das mais atraentes do mundo.

Um colar de oitenta lagoas da paisagem litorânea, praticamente virgens, com seus infintos encantos ainda fora do alcance do turista, forma um espetáculo inédito no continente americano, conforme expressão de Dreys.

A Lagoa dos Patos, com 279 km de extensão por 57 de largura, é um oceano dentro do Brasil, com seu esplêndido remate no vasto Guaíba.

No subsolo sul-rio-grandense jaz a maior reserva carbonífera do planeta.

A posição geográfica do Rio Grande, de um gigante que sustenta o Brasil inteiro sobre os ombros, simboliza a sua pujança econômica para a Nação.

Ao Norte, os caudalosos rios Pelotas e Uruguai traçam os limites com Santa Catarina, numa extensão de 958 km.

Ao Oeste, uma linha divisória de 724 km, formada pelo rio Uruguai, separa o Estado da República Argentina.

Ao Sudoeste e Sul, limita com a República Oriental do Uruguai, com uma extensão de 1.003 km.

2 – OS PRIMITIVOS HABITANTES – OS ÍNDIOS

Milhares de anos antes da descoberta do Brasil, indígenas habitavam o atual território do Rio Grande do Sul. Quando a terra principiou a ser explorada, viviam aqui cerca de 500 mil índios, pertencentes a três grandes grupos, geralmente classificados assim:

1 - O PAMPEANO, que ocupava os pampas. A este grupo pertenciam os charruas, os guenoas, os minuanos, os jarós, os guaicurús... Com o aparecimento do gado, os pampeanos, amigos dos portugueses, foram sendo aproveitados nas estâncias, acabando, finalmente, por se fundirem com o gaúcho rio-grandense.

2 – O GUARANI, que compreendia os tapes, os arachanes, os carijós e patos, habitava a região missioneira, com exceção dos carijós e patos, que eram do litoral. Após a devastação escravizadora dos mamelucos e paulistas e posterior expulsão dos Jesuítas dos Sete Povos, os que sobreviveram ao extermínio dos colonizadores acabaram se transformando em peões de estância e soldados. Alguns ainda se agruparam, por algum tempo, em pobres aldeamentos, vivendo miseravelmente. No Toldo de Guarita vivem hoje índios Guaranis.

3 – O JÊ ou TAPUIA, que compreendia os guianás, os coroados, os botocudos, os pinarés, os ibiraiaras, os bugres, dos quais sobrevivem cerca de quatro mil, agora sob o nome de Caingangues, nos toldos de Cacique Doble, Ligeiro, Nonoai, Inhacorá, Caneleiro e Água Santa. Ocupavam a região do Nordeste. Ofereceram resistência ao colonizador, até por volta de 1850. Suas habitações eram grandes bacias afuniladas, com cerca



de sete metros de profundidade e de 30 de diâmetro, das quais existem numerosos vestígios tanto na zona do campo como da mata. No fundo dessas cavidades, os Coroados deitavam-se recostados à parede inclinada, com os pés voltados para o fogo, que de noite permanecia aceso no centro da habitação.

Os Jesuítas Francisco de Ximenes e Cristóvão de Mendonça desejavam fundar uma Redução entre estes gentios, não o fazendo, entretanto, por falta de lugar adequado e, sobretudo, pela ação dos escravagistas.

Os botocudos, os xoklengs, que habitavam o litoral e a região dos Aparados, eram adversários ferrenhos dos coroados. Durante muitos anos resistiram à ação do povoamento, assaltando as moradias dos pioneiros e os tropeiros que desciam pela Serra Geral. Nestas viagens, a única defesa dos brancos eram os próprios animais, as mulas, que sentiam a aproximação do gentio, empinavam as orelhas, assoprando e recusando-se a prosseguir caminho.

Os assaltos dos indígenas motivaram o surgimento dos *bugreiros*. O mais famoso desses bugreiros foi José Domingo Nunes de Oliveira, do Mato Castelhana, no atual município de Passo Fundo [6 e 39].

3 – RECONHECIMENTO

Os primeiros exploradores portugueses, desde 1503, transpostos os penhascos e Torres e perdendo de vista a ciclópica muralha da Serra Geral, defrontavam-se com dunas de areia, na desolação do descampado, por uma centena de léguas, sem enseadas para ancorar.

Por trás dessas areias, estendia-se paragem inóspita, entrecortada por um colar de lagoas, onde nem o gentio perambulava, preferindo as regiões da serra.

Gonzalo Coelho teria sido o primeiro explorador da costa rio-grandense, em 1503, seguido de D. Nuno Manuel (1513), de João Dias de Solis (1516), português a serviço da Espanha, morto pelos índios charruas à entrada do estuário do Prata.

A seguir, Cristóvão Jaques (1521) e Martim Afonso de Sousa (1532), cujo irmão, Pero Lopes de Sousa, com uma nau da mesma expedição, penetrou no sangradouro da Lagoa dos Patos, que então teria denominado Rio de São Pedro, em homenagem ao seu padroeiro.

Já antes de 1550, mercadores de São Vicente, penetrando pela Laguna dos Patos e pelo Guaíba com seus afluentes, vinham comerciar com os aborígenes, que se tornaram seus amigos.

Em 1550 o Pe. Leonardo Nunes levava a efeito a primeira tentativa missionária dos Jesuítas portugueses, que a partir de 1600 sofreram a hostilidade dos mamelucos traficantes de índios.

E por cerca de 200 anos nada mais fez a Coroa de Portugal em prol do Continente de São Pedro, que continuou sem donatário, como *terra de ninguém*, completamente abandonado no seu grande isolamento.

Enquanto isso, o Oeste florescia com a ação evangelizadora dos missionários Jesuítas, sob a Coroa da Espanha [51 e 44].

4 – AÇÃO MISSIONÁRIA – AS REDUÇÕES

A ação missionária entre os indígenas do Continente de São Pedro (assim chamado outrora o Rio Grande do Sul em relação à Ilha de Santa Catarina), coube aos Jesuítas portugueses, atuando entre Laguna e o Guaíba: Leonardo Nunes (1550), Pedro Correia, João de Sousa, Agostinho de Matos, Custódio Pires, João Lobato, Jerônimo Rodrigues (1605), João de Almeida João Fernandes Gato (1620), Antônio Araújo (1622), Inácio Siqueira, Francisco de Moraes e Francisco Banha (1635).

O trabalho catequético destes Jesuítas portugueses foi praticamente ineficiente, em virtude da intromissão dos escravagistas bandeirantes, que, servindo-se de intermediários na pessoa dos feiticeiros, compravam por um machado ou um vestido 300 a 400 almas.

Opondo-se a este tráfico, igualmente sofreram perseguição os Jesuítas espanhóis Francisco Ximenes e Cristóvão de Mendonça. Eles desejavam fundar uma redução na Província de Ibia ou Ibiaçá, na região da atual colonização italiana. Não concretizaram o plano por falta de local adequado e, sobretudo, pela hostilidade dos escravagistas, que provocaram o martírio cruel do Pe. Cristóvão na localidade do atual distrito caxiense de Santa Lúcia do Piaí (26-4-1635).

O Rei Felipe III, da Espanha, desejando submeter os indígenas das margens do Paraguai e Paraná, confiou a tarefa aos missionários Jesuítas, que em 1610 fundavam as primeiras Reduções da região de Guaíra. Em 1626 já haviam fundado ali 14 Reduções (nucleações de indígenas cristianizados).

Saindo de Guaíra, o Pe. Roque Gonzales atravessou o rio Uruguai e em 1626 fundava a Redução de São Nicolau em solo rio-



grandense. Fundou a seguir as Reduções de Candelária, Assunção do Ijuí e Caaró. Nesta o Pe. Roque foi martirizado pelos gentios em 1628, o mesmo acontecendo pouco depois com os Padres Afonso Rodrigues e João de Castilho, este em Pirapó.

Fugindo da perseguição dos mamelucos, os Jesuítas de Guaíra empreenderam a incrível aventura de emigrar para o Sul, levando 12 mil índios, dos quais chegaram apenas quatro mil. Cerca de seis mil debandaram, e uns dois mil sucumbiram de fome ou de peste ou ainda devorados pelas feras.

Entre os padres que chegaram ao solo rio-grandense, estava o Pe. Cristóvão de Mendonça, o qual, em 1634, junto com o Pe. Romero, introduzia o gado em nosso território, inaugurando a criação e o povoamento das imensas campinas, gigantesca iniciativa econômica para as Missões e para o futuro do RS e do Brasil.

Já em 1632, o Pe. Cristóvão fundava a Redução de São Miguel, às margens do Ibicuí nas proximidades da atual cidade de Santa Maria. Atacado pelos mamelucos, o povo dessa Redução de Conceição. Eram 1.057 famílias, totalizando 4.195 almas.

52 anos após o martírio do Pe. Mendonça, em 1687, toda essa população transferiu-se para a nova Redução de São Miguel, no atual município de Santo Ângelo. Esta Redução, pelo extraordinário florescimento das artes, por sua majestosa Basílica, ficou sendo a Capital dos Sete Povos.

Foi daqui que partiu Sepé Tiaraju para tentar deter o avanço dos espanhóis e portugueses na questão da demarcação determinada pelo Tratado de Madrid, na década de 1750. Nas ruínas de São Miguel, afamadas no mundo inteiro, ponto turístico dos mais disputados, foram descobertas em fevereiro de 1982 mais duas preciosas relíquias que jaziam sepultadas a cerca de 500 metros da igreja.

Trata-se de uma fonte e uma piscina, toda calçada, com cem metros de diâmetro. Na parte frontal, estão esculpidos em pedra granito três anjos com um orifício na boca por onde jorra a água. Em 1676, existiam 19 Reduções com cerca de 200.000 índios, nas províncias jesuíticas do Tape e do Uruguai, que abrangiam quase todo o atual território gaúcho. Eis as 19 reduções e sua data de fundação: São Nicolau (1626), São Xavier (1627), Candelária (1627), Caaró (1628), Pirapó (1628), São Carlos (1631), São José (1631), Apóstolos,... (1631), São Miguel (1632), São Tomé (1632), Santos Cosme e Damião (1632), Santa Teresa (1632), São José (1633), Jesus Maria (1633), Natividade (1633), São Joaquim (1633), Santana (1633), São Cristóvão (1634) e Conceição (1630). A Redução da Conceição estava situada na atual diocese de Vacaria, na localidade de Três Pinheiros, cuja capela é dedicada à Nossa Senhora da Conceição, para recordar a Redução. “No tocante à pacificação dos índios guaianás, cumpre salientar, como um dos fatos mais importantes, o estabelecimento duma redução jesuíta no alto curso do Uruguai. Ficava no território dos guandanás e tinha o nome de *Coceição*. Diz-se existirem ainda, perto do Forquilha, as ruínas deste estabelecimento fundado em 1630, no qual, segundo os cronistas, se teria aldeado um total de 3.000 índios” (Francisco S. G. Schaden).

A província do Uruguai limitava com a da Ibia na altura do Mato Castelhanos, no atual município de Passo Fundo, onde o Pe. Francisco Ximenes fundou a Redução de Santa Teresa, que confiou ao Pe. Pedro Nola. Esta Redução, conforme Aurélio Porto, chegou a ter mais de quatro mil índios.

Para impedir a invasão dos bandeirantes, os Jesuítas montaram uma guarda na picada da floresta junto do Campo do Meio, que formava o limite espanhol. A floresta ao Oeste do Campo do Meio ficou desde então conhecida por Mato Castelhanos e a do lado Este, Mato Português. O Campo do Meio, entre os dois matos, era o Potreiro Grande da Redução. Daqui, atravessando o

Mato Português, os Jesuítas introduziram o gado nos Campos da Vacaria, fundando a Vacaria dos Pinhais.

Visitando as ruínas de São Miguel e de outros Povos, os turistas admiram a extraordinária ação civilizadora dos Jesuítas, que mediante a exclusiva colaboração do gentio, desenvolveram as artes, a agricultura, a pecuária e o próprio comércio exportador.

Aqui surgiu a primeira tipografia do Brasil, a primeira fundição de ferro da América do Sul. Construíram-se os órgãos, fundiram-se sinos. Teares ocupavam oficinas, servindo a lã e o algodão de matéria-prima.

Da estatuária e arquitetura falam alto hoje imagens e igrejas, que despertam a admiração de todos os visitantes.

A música, entretanto, foi a arte que mais atraiu os guaranis. Foi através dela que os missionários conquistaram a simpatia do índio. Navegando em canoas pelos rios, tocavam flauta e logo viam sair da floresta multidões de índios que, fascinados pela melodia, os iam acompanhando pela margem.

Cada Redução dispunha de uma banda de música, com trinta a quarenta figuras. Algumas destas bandas chegaram a apresentar concertos em Buenos Aires. O Pe. José Cardiel chegou a declarar a propósito: “Atravessei toda a Espanha e em poucas catedrais ouvi músicas melhores do que estas”.

Do exército de índios das Missões serviam-se os espanhóis em suas guerras contra os portugueses.

Em poucos decênios, os Jesuítas levaram os indígenas a um grau de civilização que a raça branca só obteve em milhares de anos.

Deve-se, sobretudo, admirar o trabalho missionário com elemento humano não afeito às lides agrícolas, embora inclinado à música, aos trabalhos pastoris e militares. Como bem acentua

Moisés Vellinho, as Reduções, se não fossem destruídas pelos colonizadores, teriam fatalmente sucumbido por si mesmas, em face da impossibilidade de submeter o indígena por muito tempo ao sistema de vida dos civilizados. Acresce que os Tapes e Guaranis, sem recorrer ao cruzamento com os brancos, após sucessivas gerações, acabariam formando uma raça irrecuperável, destinada ao desaparecimento, afirma o historiador gaúcho.

A Bandeira de Fernão Dias Pais (1637 e 1638) submeteu as Reduções de São Tomé, São Miguel, São Cosme e Damião e Natividade. André Fernandes (irmão do fundador da cidade de Sorocaba, Baltasar Fernandes), da Bandeira de Francisco Bueno, no dia 25-12-1637, tomou conta da Redução de Santa Teresa, expulsando os Jesuítas espanhóis e deixando em seu lugar o Pe. Francisco Fernandes de Oliveira, seu filho, igualmente jesuíta.

André Fernandes, um bandeirante humanitário e bem-quisto dos índios, por causa da sua bondade, fez erguer, junto à destruída Redução de Santa Teresa, no atual município de Passo Fundo, um povoado permanente, o primeiro povoado do Rio Grande do Sul fundado pelos portugueses. Este povoado, base de operações, para obrigatória das falanges paulistas, capital do bandeirismo sulino, denominado Igaí por Aurélio Porto, permaneceu durante cerca de 40 anos. Os descendentes de bandeirantes que o engenheiro Marcelino Ramos encontrou na mata no atual município de Erechim talvez provenham dessa povoação. [66 e 6].

5 – SETE POVOS DAS MISSÕES

Destruidas as Reduções pelos mamelucos paulistas, que levaram muitos milhares de índios, o gado foi se criando pelos campos.

42 anos depois, os índios que escaparam à ação escravizadora e seus descendentes, chefiados por outros missionários Jesuítas, a fim de aproveitar o gado, deram início à fundação dos Sete Povos.

Assim, em 1687, surgia *São Nicolau*, no lugar da Redução do mesmo nome, fundada em 1626, no atual município de São Luís Gonzaga; no mesmo ano, *São Luís Gonzaga*, sede do atual município; ainda em 1687, *São Miguel*, no atual município de Santo Ângelo; em 1690, *São Francisco de Borja*, fundada pelos padres Marcelo de Lorenzano e Francisco de San Martins, hoje sede do município de São Borja; em 1691, *São Lourenço*, fundada com índios tapes e guaranis, hoje distrito de São Luís Gonzaga; *São João Batista*, fundada em 14-9-1698 pelo Pe. Antônio Sepp, músico, artista, arquiteto, geólogo, que fabricou o sino e o relógio da igreja; *Santo Ângelo*, fundada em 1707, com tapes e guaranis, é sede do atual município desse nome.

Missionários e índios possuíam grandes estâncias, com seus currais, casas e capela, longe da região missioneira, como a Estância de Santa Tecla (Bagé), de São João (Tupanciretã), Vacaria dos Pinhais (Nordeste do Estado).

Os sete Povos floresceram em paz durante cerca de 50 anos. Depois, missionários e índios voltaram a sofrer perseguição, desta vez por parte de portugueses e espanhóis, como veremos.

E assim, depois de longos combates, os Sete Povos reduzidos a montões de ruínas que a vegetação foi aos poucos



encobrendo. Mais tarde, as pedras serviram para reconstrução das cidades que hoje levam o nome glorioso de alguns dos Sete Povos [66].

LEITURA
OS SETE POVOS
Cônego João Pedro Gay

Todos os povos jesuíticos da província eram semelhantes e traçados pelo mesmo modelo, com pequenas diferenças; ver um deles era ver todos – portanto descrever um deles era descrever todos.

Os povos são situados sobre alegres colinas, adornadas de uma esplêndida vegetação, e das quais correm alguns arroios ou mananciais de águas cristalinas; e em seus declives existem várias chácaras e campos cultivados. Ao ver de longe estes grandes telhados de telhas vermelhas que a igreja domina, mas sem torres, se diria que é um desses castelos antigos que o feudalismo tinha levantado para assegurar sua independência e despotismo nas províncias agrícolas da França, mas que a luz do século tem transformado hoje em imensas fazendas de produtos agrícolas e industriais, se as palmas, as laranjeiras que se avistam em toda a parte não fizessem lembrar outro país, outro clima.

Entra-se em uma espaçosa quadrilátera, de que, com frente ao norte, o colégio, a igreja e o cemitério fazem o costado mais predominante.

As outras três faces da praça, na qual desembocam ora cinco, ora nove ruas, são formadas de galerias simetricamente repartidas de vinte a vinte e quatro braços de comprimento e quatro a cinco de largo, com varandas de ambos os lados.

Pelo alinhamento das mesmas ruas se formam outras quadras com a mesma planta e perspectiva, se o aumento da povoação o requer. Na fachada principal da praça e fazendo-lhe bem frente se encontra a igreja, sempre magnífica, de três ou cinco naves, e todas com capacidade de conter muitas mil pessoas. São de arquitetura irregular e de pouca duração, por causa das muitas madeiras de que são feitas as numerosas colunas dobradas que sustentam o pesado telhado, e das linhas que se acham intercaladas no centro das paredes do edifício, que contêm, mesmo que sejam feitas inteiramente como em alguns povos de grossos pedruscos de grês, sem cimento, mas em geral as paredes são feitas em parte com pedras lavradas, em parte com tijolos crus e branqueados de tabatinga. Entra-se na igreja pelo pórtico em forma de concha, em geral sustentada por oito ou mais colunas de pedras quadradas ou redondas, de uma só peça e de um vulto e peso enorme, e a cujo piso se chega por uma gradaria de pedra branca e vermelha. Vários Povos, sem embargo, tinham essas colunas de madeira.

Da mesma pedra são feitos os arcos, nichos, coroas que enfeitam o frontispício e os frisos, cornijas que coroam os frontispícios e as colunas e as estátuas dos santos que adornam a frente, onde há três portas de madeira diversamente lavradas.

À direita da porta principal vê-se uma capela com seu altar e pia batismal, ordinariamente de pedra vermelha primorosamente lavrada, assim como o seu pedestal, e em alguns Povos, de barro vidrado com um grupo ou pintura, representando o batismo de Nosso Senhor.

As colunas que separavam as naves, e que são nove ou doze de cada lado, têm em seu intercolúnio a estátua de um apóstolo de dimensões maiores que o natural e ricamente lavradas e adornadas. As capelas não são menos esplêndidas. Os confessionários, curiosamente esculpidos e pintados, são

colocados entre as capelas. Ordinariamente há cinco altares com retábulos do tamanho que requer a igreja, feitos de madeira com colunas, cornijas, entalhadas de diversos feitios, debuxos, guarnições, estátuas, molduras e pinturas, em que são representados os sagrados mistérios.

O altar-mor com seu retábulo ocupa o fundo do coro, de alto a baixo, está coberto de estátuas e santos: a do padroeiro do Povo coroa a cornija do altar-mor; a meia laranja esculpida e pintada a ouro e tem em seus quatro pendores um nicho com o busto de um Papa.

Os soalhos são feitos com lousas de pedra bastante brunidas; são de dois palmos quadrados pelo ordinário; raras vezes o ladrilho é empregado para esse fim. Há igrejas de trezentos e cinquenta palmos de comprimento e de cento e vinte de largo, como a de São Miguel. A nave principal da igreja de Santa Rosa, com a De Corpus, era a mais rica e suntuosa, tinha 280 palmos de comprimento, e a nave principal do templo de São Luís, 300 palmos de comprimento e cem de largo. Atrás do retábulo do altar-mor, que acaba de se destruir, lê-se 1728, 15 de maio.

Os retábulos e estátuas dos santos que ocupam seus nichos são pela mor parte toscos, e poucos são os que se encontram em boa escultura. As pinturas das paredes, do zimbório e do pórtico são pela mor parte toscas e desproporcionadas. As alfaias de prata, como jarros, cruces, bacias, castiçais, lâmpadas, candelabros, e são mui numerosos e grandes, posto que pouco polidos, com exceção de raras peças. Os vasos grandes são muitos e da melhor obra, e alguns são de ouro. Igualmente os ornamentos são numerosíssimos, mui ricos e de grande preço.

Imediata ao lado direito da capela-mor, se acha a sacristia, igualmente adornada com um altar carregado de esculturas. Vários armários aplicados contra as paredes são igualmente trabalhados com o mesmo luxo e esmero. Em todas existe lavatório, mas

algumas, como em São Luís e Santa Rosa, o lavatório é de mármore, e nesse último Povo a água se derrama em uma grande bacia de prata.

Imediato ao lado esquerdo da igreja se acha o cemitério que se comunica por uma porta especial, fazendo também frente à praça, e de bastante capacidade para todo o Povo, e cercado de paredes altas. Está plantado de ciprestes, palmeiras e laranjeiras, que formam ruas por onde circulam as procissões e que dividem terrenos para as sepulturas de cadáveres inocentes, de membros das comunidades, etc., sendo todos os fiéis nele sepultados, exceto os padres jesuítas, que se enterram separadamente na capela, junto ao altar-mor.

Ao meio do cemitério, há uma grande cruz lavrada. A do Povo de São Lourenço é uma gigantesca cruz de uma enorme pedra, que de uma só peça é formada com dois pares de braços. Ela, ainda atualmente, está estendida no meio do cemitério, porque a derrubaram do seu pedestal para procurar dinheiro em seus alicerces. No dito cemitério, no de São Nicolau e no da Cruz, encontram-se lousas sepulcrais com inscrições em guarani.

Pela sacristia da igreja, em todos os Povos, há comunicação com o colégio, onde se acham os cubículos dos padres jesuítas, e vários destinados a diversos usos. O colégio dos jesuítas é um vastíssimo edifício que, de um lado (este) é flanqueado pela igreja em todo o seu comprimento e forma um quadrado de casas, que fazem a praça, à direita da igreja.

Estas casas têm dupla varanda, exterior e interior, que descansam sobre formosas colunas de pedra lavrada ou de madeira da altura ordinariamente de 25 palmos, com seus componentes pedestais e capitéis. No centro se encontra um claustro ou pátio vasto de 200 ou 300 palmos de cada lado, no qual se vêem quadros de várias datas: o da cruz, tem a data de 1730; o de São Luís, de 1746; e o de São Lourenço, de 1717; e em alguns

Povos se acha um poço no centro desse claustro. Um lindo portão serve para entrar no claustro. (Extraído do livro *Passo Fundo das Missões*, de Jorge E. Cafruni, p. 433-438).

Salatiel Soares de Barros, um dos primeiros proprietários do *Correio do Povo*, narra em seu livro *Reminiscências* (p. 22 e 23) que, visitando, em 1903, as ruínas da Redução de São Nicolau, na Quinta-Feira Santa, hospedou-se numa grande casa desabitada. Na capela havia numerosas imagens das igrejas que pertenciam às fundações jesuíticas.

Por volta de uma hora da madrugada de Sexta-Feira Santa, irrompeu incêndio na capela destruindo todas aquelas imagens, com exceção de uma de Santo Antônio, que foi salva a tempo por Salatiel e seus companheiros. Era uma linda imagem natural, talhada em madeira maciça, que hoje se encontra no museu das Missões em São Miguel, mandado construir pelo governo de Getúlio Vargas. Entre as imagens destruídas, encontrava-se a de São Nicolau, de madeira de cedro de grossa espessura.

6 – COLÔNIA DO SACRAMENTO

No ano de 1676, o vicentista Domingos de Brito Peixoto, à frente de uma bandeira, lançava os fundamentos de Laguna. Não sendo bem sucedido nesta primeira tentativa, retornou a São Vicente em busca de recursos. Depois de nova tentativa em 1682, fixou-se ali definitivamente com a família em 1684.

Nestes esforços, Brito Peixoto despendeu toda a sua fortuna, obrigando-se a arrebanhar gado e escravos nativos no

Continente de São Pedro, tentando ainda encontrar ouro e prata, de que se dizia haver em abundância.

Em 1696, Brito Peixoto iniciava a construção da igreja matriz de Santo Antônio dos Anjos da Laguna. Com a chegada de novo elemento humano, a localidade foi crescendo, com base econômica principal na pesca muito abundante. Laguna transformou-se em manancial de pioneiros que povoaram a terra rio-grandense, tanto pelo litoral como pela serra. Ainda hoje lá se diz “rio-grandense que chega, é lagunense que volta”.

Já em 1671, a Câmara do Rio de Janeiro dirigia uma representação à metrópole no sentido de fixar-se no Rio da Prata o limite meridional do Brasil, como raia natural que era da América Portuguesa e como depois se confirmou eclesiasticamente com a Bula Pontifícia de Inocêncio XI, que, ao criar a diocese do Rio de Janeiro, em 1678, assinalou este limite.

Portugal, atendendo à solicitação, nomeou para governar o Sul D. Manuel Lobo, que fora Comissário Geral na última guerra peninsular. Havendo tomado posse como Governador do Rio de Janeiro em 9-3-1679, organizou uma expedição de cinco embarcações, com 200 homens, entre oficiais, soldados, operários, sacerdotes...

Após enfrentar ventos contrários, que o impediram de se incorporar ao Tenente-Geral Jorge Soares Macedo, na ilha da Santa Catarina, desembarcou no lugar escolhido para a fundação de uma povoação e de uma fortaleza em 22-1-1680. A povoação chamou-se a princípio Lusitânia e a seguir Colônia do Santíssimo Sacramento. Hoje, simplesmente Colônia, é a cidade uruguaia mais antiga, distante 176 km de Montevidéu, defronte de Buenos Aires.

O Governador de Buenos Aires, D. José de Garro, tratou logo de expulsar os portugueses amistosamente. Não o podendo, avisou que o faria com as armas.

– “Terei muita honra em aceitar a luta com tão ilustre senhor” – foi a resposta de D. Manuel Lobo.

Em 7-8-1680, três mil índios das Reduções Jesuíticas avançaram então sobre a fortaleza recém-construída. A uma légua da praça, o General Antônio de Vera Mujica envia um emissário, pedindo que os portugueses se rendam. D. Manuel Lobo responde que se não se rende e está pronto para a luta.

Mujica ordena o ataque. Na frente, levantando nuvens de pó, avança uma tropa de quatro mil cavalos semi-selvagens sem cavaleiros, que recebem as primeiras cargas da artilharia lusa.

Luta encarniçada. “Jamais uma batalha esteve tanto tempo indecisa” – escreve o historiador uruguaio Dean Funes.

D. Manuel Lobo, gravemente enfermo, foi salvo do massacre indígena por Mujica e levado com outros prisioneiros para Buenos Aires, sendo restituído aos portugueses três anos depois.

A Corte de Madrid desaprovou o ataque castelhano. Em 1681, pelo Tratado de Lisboa, a Colônia devia ser devolvida aos portugueses, o que só aconteceu em 1683.

Reconstruída a fortaleza e a cidade por Duarte Teixeira Chaves, Colônia voltou a prosperar, desenvolvendo sobretudo a agricultura e a pecuária, tornando-se foco de intenso contrabando de couro e outros subprodutos do gado.

Em 30-4-1704 a Espanha declara guerra a Portugal e determina novo ataque à Colônia. Sebastião da Veiga Cabral resiste durante cinco meses, abandonando-a por fim em 14-3-1705, por ordem do rei de Portugal.

Em 1715, pelo Tratado de Utrech, Colônia torna a pertencer aos portugueses, sendo repovoada por Manuel Gomes Barbosa e, a seguir, por Antônio Pedro de Vasconcelos, com franco desenvolvimento da pecuária e da agricultura.

Em 1723, D. João V encarrega o Mestre-de-Campo D. Miguel Freitas da Fonseca de erguer o Presídio de Montevideú, sendo, então, em 1724, lançados os alicerces da capital do Uruguai. Ameaçado por Buenos Aires, Fonseca retira-se, sendo, por isso, mais tarde, submetido a Conselho.

Em 1734, D. Miguel de Salcedo, Governador de Buenos Aires, ataca Colônia de surpresa, mas os portugueses, sob o comando de Pedro de Vasconcelos, resistem durante cerca de dois anos, lutando contra 700 marinheiros, 10.000 índios, comandados pelo Padre Berli.

Em 28-11-1735, a Praça sofre violento bombardeio. Mas em 6-1-1736 os caminhões castelhanos silenciaram, porque chegavam, procedentes do Rio de Janeiro, sete navios de guerra, sob o comando do Brigadeiro Silva Pais.

Pelo Tratado de Madrid, de 13-1-1750, Portugal cedia Colônia em troca dos Sete Povos das Missões.

Durante a Guerra dos Sete Anos, foi sitiada e ocupada por Pedro de Cevallos (1762), retornando ao domínio português em virtude do Tratado de Paris (1763). Cevallos novamente a atacou e ocupou em 1777. No mesmo ano, mediante o absurdo Tratado de Santo Ildenfonso, passou definitivamente à Espanha [51 e 36].

7 – EXPEDIÇÃO DE JOÃO MAGALHÃES

Fundada a Colônia do Sacramento e a Vila de Laguna, impunha-se ocupar o imenso território que as separava, embora já houvesse algumas estâncias fundadas por pioneiros isolados.

As anteriores concessões reais de terras a Salvador Correia de Sá (1676), seu filho João e seu neto, o Visconde de Asseca, não foram efetivadas. Igualmente não surtiram efeito as pretensões de Manuel Jordão da Silva (1679), pai de 25 filhos, avô de 5 netos, bisavô de 8 bisnetos. A ocupação desse vasto território vinha sendo reclamada pelo Capitão Francisco Ribeiro (1704), pela Câmara de Vereadores de São Francisco (1714), pelo Conselheiro Antônio Rodrigues da Costa (1715), pelo Pe. Diogo Soares (1731) e outros.

Ocupando estas terras pelos portugueses, visava-se também impedir o avanço dos castelhanos. Era ainda preciso povoar de gado os campos do Viamão e Tramandaí.

Já no ano de 1715, o Governador de São Paulo, Francisco de Távora, havia ordenado ao Capitão-Mor da Vila de Laguna, Francisco de Brito Peixoto, que “fosse examinar e abrir caminho para o Rio Grande de São Pedro”.

Por se encontrar adoentado, Francisco de Brito Peixotto enviou seu genro João de Magalhães, com 31 homens, os quais, em novembro de 1725, iniciavam a fundação da primeira povoação, na margem norte do Canal de Rio Grande de São Pedro.

A expedição de João Magalhães, a 18-2-1727, comprometia-se com o Tenente-General David Marques Pereira a trazer gado vacum e cavalos das campanhas de Maldonado e Montevideú para “este Porto do Rio Grande de São Pedro”.

Os primeiros moradores desta povoação, no local onde hoje assenta a cidade de São José do Norte, foram: Estácio Pires, Inácio Duarte, Custódio Pedroso, Inácio Valhocari, Aniseto de

Britto, José Varise, Francisco de Medina e os índios Gaspar e Machado.

Depois de efetivada a expedição de João de Magalhães, outros lagunenses estabeleceram estâncias em Tramandaí, Capivari, Viamão, Gravataí.

Alguns destes pioneiros são: Pinto Bandeira, Francisco Pacheco, Manuel Barros Pereira, João Rodrigues Prates, Xavier Ribeiro, Jerônimo Dorneles de Menezes e Vasconcelos, Dinísio Rodrigues Mendes, Sebastião Francisco Peixoto, Agostinho Guterres, Manuel dos Santos, Cosme da Silveira e outros.

João de Magalhães, que se tornou grande comerciante, com estâncias na região de Tramandaí, instalou o primeiro estabelecimento pecuário do norte da barra do Rio Grande [51 e 44].

LEITURA

ROTEIRO DE DOMINGOS DA FILGUEIRA – 1703

Roteiro por onde se deve governar quem sair por terra da Colônia do Sacramento para o Rio de Janeiro ou Vila de Santos.

Saindo da povoação da Colônia, se buscará o caminho do Norte; por 23 dias se seguirá, e andarão dois a dois com espingardas sempre na mão e prontos por causa das onças, passando a noite em quatro e cuidadosa vigia com fogo ao pé.

Nesta forma se continuará a viagem por espaço de 23 dias, no fim dos quais se chega à Serra de Maldonado, gastando na sua passagem oito dias, sem receio de suas cavidades, não largando o rumo; e se nos ditos dias se não avistar a costa ou lagoa de Castilhos, se andará à roda de lá, até se tornar a tomar e buscar e meter na praia que nunca mais se largará até dar no povoado.

Em todo este caminho é conveniente não penetrar o mato mais do que para apanhar a caça, e pela praia se pesca, na roda da maré, metendo pela água até o joelho, ou botando linha com isca de marisco, que se tem na mesma praia levantando-se a areia até aprofundar um palmo, e com o que daí tira cai muito peixe.

Aqui em Castilhos fala cada um cinco ou seis braças de pesca para amarrar as mochilas e jangadas, fazendo provimento de carne de vaca, porque daí em diante não há.

De Castiho até o Rio Grande se gastam 15 dias, e tanto que se verem andando três ou quatro de Castilho, se avista um lago que vai costeando a costa e vai fazer barra no Rio Grande. Chegando à dita barra rio acima, obra de meia légua por baixo da dita lagoa, faz a barra onde se vê uma cruz, que tem a era do tempo em que nós passamos e abaixo tem o porto onde nós fizemos aguada, que é a acima da barra do Rio Grande meia légua.

Neste porto é necessário passar em jangada, que se fará em ocasião de resposta da maré. E a jangada se fará de espinho seco para as estivas que se juntarão, e os três paus para estiva pouco importa que sejam verdes. Hão de estes ter até 18 palmos de comprimento, far-lhe-ão duas faces, uma para baixo, outra para cima.

Por cima desta estiva se fará outra de madeira com travessas lançadas amarradas umas às outras, por cima de ambas as estivas se lançarão dois paus, um por cada lado, que servem de talabardões para se amarrarem os remos cujos paus serão de baga e de espinho branco, verde, o que é mais forte e não falta; por-lhe-ão quatro remos, dois por banda, e a jangada tem 15 ou 16 palmos de comprimento, e daí para cima conforme a quantidade de gente que houver de passar, porque esta medida é para seis passageiros.

Passando o rio, se seguirá sempre pela praia, até chegar ao rio que chama Taramandabum o qual se passa a vau com água pela cintura em maré vazia, e pela mesma vai se continuando o caminho até chegar ao rio Iboipitutuí, que com maré vazia se passa também a vau com água pela cinta; e segue-se a jornada até chegar ao terceiro, que é o Araragá, que se passará em jangada por cima da barra, onde se acha lenha seca para se fazer, que o mesmo rio expulsa. Segue-se o quarto que é o Ararangá, que se passa em jangada junto da barra, e é o último.

Passando este e andando meia légua, se entrará pelo sertão, e as cabeceiras de uma lagoa pequena, onde se não podem bem resolver o peixe e se pode apanhar quanto quiserem.

Passada esta, se acha logo o rastro do gado, e povoado, que dista do último rio três dias de jornada, andando pouco; na primeira ponta de pedra que se avistar junto da praia, a quem chamam de Morros de Santa Maria, se entrará para dentro e pelo rastro do gado se vai dar ao povoado e logo se acham cavalos e ovelhas do Capitão Domingos de Brito que é o povoador desta terra.

Nesta viagem gastei da Colônia até Castilho 23 dias; deste ao Rio Grande, 16; deste ao povoado, 30; que por todo são 70, todos de jornada, e os que faltam para os quatro meses que me demorei estivemos parados em ranchos pelas muitas chuvas nos impediram de seguir jornada.

Advirto que o Rio Grande, à vista que se diz dele, é uma droga porque nós, assim que a ele chegamos, estávamos vendo os lobos sair dele para a praia e tornarem a meter-se no rio. Este é muito estreito e o passei em meia hora.

De Castilho para diante não faltam porcos, cervos e veados pelas campanhas. Aos cervos se deve atirar com balas; aos porcos e veados munição grossa. Também não faltam

pássaros pela praia. Advirto mais que, passados três ou quatro dias de viagem de Castilho, se encontram nos barrancos altos de barro vermelho, onde há muitos veados e será conveniente matar alguns para fazer provimento para alguns dias; porque daqui para diante os que aparecem esperam pouco o tiro.

Pelas margens do Rio Grande há muita caça de porcos e outros animais e pássaros, que se podem matar e fazer provimento. Com esta prevenção nunca na minha jornada faltou carne, nem se soube que coisa foi fome, que outros experimentaram por sua culpa.

Quem quiser empreender esta viagem há de prevenir-se com o que eu aqui pondero, se a quiser fazer sem trabalho; porque eu como experimentado posso aconselhar e o mais pelo que observei, são necessários para a jornada dois ou três cães bons, três espingardas bem experimentadas e municiadas, suas catarras ou facas de mato e a matolagem que cada um puder.

8 – FUNDAÇÃO DE RIO GRANDE

Pode-se dizer – na expressão de Moisés Vellinho – que Laguna começou a esvaziar-se. O território rio-grandense atraía levas de sertanistas, procedentes do Rio de Janeiro, de Santos, da Colônia do Sacramento... Pousos e currais foram surgindo ao longo dos primitivos roteiros.

Entretanto, tornava-se necessário tomar posse oficial da terra, levantar uma fortaleza, fundar uma cidade como sede governamental, para neutralizar não apenas as pretensões da Coroa da Espanha, mas também de outras potências.

Navegantes holandeses, piratas franceses e outros estrangeiros visitavam a costa rio-grandense, chegando a ser aprisionado por franceses um navio negreiro do judeu português Antônio da Costa.

O historiador Abeillard Barreto (Cf. *História Naval Brasileira*) informa, com base em documentos secretos há pouco descobertos, que este traficante, havendo explorado as cercanias, idealizou promover uma empresa de colonização da área que encontrara deserta.

Mais tarde, em Londres, junto com seu irmão João da Costa, resolveu executar o plano por intermédio de várias personalidades políticas e do mundo das finanças, com Sir Robert Walpole. Visto como as negociações demoravam, João da Costa estabeleceu contatos com a corte russa, por intermédio do Príncipe Cantemir.

Em 1736, esses fatos chegavam ao conhecimento das coroas de Portugal e Espanha, necessariamente influenciando no ânimo real a iminência de um desembarque na área, ou pelos ingleses ou pelos russos.

A corte portuguesa teve denúncia dessas iniciativas pelo ministro espanhol em Londres e pelo próprio João da Costa.

Era preciso evitar essa intervenção de terceiras potências, mais poderosas que Portugal e Espanha, as quais acabariam fatalmente expandindo-se a outros territórios sul-americanos.

“É, portanto – conclui Abeillard Barreto -, seguro haver o Rei de Portugal apressado a ocupação do Rio Grande, não só com fins militares de dar retaguarda à Colônia do Sacramento, como também políticos, de não permitir essa ingerência estranha nos interesses que só às duas nações ibéricas diziam respeito”.

Em 14-4-1736, D. João V recomendava a Gomes Freire d Andrada: “Ponha em execução o projeto do Rio de São Pedro, ainda mesmo que nada deva intentar contra os castelhanos”.

Por ordem do mesmo governador Gomes Freire, o sábio jesuíta veneziano Pe. Domingos Capacci, companheiro do matemático lusitano Pe. Diogo Soares, havia verificado em 1736 que o melhor local para a ocupação oficial do Rio de São Pedro seria a barra de Rio Grande.

Para promover o povoamento da nova colônia do Rio de São Pedro e socorrer a Colônia do Sacramento, sitiada, D. João V destacou então o Brigadeiro José da Silva Pais, hábil engenheiro, militar curtido na guerra, senhor de apreciável cultura humanística.

Em reunião com o Governador do Rio de Janeiro e o Conde de Sarzedas, o Capitão-General da Capitania de São Paulo, programou-se que Silva Pais atacaria os sitiantes de Colônia por via marítima, enquanto o Cel. Cristóvão Pereira de Abreu dirigiria as operações por terra.

A esquadra, chefiada pelo Coronel-de-Mar Luís d Abreu Prego, chegava à Colônia do Sacramento quando esta, após resistir por quase dois anos, se encontrava prestes a capitular.

Silva Pais desbaratou os sitiamentos e tratou de atacar Montevideu e Buenos Aires, sendo repellido pela superioridade numérica dos castelhanos e pelos ventos contrários.

Separando-se do restante da esquadra, dirigiu-se então para Maldonado com quatro galeras e dois bergantins. Verificou-se que a baía media 143 braças e meia de largo, mas não havia água a não ser à distância de uma légua, e não existia lenha em toda a costa.

Restava a alternativa de Rio Grande, para onde a *armada sutil* zarpou no dia 11-2-1737, chegando à barra do Rio de São Pedro no dia 15, com 254 homens, desembarcando efetivamente no histórico dia 19 de fevereiro desse ano.

O ajudante Pedro de Matos com a gente de sua embarcação foi em busca de Cristóvão Pereira de Abreu e, sem esperar resposta, o brigadeiro fez uma inspeção, atingindo, ao anoitecer, a estacada levantada pelo Coronel. No dia seguinte, Silva Pais foi examinar as defesas construídas nos passos da Mangueira e do Arroio. Cristóvão Pereira, auxiliado por 160 homens, já havia levantado pequenos fortins em vários pontos e reunido 1.500 cavalos.

Em poucos dias, Silva Pais dava por concluída a obra de construção da Fortaleza de Jesus-Maria-José, na qual, no dia 2-3-1737, o Pe. Jerônimo Pereira (ou Ribeiro?) celebrava a primeira missa.

Em seguida, Silva Pais construiu, meia légua ao Oeste, a fortificação do estreito, servindo-se de madeira da ilha dos Marinheiros e material de sambaquis. Aqui foi levantada a Capela de Santa Ana, a primeira padroeira do Rio Grande do Sul, que em 25-8-1757 cedia lugar a São Pedro.

A Fortificação do Estreito dispunha de 44 peças de artilharia, guarnecidas por 414 soldados e 31 oficiais, sob o comando de André Ribeiro Coutinho.

Descendo pelo Canal de São Gonzalo e pela Lagoa Mirim, Silva Pais mandou levantar, sobre os restos de uma paliçada militar castelhana, o Forte de São Miguel, atualmente em território uruguaio, no Chuí.

O 1º comandante do Rio Grande do Sul tratou de trazer da Colônia do Sacramento 150 homens para o desenvolvimento inicial das lides pastoris e agrícolas. Fundou a Estância Real de Bojuru, 80 quilômetros ao norte do canal do Rio Grande.

Em 26-3-1737, o Tratado de Paris assegurava a paz entre Portugal e Espanha. Apesar disso, Gomes Freire mandou organizar um regimento de Dragões, uma tropa de cavalaria com 600 homens, com sede em Rio Grande.

Em 11-12-1737, Silva Pais retirava-se de Rio Grande para o Governo interino do Rio de Janeiro [76 e 51].

LEITURA
O BRIGADEIRO JOSÉ DA SILVA PAIS
Moisés Vellinho

Em dezembro de 1737, sem haver cumprido sequer um ano de governo, mas tendo realizado em período tão curto, graças ao seu dom de ver longe e sua capacidade de fazer logo uma obra decisiva de afirmação política, o Brigadeiro retirou-se do Continente. Na qualidade de substituto de Gomes Freire, cuja presença fora reclamada em Minas Gerais, iria exercer pela segunda vez as funções de Governador do Rio de Janeiro. Lá o



aguardavam instruções que muito haviam de amargurá-lo. Documento insólito, humilhante mesmo, diz bem como eram realmente difíceis e ingratas as relações entre os pró-homens de ultramar. Quanta prevenção, quanta suspicácia! Principalmente por parte dos titulares contra seus substitutos eventuais. Debaixo das formalidades e vênias próprias do estilo da época pareciam mover-se, no ânimo dos superiores hierárquicos, receios difusos de felonias e traições.

O que importa acentuar aqui, porém, é que, naquele alto posto, a cuja alçada pertencia o Rio Grande, Silva Pais se manteve atento aos interesses vitais do estabelecimento que fundara e de sua evolução como eixo social e econômico dos distritos do Sul. Passando depois ao governo da Ilha de Santa Catarina, ao qual o Continente se achava administrativamente vinculado, continuaria a promover e incentivar a vinda de colonos para o Sul.

O empenho pela adjudicação efetiva do Rio Grande à jurisdição de Portugal, mediante sua ocupação militar e povoamento, empenho que começara a grelar desde fins do século XVII, foi crescendo sempre mais e contagiando o ânimo de muitos colonos, tantas eram as promessas que os campos e sertões da região ofereciam. O certo é que o Brigadeiro Silva Pais, engenheiro experimentado, homem de guerra e de boa formação humanística, iria apaixonar-se pelo plano já tantas vezes levado à alta presença da Coroa, sem que, entretanto, nada se empreendesse antes dele pela sua efetivação, embora já os lagunenses, descendo pela costa, viessem plantando suas humildes estâncias de criação e semeando as primeiras lavouras, num desafio desarmado aos espanhóis, senhores dos Sete Povos e da vasta área da Campanha. Bem longe, a léguas sem conta de distância, mas se aguentava, enquistada em si mesma, e sangrando sempre, a Colônia do Sacramento.



Tomando a si o grave problema, Silva Pais lutou por ele desde cedo, empenhando todas as energias em favor da causa que fizera sua. Se perdemos, no Extremo Sul, a chave natural do nosso arcabouço geográfico, ainda assim iria concretizar-se, por sua determinação e clarividência, o primeiro ato de soberania visando à integração meridional do Brasil. Esse ato teve consequências enormes.

O pequeno reduto implantado sobre as areias da margem inferior do Rio de São Pedro foi semente que deitou raízes e se fez planta. A planta cresceu, incorporou, deu sombra aos pioneiros que já vinham baixando de Laguna. E em cumprimento ao seu destino, estimulou e garantiu a expansão do povoamento, que seria a origem do Continente e, portanto, ao do hoje Estado do Rio Grande do Sul. Sem a intuição, a energia e a capacidade de luta com que Silva Pais se orientou e agiu, multiplicando-se como que além de suas forças, ninguém poderia responder pela incorporação efetiva da nova conquista ao complexo colonial luso-brasileiro.

Cabo-de-guerra e homem de governo, possuía, sem dúvida, entre os altos atributos de sua personalidade, o sentido do futuro. Outros poderiam enganar-se quanto à predestinação do Continente de São Pedro. Ele, não. (Do livro *Fronteira*, p. 59-61)

9- PRIMEIRAS SESMARIAS

Quando o Brigadeiro Silva Pais, o 1º governante do Rio Grande, iniciava a povoação em redor da Fortaleza Jesus-Maria-José, chegava a notícia da paz, firmada em Paris a 18-3-1737, entre Espanha e Portugal.

Agora, em paz, podia-se mais facilmente organizar o povoamento das novas terras conquistadas para Portugal, povoamento iniciado em 1723, com a implantação de invernadas pelos lagunistas, que haviam transportado gado selvagem da Vacaria do Mar para a faixa litorânea entre São José do Norte e Torres.

As duas primeiras sesmarias, ambas no atual município de Tramandaí, já haviam sido concebidas, em 1732, a Manuel Gonçalves Ribeiro e Francisco Xavier Ribeiro, que já cinco anos lá se encontravam dedicados à criação do gado.

No ano seguinte, foram concebidas numerosas sesmarias. Em 1736, o Conde de Sarzedas, autorizado por carta régia, declarava que a quem quisesse vir para o Rio Grande de São Pedro ele daria as sesmarias que pedisse.

Foram então concebidas sesmarias a estancieiros localizados entre o Estreito e o Chuí. Entre eles figuram Domingos Martins, Francisco de Seixas, Manuel de Barros, José Silva, Manuel Gonçalves Brandão, Miguel Pereira, Francisco Xavier, Domingos Robalo, Fernando Ribeiro...

Nos Campos de Vacaria, em 1738, por André Ribeiro Coutinho, 2º Governador do Rio Grande, foram concebidas sesmarias a José Ferreira Chaves, João da Silva Sousa e Manuel Alves, os quais, entretanto, não efetivaram a posse, sendo então

arrematadas por estarem ausentes os donatários, surgindo daí o nome de São José dos Ausentes.

Em 1752, foram concebidas sesmarias nos Campos de Vacaria a Cristóvão Pereira de Abreu, Francisco de Sousa Faria e Pedro da Silva Chaves. Por morte de Cristóvão Pereira (22-11-1755), João Batista Feijó, do Rio de Janeiro, arrematou a sua sesmaria em hasta pública.

Famílias inteiras chegavam para incentivar o desenvolvimento do incipiente domínio militar. Tropeiros, estancieiros, soldados, comerciantes, aventureiros afluíam de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas, de Pernambuco, da Colônia do Sacramento, de Lisboa; completando a ação pacífica dos lagunistas, foram povoando o imenso território do Continente de São Pedro.

Em 1741, era fundada a Capela Grande do Viamão. Esta Capela de Nossa Senhor da Conceição no alto da Estância Grande, construída por Francisco Carvalho da Cunha, foi elevada à categoria de sede de freguesia em 3-12-1747 [3,51 e 81].

LEITURA OS POVOADORES

Rubens Neis

Para o povoamento inicial do Rio Grande do Sul acorreram elementos de muitos Estados do Brasil, principalmente do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, que eram as áreas mais densamente povoadas da época. A Colônia do Sacramento, fundada diversas vezes pelos portugueses e destruída outras tantas vezes pelos espanhóis, forneceu igualmente grande contingente de povoadores. Pretos e pardos, escravos ou livre, de diversas áreas do Brasil e da África, vindos

espontaneamente ou trazidos pelos seus senhores, para fins militares, econômicos ou de povoamento, e aborígenes de diversas famílias uniram-se aos adventícios brancos na formação da gente rio-grandense. Portugal com seus moradores peninsulares e das Ilhas Açores fez-se presente em grande número. Era o mundo luso-brasileiro que estava ocupando estas terras e as assegurava para os domínios de Portugal. (...)

Entre as outras nações sobressai a Espanha no fornecimento de povoadores para o Rio Grande inicial. Eles vieram da península ibérica e de seus domínios sul-americanos, apesar das lutas quase contínuas existentes entre os dois países, provocadas pela cobiça da posse do chão rio-grandense. Os espanhóis não competem nem de longe em número com os elementos do mundo luso-brasileiro, mas sua contribuição foi considerável. Eram geralmente pessoas avulsas, algumas delas muito numerosas e com vasta descendência. (...)

Quanto mais avançamos para o sul, mas notória se torna a presença étnica do castelhano, cujos descendentes chegaram a galgar os degraus da Presidência da República Brasileira, não apenas na pessoa de um descendente, o Marechal Artur da Costa e Silva, já citado, mas também na do sucessor deste, o eminente General Emílio Garrastazu Médici, fronteirista de Bagé, e na do grande estadista Getúlio Vargas, natural de São Borja mas descendente de três famílias paulistas oriundas da Espanha: os 'Bueno', provenientes de Servilha, os 'Muñoz' (Munhoz), originários de Placência, na Província de Guipuzcoa, e os 'Camargo', procedentes de Castrogeriz, em Burgos. Percebe-se que a maioria dos Presidentes da República nascidos no Rio Grande do Sul descende de espanhóis. Igualmente "mais de um Presidente de República no Uruguai foi descendente de brasileiros nascidos no Rio Grande do Sul" (Manoelito de Ornellas. *Máscaras e murais de minha terra*. Porto Alegre: Globo, 1966, p. 26-7.

Sempre houve intercâmbio populacional entre o sul do nosso Estado e o Estado Oriental do Uruguai, regiões por vezes pertencentes a Portugal e outras vezes à Espanha. Os avanços e recuos de fronteira numa guerra de quase cem anos ocasionavam o encontro do luso-brasileiro com o elemento castelhano. O próprio Bento Gonçalves casou com mulher uruguaia.

Diz Manoelito de Ornellas, um gaúcho dos nossos, que estudou a fundo a questão de que estamos tratando: “Neste momento, difícil seria excluir das famílias mais tradicionais do Rio Grande um antepassado ou um colateral castelhano”. Na página anterior já havia descrito: “Nem para Portugal nem para o Brasil há de ser menosprezante o ilustre parentesco étnico da grande Nação espanhola”. (Do livro *Guarda Velha de Viamão*, p. 66 e 70.)

10 – OS AÇORIANOS

Descoberto pelos portugueses, o Arquipélago dos Açores foi colonizado a partir de 1439, por iniciativa do Infante D. Henrique, com elementos não só de Portugal, mais ainda holandeses, espanhóis, franceses, árabes, judeus...

Em 1620 as ilhas estavam superpovoadas, e a população vivia em penúria, enquanto o Brasil continuava sendo um imenso deserto humano.

Antes da vinda dos “casais de número”, açorianos avulsos chegavam ao território do Rio Grande. Em 23-8-1742, o Brigadeiro Silva Pais solicitava ao Governo de Lisboa a vinda de casais açorianos para a Colonização do Sul do Brasil. Em 1748, começavam a aportar em Santa Catarina; em 1749, em Rio Grande; e em 1752, no Porto de Viamão, depois denominado Porto dos Casais. E daqui para Rio Pardo, Santo Amaro, Taquari, Triunfo, Conceição do Arroio, Estreito e Mostardas...

O número de 4.000 casais, que aparece até em documentos oficiais, constitui “exagero algo fantasioso” – diz Henrique Oscar Wiederspahn, em seu livro *A colonização açoriana no Rio Grande do Sul*. Em 1780, segundo o mesmo autor, havia aqui 10.503 açorianos, constituindo 55% da população total do território rio-grandense.

Destinados inicialmente a povoarem as Missões Orientais, cuja conquista, entretanto, não se efetuará, os colonizadores açorianos inauguraram, na região da atual Grande Porto Alegre e vizinhanças, um sistema revolucionário no Brasil, com pequenas propriedades, modificando-se desta maneira as doações por sesmarias. O governo dava a cada casal açoriano um quarto de

légua em quadrado, duas vacas, praças e construção de uma igreja, com provisão de sacerdote das próprias ilhas.

Dedicando-se à agricultura, cultivavam especialmente o trigo, que chegou a ser exportado. Depois, a “ferrugem”, o calote oficial das autoridades governamentais, que extorquiam o produto sem pagar o produtor, e ainda a sedução da vida mais cômoda dos criadores de gado, puseram fim à cultura do cereal, obrigando o açoriano a dedicar-se à pecuária, tornando-se então latifundiário. Nos livros de “Registro Geral”, guardados no Arquivo Público, consta que de 1780 a 1800 foram feitas concessões de terras a mais de cem açorianos com grandes estâncias em praticamente todos os atuais municípios da campanha. Em 1814, grande número de açorianos e seus descendentes receberam sesmarias na região missioneira.

Os açorianos formavam a elite do povo português, “o elemento mais excelente da península, pertencente à nobreza portuguesa. Dotado de natural vivacidade, trabalhador, liberal, hospitaleiro, generoso, alegre, expansivo, morigerado, caritativo, vigoroso e sóbrio, inimigo da vida militar” – conforme diz Sousa Docca.

“As mulheres açorianas” – continua o mesmo historiador – “eram em geral belas, esbeltas, virtuosas, inteligentes, de olhos castanhos, de extrema vivacidade e de grande meiguice. Muitas era de tez alvíssima e de olhos azuis, a denunciarem a descendência flamenga dos povoadores dos Açores”.

“As povoações açorianas” – escreve Ruben Neis no seu livro *Guarda Velha de Viamão* – “distinguiam-se pela profunda religiosidade e pela devoção ao Divino Espírito Santo, em cuja honra faziam novenas aparatosas, pela fidelidade às tradições e à família. Após tantos anos, o povo gaúcho vive ainda em grande parte o espírito, as tradições e a religiosidade das antigas famílias açorianas”.



Embora inimigo da vida militar, viu-se pelas circunstâncias obrigado a tomar em armas a defesa da sua nova terra. Espalhando-se pela campanha como criador de gado, cruzando-se com paulistas, lusos, espanhóis e índios, o açoriano perderá um pouco de sua nobreza, mas contribuirá para a formação do caráter do gaúcho, a um tempo altivo e belicoso, generoso e hospitaleiro [40, 32, 51 e 42].

11 – FUNDAÇÃO DE PORTO ALEGRE

Um dos integrantes da tropa militarizada de João de Magalhães, Jerônimo de Ornelas de Menezes e Vasconcelos, natural da Ilha da Madeira, fixou residência no Morro de Santana, antes de 1732. Em 5-11-1740, obtinha ele posse definitiva de suas terras.

Sua fazenda aparece nos livros eclesiásticos com o nome de “Sítio do Dorneles”. O sítio, por ocasião da tomada das Missões e da entrada dos açorianos, que chegavam pela Lagoa dos Patos, tomou importância como meio caminho entre Rio Grande e as Missões. Ficou sendo lugar de pouso e espera para a gente açoriana que se destinava a povoar a região missioneira.

Desde 1753, o Sítio de Dorneles aparece com o nome de “Porto do Dorneles”. Já a partir de 1757, recebe a denominação de “Porto dos Casais”.

Os açorianos não se destinavam a fundar Porto Alegre. Ficaram aqui pouco tempo aguardando que as Missões fossem conquistadas, para então poderem ocupá-las. Alguns permaneceram no Porto do Dorneles, mas a maioria rumou para Santo Amaro e Rio Pardo.

Em 8-12-1752, realizou-se o primeiro batizado de filho de açoriano, sendo que em 1753 foram batizadas 28 crianças filhas de açorianos do Porto do Dorneles. A partir de 1755, começaram a ser feitos batismos em Rio Pardo e em 1757 em Triunfo.

Em 1755, como se observa pelos assentos de batismos, já havia poucos açorianos no “Porto de Viamão”, aparecendo a maioria em Santo Amaro, Rio Pardo e, mais tarde, Taquari.

Com a chegada de José Marcelino de Figueiredo, em 1769, a situação dos poucos açorianos do Porto dos Casais



princiava a melhorar, pois iniciava-se a fundação de um povoado, com a construção da Ermida de São Francisco de Chagas.

Jerônimo nesse ano vendeu sua fazenda a Inácio Francisco por 8;000\$000 e mudou-se para Três Irmãos, às margens do Caí, onde fundou a Estância de Santa Ana do Rio dos Sinos.

O Rincão de São Francisco foi desapropriado. A pedido do governador José Marcelino de Figueiredo, o Bispo do Rio de Janeiro, D. Frei Antônio do Desterro, criou em 26-3-1772, a freguesia de São Francisco, orago que em 18-1-1773 seria mudado para Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, talvez em homenagem à princesa D. Maria, filha de D. José I, e à famosa rainha D. Maria I, mãe de D. João VI.

A povoação progredia com descendentes açorianos, emigrados sacramentinos e, sobretudo, com 60 paulistas trazidos pelo Gen. Gomes Freire de Andrade. Em 24-7-1773, o governador Marcelino transferiu de Viamão para cá a sede da Capital da Província. Em 1780, a freguesia contava com 1.200 habitantes. Em 19-9-1807, com a criação da Capitania Geral, Porto Alegre passou a ser a sua capital, sendo elevada à categoria de vila em 23-8-1808 [7 – 50].

12 – TRATADO DE MADRID (1750)

Em 11-12-1737, a Silva Pais, no governo de Rio Grande, sucedeu o Mestre-de-Campo André Ribeiro Coutinho, homem erudito, filho e neto de poetas, ex-oficial da Guerra de Sucessão (1704-1713), da guerra contra os turcos (1717) e da Índia (1723-1735).

O segundo governador do Continente trabalhou na fixação dos açorianos. Aumentou os rebanhos das estâncias reais de Torotama e Bojuru. Acelerou a indústria do couro. Fez construir a primeira barcaça para o transporte regular no canal rumo às Capitânicas Centrais. Iniciou a formação do Regimento de Dragões, fundado pelo Coronel Diogo Osório Cardoso, seu sucessor, o Regimento que se revoltara em 1742. Entregou o governo em 22-12-1740, por motivo alegado de saúde.

Durante o governo do Coronel-de-Dragões Diogo Osório Cardoso, às vésperas da morte de D. João V, foi assinado a 13-1-1750 o célebre Tratado de Madrid, do qual, por parte de Portugal, foi responsável o brasileiro Alexandre de Gusmão.

Este Tratado, um dos documentos diplomáticos mais conhecidos do Brasil, considerado a Carta Política da América Latina e o gérmen do pan-americanismo, determinava que Portugal entregaria à Espanha a Colônia do Sacramento, recebendo em troca os Sete Povos das Missões.

Para demarcação dos novos limites, Portugal destacou o Governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada. Conde de Bodadela, e a Espanha, D. Gaspar Tello y Espinosa, Marquês de Valdelírios.

Gomes Freire, que cursara o terceiro ano de Letras Jurídicas na Universidade de Coimbra, ex-combatente da Guerra

de Sucessão, durante a qual foi ferido e prisioneiro, atuaria agora pela segunda vez no Sul do Brasil, devendo, para tão importante missão diplomática, permanecer por aqui de 1752 a 1759.

Ordenou que Cristóvão Pereira de Abreu organizasse uma bandeira em Curitiba e seguisse para o Continente. Determinou que o Tenente-de-Dragões Francisco Pinto Bandeira, com 60 paulistas, tomasse posição na embocadura do Rio Pardo, onde já havia algumas estâncias de criação e onde o Mestre-de-Campo J. F. Alpoim havia erguido uma fortaleza de campanha, feita de pau-a-pique e torrão, como a de Jesus-Maria-José, de Rio Grande, com idêntico nome.

A 18-2-1752, precisamente no 15º aniversário da fundação de Rio Grande, Gomes Freire seguia para o Sul, com mais de mil homens, entre oficiais, engenheiros, arquitetos, cartógrafos, desenhistas, cosmógrafos, três padres matemáticos, um secretário, um cirurgião e os componentes de sua orquestra de câmara.

Escalou na Ilha de Santa Catarina. De Laguna e Garopaba seguiu a cavalo até Rio Grande. Oito meses depois, em outubro, dava-se em Castilhos Grande o encontro com o Marquês de Valdelírios, que vinha de Madrid. O encontro ocorreu em pleno descampado. Um arroio, muito cheio, impedia a aproximação dos dois emissários. Valdelírios, metido numa pelota (embarcação de couro), ameaçado de cair na água, foi socorrido por Gomes Freire, a cavalo.

Durante três horas conversaram a sós. À noite, no acampamento, um aplaudido sarau dos portugueses deixou admirados os castelhanos, a começar pelo Marquês.

O Tratado determinava que os missionários deixariam os Sete Povos com todos os seus móveis e feitos, levando consigo os índios para se aldearem em outras terras da Espanha.

Os missionários pediram o prazo de três anos para se transferirem. O Marquês de Valdelírios respondeu: “Não darei três meses”.

Chegando, o Pe. Luís Altamirano, comissário geral dos jesuítas, precipitou os acontecimentos. Os índios revoltaram-se, chegando a prender alguns padres.

A linha divisória, traçada agora por Gomes Freire e Valdelírios, partiria do arroio Chuí até suas nascentes no monte Castilhos Grande, e daí em linha reta, nos pontos mais altos, até as nascentes do rio Negro e do Ibicuí, e por este subindo até o Uruguai, pelo qual continuaria até a embocadura do Peperi.

Os trabalhos efetuavam-se sem incidentes, de sorte que Gomes Freire pôde se retirar para a Colônia do Sacramento e Valdelírios para Montevidéu.

Quando os demarcadores atingiram o sítio de Santa Tecla, no atual município de Bagé, surgiu grave impasse. Os índios, chefiados por Sepé Tiaraju, opuseram-se ao avanço dos portugueses e espanhóis. Sepé teria proferido então as palavras: “Esta terra é nossa; nós a recebemos de Deus e de São Miguel”.

Os trabalhos foram suspensos. Só prosseguirão mediante a força [3-52].



13 – GUERRA GUARANÍTICA

Em 15-7-1753, reunidos na Ilha de Martim Garcia, Gomes Freire, Valdelírios e o governador de Buenos Aires, José Andonaegue, comandante do exército espanhol, resolveram prosseguir a demarcação dos limites mediante a guerra contra os índios.

A empresa não seria fácil. A questão definitiva dos limites só se resolverá daí a quase 50 anos, com a ocupação total das Missões em 1801, mediante a ação audaciosa de José Borges do Canto.

Enquanto se providenciava o ataque aos indígenas, estes, antecipando-se, atacaram, por duas vezes, o Forte de Jesus-Maria-José de Rio Pardo, construído pelo engenheiro militar João Gomes de Melo para vedar a entrada dos indígenas para Viamão e proteger o comércio.

No ataque de 22-2-1754, os índios perderam 22 homens e os portugueses dois. No dia 29 de abril, novo ataque indígena, sob o comando de Sepé. As forças lusas eram chefiadas por Francisco Pinto Bandeira, que foi ferido num braço, e pelo Tenente-Coronel Tomas Luís Osório, rio-grandense. Sepé caiu prisioneiro, fugindo depois, graças à sua astúcia e à condescendência de Pinto Bandeira.

Gomes Freire de Andrada deslocou-se para Rio Pardo via Rio Grande. Foi quando ocorreu avassaladora enchente. Choveu sem parar durante sete dias e sete noites. Os soldados salvaram-se refugiando-se nos galhos das árvores mais altas.

O exército espanhol, alegando falta de pasto para a cavalaria, não seguiu para Rio Pardo. Gomes Freire resolveu negociar com os caciques, durante um jantar, sendo bem sucedido,

obtendo para os portugueses a posse tranquila da margem oriental do Jacuí.

A seguir, o grosso das tropas luso-brasileiras desceu para o reduto de São Gonçalo, sobre o Piratini, aguardando ali o exército espanhol. Chefiado pelo velho Andonaegue, cheio de achaques, que só chegaria em dezembro de 175.

Os dois exércitos aliados, 1.770 espanhóis e 1.600 portugueses, reunidos em Santa Tecla, marcharam decididos a destroçar as agressivas e imprudentes hostes indígenas.

Na tarde de 7-2-1756, deu-se o primeiro combate nas proximidades do rio Vacacaí, morrendo Sepé Tiaraju, fulminado por um tiro de pistola desferido por José Joaquim Viana, governador de Montevideú.

Na retaguarda, entretanto, vinha o cacique Nicolau Nenguiru, avançando à frente de grande contingente de índios, obrigando os exércitos aliados a se colocarem em ordem de batalha.

Na altura do arroio Caiboaté, afluente do Vacacaí perto da atual cidade de São Gabriel, um emissário de Nenguiru, portando bandeira branca, apresenta-se declarando que desejava falar com o chefe espanhol.

Falando então com Valdelírios, disse que Nenguiru estava disposto a cumprir quanto lhe fosse ordenado. O Marquês, em resposta, pediu que os índios retornassem aos seus povos e daí se transferissem com todos os seus bens e rebanhos, deixando os povos aos portugueses, de acordo com o Tratado entre os dois soberanos.

O emissário garantiu que as ordens seriam cumpridas, e pediu algum tempo para reunir suas tropas e cavalhadas.

Contudo, em vez de abandonar suas posições, os índios começaram a reunir mais gente, para cercar os exércitos aliados.

Em vista disso, no dia 10-2-1756, os generais aliados resolveram investir contra os indígenas. Foi uma chacina! Num combate de menos de duas horas, morreram 1.200 índios, entre os quais o próprio Nicolau Nenguiru, ficando presos mais de 200. Os aliados tiveram apenas quatro mortos, alguns feridos como o Coronel Tomás Luís Osório.

O local do combate está hoje assinalado por uma grande cruz, que substituiu a anterior, de madeira, erigida em 4-3-1756, por Miguel Mayra, e aquela por Roleno Leonardo Vieira.

As tropas vencedoras, no mesmo dia, deixando os cadáveres insepultos, acamparam no Caiboaté Grande, durante dois dias. Em seguida, escalaram a serra de São Martinho, desalojando outros índios. Em 18 de maio, entravam em São Miguel. Os índios haviam fugido, tendo antes incendiado suas casas. Uma forte chuva salvou a igreja do incêndio.

Caíram em seguida em poder das forças luso-castelhanas os povos de São João, São Lourenço, São Nicolau, Santo Ângelo, São Luís e São Borja. Gomes Freire, depois de ficar acampado por dois meses em Santo Ângelo, tentando descobrir o pretense tesouro dos Jesuítas, retirou-se para Rio Pardo, seguido de numerosos índios, que se tornaram amigos dos portugueses. Estes índios constituíram a Aldeia dos Anjos, hoje cidade de Gravataí.

Vendo que o pacto de 1750 não surtia seus efeitos para Portugal, Gomes Freire retornou à Colônia do Sacramento, que não entregou aos espanhóis, assim como não foram entregues aos portugueses os Sete Povos. Em 1761, o Tratado de El Pardo anulava o de Madrid.

Quando Pedro de Ceballos destruiu a fortaleza da Colônia do Sacramento, não deixando pedra sobre pedra, Gomes Freire de

Andrada, ao tomar conhecimento do fato, sofreu derrame cerebral, vindo a morrer no dia 1-1-1763. (Fonte principal: *Fronteira*, de Moisés Vellinho.)



14 – INVASÃO DE RIO GRANDE

Rio Pardo, agora sede do Regimento de Dragões, começou a se transformar num centro expansionista para a campanha. O Rio Grande, vila desde 16-12-1751, prosperava com a chegada dos açorianos e outros colonizadores. Prosperava toda a região de Viamão, Tramandaí, o vale do Jacuí, do Camaquã; aumentava o número de estâncias entre Rio Grande e o Chuí. O tropeirismo agigantava-se. Iniciava-se a agricultura. Colhia-se o primeiro trigo...

Todo este desenvolvimento demográfico e econômico preocupava os espanhóis, que, sobretudo após o Tratado de El Pardo (12-2-1761), aumentavam suas pretensões sobre o Continente de São Pedro.

Quando o Rio Grande foi elevado à categoria de governo (13-8-1760), o 4º comandante, Tenente Coronel Pasqual Azevedo, transmitia o cargo ao Coronel Inácio Elói Madureira, o primeiro a receber o título de Governador, agora independente de Santa Catarina, embora subordinado ao capitão-geral do Rio de Janeiro.

A Europa estava sendo devastada pela Guerra dos Sete Anos (1756 – 1763), Inglaterra e Prússia contra a Áustria, França e Rússia.

Luís XV da França, visando a neutralizar o poderio marítimo inglês, firmou o “Pacto de Família” (15-8-1761) com as dinastias de Bourbons. Portugal, para não desgostar a Inglaterra, sua eterna protetora, não aderiu, sendo, por isso, invadido por tropas espanholas e francesas.

Em 6-10-1762, disparando milhares de tiros por dia, Cevallos iniciava o ataque à Colônia do Sacramento, defendida por 500 homens, sob o comando do Governador Brigadeiro Vicente da

Silva Fonseca. No dia 29 de outubro reiniciava o fogo castelhano, lançando 863 tiros sobre a praça.

De tarde foram iniciadas as tratativas da rendição. No dia 31, retiravam-se os lusitanos. Muitos povoadores permaneceram na Colônia. No dia 10 de novembro, violento temporal fez naufragar duas das 19 pequenas embarcações que estavam prestes a seguir para o Rio de Janeiro. Pereceram afogados cerca de 200 ocupantes.

Durante o cerco, Gomes Freire pedira socorro à metrópole, socorro já insistentemente solicitado pelo governador Fonseca. O socorro veio da Inglaterra com dois navios sob o comando de MacNamara, que no Rio de Janeiro, assumiu o controle do comboio de oito embarcações com cerca de 400 homens, rumando para o Prata a fim de atacar Buenos Aires.

Durante um mês MacNamara ficou esperando três embarcações entre Maldonado e Montevidéu. Em vez de atacar Buenos Aires, MacNamara investiu contra Montevidéu, quando um violento incêndio fez afundar rapidamente o navio *Lord Clive*. De cerca 500 homens na tripulação, salvaram-se apenas dois e mais 80 oficiais e marinheiros, que nadando atingiram a praia, sendo aprisionados. MacNamara, ferido, seguia nadando, auxiliado por um companheiro, ao qual entregou a espada, antes de morrer afogado.

O Brigadeiro Fonseca foi preso ao chegar ao Rio de Janeiro. Recolhido à Ilha das Cobras, seguiu em 11-4-1763 para Lisboa, vindo a morrer nove anos depois na prisão do Limoeiro. Ele era inocente, pois havia esgotado todos os recursos a fim de salvar Colônia. Em 10-2-1763, firmava-se o Tratado de Paris, restabelecendo a paz entre as duas coroas. Agora Cevallos articulava um ataque ao Rio de Janeiro, enquanto da Espanha saíria uma esquadra para atacar a Ilha de Santa Catarina.

No governo de Rio Grande, sucederam-se no governo: André Ribeiro Coutinho, Coronel Diogo Osório Cardoso, Tenente-Coronel Pasqual de Azevedo (interino por morte do titular). Em 9-9-1760, era designado o Coronel Inácio Elói de Madureira. Gomes Freire, prevendo a invasão do Continente, mandou construir o Forte de Santa Teresa em Maldonado, pelo Coronel Tomás Luís Osório e o engenheiro José Gomes de Melo. A construção foi iniciada em 4-12-1762.

A queda de Colônia e a derrota de MacNamara abateram o ânimo dos defensores do Forte e a capitulação da Colônia que provocou a morte de Gomes Freire.

No dia 13-4-1764, o Coronel Osório avisava a Madureira que Cavallos se aproximava do Forte de Santa Teresa com seis mil homens. No dia 16 os castelhanos acampavam à vista da fortaleza e, durante a noite, construíram uma bateria de seis canhões dirigida contra o Forte.

Na manhã de 18, por ordem do comandante Osório, 150 homens a pé e 70 auxiliares a cavalo começaram a trocar tiros com duas peças, sendo repelidos pelos sitiantes. Osório, que da fortaleza observava a ação, ordenou a retirada.

A indecisão do comandante predispôs a tropa que começou a debandada rumo a Rio Grande. Nessa noite de 18, um emissário do comandante luso-brasileiro convidava Cevallos a ocupar a fortaleza.

O Capitão castelhano, D. Francisco Bruno de Zabala, entrando no Forte, aprisionou o Cel. Osório, 16 subalternos, cinco inferiores e 130 soldados, todos libertados após o Tratado de Paris.

A seguir, no dia 19, quatro destacamentos castelhanos marcharam a ocupar o Forte de São Miguel, a sete léguas, comandado pelo Capitão João Alves Ferreira. Outros três

destacamentos perseguiram e aprisionaram os fugitivos de Santa Teresa.

Acusado de traição, Tomás Luís Osório foi preso na Ilha das Cobras, sendo mais tarde libertado. Posteriormente, acusado injustamente por haver dado esconderijo a um jesuíta em Minas Gerais, foi enforcado por causa da entrega do Forte de Santa Teresa.

Abeillard Barreto, em carta ao autor, declara que teve acesso ao processo, concluindo que realmente a causa de sua condenação foi a entrega do Forte de Santa Teresa. Afirmaram o contrário: Fernando Luís Osório em *A Cidade de Pelotas*, Camilo Castelo Branco em *Perfil do Marquês de Pombal* e Southey, *História do Brasil*, volume VI. Alegam estes autores que o Conde de Oeiras e depois Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo) “mandou, então, magnanimamente, que se afixassem nas esquinas editais declarando, para benefício dos descendentes do enforcado, que o Coronel fora condenado sem culpa”.

Depois de ocupar o Forte de São Miguel (23-4-1763), três destacamentos castelhanos chegavam às portas de Rio Grande, juntando-se à coluna do Capitão D. José de Molina composta de 600 dragões, 160 infantes e 500 índios.

O Coronel Inácio Madureira, doente e mais indeciso do que Tomás Luís Osório, embora houvesse ordem de evacuar a vila, não o fez. A população, tomada de pânico, fugiu precipitadamente, abandonando todos os seus haveres, no dia 24-4-1763. No dia 13 de maio, os castelhanos ocupavam também São José do Norte.

Madureira estabeleceu a sede do governo em Viamão, sendo, em seguida, obrigado a renunciar ao cargo em favor do Tenente-Coronel Barreto Pereira Pinto. Sua morte em 26-1-1764,

em Santa Catarina, fez com que não sofresse a mesma capital punição de Tomás Luís Osório.

Nesta “Corrida do Rio Grande”, apenas a fronteira de Rio Pardo resistiu à invasão espanhola, graças à valentia de Barreto Pereira Pinto e, sobretudo, de Francisco Pinto Bandeira, que destroçaram a força do Capitão Antônio Cattani no dia 1-1-1763. Pinto Bandeira, com apenas 230 dragões e aventureiros paulistas, caiu como um furacão sobre os 2.500 soldados inimigos. “Nunca se vira, nestas desertas paragens” – acentua Moisés Vellinho – “debandada igual”. A tropa de Cattani desmanchou-se em pânico. O comandante, sem tempo de vestir o uniforme, fugiu em trajes menores. (Fonte principal: Abeillard Barreto in *História naval brasileira*.)



15 – TROPEIROS

Em 1555, os irmãos Vicente e Cipião Góis introduziram o gado no Paraguai, de onde algumas cabeças foram transferidas para as margens do Paraná e do Prata, daí espalhando-se para os campos rio-grandenses.

Os jesuítas das reduções, por sua vez, introduziram o gado para sustento dos seus índios cristianizados.

Daí por diante, nas primeiras décadas de 1600, o gado foi disseminando-se pela campanha, sendo a seguir introduzido na região litorânea entre Rio Grande e Tramandaí.

As inúmeras manadas de bovinos, muares, cavалares, encontradas nos campos do Continente de São Pedro pelos exploradores, constituíam nova fonte de riqueza nada inferior aos canais do nordeste e às minas de ouro e diamante do centro do Brasil. Explorar esta riqueza valia mais do que o comércio do contrabando, que se operava junto ao estuário do Prata.

Além da exploração do couro e do sebo do gado vacum, surgiria depois o comércio de mulas para o vale do rio São Francisco.

Faltava agora transportar para lá. Era uma empreitada difícil, uma vez que pelo litoral, desde Laguna, tornava-se impossível abrir caminho, em virtude das escarpas intransponíveis ali existentes. A única alternativa seria uma estrada pela serra.

Surge então a legendária figura de Cristóvão Pereira de Abreu, um nobre fidalgo português, da família do Condestável Nuno Álvares. Emigrou ainda solteiro para o Rio de Janeiro, por volta de 1700.

Aos 42 anos arrematou, em leilão promovido pelo Rei, o monopólio de couros do Sul do Brasil, pagando o imposto anual de 70.000 cruzados. Transformou a Colônia do Sacramento no maior empório mundial de comércio e contrabando de couro ao exportar 500.000 peças por ano.

Um dos primeiros estancieiros e sesmeiros do Rio Grande do Sul, foi também o primeiro tropeiro a transportar tropas para o mercado das minas de ouro do centro do Brasil.

Associou-se então ao lagunense Francisco de Sousa Faria, com a finalidade de abrir um caminho pela serra, desde o Morro dos Conventos, em Araranguá, até Sorocaba, cruzando pelos campos de Vacaria e Lages, em 1727.

Foi por este caminho que Cristóvão Pereira de Abreu em 1729 conduziu a primeira leva de centenas de cavalos e mulas. Na segunda viagem, que durou 14 meses, com 130 tropeiros, levou 3.000 animais à Feira de Sorocaba.

Encurtando caminho, Cristóvão Pereira, nos anos de 1731 e 1732, abriu a famosa estrada ligando os campos de Viamão a Lages, através do vale de Rolante. Ao longo desta estrada foram então surgindo povoados, como Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula, Vacaria...

Por ordem de Gomes Freire de Andrada, o tropeiro Cristóvão Pereira de Abreu, a partir de 1736, com 160 homens, durante cinco meses, dominou todo o sul do Continente, edificando fortificações, com o objetivo de repelir um eventual ataque dos castelhanos e preparando ambiente para a fundação oficial do Rio Grande do Sul, pelo brigadeiro, José da Silva Pais, no histórico dia 19-2-1737.

Ainda por ordem de Gomes Freire de Andrada, Cristóvão Pereira de Abreu, em 1738, abria o caminho das tropas para as Missões, ligando Laguna à região pelo Planalto, nos atuais

municípios de Bom Jesus, Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Carazinho, Cruz Alta, Palmeira das Missões e outros. Em 1752, em carta ao Rei de Portugal, Gomes Freire de Andrada fazia referências a esta estrada.

O caminho das Missões pelo Planalto fora aberto pelos missionários jesuítas. Por ele passou o bandeirante André Fernandes em 1637, e no ano seguinte Fernão Dias Pais. O caminho atravessava o Mato Português, o Campo do Meio e o Mato Castelhana, nomes que remontam ao tempo das Missões Jesuíticas.

Em 1641, passava por esta estrada a bandeira de Jerônimo de Barros. No ano de 1819, João de Barros, abastado tropeiro paulista, abriu novo pique no Mato Castelhana, por terrenos mais favoráveis e encurtando distâncias.

Mas a passagem dos dois matos, situados entre os atuais municípios de Lagoa Vermelha e Passo Fundo, era extremamente perigosa para os tropeiros, em virtude da hostilidade do gentio, que assaltava as caravanas.

Em abril de 1835, por exemplo, os índios coroados, no Mato Português, exterminaram a caravana do tropeiro paulista Domiciano de Mascarenhas Camelo, composta de 14 pessoas, salvando-se apenas ele e um filhinho de dois anos, gravemente ferido.

Os tropeiros, ao penetrar nesses matos, em geral, contratavam um bugreiro para acompanhá-los e defendê-los contra os possíveis assaltos indígenas. O mais temido desses bugreiros foi José Domingos Nunes de Oliveira, que morava junto do Mato Castelhana. Era tão temido dos índios, que chegava a afugentá-los com a presença do seu pala de gaúcho, que ele costumava emprestar aos chefes das caravanas os das tropas de muare.

Garibaldi em suas memórias fala dos foges que os *bugres* abriam nesses matos para assaltar as caravanas de tropeiros. Durante a Revolução Farroupilha, visto como os indígenas eram amigos dos revolucionários e inimigos dos imperiais, facilitaram a passagem dos farrapos e obstaculizaram a força de Labatut.

Os tropeiros procedentes das Missões, a princípio, cruzavam o rio Pelotas no Passo de Santa Vitória, no atual município de Bom Jesus, onde em 26-5-1780 foi instalado um Registro.

Por volta de 1785, os tropeiros, encurtando caminho e fugindo à cobrança do imposto no Registro se Santa Vitória, abriram um passo clandestino na barra do Marombas. Era o Passo do Pontão, nos atuais municípios de Campos Novos e Barracão, na BR-470. Este passo foi oficializado em 1818 pelo bandeirante Atanagildo Pinto Martins. Em 4-3-1848, o Registro de Santa Vitória foi removido para o Passo do Pontão, que se tornou o mais movimentado de toda a Província, de sorte que a Coletoria do Pontão passou a ser a mais rendosa. No ano de 1856, a Coletoria do Pontão rendeu 26:339\$310 réis. Nesse ano já existia o Passo de Nonoai, que fez decrescer a renda do Pontão.

O ciclo do tropeirismo prolongou-se por 200 anos, desde Cristóvão Pereira de Abreu até Pinheiro Machado. Ao longo destes dois séculos, os tropeiros escreveram uma das mais heróicas epopéias da História do Brasil.

“ A vida de tropeiro” – escreve F. Abreu de Medeiros, em *Curiosidades Brasileiras* – “ é sem dúvida, a mais cheia de sobressaltos, de inquietações e sofrimentos. Romper sertões extensos, só habitados por indígenas e feras bravias; penetrar até os mais recônditos lugares do Rio Grande, e, se necessário, transpor limites da Província; ir até os castelhanos em busca da melhor fazenda e de negócio mais vantajoso; voltar debaixo de rigoroso sol e copiosas chuvas com uma tropa de quinhentas,

oitocentas ou mil bestas; correr a extensão dos campos, entranhar-se pelas espessas matas após aqueles animais que fogem da ronda, que se extraviam e morrem continuamente, e que, por um pequeno descuido, se entreveram com tropas de outros donos; atravessar com grande risco de vida os rios caudalosos que cortam as estradas; comer ao romper do dia e à noite o mal cozido feijão de caldeirão e o velho churrasco, saboreando também o infalível e proverbial mate-chimarrão; ver-se obrigado, pela falta de uma barraca, ou pela impossibilidade de armá-la, dormir ao relento, sem outro teto mais que a abóboda celeste, estendido à beira de um arroio, sobre um chão duro, apenas forrado de xerga e carona, repassado de suor do matungo lerdo e cansado, tendo por travesseiro o lombilho, único arrimo que se conhece por esses despovoados por amparar a cabeça e um pobre corpo alquebrado pelas fadigas do dia...”

O tráfego de muares entre o extremo-sul e as regiões do centro do Brasil constituía então uma das maiores fontes de rendas da Província de São Paulo, em virtude da cobrança de imposto *per capita* durante o caminho e na Feira de Sorocaba.

Nesta feira, nos anos de 1855 a 1860, foram vendidos anualmente cerca de cem mil muares [3, 12, 52].

16 – RETOMADA DE RIO GRANDE

A ocupação castelhana de Rio Grande em tempo de paz, estabelecida pelo Tratado de Paris (10-2-1763), foi uma violação, pois se encontravam em plena vigência os termos do Tratado de Madrid.

A situação do Continente, com os espanhóis dominando as duas ribanceiras do Rio Grande e bloqueando as comunicações marítimas, tornava-se insuportável. Entretanto, a primeira geração de rio-grandenses já se encontrava em condições de lutar, para defender bravamente a sua terra, tendo à frente o legendário Rafael Pinto Bandeira. Primogênito de Francisco, nasceu em Rio Grande a 16-11-1740, e descendia de um herói português que, em pleno combate, arrematou a bandeira das mãos de um valente espanhol, façanha que lhe valeu o sobrenome de Bandeira. Pelo lado materno, Rafael descendia da heroica família Brito Peixoto.

Os rio-grandenses estão decididos a retomar Rio Grande, mesmo à revelia do vice-rei do Brasil, mas com o apoio do governador da Capitania, Coronel José Custódio de Sá e Faria, empossado em 16-6-1764.

Em agosto de 1764, uma tentativa de ataque à pequena fortaleza de São Caetano, na margem esquerda do canal, fracassou em virtude do mau tempo reinante.

Em 29-5-1767, o Coronel José Marcelino de Figueiredo, comandando uma força de 620 homens, tentou atacar São José do Norte, tentativa que só se efetivou no dia 5 de junho. Surpreendidos e assustados, os espanhóis abandonaram a posição, juntamente com sua artilharia.

Buenos Aires e a corte espanhola protestaram contra esta agressão, efetuada em tempo de paz. Portugal apresentou

desculpas, sem demitir o governador José Custódio, que em 23-4-1769, era substituído pelo seu valoroso auxiliar, o Coronel José Marcelino de Figueiredo.

Enquanto o jovem Rafael Pinto Bandeira, surpreendendo patrulhas espanholas, correndo gado e cavalhadas, chegava até as estâncias de Maldonado e Montevidéu, o governador de Buenos Aires, D. Juan Vertiz y Salcedo, em 1773, parte de Montevidéu com mais de três mil homens, resolvido a vingar o ataque a São José do Norte e ocupar o resto do Continente e mesmo a Ilha de Santa Catarina.

Em caminho, nas proximidades da atual cidade de Bagé, Salcedo mandou erguer o Forte de Santa Tecla. Daí partiu rumo a Rio Pardo.

O governador José Marcelino convoca então Rafael Pinto Bandeira, oficial do Regimento de Dragões, para embarçar a marcha dos invasores.

Uma força castelhana, comandada pelo Capitão Antônio Gómez de Velasco, é destruída por Rafael Pinto Bandeira em 3-1-1774, às margens do arroio Santa Bárbara, 1.200 cavalos, 300 muares e 100 bois.

Vértiz y Salcedo, ignorando o fracasso de Velasco, prossegue avançando contra Rio Pardo. Recebe então a notícia de D. Bruno de Zabala, que fora destacado com 400 homens para colher informações. Informações alarmantes! Os soldados de Velasco que não se atolaram nos banhados debandaram pelos matos, aterrorizados por um espantinho infernal, um diabólico estratagema de Pinto Bandeira, que foi depois utilizado contra o próprio Salcedo.

Bandeira mandou pegar um bagual, a cuja cola foi amarrado um cilindro de couro cru. Depois espantou o animal, que disparou feito louco contra os castelhanos. Açoitado duramente por



aquele diabólico artefato, produzindo barulho ensurdecedor, o cavalo, bufando, passava como um bólido, afugentando homens e animais, qual terrível assombração saída do interno [52].

Agora Salcedo avança contra Rio Pardo, que esmagaria com facilidade, dada a superioridade do seu exército sobre os poucos defensores do Forte Jesus-Maria-José.

Em vez de atacar, Salcedo, sob valentes ameaças, pede que o comandante de Rio Pardo se retire dos domínios espanhóis.

José Marcelino, servindo-se de astucioso ardil, manda informar que a resposta seria dada pelo governador da Capitania, que não estava ali mas que era esperado. Que aguardasse, pois, a sua chegada.

No dia seguinte, simulando receber o governador, salvas de canhão troam aos ares, no meio de rumoroso rufar de tambores e festivo tremular de bandeiras.

Salcedo está de boca aberta diante do que vê. Ele cuidava encontrar aquele forte desguarnecido. “Fui mal informado” – pensou.

Foi precisamente nesse entretempo que Salcedo recebeu a contundente notícia de que Pinto Bandeira havia desbaratado Velasco em Santa Bárbara e Tabatingá. Ele, que confiava em reforços para atacar Rio Pardo, estava agora desanimado. Resolve levantar o cerco, mandando dizer a José Marcelino que “ele não tinha ido fazer guerra, e só tinha passado a visitar a sua fronteira, levando tropa, para com ela atacar algumas partidas de ladrões que lhe constava virem furtar os gados e cavalladas dos castelhanos”.

E o governador de Buenos Aires retira-se às pressas, quase fugindo, rumo a Montevidéu.

Agora impunha-se a retomada de Rio Grande. Para tanto, Rio de Janeiro enviava uma grande expedição sob o comando do general alemão João Henrique Boehm, trazendo unidades de São Paulo, de Laguna, as quais, junto com outras do Continente, do Brasil e da metrópole, somavam dez, formando um exército de 6.717 homens, o maior exército de tropas regulares do Brasil de então. A força de São Paulo, cerca de 2.000 homens, seguiu por terra, via Curitiba, Lages e Santa Vitória.

Como medida preliminar, Rafael Pinto Bandeira, com 150 homens, toma o Forte de São Martinho, que os castelhanos haviam erguido na garganta da serra, fechando o caminho de Viamão para as Missões.

Bandeira embrenhou-se audaciosamente no mato, galgando a serra e atacando o Forte pela retaguarda, caindo de improviso e surpreendendo a guarnição atônita, que não teve tempo de se defender e acabou se entregando.

Depois desta façanha, Rafael Pinto Bandeira recebe ordem de atacar o Forte de Santa Tecla, auxiliado pelo Sargento-Mor Patrício José Correia da Câmara, que em 17-2-1776, partia de Rio Pardo com quatro esquadrões contando 289 homens. Bandeira em 19 de fevereiro deixava a guarda da Encruzilhada, fazendo junção em Pedras Grandes com os esquadrões de Patrício. Ao amanhecer do dia 28, com um total de 619 homens, Pinto Bandeira estava ao pé do Forte Santa Tecla.

Protegido por cinco baluartes, cercado por um fosso de nove metros de largura e dois metros e meio de profundidade e defendido por 218 homens, parecia inexpugnável.

Depois de 27 dias de assédio, Pinto Bandeira, desiludido de subjugar os ocupantes pela fome, ia retirar-se, quando aconteceu o imprevisto. O Capitão Domingos Luís Ramírez,

comandante da Fortaleza, resolve capitular (26-3-1776) com todas as honras militares.

O bastião foi totalmente destruído pelos ocupantes. O poço, de 22 metros, escavado na rocha, foi obstruído com numerosos objetos. Estes, graças ao trabalho do arqueólogo bageense Tarcísio Taborda, vieram agora à descoberta e formam o que há de mais valioso no Museu Patrício José Correia da Câmara.

O feito heroico imortalizou Rafael, cuja fama correu a América Portuguesa e Lisboa. O Marquês de Portugal em 31-7-1776 elevou-o ao posto de Coronel, e o Rei D. José I concedeu-lhe o Hábito da Ordem de Cristo, com 200 mil réis de tença.

O governador José Marcelino de Figueiredo (que se havia refugiado no Brasil, trocando seu nome nobre de Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, por haver morto em Lisboa um oficial inglês) melindrava-se agora diante das glórias do Redentor do Continente.

Um dia, durante uma trégua dos castelhanos, encontrando-se os dois numa rua de Porto Alegre, o governador puxa da pistola e avança contra o Coronel-de-Milícias. Rafael, ágil, desvia-lhe a arma, dizendo: “Esta não presta. Puxe outra, Brigadeiro”.

Marcelino, mais tarde, puxando outra arma, moveu-lhe processo: sequestrou-lhe os bens e remeteu o preso para o Rio de Janeiro. D. Maria I, ciente do fato, mandou chamar Rafael a Lisboa e conferiu-lhe o título de General do Exército Português. Retornando ao Continente, Pinto Bandeira ocupou o cargo de governador de Rio Grande.

Por sua vez, José Marcelino, hostilizado pelo vice-rei, o Marquês do Lavradio, foi deposto, embora retornasse a governar o Continente. Rafael Pinto Bandeira morreu com apenas 54 anos, existindo suspeita de ter sido envenenado [52].



O general Boehm, nas proximidades da barra de Rio Grande, ocupado pelos espanhóis. No dia 19-2-1776, Mac-Dowell, com uma esquadilha de nove embarcações, entra imprudentemente na barra, e recebe o fogo das baterias castelhanas, sofrendo o afundamento de seis embarcações, morte de 12 soldados e ferimento de 30.

Enfim, às 3 horas da madrugada de 1º de abril, retirando-se do baile de gala em homenagem à rainha de Portugal, que aniversariava, Boehm surpreende os castelhanos. Apodera-se dos Fortes de Santa Bárbara e da Trindade. Investe contra a esquadra espanhola, pondo-a em fuga, depois de destroçar quatro naus.

Na manhã do dia 2, o comandante do Forte da Barra, D. José de Molina, pede três dias para evacuar a vila. O prazo concedido é de três horas.

Retiravam-se assim os espanhóis, depois de 13 anos de dominação (1763-1776).

No dia 4 o Tenente-General Boehm e o Marechal Funk entravam solenemente na vila. Verificaram a situação das defesas, arruinadas pela artilharia lusitana. Encontraram 131 casas, sendo apenas 14 cobertas de telha. Todas precariamente conservadas pelos espanhóis, “inclinadas à retaguarda umas, estavam outras caídas à vanguarda, tão mal espalhadas, tão velhas e tão caducas que à força de muletas se conservavam em pé. As que os espanhóis tinham construído estavam com as paredes tão ‘interxaxadas’ (sic) de ossos e de lama, que com bem pouca chuva mais pareciam esqueletos que quartéis”.

No dia 7, no domingo da Páscoa, Boehm com os oficiais e grande parte da tropa assistiu ao *Te Deum* em ação de graças, com o Senhor exposto.

O Marquês de Lavradio escreveu a Lisboa, dizendo “Nesta capital (Rio de Janeiro) não posso explicar a V. Exa. O alvoroço e

contentamento que causaram estas notícias, desde o último moleque até a pessoa mais distinta. Estas gentes têm parecido como doidas... O dia em que a notícia chegou era de muita chuva, porém nada embarçou a que todos andassem pela rua, vestissem as melhores galas que tinham, vindo congratular-se comigo”. (Fonte principal: Abeillard Barreto in *História Naval Brasileira*).

LEITURA O FORTE DE SANTA TECLA'

Audaciosa e gigantesca obra dos castelhanos, temerariamente erguida no território rio-grandense, ao tempo da ocupação de Rio Grande, o Forte de Santa Tecla, a cinco km do local onde hoje assenta a cidade de Bagé, nem bem concluída, foi imediatamente arrasada pelas forças luso-brasileiras, sob o comando do legendário gaúcho Rafael Pinto Bandeira.

Em 1773, o governador de Buenos Aires, D. Juan José Vertiz y Salcedo, encarregava D. Luís Ramirez para erguer a fortaleza. As obras estiveram a cargo de sucessivos engenheiros: Bernardo Locoq, Francisco Piera, Miguel Antônio Ayala e Miguel Juarez. Os capelães também sucederam-se: Pe. Pedro de Rocha, Frei Juan Thomas Soler (dominicano) e Frei Bernardo Bianco. O cirurgião José Antônio Hernandez, já em 1776, foi substituído por D. Fernando Canes.

Ingentes dificuldades enfrentaram os construtores. Contínuas deserções de trabalhadores, quase todos índios. Trabalharam na obra 361 índios, inclusive caciques. Os provimentos chegavam de Montevidéu e de Rio Grande.

No verão de 1774, uma seca devastadora provocou incêndios nos campos fazendo novas deserções nos operários. Em janeiro de 1776, já no final da execução da obra, violento temporal causou enormes estragos.

Finalmente, em 8-2-1776, o capitão Luís Ramírez dava por concluída a construção da fortaleza, que no dia 24 de março do mesmo ano caía às mãos dos portugueses.

O forte fora erguido na base do torrão e do pau-a-pique, reforçados com vigas de madeira e, ao sul, por um paredão de pedra.

Tinha cinco baluartes (São João Batista, São Miguel, São José, São Francisco e Santo Agostinho) e era protegido por um fosso largo e profundo. Dispunha de um poço de 22 metros de profundidade e uma cisterna com dois metros de boca e 12 metros de profundidade.

Do alto de seus baluartes, no cimo de uma coxilha, avistava-se à distância de 70 km em derredor, em todos os quadrantes. 1. Fontes: “Dois séculos depois, ressurgue em Bagé o Forte de Santa Tecla”, J. A. Pio de Almeida, *Correio do Povo*, 9-9-1973; “A construção do Forte de Santa Tecla”, Tarcísio Antônio Costa Taborda, *Correio do Povo*, 6-6-1976; “A rendição de Santa Tecla” (Notas inéditas), Fernando Baptista, *Correio do Povo*, 14-8-1976.

Em 16-2-1776, o governador José Marcelino de Figueiredo encarregava o Major Rafael Pinto Bandeira para “marchar com mais de 400 homens de armas à sua ordem, em oito esquadrões, com o objetivo de atacar vigorosamente o Forte de Santa Tecla, que os Castelhanos de novo fabricaram sobre a raia, contra todas as concordatas...”

Rafael Pinto Bandeira achava-se em Encruzilhada quando um estafeta lhe entregou a ordem. Nesse mesmo dia, 17 de fevereiro, levantou quartel e foi juntar-se ao Major Patrício Correia da Câmara, um militar veterano da Índia e da África, recém-chegado do Rio de Janeiro. Depois de dura marcha, sob contínuas ameaças dos minuanos, que costumavam saquear o trem, a força chegava defronte das muralhas do forte, no dia 28, sendo saudada pelos castelhanos com bombardeios de artilharia.

Rafael mandou cercar o forte por todos os lados, aprisionando os castelhanos que encontrassem fora das muralhas.

Na tarde daquele mesmo dia, Rafael expediu uma carta-ultimatum ao comandante inimigo, Dom Luís Ramírez. A carta

lembrava as contínuas hostilidades “contra todos os direitos e concordatas”. E ele, Rafael, estava ali “a fim de tomar satisfação de tais procedimentos, usando das leis de represália, sem passar da defensiva. Pelo que requeiro a V.Mcê. haja de entregar-se me com a guarnição que está às suas ordens no preciso termo de doze horas, depois de recebida esta... para esta sorte livrar esses indivíduos a serem passados a ferro e fogo, segundo as leis...”

Na madrugada seguinte, o exército sitiante formou-se para o assalto.

Antes do meio-dia, um oficial entregava pessoalmente a Pinto Bandeira a resposta do comandante castelhano. Luís Ramírez respondia muito atenciosamente, dando realce ao “manter-se na defensiva”, habilmente explorado pelo comandante inimigo para obrigar Pinto Bandeira a um procedimento mais suave do que passar a guarnição a ferro e fogo. Invocou que o rei de Portugal “deseja que tais assuntos se tratem amistosamente...”

A seguir chegava um emissário de Ramírez, solicitando uma entrevista dos dois comandantes em frente às tropas.

Pela carta que Rafael enviou ao governador Marcelino, sabemos o que então aconteceu: “... Eu estou, com toda a tropa, com muito sossego no cerco da tal Fortaleza, que é muito forte e sem ser batida não se renderá cedo... Eles têm coisa de 50 cavalos dentro... O comandante castelhano mandou-me pedir que queria falar, o que aceitei...Logo que topamos, o primeiro cortejo foi dois braços, depois três beijos, dois nas faces e um nos beijos, cumprimento que é a primeira vez que vejo; ofereceu-se-me com toda a Fortaleza e viveres e disse-me que ele ignorava a guerra... eu sempre entendi queria se entregar; mas ultimamente disse-me era impossível o perder a sua gente... porque o seu General o devia enforcar, se tal fizesse; disse-lhe eu: o meu General já me parecia estava de posse de Rio Grande; ficou alguma coisa inquieto, e se retirou com o cortejo da entrada, e mandou-me um

pouco de biscoitos, erva de tabaco, e, como não tinha que mandar-lhe de uma moeda de ouro a cada soldado, dos que trouxeram o mimo...”

Durante todo o tempo da entrevista, defronte do portão principal, Pinto Bandeira, olhando para o interior da Fortaleza, verificou que os castelhanos dispunham de recursos bélicos e víveres para mais de um mês. Dezenas de reses, soltas e atadas, construções amplas. Soube Rafael depois por prisioneiros que havia no Forte cerca de 50 bois e armazéns abarrotados de trigo.

Vendo que seria quase impossível a vitória, Pinto Bandeira escreveu ao Governador e ao General Boehm, comandante do bloqueio de Rio Grande, solicitando canhões. Marcelino respondeu que os dois falconetes enviados deviam estar chegando.

Santa Tecla era defendida por sete canhões e mosquetes, ao passo que a tropa sitiante só dispunha de mosquetes, claravinas, sabres, lanças e boleadeiras. Armas de guerrilhas e escaramuças, para surpreender o inimigo à beira dos matos e banhados. Mas já haviam chegado os dois falconetes, que eram pequenos canhões, mais de efeito moral.

Numa convocação da oficialidade, decidiu-se atacar. Pinto Bandeira, executando uma obra-prima de visão militar, procedeu conforme escreveu ao General Boehm. “... Eu bem sabia que perdia a ação e a maior parte da tropa, mas fiz seis escadas atadas com guascas e bastante faxina, para ver se assim podia vencer e entrar-lhe e na noite onze ao amanhecer doze pus em execução o ataque...”

Durante cinco horas de combate os falconetes deram 27 tiros diante do portão principal... “A Fortaleza deu acima de quatro mil tiros de peças pequenas e mosquetes e também botaram algumas granadas no fosso”.

A seguir Pinto Bandeira mandou cessar fogo e ordenou a retirada. Havia já gasto os dois mil tiros que trazia de reserva. Depois de 17 dias de cerco, os espias informavam que a campanha estava infestada de soldados espanhóis de Montevideu e Buenos Aires. O sol abrasador do fim de verão havia secado os campos e a água escasseava.

Reuniu-se outra vez o Conselho e resolveu-se prosseguir atacando. Foi quando, às quatro horas da tarde, do dia 24 de março, como presente tombado do céu, o Comandante Ramírez pede a presença de um parlamentar para negociar a rendição. O Major Patrício Correia da Câmara foi destacado para a importante missão.

A proposta constava de onze capítulos. Rafael aceitou três, rechaçou dois e acolheu parcialmente seis. Rafael submeteu-se à imposição. E no dia 26 de março, pela manhã, a guarnição evacuava a Fortaleza, pelo portão secundário. Oficiais de cabelo empoado e tricórnios empenachados, 220 homens, um tenente-coronel, o Comandante Ramírez na frente, oficiais subalternos e praças, mulheres e crianças, todos desfilavam espetacularmente, desfraldando a bandeira espanhola, ao rufo dos tambores e ao som dos clarins. Um esquadrão de Dragões de Rio Pardo, com seus reluzentes capacetes romanos, prestou continência.

A seguir, o Forte foi arrasado, o armamento remetido para Rio Pardo. Por fim um incêndio colocou um ponto final no último capítulo da soberba epopéia luso-brasileira. Rafael não perdeu sequer um homem.

O feito heróico retumbou no Rio de Janeiro, em Buenos Aires e na Europa. Rafael foi promovido a Coronel de Cavalaria, Comandante de uma Legião. Recebeu a comenda do Hábito da Ordem de Cristo e 200 mil réis de tença.

A convite do vice-rei, seguiu mais tarde, para Lisboa, sendo recebido pela rainha D. Maria I, que lhe conferiu o título de General do Exército Português.

Era a primeira vez que um militar nascido no Brasil se tornava General do Exército Português. Pinto Bandeira foi ainda nomeado Governador substituto do Continente de São Pedro, sendo o primeiro Governador brasileiro de sua terra natal.

Arrasado e incendiado, do Forte de Santa Tecla sobrou apenas um montão de cinzas, que o tempo, ao longo de dois séculos, foi cobrindo de vegetação, deixando a coxilha quase como era antes da construção da Fortaleza.

Volvidos dois séculos, em 1973, um apaixonado da História do Forte de Santa Tecla, o professor Tarcísio Antônio Costa Taborda, então Juiz de Direito de Bagé, arqueólogo e historiador, depois de exaustivas pesquisas em Buenos Aires, Rio de Janeiro e Lisboa, onde colheu farto material, resolveu ressucitar Santa Tecla.

Mediante escavações, surgiram os alicerces da capela. Foram desobstruídos o poço e a cisterna. O poço, que os portugueses, durante a ocupação do Forte, haviam entupido com os mais variados objetos.

Agora Tarcísio Taborda,² depois de contratar Gafrée Rodrigues, um técnico e experiente abridor de poços, trouxe à luz preciosas relíquias históricas, que se encontram no museu “Patrício José Correa da Câmara” em prédio de alvenaria, a 300 metros do local da Fortaleza.

Extraídos desse poço, lá estão no museu quatro rodas de carreta, de madeira maciça: madeiras que serviam de escoras ao paredão. Dois relógios solares, de madeira. Solas de sandálias. Uma culatra de canhão. Uma granada de mão. Batedores de isqueiros. Facas. Arcos de ferro de barricas. Aduelas. Pedra de afiar. Pregos. Varas de medir. Chifres de veado. Um prumo de

madeira. Um pescoço de guitarra. Um bloco de barro seco minado de pimenta do reino.

A Prefeitura Municipal de Bagé desapropriou uma área de 16 hectares, em cujo centro estão as ruínas do Forte e o seu museu. Com isso, Tarcísio Taborda devolveu ao Rio Grande, reconstruído, o Forte de Santa Tecla.

17 – INVASÃO DE SANTA CATARINA

Inconformados com a derrota em Rio Grande, os espanhóis dispuseram-se a nova investida, outra vez sob as ordens de D. Pedro de Cevallos, agora vice-rei de Buenos Aires, considerado o maior cabo-de-guerra da Espanha.

Portugal e Espanha estavam outra vez em guerra. Uma esquadra castelhana, composta de 20 navios, com 674 bocas de fogo e cerca de nove mil homens, partiu de Cádiz rumo à Ilha de Santa Catarina.

O Brigadeiro Antônio Carlos Furtado de Mendonça, comandante militar da Ilha, solicitou ao Marquês do Lavradio providências de defesa. Entretanto, a fraca esquadra lusitana, sob o comando do Almirante irlandês Mac Douall, impotente para deter o avanço da poderosa frota espanhola, evitou o confronto, retirando-se para a enseada das Garoupas e daqui zarpu para o Norte.

Em 1775, fora nomeado Governador de Santa Catarina o Coronel Pedro Antônio Gamas Freitas, protegido do Vice-Rei, que não tardou a entrar em conflito com o governador militar, chegando a mandar suspender obras de defesa que este realizava nas fortalezas de Santa Cruz e São José. 2 Tarcísio Taborda e sua esposa Neusa pereceram tragicamente dia 13-3-1994.

No dia 23-2-1777, Cevallos desembarcava em Canasvieiras sem encontrar a menor resistência. A baía encheu-se de navios espanhóis, enquanto a população fugia em pânico. Furtado de Mendonça, reunindo o conselho de oficiais, decidiu capitular, no dia seguinte, 24 de fevereiro, quando em Portugal falecia D. José I.



As fortalezas, umas abandonadas, outras subjugadas, foram caindo às mãos dos invasores. Apenas José Correia da Silva, alferes do Regimento de Pernambuco, enrolou a bandeira na cinta e afundou no sertão.

Fartos despojos foram arrematados pelo invasor, inclusive 75 mil cruzados. O capelão espanhol rezou solene *Te Deum* na Matriz, pelo êxito da invasão.

Os responsáveis pela derrocada foram punidos. Mac Douall foi destituído do comando da esquadra; Gama Freitas e os outros, condenados perpetuamente à prisão (V. Oswaldo R. Cabral, *História de Santa Catarina*).

18 – TRATADO DE SANTO ILDEFONSO

Cevallos descia agora de Santa Catarina, enquanto Vertiz y Salcedo partia de Montevidéu, com 4.000 homens, para retomar Rio Grande.

Ciente desses preparativos, o comandante de São Pedro do Rio Grande dispôs-se a resistir ao ataque, no que foi auxiliado pelo mau tempo, que obrigou Cevallos a passar de largo. Dirigiu-se então este para Colônia, que conquistou definitivamente, após quase cem anos de obstinada resistência.

No dia 1-10-1777, era firmado o Tratado de Santo Ildefonso, pelo qual Portugal, pressionado e num gesto de fraqueza, entregava Colônia e os Sete Povos em troca da Ilha de Santa Catarina, usurpada por conquista.

A demarcação, determinada por este Tratado, instituiu, como fato desusado, insólido, um território neutro, que ficou conhecido pelo nome de Campos Neutrais. O território situava-se entre a desembocadura do rio Chuí e o arroio Taim. Uma faixa entre o mar e a lagoa Mirim, que agora, pelo tratado, ficava fora da jurisdição das duas coroas.

Lavrado, o vice-rei do Rio de Janeiro, determinou agora que os soldados de Boehm poderiam ficar no Rio Grande, para incentivo do povoamento.

José Marcelino de Figueiredo, reintegrado nas suas funções civis e militares, reassumiu o governo do Rio Grande.

Agora, em tempo de paz, a população da Capitania, que antes vivia nômade, recomeçou um período de desenvolvimento econômico.

Surgiram então as primeiras charqueadas, inauguradas por aquela que tomou o nome de Charqueadas, sede do município do mesmo nome, criado em 1982. A segunda (1780), junto ao arroio Pelotas, foi fundada pelo cearense José Pinto Martins [52 e 70].

19 – A CONQUISTA DAS MISSÕES

O Tratado de Santo Ildefonso reduzira a menos da metade a atual superfície do território rio-grandense, com a perda das terras da bacia do Uruguai.

Contudo, a exemplo dos espanhóis, que não respeitaram o Tratado de Madrid, e ainda em represália pelos maus tratos que deles recebiam, os luso-brasileiros vão agora, numa terrível vingança, conquistar definitivamente toda a vasta região missioneira, área superior a todo o território de Portugal.

Portugal e Espanha encontravam-se outra vez em guerra, declarada por Napoleão Bonaparte, o que provocou a transferência de D. João VI para o Brasil.

Os castelhanos, por ordem de Napoleão, dispõem-se a invadir o Continente de São Pedro do Rio Grande. Entretanto, quem vai tomar a iniciativa de atacar é o governador Veiga Cabral. Em Jaguarão, o Coronel Manuel Marques de Sousa derrota os castelhanos ali estacionados e alcança outra brilhante vitória no Passo da Perdiz (17-6-1801). No dia 30 de outubro, toma Cerro Largo, aprisionando cerca de 500 espanhóis.

Quando Manuel dos Santos Pedroso, um fazendeiro rio-grandense, foi autorizado a invadir as Missões, o audacioso vaqueano José Borges do Canto, cachoeirense, ex-soldado do Regimento de Dragões, apresentou-se com vinte companheiros de andanças.

Autorizado pelo Coronel Patrício Correia Câmara, comandante da Fronteira de Rio Pardo, Borges do Canto, com 40 soldados e 300 índios, marchou sobre a região das Missões. As Missões, agora subordinadas ao vice-rei de Buenos Aires,



encontravam-se em desoladora decadência, motivada pela expulsão dos jesuítas e pela debandada dos índios.

Enquanto Santos Pedroso ocupava São Martinho, o povo de São Nicolau e depois São Borja, Borges do Canto avançava sobre São Miguel, subjugando o governador espanhol, D. Francisco Rodrigo, que tentava resistir. A seguir, ocupou São Luís, São João e Santo Ângelo. Tudo, em poucos dias, numa ação fulminante.

As terras férteis e de clima ameno das Missões foram então doadas aos conquistadores. De São Paulo deslocaram-se para cá centenas de famílias. A terça parte de Curitiba e Lages mudou-se para a nossa fronteira. Contrabandistas e aventureiros, que vagavam pela região, recebiam agora suas terras para se fixarem definitivamente.

Operava-se, desta maneira, o que os espanhóis não fizeram: povoar toda a região missioneira, para desfrutá-la e ao mesmo tempo garantir a segurança de nossa fronteira [3, 52].

20 – OS PRIMEIROS MUNICÍPIOS

A ideia da divisão do território rio-grandense em circunscrições menores é anterior à proposta do governador Paulo José da Silva Gama (4-12-1803) e da sugestão do Sargento-Morde-Ordenanças Domingos José Marques Fernandes (10-9-1804).

Já no ano de 1780, as terras da Capitania do Rio Grande de São Pedro eram divididas em quatro “províncias”, conforme se observa pela carta geográfica do Alferes Antônio Inácio Rodrigues de Córdova, engenheiro auxiliar da Comissão Demarcadora dos Limites decorrentes do Tratado de Santo Ildefonso.

As quatro “províncias” eram as seguintes: Nossa Senhora de Oliveira da Vacaria (região de Cima da Serra e Planalto); Rio Pardo (fronteira ocidental); Viamão (núcleo central, sede do governo e capital do Continente do Rio Grande); e Rio Grande de São Pedro (fronteira na extremadura meridional).

Em 4-12-1803, o governador Silva Gama apresentava longa exposição ao Príncipe Regente de Portugal, solicitando a divisão administrativa e judiciária do Rio Grande em quatro municípios. Pouco depois (10-12-1804), Domingos José Marques Fernandes apresentava ao Príncipe Regente um trabalho minucioso sobre a Capitania, visando pleitear a divisão do seu território em quatro municípios.

Submetida à apreciação do Conselho Ultramarino, a proposta foi aprovada pela Resolução Real de 27-4-1809, sendo, então, pela Provisão Real de sete de outubro do mesmo ano, elevadas à categoria de Vila as povoações de Rio Grande de São Pedro, Porto Alegre, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha.

Só em 1822 seria criado o quinto município, o da Vila Nova de São João da Cachoeira. Em 1835, o número de municípios gaúchos era de 14, tendo sido criados mais os de Alegrete, Caçapava, Cruz Alta, Jaguarão, Pelotas, Piratini, São Borja, São José do Norte e Bom Jesus do Triunfo.

Em 1860, já eram 28 municípios rio-grandenses, subindo em 1900, para 65.

No final deste livro, vai a relação atualizada e completa dos municípios gaúchos, com sua respectiva data de criação, área territorial, população e altitude (45).

LEITURA CORPOS DE MILÍCIAS Arthur Ferreira Filho

Fator preponderante na moldagem da sociedade rio-grandense foram os corpos de milícias, que a vizinhança agressiva dos castelhanos obrigava a manter ativos.

Os milicianos eram recrutados entre os homens brancos, sem mesclas, que fossem proprietários rurais ou estabelecidos em algum ramo de comércio.

Para ser oficial, precisava sujeitar sua ascendência, até bisavôs, à revista comprovadora da pureza de linhagem. Nos últimos tempos foi tolerada a mescla de sangue indígena, contanto que procedesse de algum cacique. Além disso, devia ser homem abastado para poder fardar-se com decência e armar-se à sua custa. Devia saber ler e escrever corretamente e possuir rudimentos de matemática.

O oficialato começava no posto de porta-estandarte e ia até o de coronel. Os oficiais de milícia, nomeados pelo rei,



gozavam de privilégios especiais, tendo precedência sobre seus colegas de linha. Os filhos de oficiais de milícias ingressavam na tropa como cadetes. Depois de longos anos de serviços, os milicianos tinham direito à reforma, com vencimentos e todas as honras do posto imediato.

Em tempo de paz, os corpos de milícias eram licenciados, mas com a obrigação de formarem em datas determinadas, para exercícios e instruções. Os que faltassem, sendo praças, eram considerados desertores, e sendo oficiais, sujeitavam-se a conselho de guerra. Facultava-se aos milicianos passar à tropa permanente.

O primeiro Marquês de Sousa, o Mar. José de Abreu, o primeiro Mena Barreto, o General Bento Gonçalves, e muitos outros vultos estelares de nossa história militar foram milicianos. Nos primeiros anos de vida rio-grandense, o papel das milícias foi decisivo. Sem elas, sem o seu heroísmo, sem a sua abnegação, não teria sido possível defender este território contra as investidas castelhanas. A metrópole não dispunha de meios para socorrer a jovem capitania, sempre exposta aos ataques de inimigo voraz. Uma única corporação permanente, o Regimento de Dragões, nada poderia fazer, se quinze ou vinte corpos milicianos não servissem de muralha contra a onda avassaladora dos castelhanos.

A esses destemidos soldados-estancieiros deve-se mais do que a ninguém a conservação, para o Brasil, desta formosa terra que é o Rio Grande do Sul. (Do livro *História Geral do Rio Grande do Sul*, p. 66)

21 – GUERRAS CISPLATINAS

Em 1801, falecia o governador Veiga Cabral, sendo o seu posto ocupado pelo Brigadeiro Francisco João Róscio, fundador da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, aliás, por iniciativa do Irmão Joaquim Francisco do Livramento.

Em 30-1-1803, tomava posse o Chefe-de-Esquadra Paulo José da Silva Gama, Barão de Bagé, o último governador do então chamado Continente de São Pedro ou Continente do Rio Grande.

Silva Gama criou os municípios de Rio Grande e Porto Alegre, fundou escolas, incentivou a agricultura, sendo então o trigo exportado em grande escala...

Durante o seu governo, as relações com os vizinhos tornavam-se tensas, porque o vice-rei de Buenos Aires, o Marquês de Sobrenome, exigia a devolução das terras anexadas ao Rio Grande.

Neste tempo a Espanha aliou-se a Napoleão contra a Inglaterra que, com uma esquadra de mais de mil homens, atacou Buenos Aires.

A 19-9-1807, o Rio Grande foi elevado a Capitania Geral, instalada em 9-10-1809, com a posse do governador D. Diogo de Sousa, futuro Conde de Rio Pardo.

Em 1808, D. João VI, fugindo da perseguição de Napoleão, que invadia Portugal, transferiu-se para o Brasil, estabelecendo no Rio de Janeiro a sede da monarquia portuguesa.

D. João VI concebeu logo o arrojado plano de reunir os Estados do Prata ao Brasil ou formar com eles uma monarquia sob o cetro de sua esposa, D. Carlota Joaquina, irmã de Fernando VII, da Espanha.

No dia 20-5-1810, a Argentina proclama sua independência. Mas a Espanha, apesar disso, continua mantendo seu governo em Montevidéu, nas mãos do vice-rei Francisco Xavier Elio. Este, sitiado pelos argentinos, pede apoio ao Brasil. D. João VI envia-lhe então, em seu auxílio, tropas luso-brasileiras, sob o comando de D. Diogo de Sousa, governador da Capitania Geral do Rio Grande.

D. Diogo, partindo de Bagé, ocupa Melo e marcha sobre Maldonado sem encontrar resistência. Já se aproxima de Montevidéu, quando Elio lhe pede que retorne ao Brasil, porque acabava de firmar armistício com Buenos Aires.

Agora, entretanto, surge a figura lendária do heróico caudilho uruguaio D. José Gervásio Artigas, o patriarca da independência da Banda Oriental, sua pátria. Ele não concorda com o armistício e decide lutar marchando sobre Montevidéu, acabando por estabelecer ali um governo nacional.

Enquanto isso, seus soldados invadem a nossa fronteira. O índio André Artigas, filho adotivo de José Artigas, com dois mil índios, cerca São Borja, sua terra natal. Depois de vários dias de combate contra o gaúcho José de Abreu, coronel, futuro marechal e Barão de Cerro Largo, é repellido, frustrando-se assim sua tentativa de avançar sobre Rio Pardo.

D. Diogo de Sousa, dando combate aos soldados de Artigas, ocupa Paissandu e retorna a Bagé.

Buenos Aires trata agora de livrar-se de Artigas. Para tanto pede a D. João VI que ocupe a Banda Oriental, alegando mentirosamente que assim D. Carlota poderia vir a ser proclamada rainha do Rio da Prata.

A corte luso-brasileira vai na conversa e ordena que o General Carlos Frederico Lecor, futuro Visconde de Laguna, com cerca de seis mil homens, ataque Montevidéu por terra e por água.

Inicia-se então uma desastrosa guerra que se prolongará até 1828.

Os luso-brasileiros destroem oito Reduções em território argentino. Em São Carlos põem fogo à igreja, transformada em depósito de munições. Pavorosa explosão mata aí cerca de 200 índios e alguns brasileiros.

Em 19-10-1816, Verdum, outro chefe do exército de Artigas, é derrotado por Mena Barreto às margens do Ibirocaí. Logo após, em 27-10-1816, José Artigas sofre revés em Carumbé por Joaquim de Oliveira Álvares.

Lecor, em marcha sobre Maldonado, derrota o coronel uruguaio Frutuoso Rivera em Índia Muerta (19-11-1816). Bate ainda as forças de Oribe e Lavalleja. Ferem-se em torno de 50 combates na conquista da Província da Cisplatina.

Em Maldonado, Lecor recebe uma junta de parlamentares de Montevidéu, dizendo-lhe que seria recebido como libertador daquela cidade.

Artigas, definitivamente derrotado em Taquarembó (22-1-1820), refugia-se no Paraguai, de onde poderá, mais tarde, ver realizado seu ideal de liberdade de sua pátria.

A Banda Oriental do Uruguai foi então incorporada ao Brasil, com o nome de Província Cisplatina. O próprio Frutuoso Rivera, que será o primeiro presidente constitucional da República do Uruguai (1830 a 1834), e que tanto lutara contra as forças luso-brasileiras, sobretudo na região das Missões, aderiu a Lecor, havendo ele mesmo assinado a ata do Cabildo de Montevidéu (18-7-1821), solicitando a incorporação da Cisplatina ao Brasil [3 e 52].

22 – INDEPENDÊNCIA DA CISPLANTINA

Proclamada a Independência do Brasil, a capitania passou a província – Província do Rio Grande de São Pedro.

A Província da Cisplatina continuava sob o governo de Carlos Lecor. Entretanto, a ânsia de independência dos orientais exigia acabar com a dominação brasileira.

O caudilho Lavalleja, à frente dos Famosos “Trinta e Três” patriotas, inicia o movimento de libertação, auxiliado pelos argentinos (19-4-1825).

Foi uma guerra dura e prolongada, que exigiu muito sacrifício do povo rio-grandense.

Em 25-8-1825, partidários de Lavalleja, reunidos em Flórida, proclamam a independência da Banda Oriental do Uruguai, que ficaria sob o protetorado das Províncias Unidas do Rio da Prata.

O governo brasileiro envia então a Buenos Aires alguns navios sob o comando do almirante Rodrigo Lobo, a fim de solicitar informações.

Indo em socorro de Lecor, que entrara na luta, Bento Manuel Ribeiro derrota as forças de Frutuoso Rivera em Arbolito (3-9-1825), matando 64 castelhanos e aprisionando 14.

No combate do Rincão das Galinhas (24-9-1825), Rivera derrota as forças brasileiras, que se haviam desentendido entre os coronéis Gomes Jardim e José Luís Mena Barreto. Este veio a morrer lutando à frente de um regimento de índios missioneiros.

O valoroso gaúcho José de Abreu, Barão de Cerro Largo, juntou-se a Bento Gonçalves da Silva, mas cometeu o erro de

lançar-se contra o exército de Rivera e Lavalleja, em Sarandi, sendo derrotado pela superioridade de número (12-10-1825).

Estas vitórias, dando prestígio aos uruguaios, proporcionaram a incorporação da Cisplatina nas Províncias Unidas do Rio da Prata e provocaram a declaração de guerra do imperador do Brasil ao governo de Buenos Aires (10/12/1825).

Houve mediação da Inglaterra, representada pelo Lord Ponsonby, e a missão do Brasil confiada ao Dr. Manuel José Garcia, ambas infrutíferas.

Os castelhanos, chefiados por Carlos Alvear, penetraram no território rio-grandense por Bagé, passaram por São Gabriel e marcharam em direção de Cacequi.

D. Pedro I, que viera ao Rio Grande para dirigir as operações, regressou à Corte em virtude da morte da imperatriz D. Leopoldina. Em seu lugar, ficou o Marquês de Barbacena.

Em 20-2-1827, travava-se a memorável batalha do Passo do Rosário (Ituzaingo para os castelhanos). Os platinos, sob o comando do general Alvear, à frente de 8.794 homens bem armados e descansados; ao passo que os brasileiros era apenas 6.304, às ordens do Marquês de Barbacena, dividindo o comando com o mercenário Brown.

Na frente dos bravos gaúchos, o general José de Abreu começou atacando e perdendo cavalarianos. No segundo ataque, entretanto, Abreu triunfou.

Tudo ia bem, quando de repente soa um clarim ordenando retirada: Barbacena julgou que era Brown e este que era Barbacena, avisando do perigo. Recuando à retaguarda, Abreu e seus gaúchos são recebidos à bala pelo Brigadeiro Calado, que os confundiu com os gaúchos de Lavalleja. Abreu foi o primeiro a morrer, varado pelas balas dos irmãos.

Alvear, por sua vez, não atinava com a retirada inimiga. Julgou tratar-se de uma cilada provocatória, e deixou de atacar. Novos toques de clarins confundem mais os brasileiros, enquanto pavoroso incêndio irrompe das macegas ressequidas, pondo a cavallhada em doido tropel, sem rumo. A boiada estoura. Bois carreteiros debandam, espalhando petrechos pelo campo, virando carretas.

Resultado: os dois exércitos em retirada. “Por primeira vez” – escreve Barbosa Lessa – “em toda a História do Mundo, viam-se dois exércitos em retirada, mutuamente derrotados”.

Nem Barbacena nem Alvear, nos respectivos Conselhos de Guerra, conseguiram justificar a razão da mútua retirada.

As baixas inimigas foram insignificantes, mas o Brasil perdeu ali 242 homens, entre eles o herói gaúcho José de Abreu, morto no seu 20º combate.

Depois de mais alguns combates, entre os quais se destaca o de Camaquã, com a vitória do futuro herói farroupilha Joaquim Teixeira Nunes, foi assinada a paz entre o Brasil e a Argentina (27-1-1828), por intermédio do ministro inglês Gordon, reconhecendo o Brasil a independência da Cisplatina, com o nome de República Oriental do Uruguai.

Após a independência do Uruguai, havia nesse país cerca de 40 mil proprietários brasileiros, na maioria rio-grandenses, sendo um deles dono do maior rebanho uruguaio, o gaúcho Irineu Evangelista de Sousa (1813-1889), Visconde de Mauá, fundador do primeiro Banco daquele país, o Banco Mauá, grande industrialista de carnes e produtor de trigo, embora tenha terminado seus dias na pobreza. Mauá, o organizador do Banco do Brasil, criador da primeira via férrea do Brasil, diretor do maior estaleiro da América do Sul... [3, 34, 62].



23 – O GADO

Destruídas as Reduções, exterminados os indígenas, expulsos os jesuítas, o gado de suas imensas estâncias e vacarias foi se criando alçado e sem dono, ao longo de toda a extensão da campanha.

Com a descoberta desta fabulosa riqueza pelos bandeirantes, surgiram os caçadores de gado. Os cavalos e mulas eram levados para São Paulo e Minas Gerais, a serviço da extração de minérios, enquanto o gado vacum era abatido para aproveitar apenas o couro, o sebo e a graxa, perdendo-se a carne a favor dos urubus e graxains.

Num só dia, um cortador, utilizando lança de taquara encimada por uma lâmina na forma de meia-lua, abatia mais de uma centena de reses.

As forças beligerantes, que por dois séculos se digladiaram nos campos gaúchos, nunca tiveram problema de alimentação e transporte. O gado vacum fornecia-lhes o mais saboroso e farto alimento, e o cavalo, o transporte mais rápido e fácil.

Assim que surgiram condições de povoamento e colonização, mediante a conquista das terras ocupadas por índios e espanhóis, tomava-se posse definitiva dos campos, dando início à construção de estâncias e fazendas, cuja finalidade exclusiva era a exploração do gado alçado e a criação.

Só em fins do século passado e princípios deste é que as imensas propriedades rurais começaram a ser fechadas por cercas. Antes, era o campo aberto, onde o gado dos fazendeiros se criava solto, a pastar livremente, sendo apenas reconhecido pela marca no quarto ou picanha e sinal na orelha.

O gado, que a princípio era apenas o comum, o franqueiro, de aspa grande, fina ou grossa, passou depois a melhorar de qualidade, com a importação da raça zebu, para ultimamente receber a valiosa contribuição das mais apreciadas raças do mundo.

Pelos meados deste século, com o aparecimento da lavoura mecanizada, muitos campos deixaram de ser pastagens de gado, para se transformar em imensas lavouras de arroz, trigo, soja, milho, sorgo, trigo mourisco e outros cereais, inaugurando uma nova era de riqueza para o Brasil.

A par da lavoura mecanizada, surgiram os campos de pastagens artificiais, para aumento e melhoria dos rebanhos. Além disso, inicia-se ultimamente a criação e engorda por confinamento, isto é, o gado cria-se dentro de currais [3,6,10].

24 – O GAÚCHO

No limiar do século XIX, o Rio Grande já possuía seu território definitivamente traçado. No litoral, ao longo do Jacuí e em quase toda a imensa extensão da campanha, havia propriedades legalmente constituídas.

Os colonizadores eram portugueses, paulistas, lagunistas, sacramentinos, açorianos, espanhóis, índios, alguns africanos, mineiros, baianos, cariocas, nordestinos...

Em torno dos “Fortes” e das “Capelas”, improvisavam-se as primeiras cidades. Antes de 1800, a família quase não existia legalmente. Homens e mulheres ligavam-se e separavam-se sem tropeços. Nasciam então os filhos guaxos, que levavam nas veias sangue bravo.



25- AS PRIMEIRAS ESCOLAS

A primeira escola do atual território rio-grandense surgiu nas reduções jesuíticas, onde os índios eram obrigados a frequentar os bancos escolares desde a idade de 5 anos.

A ação civilizadora dos jesuítas ficou restrita a região missioneira, onde floresceu e desapareceu, sem ter influído na formação cultural da sociedade rio-grandense. As instruções régias de 28-6-1759 proibiram no Rio Grande método de ensino dos jesuítas.

A instrução primária no Rio Grande do Sul de 1771 a 1790 esteve a cargo de professores particulares, cujo exercício dependia de autorização régia.

Um dos primeiros professores particulares foi Manuel Ximenes Xavier, que em 1771 dirigia em Viamão uma escola de primeiras letras. Transferindo-se para Porto Alegre em 1778, fundou aí uma escola masculina, paga pela Câmara de Vereadores, por ordem do governador do Continente, José Marcelino de Figueiredo, porque a Câmara se havia oposto à medida. Por provisão régia de 17-1-1780, este professor, que era baiano e morreu em Porto Alegre em 3-4-1809, foi autorizado a lecionar em todo Brasil, por seis anos.

De 1780 a 1789, foram fundadas outras escolas particulares, como as de José da Silva Braga e Manuel da Silva Castro em Porto Alegre, outra em Povo Novo em 1784, por Francisco da Costa Martins.

Em 1880, os professores Antônio de Ávila (o Amansa-Burros) e Antônio Paraiso Mariano (o Tico-tico) fundaram em Porto Alegre suas tradicionais escolas.

Em 1814 o Pe. Tomás Luis Osório, filho do coronel do mesmo nome, executado em Portugal, abriu o Colégio da Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia, atual cidade de Gravataí.

A instrução pública teve início em 1778, com a criação do Colégio das Servas de Maria, na Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, destinado à educação das filhas indígenas, sob a regência da professora Georgina Rita Coelho de Mendonça, que faleceu em Porto Alegre, em idade avançada e muito pobre.

Em 1790, o professor José Antônio da Silva Nunes começava a lecionar em Porto Alegre, com o ordenado anual de 100\$000, pago pelo Subsídio Literário, da Junta da Real Fazenda do Rio de Janeiro, subsídio que no Rio Grande do Sul, só começou a ser arrecadado em 1814.

Em 7-11-1820, foram criadas escolas públicas em Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo, Triunfo, Santo Antônio da Patrulha, Cachoeira, Pelotas e Piratini. A primeira de Porto Alegre esteve sob a regência do prof. Francisco Pedro de Miranda e Castro, natural de Desterro (Florianópolis), tendo falecido em 1836.

Em 1827, o Pe. Juliano de Faria Lobato (1792-1843), primo de Bento Gonçalves, iniciava o ensino pelo sistema Lancaster, que consiste no ensino mútuo, auxiliado pelos alunos mais adiantados (decuriões). No ensino público, este sistema foi utilizado pelo Prof. Antônio Alves Pereira Coruja, nomeado em 2-8-1827. Em 1831, foram criadas escolas públicas também em Santo Antônio da Patrulha, Vacaria, São José do Norte, Cruz Alta e São Borja.

Durante o período da Revolução Farroupilha, o ensino teve notável progresso, inaugurado pelo professor João José de Abreu, que faleceu em Pelotas em 19-3-1906, com 88 anos.

Em 1845, havia 59 aulas públicas, com 7.900 alunos e uma despesa de 48:818\$990. Em 1889, havia 385 escolas, com 16.476

alunos e despesa de 574:704\$667. Em 1920, havia 4.516 escolas, sendo 1.443 particulares. Em 1930, a frequência escolar do Rio Grande do Sul era superior a de São Paulo: 82,85 contra 77,29.

O ensino secundário foi inaugurado em 1791, com o prof. Vitorino Pereira Coelho, seguido do Pe. Tomé Luís de Sousa, com escola particular fundada 1800. Nesta escola estudou D. Feliciano Prates, 1º Bispo do Rio Grande do Sul.

Em 1846, o barão de Caxias criava o Liceu D. Afonso, que em 1871, cedeu lugar ao Ateneu Rio-grandense, que funcionou até 1873. O Seminário Nossa Senhora Madre de Deus foi criado em 8-1-1859. Em 5-4-1869 foi criada a Escola Normal. O primeiro estabelecimento particular de ensino secundário foi fundado em 1854, sob o nome de Colégio Gomes, que funcionou até 1878. Nele estudaram Júlio de Castilhos, Assis Brasil, Barros Cassal, Apolinário e Apeles Porto Alegre, Múcio Teixeira, Ernesto Alves.

Em 1870, os irmãos Apolinário e Apeles Porto Alegre, junto com o prof. Vasco de Araújo e Silva, fundaram o Colégio Rio-grandense. Em 1876, Hilário Ribeiro com Apolinário Porto Alegre fundava o Instituto Brasileiro, que funcionou até 1890. Em 1892, o Dr. José Teodoro de Sousa Lobo fundava o Colégio Sousa Lobo, no qual estudaram Borges de Medeiros, Protásio Alves. Em 13-3-1929 um decreto estadual equiparava as Escolas Normais e Complementares particulares às do Estado. Em 1883, foi criado em Pelotas o Instituto Agrícola e Veterinário. Em 1898 o município de Pelotas fundava o Liceu Rio-grandense de Agronomia e Veterinária, transformado, onze anos depois, na Escola de Agronomia e Veterinária. Nessa escola formou-se em 1915 a primeira agrônoma do Brasil, Maria Eulália da Costa.

Em 1820, havia na Província três rio-grandenses com curso superior e quatro estudavam em Coimbra. Só em 29-9-1896, foi fundada a primeira escola superior no RS – Escola de Farmácia, sob a direção do Dr. Alfredo Leal. Em 25-7-1898, fundava-se a

Faculdade de Medicina, tendo como 1º diretor o Dr. Protásio Alves. Era o primeiro estabelecimento livre fundado no Brasil.

Em 10-8-1896, cinco engenheiros militares fundaram a Escola de Engenharia, tendo como diretor o engenheiro civil Dr. Álvaro Nunes Pereira. Em 1900, foi criado o Instituto Júlio de Castilhos. Em 17-7-1900, sob a direção do desembargador Carlos Thompson Flores, foi criada a Faculdade Livre de Direito, sendo seu primeiro diretor o Dr. Manuel André da Rocha.

O Presidente do Estado, Carlos Barbosa, em abril de 1908 criava o Instituto Livre de Belas Artes, tendo como presidente o Dr. Olinto de Oliveira e primeiro diretor José de Araújo Viana; em 1-7-1943, inaugurava-se o grande auditório, com seus ateliers de pintura e escultura.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi fundada em 28-11-1938; a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 9-11-1948; a Universidade Federal de Santa Maria, em 14-12-1960; a Universidade de Passo Fundo, em 28-6-1967; a Universidade de Rio Grande, em 28-8-1969; a Universidade Federal de Pelotas em 8-8-1969; a Universidade Católica de Pelotas, em 7-10-1960; a Universidade de Caxias do Sul, em 10-2-1967. (Fonte principal: *História do Rio Grande do Sul*, Sousa Docca, Simões, 1954.)

26 – IMIGRAÇÃO

Além de paulistas, lagunistas, sacramentinos, açorianos, muito contribuíram na formação do povo gaúcho os espanhóis, sendo que três Presidentes do Brasil nascidos no RS são de origem espanhola: Getúlio Vargas, Artur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici. Por outro lado, mais de um Presidente da República do Uruguai foi descendente de brasileiros nascidos em nosso Estado (V. Ruben Neis).

Contribuíram ainda numerosos troncos ingleses (Abbot, Aveline, Landell, Moojen); franceses, a maioria procedentes de Montevidéu e foragidos das perseguições rosistas da Argentina, fixaram-se na fronteira Oeste, sobretudo Uruguaiana (Grivot, Lacrox, Guilard, Lafouchat, Calvet, Estivalet, Piquet, Surreaux, Fauqe, Belloc, Beirut, Sigaud, Coussirat, Villar, Codornis, Tevenet, Maisonave); fundadores de províncias religiosas no RS são da França (Capuchinhos, Lassalistas, Maristas, Irmãos de São José).

A Polônia foi a Nação que mais contribuiu, depois da Alemanha e Itália, na imigração do Estado. Fugindo da “russificação”, os poloneses começaram a emigrar para o Brasil em 1867, fixando-se nos Estados do Paraná, Bahia e Espírito Santo. No RS começaram a chegar em 1886. Até 1920, o nosso Estado recebeu cerca de 34.300 poloneses (*Primórdios da imigração polonesa do RS* de Alberto Stawinski).

Numerosos troncos árabes (libaneses, sírios, jordanianos) contribuíram na formação do povo gaúcho. Menos numerosos são os suecos, os suíços, os holandeses, os finlandeses, os belgas, os russos, os chineses...

O índice de crescimento demográfico e econômico do Rio Grande do Sul principiou a aumentar de modo expressivo com a imigração alemã e italiana, aquela a partir de 1824, e esta, 1875. A acertadíssima iniciativa de D. Pedro I e do presidente da Província José Feliciano Fernandes Pinheiro, promovendo a imigração europeia, foi o mais importante acontecimento econômico do Rio Grande.

Imensa área de mata virgem, sobretudo na região do Rio dos Sinos e da Serra do Rio das Antas, foi colonizada por milhares

de famílias de agricultores, que transformaram em poucos decênios, como por artes de magia, uma vasta superfície devoluta no maior centro econômico do interior do Estado.

Depois de haver lançado os alicerces de muitas dezenas de cidades, os imigrantes e seus descendentes espalharam-se por todos os recantos de mata, especialmente, na região do Alto Uruguai, passando em seguida para o Estado de Santa Catarina, Paraná e o próprio Paraguai, para onde afluíram dezenas de milhares de famílias gaúchas.

Atualmente, mais da metade da população do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina é descendente de imigrantes alemães, italianos, poloneses, franceses, austríacos, holandeses, japoneses e de outras nacionalidades. A maioria das grandes empresas industriais e comerciais do Estado pertence a descendentes destes imigrantes.

Com esta providencial iniciativa, não só se beneficiou o Rio Grande do Sul e o Brasil, mas ainda os próprios imigrantes, os quais, em seu país de origem, viviam em precária situação. Eles, enriquecendo o Brasil, enriqueceram a si mesmos.

O médico alemão Roberto Avé-Lallemant, que visitou o Rio Grande em 1858, escreveu: “Os colonos mais velhos, ainda vivos, saíram pobres da Alemanha e, naturalmente, depois de muitas lutas e de todas as fadigas imagináveis, tornaram-se gente abastada, senhores de seu próprio pedaço de terra”.

“Os filhos nascidos nessa terra livre, já casados e abençoados com rebentos, são a base e fundamento da colônia; e tão livres, tão sensatos, tão engenhosos e todavia tão vivos, tão calmos e tão audazes são eles que a gente realmente se admira e não compreende como filhos e filhas de jornaleiros e peões da Alemanha se acham tão magnificamente desenvolvidos no corpo e na alma, tais como fenômenos de natureza, não selvagens e desenfreados, mas domados, contidos, conduzidos pela disciplina e pelos costumes, pelo lar, pela família e pelo cristianismo.”

E Lallemant prossegue: “Não percebi nenhuma queixa, nenhum vestígio de insatisfação. Por mais que se pergunte, se pesquise, vê-se que todos estão contentes e satisfeitos; creio mesmo que São Leopoldo seja um dos recantos mais felizes do mundo, se bastante satisfação é realmente felicidade”.

Em 24-6-1824, a primeira leva de alemães chegava a Porto Alegre e ocupava a Feitoria imperial de Linho-Cânhamo, uma vasta fazenda destinada à produção de cordoalha para a marinha, a qual passou a chamar-se “Colônia Alemã de São Leopoldo”, em homenagem a D. Leopoldina, esposa de D. Pedro I.

Os imigrantes foram chegando e estabelecendo-se nas bacias do Rio dos Sinos, do Caí, Taquari e, mais tarde, Ibicuí... Até 1830, haviam entrado 4.856 colonos.

Após a Revolução Farroupilha, a imigração, que fora interrompida, prosseguiu.

Interessados apenas em trabalhar, alemães e italianos contribuíram fortemente na criação de um ambiente de paz, sossego e prosperidade, neutralizando aquela atmosfera de luta que durante quase dois séculos ensanguentou o solo gaúcho.

Somente uma vez, em 1873-1874, a paz dos colonos de uma região de São Leopoldo sofreu perturbação, com o triste episódio dos Mucker, no qual o próprio exército imperial interferiu, perecendo o coronel Genuíno Sampaio, herói de várias guerras.

Entretanto, os colonos muito sofreram durante a Revolução Federalista de 1893 e na Revolução de 1923. Por ocasião da Segunda Guerra Mundial, alemães e italianos foram dura e injustamente perseguidos.

A montanhosa região do rio das Antas, inteiramente coberta de densa mata virgem, principiou a ser colonizada desde 1875, pelos imigrantes italianos, que fundaram Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibáldi, Farroupilha, Flores da Cunha, Veranópolis, Nova Prata, São Marcos, Guaporé e dezenas de outras cidades.

Caxias do Sul transformou-se no maior centro econômico do Estado, depois de Porto Alegre, ocupando destaque em arrecadação tributária. Depois de Porto Alegre, ocupando destaque em arrecadação tributária.

Depois da indústria, a maior fonte de renda da região colonial italiana é a vitivinicultura, a par de outras culturas agrícolas. Vinho e suco de uva são exportados para todo o Brasil e para o estrangeiro.

Ocupando uma região inteiramente coberta de mata virgem, com predomínio do pinheiro, os colonos de origem italiana



introduziram no Estado a indústria extrativa da madeira, que se tornou uma das maiores fontes de renda do sul do País. Móveis e casas pré-fabricadas são exportados para quase todos os Continentes [25, 38, 42, 47, 68, 72, 73].

27 – REVOLUÇÃO FARROUPILHA

ANTECEDENTES

Terminada a guerra da Cisplatina (1828), o Rio Grande do Sul viveu um período de calma até 1835.

Durante a presidência do Brigadeiro Salvador José Maciel, foi constituído o Conselho Geral da Província em substituição da Assembleia Provincial, que só foi instalada em 20-4-1835.

A situação política da Província sofria a influência da inquietação reinante em todo o Império desde a abdicação de D. Pedro.

O Marechal Sebastião Barreto Pinto, reacionário, comandante das Armas, obrigou Bento Gonçalves a se apresentar à Corte a fim de se defender da acusação de ser elemento perigoso à ordem política. O futuro caudilho farroupilha voltou prestigiado e conseguiu a demissão do presidente José Mariani, que em 2-5-1834, foi substituído pelo Dr. Antônio Rodrigues Fernandes Braga, o primeiro presidente rio-grandense, o qual, infelizmente, voltou-se contra os liberais e a própria Assembleia.

Esta, em suas reuniões, com debates apaixonados e violentos, votou resoluções deploráveis, como a criação de um corpo policial de 700 praças, que absorvia metade das rendas públicas.

O comandante de Armas Barreto Pinto continuava hostilizando os liberais e o Partido Farroupilha, uma ala liberal, fundado em 1831, pelo Tenente José Alpoim.

CAUSAS

Os rio-grandenses, a exemplo de seus vizinhos do Prata, dominados pelo ideal federalista, exigiam maior autonomia, tolhidos como estavam pela excessiva centralização do poder.

A economia rio-grandense, por outro lado, passava por séria crise, motivada por pesados tributos sobre as atividades pastoris e a incipiente indústria exportadora de carnes.

Além disso, a Província vivia no abandono, sobretudo, no setor de estradas, escolas, quartéis.

No campo ideológico, o comportamento de Barreto Pinto e do presidente Fernandes Braga tornava-se intolerável. Bento Gonçalves foi injustamente acusado de colaborar com o caudilho Lavalleja.

Por fim, a própria Assembleia passou a apoiar Bento Gonçalves, hostilizando as duas autoridades acima, no sentido de obter a sua substituição por homens mais esclarecidos.

Escrevia Bento Gonçalves ao Regente Feijó, logo após haver deposto o Presidente da Província Fernandes Braga: “ O Rio Grande é a sentinela do Brasil, que olha vigilante para o Rio da Prata. Merece, pois, mais consideração e respeito. Não pode e nem deve ser oprimido pelo despotismo. Exigimos que o governo imperial nos dê um governo de nossa confiança, que olhe para nossos interesses, pelo nosso progresso, pela nossa dignidade...”



INVASÃO DE PORTO ALEGRE

Bento Gonçalves da Silva, nascido em Triunfo (23-9-1788), homem simpático, de estatura elevada, era um militar por excelência, patriota incomparável e destemido. Batera-se gloriosamente em numerosos combates contra os castelhanos.

Indignava-se agora contra a opressão com que o governo imperial submetia o Rio Grande. Por fim, as atitudes hostis e injustas do Presidente Fernandes Braga, do seu irmão Dr. Pedro Rodrigues Fernandes Chaves e do comandante de armas Sebastião Barreto Pereira Pinto, contra a sua pessoa, acabaram por esgotar a paciência do bravo caudilho.

Percorre ele então o interior da Província, a dispor os ânimos para a revolução, que deveria romper no dia 7 de setembro, aniversário da nossa independência.

Entretanto, só no dia 20 é que 200 homens de cavalaria, sob o comando de Onofre Pires da Silveira Canto e José Gomes Jardim, partindo de Pedras Brancas (hoje Guaíba), invadem Porto Alegre pela ponte da Azenha.

Apesar do apelo do Presidente Braga para que a população se levantasse em defesa da cidade, “ameaçada por um bando de salteadores”, os liberais são recebidos com grandes aplausos.

O Presidente foge então para a cidade de Rio Grande, onde estabelece a sede do governo, enquanto a Câmara e a Assembleia convidam o vice-presidente Dr. Marciano Pereira Ribeiro a assumir o governo em Porto Alegre, ficando, por isso, o Rio Grande governado por dois presidentes.

No dia 25, Bento Gonçalves entra triunfalmente na cidade e lança uma proclamação. A seguir, informa o regente Feijó acerca do ocorrido, pedindo que nomeie outro presidente.

Em seguida Bento Gonçalves e Onofre Pires marcham sobre São José do Norte, Pelotas e Rio Grande e travam violentos combates contra as forças imperiais chefiadas por Silva Tavares, obrigando o Presidente Braga a fugir para o Rio (23-10-1835).

Enquanto isso, era nomeado Presidente o Dr. José de Araújo Ribeiro, filho da terra, parente de Bento Gonçalves, homem inteligente e culto, mas pouco político.

Bem recebido pelos revolucionários, Araújo Ribeiro teve, entretanto, sua posse suspensa, em virtude sobretudo de um incidente ocorrido em torno dos colonos alemães, que deviam permanecer alheios à Revolução.

Inseguro e desgostoso, Araújo Ribeiro retira-se para Rio Grande. Bento Manuel Ribeiro, famoso guerreiro e figura de destaque da deposição do Presidente Fernandes Braga, deixa o comando das armas, que havia assumido em substituição de Sebastião Barreto P. Pinto, e junta-se a Araújo Ribeiro, o qual, escorado pelo prestigioso parente e por outros amigos, assume a presidência da Província diante da Câmara Municipal de Rio Grande, atitude sumamente deplorável, pois a Revolução já havia sido dada por encerrada por Bento Gonçalves. Os soldados foram despedidos, e Araújo Ribeiro convidado a assumir a presidência em Porto Alegre.

A resposta a este belo gesto de pacificação do chefe farroupilha – *pasmem todos!* – foi contra-revolução, fruto inglório da lamentável traição de Bento Manuel Ribeiro! Não havia outro recurso senão pegar novamente em armas.

Como se vê, desta vez não foram os farroupilhas que pediram briga. Foram os próprios imperiais. Estes, mais do que

aqueles, são os responsáveis por mais nove anos de sangrentas lutas fratricidas, nove anos de “miséria e estacionamento” para o Rio Grande do Sul.

COMBATE DO PASSO DO ROSÁRIO

Bento Manuel Ribeiro, agora comandante das armas da contrarrevolução, juntamente com Silva Tavares e Sebastião Barreto Pinto, à frente das forças legalistas, tentam reconquistar Porto Alegre.

Bento Manuel, em sua campanha pelo interior, é perseguido de perto por Corte Real, com 800 homens. Nas proximidades de Irapuã vai ele, por isso, usar seus habituais estratégias. Manda avisar o chefe revolucionário que, não desejando ser o primeiro a fazer correr sangue rio-grandense, desistia de lutar, para retirar-se do Rio Grande.

O jovem Corte Real acreditou piamente. Foi um desastre! Às margens do Rio Santa Maria, no Passo do Rosário (17-3-1836), é derrotado, perdendo em meia hora 150 de seus homens, num violento e inesperado combate em que tomou parte, como legalista, o futuro Marquês de Herval, Manuel Luís Osório, junto com seu pai e um irmão.

Corte Real dispunha-se a morrer brigando, quando José Luís Osório, adiantando-se, brada-lhe: “Renda-se, patrício” entregue-me a espada que eu lhe garanto a vida!”

Preso, Corte Real vai para a Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, de onde, uma ano depois, foge a nado, junto com Onofre Pires (11-3-1837).

Enquanto isso, João Manuel de Lima e Silva, tio do Duque de Caxias, comandante das armas dos revolucionários, desbarata no Passo dos Negros, no Rio São Gonçalo, em Pelotas, a força legalista de Albano de Oliveira Bueno (2-6-1836), o qual foi assassinado quando seguia preso para Porto Alegre.

Lima e Silva, na cidade de Pelotas, com 700 farrapos, derrota o Major Manuel Marques de Sousa, o futuro Conde de Porto Alegre. Ele e outros prisioneiros foram remetidos para Porto Alegre e postos no velho navio abandonado “Presiganga”, ancorado no Guaíba.

Foi um desastre para os revolucionários! Marques de Sousa conseguiu evadir-se do navio-prisão. Auxiliado pelo velho Marechal João de Deus Mena Barreto, promove um levante, conseguindo aprisionar o presidente Marciano Pereira Ribeiro, junto com o comandante militar da cidade, Coronel Araújo Paula, além do terrível tribuno Pedro José de Almeida, o popular Pedro Boticário, e mais três dezenas de próceres revolucionários, (15-6-1836). Dessa forma, foi restaurado o poder imperial na Capital da Província.

Enquanto isso, os farrapos ferem vários combates, como o do Faxinal, em Viamão, onde Lima e Silva derrota Juca Ourives (19-4-1836). No dia 22 de abril, em Mostardas, o Coronel Onofre Pires subjuga as forças imperiais comandadas pelo Capitão Francisco Pinto Bandeira, que foi preso e fuzilado com numerosos companheiros de luta, fato que deslustra a Revolução.

Em 12-6-1836, Bento Gonçalves bate-se com Bento Manuel Ribeiro no Arroio dos Ratos. No dia 13, Silva Tavares, que havia retornado do Uruguai, é batido pelo farroupilha Domingos Crescêncio no combate da Lagoa Cajubá.

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE

Bento Gonçalves, tomando conhecimento da queda de Porto Alegre às mãos dos imperiais, tenta reconquistar a Capital, sendo impedido pelo valor de Marques de Sousa.

Entretanto, os farroupilhas vinham alcançando outras vitórias. Em 12-7-1836, Antônio de Sousa Neto empurra novamente Silva Tavares para o território uruguaio. Mas este, futuro Visconde de Cerro Alegre, retorna e, no dia 10 de setembro, bate-se com Sousa Neto em Seival, perto de Candiota, em Bagé. Foi uma extraordinária vitória farroupilha, na qual pereceram 180 legalistas.

No dia seguinte, o histórico dia 11-9-1836, nos Campos dos Meneses, diante das hostes vitoriosas, Sousa Neto proclamava a República Rio-Grandense, separando o Rio Grande do resto do Brasil, enquanto se aguardava que as demais Províncias, adotando o regime republicano, se dispusessem a formar a grande república federativa.

No dia 20 de setembro, primeiro aniversário da Revolução, a Câmara de Jaguarão, sob a presidência de Manuel Gonçalves da Silva, irmão de Bento Gonçalves, adere à proclamação da República e envia ofício acompanhado de cópia da ata da sessão. Logo a seguir a Câmara de Piratini adere à histórica proclamação da República Rio-Grandense.

COMBATE DO FANFA

Durante vários meses, os farrapos cercam Porto Alegre a fim de reconquistá-la. Bento Gonçalves, que se havia estabelecido

com o quartel-general em Viamão, vendo-se impotente de levar a cabo a difícil empreitada, resolve afastar-se para o interior e reunir um exército poderoso.

Entretanto, ele é infeliz na manobra. Ao atravessar o Jacuí, vê-se inesperadamente cercado na ilha do Fanfa pelas forças de Bento Manuel Ribeiro e Andrade Neves.

Travam-se ali então desesperados combates durante os dias 2, 3 e 4-10-1836, combates por terra e por água, a canhão, fuzil e espada, corpo a corpo, morrendo cerca de duzentos combatentes.

Por fim, Bento Manuel propõe a Bento Gonçalves uma rendição honrosa com liberdade total, contanto que os revolucionários entreguem as armas. No momento de entregá-las, muitos soldados preferem jogá-las ao rio.

Bento Gonçalves, Onofre Pires, Tito Lívio Zambecari e outros são presos e enviados à Fortaleza de Santa Cruz.

O conde Zambecari, que era italiano, foi expulso do país. Bento Gonçalves, que podia ter fugido da prisão juntamente com Onofre Pires e Afonso Corte Real, não o faz, para não comprometer seu companheiro de cela, o gordo Pedro Boticário, que não passava pelo buraco aberto na janela da prisão.

Foi então transferido para uma fortaleza na Bahia onde escapou de morrer envenenado, porque; desconfiado, deu a comida a um cão e a um gato, que morreram em seguida.

Na manhã do dia 10-9-1837, ao banhar-se no mar, fugiu a nado, ganhou uma canoa de pescadores amigos, que o levaram à ilha de Itaparica.

Depois de longos dias de perseguição, mandou avisar que embarcara para os Estados Unidos, cessando então a

perseguição. Embarcou num navio estrangeiro. Aportou em Santa Catarina e daí, por terra, chegou a Viamão.

Enquanto isso, os oficiais da República, reunidos em Piratini, no dia 6-11-1836, constituíram o governo republicano, sendo eleito presidente Bento Gonçalves, e vice-presidente Antônio Paulo Fontoura, José Mariano de Matos e José Gomes de Oliveira Guimarães. Na ausência de Bento Gonçalves, assumia a presidência José Gomes de Vasconcelos Jardim. No dia 16, Bento Gonçalves era empossado no seu alto cargo de chefe da República Rio-Grandense.

Para o Interior e Fazenda, foi nomeado Domingos José de Almeida; Marinha e Guerra, Major José Mariano de Matos; Justiça e Estrangeiros, José Pinheiro de Ulhoa Cintra; Comandante do Exército Republicano, o General João Manuel de Lima e Silva.

O exército republicano era avaliado em 9.372 homens, sendo 4.296 da 1ª linha e 5.076 da Guerra Nacional. Naquele tempo a população total da Província era inferior a 400.000 habitantes.

Foi organizada uma pequena marinha para operar nas lagoas e rios, sendo então de grande valia o italiano José Garibaldi.

Na viagem que Bento Gonçalves fizera a cavalo pelo litoral, entre Santa Catarina e Viamão, ocorreu um fato pitoresco. Desejando trocar seu cavalo cansado, chegou-se a uma estância e, sem dar-se a conhecer, pediu um cavalo. A velhinha que o atendeu disse:

- Fui rica, hoje sou pobre. Dei tudo o que pude à revolução. As forças legais levaram-me o resto. Na estância só tenho um cavalo para todo o serviço. Esse eu não dou. Só o darei ao general Bento Gonçalves, se ele chegasse aqui. Guardo-o para ele, quando voltar ao Rio Grande.

– Minha senhora – respondeu o chefe farroupilha - Bento Gonçalves sou eu [33].

JOSÉ GARIBÁLDI E A MARINHA

José Garibáldi, audacioso aventureiro italiano, encontrando-se no Rio de Janeiro e atraído pelo patricio Conde Zambecari, resolveu abraçar a causa farroupilha, que o empolgava.

Transformado em corsário, embarcou via Montevidéu com vários companheiros italianos, entre os quais o ilustrado Luís Rossetti, que será o organizador da imprensa farroupilha, secretário da República Catarinense, vindo a perecer mais tarde no combate de Viamão, no dia 26-11-1840.

Depois de enfrentar tempestades, sofrer graves ferimentos, prisão e torturas, Garibaldi, viajando a cavalo, chegou a Piratini, onde se apresentou ao General Bento Gonçalves.

“Passei algum tempo” – escreveu Garibaldi em suas memórias – “em companhia daquele homem extraordinário, a quem a natureza aquinhoou com dotes excelentes, havendo desprezado quase sempre a fortuna a favor do Império Brasileiro. Bento Gonçalves era do tipo de guerreiro brilhante e magnânimo; tinha já cerca de sessenta anos quando o conheci. alto e de porte esbelto, montava seu fogoso cavalo com a mesma agilidade e destreza de um jovem daqueles lugares. E leve-se em conta que os rio-grandenses se consideram os melhores ginetes do mundo... Sóbrio, como todo filho daquela valente nação, seu alimento no campo era o dos soldados: o churrasco, único alimento naquelas campinas, ricas em gado, onde em guerra não se utilizam embaraçosas bagagens, obstáculo principal dos exércitos



européus. Vi-o pela primeira vez comendo ao lado de seus soldados com a mesma familiaridade, como se fossem seus companheiros de infância. Com tais dotes, Bento era o ídolo de seus concidadãos. Apesar disso, ele foi muito feliz nas batalhas, nas quais a sorte sempre leva a sua parte”.

Encarregado pelo ministro da Marinha, Garibaldi dirigiu-se ao estaleiro de Camaquã, onde conquistou a primeira vitória contra os imperiais, derrotando Francisco Pedro de Abreu, o astuto Moringue, futuro Barão de Jacuí.

Aqui, auxiliado por John Griggs, improvisando barcos e marinheiros, deu casa aos barcos legalistas, que singravam livremente a Lagoa dos Patos.

MARCHA SOBRE SANTA CATARINA

Os farrapos visavam estender a República federativa às demais províncias brasileiras. Enquanto Davi Canabarro seguia por terra, Garibaldi avançaria por mar, na tentativa de estabelecer em Laguna um porto de mar da República.

O porto de Rio Grande, como o de Porto Alegre, encontravam-se em mãos dos imperiais. Garibaldi só poderia atingir o Atlântico transportando por terra os seus lanchões, desde a Lagoa dos Patos.

Foi o que realizou, numa façanha extraordinariamente heroica. Levou seis dias para construir dois carroções de grandes rodas, sobre os quais, na barra do Capivari, carregou o “Seival” e o “Rio Pardo”. Puxados por duzentos bois, os barcos partem no dia 5-7-1838 e no dia 11 mergulham nas águas do Tramandaí. A 14 do

mesmo mês, desfraldam ao vento do Atlântico o pavilhão tricolor da República Rio-Grandense, rumo a Laguna.

John Griggs, um marinheiro norte-americano (ou irlandês?), comanda o “Seival”, que, sólido e valente, enfrenta e resiste ao temporal, ao passo que o “Rio Pardo” naufraga na barra do Araranguá.

Neste naufrágio, Garibaldi perde 16 companheiros. Os 14 sobreviventes, a roupa encharcada, naquele inverno cruel, salvam-se de morrer enregelados, deitando a correr pela praia do Morro dos Conventos.

Enquanto o “Seival” se aproxima de Laguna, Garibaldi, por terra, auxiliado pelos catarinenses, que se haviam revoltado contra o Império, vai em busca de Canabarro.

A CONQUISTA DE LAGES

David Canabarro (David José Martins adotou o sobrenome do tio Bartolomeu Canabarro), numa odisseia heroica, em pleno inverno, galga a serra, invade Vacaria, atravessa o rio Pelotas (onde profere a célebre expressão “bois-de-botas”, referindo-se aos catarinenses que o auxiliaram a tirar os seus canhões atolados na barranca do rio).

No dia 9 de março entra em Lages e proclama a República, entre o regozijo de seus habitantes. O brigadeiro Francisco Xavier da Cunha, pai do poeta Félix de Cunha, expulsa mais tarde os republicanos desta cidade. Entretanto, posteriormente, este bravo legalista é batido no combate de Santa Vitória por Joaquim Teixeira Nunes, Garibaldi e Mariano Aranha (14.12.1839). Lages volta então ao domínio dos farrapos, que lá permanecem até 1841.

REPÚBLICA CATARINENSE

Alguns piquetes de cavalarianos, tendo à frente o legendário Joaquim Teixeira Nunes, descem a serra de Vacaria e Lages e aproximam-se de Laguna.

Aqui, atacada pelas forças de Canabarro e Garibaldi, a frotilha imperial sucumbe, salvando-se apenas o “Corveta”, que foge a dar aviso a João Carlos Pardal, presidente da Província Catarinense.

Neste combate naval, os farrapos perdem apenas um soldado, ao passo que morrem 17 legalistas.

Os lagunenses participam do júbilo dos farrapos e festejam o acontecimento com *Te Deum* e missas de ação de graças.

No dia 29-7-1839, Canabarro proclama a República Catarinense, livre e independente, formando um Estado Republicano Constitucional.

Nas eleições, conquistam maior votação o Tenente-Coronel Joaquim Xavier das Neves e seu tio Pe. Vicente Ferreira dos Santos Corfeiro, sacerdote austero, que assumiu provisoriamente a presidência da República, nomeando logo seus ministros e secretários: João Antônio de Oliveira Tavares (Fazenda, Interior e Justiça) e Antônio Claudino de Sousa Medeiros (Guerra, Marinha e Exterior). A sede do governo passava, por decreto, a chamar-se “Cidade Juliana de Laguna” [79].

ANITA GARIBALDI

Garibaldi, perdidos os companheiros no naufrágio, parecia estar sozinho no mundo. Agora em Laguna, aproveitando a folga da guerra, pensa em mitigar a solidão.

Ana de Jesus Ribeiro, uma linda cabocla, de temperamento ardente, apesar de comprometida com Manuel Duarte de Aguiar pelo matrimônio, apesar da oposição dos pais, responde ao amor do farrapo destemido e aventureiro – o herói dos Dois Mundos – e com ele sai para a imortalidade.

Em sua viagem de núpcias, como esposa do comandante, cai no mundo de seus sonhos, empunhando a carabina, disparando o canhão, pilotando navios de guerra.

Nessa viagem, Garibaldi, enfrentando navios imperiais, na tentativa de conquistar Desterro, Capital de Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro, chega até às proximidades de Santos, de onde é obrigado a retornar a Laguna. Anita, no combate de Marombas, cai prisioneira, mas consegue fugir. Atravessa o rio Canoas nadando, agarrada à crina do cavalo, e marcha para os campos de Vacaria, onde reencontra Garibaldi, que julgava morto, tendo-o procurado entre os cadáveres dos soldados.

No final da campanha, quando Garibaldi, já não podendo enfrentar inimigos no mar, seu campo de luta predileto, quando Anita, morto seu legítimo marido, o sapateiro de Laguna, ansiava por regularizar sua união, os heróis dos Dois Mundos partem para Montevideu, onde, na igreja de São Francisco, no dia 26-3-1842, legitimam sua união.

A seguir, após outra campanha, ambos partem para a Itália. Lá em Módena, Anita morre jovem, no dia 4-8-1849. Anita e José Garibaldi tiveram os filhos: Domingos Menotti nascido em S. Luís de Mostardas, no RS, a 16-9-1840; Teresa, nascida em

Montevideu a 22-3-1845; Ricciotti, nascido em Montevideu a 24-2-1847. Teresa, casada com Canzio teve 17 filhos. Ricciotti teve dez. todos os netos de Anita se distinguiram, uns como generais, outros como engenheiros. Um, Santo, morreu no Campo de concentração nazista de Dachau. Itália visitou a América do Sul em 1930, e escreveu “Garibaldi na América”. Josefina Ziluca esteve no Brasil em 1970 (V. *Anita Garibaldi* de Wolgag Ludwig Rau).

RETIRADA DE LAGUNA

Enquanto Garibaldi, feito corsário, retornava da sua incursão até a altura de Cananéia, sustentando combates, sendo o mais sangrento o do porto de Imbituba, no qual perdeu numerosos soldados, a situação dos republicanos se agravava em Laguna. Canabarro, violento, sempre insatisfeito diante de tantas dificuldades, não se entendia com os homens do governo, notadamente com o Pe. Cordeiro.

O povo lagunense, que abraçara com aplausos a causa republicana, na esperança de encontrar nela salvação para seus problemas, agora, decepcionado, revolta-se contra os farrapos.

Garibaldi, já de retorno a Laguna, recebe ordem severíssima de Canabarro para castigar duramente e saquear Imaruí, cuja população se havia sublevado contra a República. A soldadesca farrapa, embriagada ao extremo, cometeu ali os atos mais bárbaros praticados durante toda a campanha. Demos a palavra ao próprio Garibaldi.

“Nunca vi nada” – escreve na *Minha Luta pela Liberdade* – “mais lamentável, nem mais degradante para a espécie humana. Os desgostos e as fadigas que passei naquele dia nefasto para

refrear um pouco a violência contra as pessoas, foram imensos. E se logrei algo, foi à força de sablaços, e sem me importar com a vida”.

Mais adiante escreve Garibaldi: “Enfim, com ameaças e golpes, se conseguiu embarcar aquelas feras desenfreadas... Para dar uma ideia da classe de indivíduos sob minhas ordens naquela expedição, vou relatar o fato seguinte.

“Um sargento, muito estimado pelos soldados, fora morto em Imaruí. Ordenei seu sepultamento; contudo, como os militares tinham outros serviços, com o pretexto de que aquele valente oficial merecia ser levado a Laguna para um funeral honroso, o cadáver foi embarcado.

“Passeando eu pelo convés do navio e vendo luz no lugar onde se reunia a maior parte daquela gente, aproximei-me e presenciei este espetáculo: O sargento, que era alto e gordo, estava estendido no meio de um grupo de indivíduos cuja fisionomia de ébrios parecia a dos judeus que açoitaram Cristo. À luz de uma vela de sebo, posta sobre o gargalo de uma garrafa, que descansava sobre o ventre do cadáver, pareciam demônios jogando cartas à disputa de almas. Ainda hoje se me representam aqueles saqueadores dos infelizes habitantes de Imaruí apostando sobre o ventre do cadáver de um companheiro o fruto de sua rapina”.

Outro gesto de barbarismo praticado em Imaruí, e que Garibaldi não registra, foi o suplício e vexame que sofreu o Vigário, submetido à castração (V. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* do IBGE).

O General Francisco José de Sousa Soares de Andréa foi nomeado Presidente da Província de SC, em substituição ao Brigadeiro João Carlos Pardal, que caíra no desagrado do governo imperial e da população catarinense. Andréa, futuro Barão de

Caçapava, toma a peito a expulsão dos republicanos. Enquanto dirige as operações por terra, sob o comando de Soares Pereira, a frota de Frederico Mariath, composta de 22 embarcações, investe contra o porto de Laguna. O combate, “o mais mortífero e horrível que se poderia imaginar” conforme escreveu Garibaldi, durou três horas. Às cinco da tarde do dia 15-11-1839, chegava ao fim a República Catarinense, também conhecida por “Juliana”. Pereceram mais de cem farrapos, enquanto os legais tiveram 17 mortos e 38 feridos. Pereceram todos os oficiais da Marinha Farrroupilha, com exceção de Garibaldi. Canabarro deu ordem a Garibaldi para que incendiasse os barcos (*Itaparica, Seival, Rio Pardo e Caçapava*). No incêndio foram devorados os cadáveres dos heróis farrroupilhas.

Dos restos do *Seival*, no local conhecido por Magalhães, no porto de Laguna, nasceu um dia uma figueira mais tarde transplantada, em tocante cerimônia cívica, na Praça da Matriz, onde hoje é venerada como a *Árvore de Anita*¹.

OS GRANDES COMBATES

Entre os muitos combates da Revolução Farrroupilha, alguns merecem registro especial, por sua grandiosidade.

Em Rio Pardo, no dia 30-4-1838, os liberais alcançam a maior vitória de toda a sua longa campanha. Sousa Neto, Bento Manuel Ribeiro (que voltara às hostes revolucionárias), João Antônio da Silveira e David Canabarro, à frente de cerca de mil homens, derrotam fragorosamente o marechal-de-campo Sebastião Barreto Pereira Pinto, que por isso, foi submetido ao Conselho de Guerra pelo governo imperial, sendo mais tarde absolvido.

Neste combate os legalistas tiveram 370 mortos, perderam toda a sua infantaria, parte da cavalaria, 50 oficiais entre mortos, feridos e prisioneiros. Hoje, na estrada de Santa Cruz do Sul, uma cruz de grês recorda o grande feito farroupilha.

Em Taquari (3-5-1840), fere-se o mais importante combate da Revolução pelo número de combatentes (cerca de dez mil), embora nada tenha decidido para ambas as partes.

As forças farroupilhas, sob o comando de Bento Gonçalves, dispunham de, aproximadamente, 5.000 homens, ao passo que os imperiais, chefiados por Manuel Jorge Rodrigues, eram cerca de 4.600. Estes tiveram aqui 53 mortos e 125 feridos, enquanto os republicanos somaram 35 mortos e 114 feridos.

Em 16-7-1840, em São José do Norte, trava-se o mais nobre e sangrento combate dos legalistas, sob as ordens de Antônio de Paiva, que, embora ferido, luta até o fim. Cf. Anita Garibaldi de Wolfgang Ludwig Rau; *História de Santa Catarina* de Oswaldo R. Cabral; *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos* de Lindolfo Collor; *Minha Luta pela Liberdade* de G. Garibaldi.

Depois de oito dias de marcha, sob os rigores do mais cruel inverno chuvoso, 1.200 farrapos famintos e quase nus, sob o comando de Bento Gonçalves, Joaquim Teixeira Nunes, Garibaldi e Domingos Crescêncio de Carvalho, entram de surpresa na vila à uma hora da madrugada, quase sem resistência. Trepando uns sobre o ombro dos outros, transpõem os muros e invadem a vila, ocupando-a numa hora, sem disparar um tiro.

Infelizmente, sobrevém uma catástrofe ainda antes de clarear o dia: uma terrível explosão num dos quatro fortes, o Imperial, o mais importante, já em poder dos revolucionários, que pereceram no incêndio, horrivelmente, mutilados.

A seguir, outra catástrofe: os soldados, famintos e esfarrapados, não resistem à tentação do saque, comendo,

bebendo, vestindo-se e inutilizando muitos fuzis na fúria desenfreada de arrombar as portas das casas comerciais.

Resultado: por volta das dez horas, quando dos navios imperiais saíam os defensores da vila, foi difícil desbaratar os farrapos, desarmados e embriagados, dispersos pelas ruas.

Foi uma chacina: 181 republicanos mortos e 150 feridos; enquanto os legalistas tiveram 72 mortos, 87 feridos e 84 prisioneiros.

“Este combate” – escreve Arthur Ferreira Filho – “marcou o ponto mais alto das virtudes militares do lado imperial durante toda a revolução. Nunca os legalistas se haviam portado tão bem. E foi, além disso, a consagração de um chefe. Soares de Paiva, ferido no início da ação, comandou a defesa até o fim, e, por seu heroísmo, a praça não se rendeu, conquistando o título de ‘Muito Heroica’, com que foi distinguida pelo governo imperial.

“As ruas da vila ficaram juncadas de cadáveres. Em tempo algum, na longa revolução farroupilha, derramou-se tanto sangue numa área tão pequena. Ao cair da tarde Bento Gonçalves retirou-se.

“De seu acampamento na planície desabrigada, escreve ao digno chefe adversário, informando-o de que se achava sem médico e desprovido de medicamentos para socorrer seus numerosos feridos. Em resposta, o Coronel Soares de Paiva manda um médico e metade dos medicamentos que possuía.

“Bento Gonçalves, cuja grandeza d’alma acabava de encontrar um rival, como sua bravura já o havia encontrado horas antes, ao agradecer o gesto cavalheiresco do comandante da heroica vila, dá liberdade a todos os prisioneiros legalistas em seu poder.

“Tipos admiráveis tinha o Rio Grande daquele tempo!” conclui o brilhante historiador, na sua monumental *História Geral do Rio Grande do Sul*.

Outro combate memorável, a que aliás já nos referimos, foi o do Passo de Santa Vitória (14-12-1839), onde se chocaram violentamente as forças revolucionárias de Teixeira Nunes, Garibaldi e Mariano Aranha contra a Divisão da Serra, comandada pelo brigadeiro Francisco Xavier da Cunha.

Depois de uma hora de luta, que juncou o terreno de cadáveres, os republicanos encurralam os legalistas no interior de um mangueirão, destinado outrora à contagem dos animais nesse Registro da Guarda de Santa Vitória.

Terrível entrevero de “muitas centenas de homens” escreve Lindolfo Collor em *Garibaldi e a Revolução Farroupilha*. Mortíferas descargas de mosquetões à queima-roupa. Tombam cavalos. Luta-se a pé, à faca, corpo a corpo. “o desvario da morte apodera-se daqueles homens, que parecem feras ensandidas pelo cheiro do sangue. Gritos terríveis cortam o ar, imprecações, injúrias”.

Xavier da Cunha “de sabre em punho, confundido com soldadesca, trata de defender-se ao deus-dará...” Ferido ele, o pânico toma conta da sua gente. Muitos debandam, saltando a taipa, correndo para o rio, tentando atravessá-lo a nado. “O chão está coberto de cadáveres e de homens feridos”.

Do brigadeiro não se tem mais notícias. Garibaldi diz que ele desapareceu nas águas do Pelotas.

AS GRANDES ODISSÉIAS



As principais campanhas dos revolucionários pelo interior ocorriam na época invernos, quando os legalistas em geral se mantinham nas cidades, aguardando o bom tempo.

Verificavam-se então atos de extraordinária resistência, na luta contra as intempéries, os rios cheios, a mata impenetrável, a fome, o frio, deficiência de roupas, de abrigo contra as chuvaradas.

Em Santa Catarina, nas densas matas dos atuais municípios de Lages, Curitiba, Correia Pinto e Anita Garibaldi, os soldados de Garibaldi passaram quatro dias sem outro alimento a não ser raízes de plantas.

Quando o Presidente da Província Soares de Andréa quis livrar-se de Bento Gonçalves, que havia três anos sitiava Porto Alegre, os revolucionários tentaram impedir as manobras do general francês Pedro Labatut, que descia de São Paulo por ordem do governo imperial.

Enquanto Bento Gonçalves seguia pelo litoral até Torres e daí galgava a serra dos Aparados, David Canabarro penetrava em Cima da Serra (S. Francisco Paula). Entre o rio Tainhas e o rio das Antas, um violento e prolongado temporal surpreendeu a força farrapa, que perdeu grande parte de sua cavalaria, artilharia e homens.

Mulheres e crianças seguiam com a coluna através do labirinto da selva alpestre e bruta, perecendo quase todas. Os soldados que não morreram de fome salvaram-se comendo carne de cavalo.

Menotti, de três meses, e a sua mãe Anita salvaram-se graças aos esforços ingentes de Garibaldi e seus companheiros. Por fim, andando dia e noite, acompanhada por um bagageiro, Anita conseguiu sair da mata. No campo, cessadas as chuvas torrenciais, ela encontrou uns milicianos que enxugavam seus

andrajos ao fogo. Vendo o menino morrendo, “fizeram-no voltar à vida, quando a pobre mãe já desesperava de salvá-lo”.

Idêntica odisseia viveu Labatut nessa passagem infernal, ao bater em retirada, perseguido pelos farrapos. Ele também perdeu-se no emaranhado da selva do rio das Antas. Vencedor das batalhas napoleônicas, viu-se derrotado aqui sem combater. Abandonou a artilharia e grande parte de seus soldados, que, quase nus, desertaram aos magotes. Retirou-se para o Rio Pardo via Passo Fundo, sofrendo ainda a perseguição dos indígenas Coroados no Mato Português e no Mato Castelhanos. Seguiu depois pela entrada do Botucaraí (Soledade).

DECLÍNIO DA REPÚBLICA

A Assembleia Constituinte, que deveria se instalar em 30-4-1840, na vila de Caçapava, segunda capital revolucionária, só pôde realizar-se na terceira capital, Alegrete, em novembro de 1842. Em 8-2-1843, apareceu o notável projeto da Constituição.

Poucos meses após a partida de Garibaldi para Montevidéu, Bento Gonçalves, acompanhado de Domingos de Almeida, dirigiu-se em missão secreta para o Uruguai a fim de encontrar-se com Frutuoso Rivera no povoado de São Frutuoso. O caudilho uruguaio, em guerra contra Rosas, precisava mais uma vez da ajuda rio-grandense.

Rivera apresentou então um projeto audacioso e sensacional: a organização de uma nova confederação formada pelo Uruguai, Rio Grande do Sul, Corrientes e Entre-Rios e, possivelmente, Paraguai. Para tanto contavam, além do apoio naval de Garibaldi, com a colaboração de países estrangeiros.

Em fins de 1842, reuniu-se em Paissandu a conferência para o lançamento das bases da nova potência sul-americana. Além de Rivera e Bento Gonçalves, compareceram os governadores das províncias argentinas de Corrientes e Santa Fé, mais o comandante do exército correntino. Este, General José Maria Paz, exposto o plano, desconfiou de alguma próxima traição de Rivera e discordou. A conferência encerrou-se com o clássico banquete diplomático (V. Lindolfo Collor, obra citada).

Entre os líderes da Revolução recrudescia o espírito de divergência. Enquanto Canabarro crescia na estima, Bento Gonçalves perdia a confiança dos republicanos. Foi quando um trágico acontecimento veio aumentar ainda mais a animosidade.

Em Alegrete fora assassinado o Vice-Presidente da República, Antônio Paulo da Fontoura, e os inimigos de Bento Gonçalves o indigitaram como mandante do crime. Ele, sabendo da situação, não hesitou. Renunciou à presidência em favor de José Gomes de Vasconcelos Jardim, enquanto três dias depois Antônio Neto entregava a Canabarro a chefia do exército.

Um dos acusadores de ser o general o autor do crime foi Onofre Pires, que altercando vociferava: “Ladrão da fortuna, ladrão da vida, ladrão da honra e ladrão da liberdade é o brado ingente que contra vós levanta a nação rio-grandense, ao qual já sabeis que junto a minha convicção...”

No mesmo dia, nas margens do Sarandi, sem testemunhas, ambos duelaram, saindo Onofre ferido e vindo a falecer quatro dias depois. O General Bento Gonçalves, já nos 13 anos, havia matado em duelo um preto que o provocara. Agora, ele se apresenta ao General Canabarro para entregar a sua espada.

Era o declínio da Revolução.

Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, agora na presidência da Província, havia já assumido o comando

das operações bélicas contra os rebeldes. Muito hábil, ele atraiu para as hostes imperiais o valoroso militar Bento Manuel Ribeiro.

O COMBATE DE PORONGOS

Fulminantes os movimentos de Caxias. Ontem estava em São Gabriel. Hoje surge às margens do rio Santa Maria, no Passo de São Borja. Persegue e desaloja os revolucionários da coxilha de Santana, de São Diogo, Quaraí, empurrando os rebeldes para além da fronteira. Marcha depois sobre Livramento, expulsando dois mil e quinhentos rebeldes.

Mas os valentes farrapos, em dado momento, aparecem em São Gabriel, sob o comando do Tenente-Coronel Manuel de Carvalho Aragão e Silva. Aprisionaram o comandante da praça, matam e ferem cerca de cem homens, apoderam-se de 1.500 reses, cavalos, armamentos, munições. Daqui cercam, no acampamento da Trilha, três batalhões da Segunda Brigada de Infantaria, comandada por Arruda Câmara.

Caxias acode e levanta o cerco. Os republicanos, conhecedores do terreno, movimentam-se com rapidez espantosa. Em Ponche-Verde atacam Bento Manuel e o terrível Moringue, Francisco Pedro de Abreu. Lá estão Bento Gonçalves, Antônio Neto, Canabarro e João Antônio. Luta encarniçada. Embora ferido, Bento Manuel porta-se renhidamente. São muitos os mortos de ambos os lados.

Terrível o inverno de 1844! Castigava duramente o carioca Caxias. O Império encontrava-se a dois passos da guerra contra o ditador Rosas, de Buenos Aires. A Revolução marchava para o seu

desfecho. Os farrapos, maltrapilhos, caminhavam de desastre em desastre. Os governantes erravam pelas estradas, de acampamento em acampamento.

Impunha-se colocar um ponto final. Francisco Martins viaja a São Paulo e Rio de Janeiro. Relata a Teófilo Otoni o drama do sul. Os rio-grandenses – diz o grande mineiro – já cumpriram o seu dever, dando tão brilhantes exemplos durante nove anos.

Caxias confabula com Bento Gonçalves. Canabarro ainda insiste, mas quando lhe chega o conselho de Otoni, capitula ele também.

Mas as operações militares prosseguem. Em Porongos, interior de Dom Pedrito, Amaro da Silveira estivera no acampamento de Chico Pedro, com o fim de fazer permuta de prisioneiros. Canabarro manda-lhe um recado chistoso: que o Moringue o fosse tirar daquele sítio, porque os cavalos estavam numa magreza incrível. Chico Pedro responde que evitaria novos derramamentos de sangue. Canabarro foi na conversa e não cuidou de defender-se de possível ataque.

Alta madrugada. Noite de lua nova. O acampamento farrapo dorme sossegadamente. Piquetes legalistas, freios e espadas amarrados, para não tinir, proibido fumar, marcham. Três léguas de marcha silenciosa...

Súbito, no acampamento republicano, um delirante e surpreendente som de clarim: É o Moringue! É o Moringue – gritam.

Indescritível a confusão no acampamento. A primeira alternativa é a fuga. Mas lá está a barreira de Chico Pedro. Luta-se corpo a corpo. Um contra vinte. Ouve-se o tinido de ferro contra ferro. Tombam brigando os heroicos farrapos. Mais de cem mortos. Trinta e três prisioneiros, incluindo 35 oficiais e o Ministro da

Fazenda da República. Perdidos mais de dois mil cartuchos, mais de mil cavalos, o arquivo completo de Canabarro.

Luta-se depois durante três meses ainda. Guerrilhas, desesperadas. Teixeira Nunes sucumbe no combate de Canudos, lutando contra a coluna do terrível Fidélis Pais, braço direito do Moringue.

A PAZ DE PONCHO VERDE

Diante desta vergonhosa derrota, em pleno período de armistício, poderia fazer supor que os republicanos assinariam o tratado de paz vencidos, como a pedir misericórdia. Nunca! Nenhum farrapo assinará tratado de paz desonrosa! Antes haveriam de derramar a última gota de seu sangue. Deles escreveu Garibaldi: “Eu vi corpos de tropas mais numerosas, batalhas mais disputadas, mas nunca vi, em nenhuma parte, homens mais valentes, nem cavaleiros mais brilhantes que os da bela cavalaria rio-grandense, em cujas fileiras aprendi a desprezar o perigo e combater dignamente pela causa sagrada das nações”.

Canabarro declara então ao futuro Duque de Caxias que, neste caso, os farroupilhas rasgavam as negociações de paz e iriam ajustar contas em campo raso, até que houvesse sangue nas veias do último republicano.

Diante de tão contundente declaração, nada mais se poderia exigir. Entretanto, Caxias toma conhecimento de outro fato ainda mais eloquente e decisivo.

Acontece que um perigo externo ameaçava o Sul do Brasil. O ditador argentino Rosas, que sonhava com a restauração territorial do antigo vice-reino do Prata, estava interessado no

prolongamento da revolução, que provocaria a separação da Província.

Neste sentido, enviou emissários a Canabarro, pedindo aliança e oferecendo forças para combater o Império. A resposta de Canabarro passou para a História como a mais patriótica declaração de brasilidade da Revolução Farroupilha:

“Senhor” – respondeu o chefe farrapo – “o primeiro de vossos soldados que transpuser a fronteira, fornecerá o sangue com que assinaremos a paz com os imperiais. Acima de nosso amor à República está o nosso brio de brasileiros. Quisemos ontem a separação de nossa pátria; hoje, almejamos a sua integridade. Vossos homens, se ousarem invadir nosso país, encontrarão, ombro a ombro, os republicanos de Piratini e os monarquistas do Sr. D. Pedro II.”

Não foi preciso mais nada ! Caxias e Canabarro entenderam-se. Foram enviados emissários à Corte, sendo os farrapos representados por Antônio Vicente Fontoura, que se havia incompatibilizado com Bento Gonçalves. Por este motivo, exclusivamente, Bento Gonçalves e Vasconcelos Jardim deixaram de assinar o documento de paz, firmado no dia 25-2-1845.

No dia 28, de seu acampamento nos campos de Poncho Verde, Canabarro proclama aos republicanos a conclusão da paz honrosa, de pleno e integral acordo com a vontade dos heróis que, durante um decênio, com sacrifícios inauditos, em atos de bravura sem igual, escreveram uma das mais eloquentes epopeias de toda a história da humanidade, “a mais importante das guerras civis sul-americanas pela sua longa duração, pela beleza de seus ideais e pelo valor de seus campeões” (Ferreira Filho).

A Revolução de 35 alcançava, pois, vitoriosamente, gloriosamente, seus patrióticos objetivos, lançando ao solo brasileiro a semente do ideal republicano e federativo, semente

que, fecundada com seu sangue generoso, frutificou esplendorosamente.

As condições da pacificação, basicamente, foram estas: aos republicanos cabe a indicação do presidente da Província; a dívida pública revolucionária será paga pelo governo imperial; incorporação no Exército Brasileiro dos oficiais republicanos, com exceção dos generais; liberdade a todos os presos revolucionários; validade para as causas civis, licenças e dispensas eclesiásticas; garantia de segurança individual e de propriedade; isenção de recrutamento militar para os soldados da República; anistia ampla para os oficiais do Exército Brasileiro que tivessem lutado nas fileiras republicanas.

Dois anos após a assinatura da paz, falecia em Pedras Brancas (Guaíba) o General Bento Gonçalves da Silva, “o maior rio-grandense do passado, herói autêntico, figura de romance, encarnação das melhores virtudes da nossa raça. Personagem sem contrastes, brilhou como sol entre as luminárias de uma época em que o Rio Grande se notabilizou pela superioridade de seus filhos” (A. Ferreira Filho).

REALIZAÇÕES DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE

Apesar da guerra sem trégua que o governo imperial moveu contra os farrapos, a República Rio-Grandense realizou grandes obras em benefício da população notadamente do interior. Dirigiu a Nação sempre com alta moral administrativa, empregando o dinheiro com admirável rigorismo. Impostos moderados. Despesas escrupulosamente controladas.

Foram criadas escolas em todos os 14 municípios então existentes. As multas cobradas revertiam em favor do ensino. Criou o serviço dos correios. Abriu novas estradas, consertou as antigas. Construiu pontes. Instituiu o voto obrigatório. Estabeleceu relações de boa amizade com os países vizinhos e o Paraguai.

Mas todos os recursos e esforços estiveram principalmente voltados para as operações bélicas, a ponto de poder dominar durante um decênio quase todo o território da Província, enfrentando o enorme poderio imperial.

A fundação da cidade Uruguaiana, ponto estratégico da fronteira, surgiu da ideia do Ministério Domingos José de Almeida.

O CLERO NO MOVIMENTO FARROUPILHA

O clero e a maçonaria tiveram papel saliente no movimento revolucionário de 1835. Quase todos os padres da Província eram ardorosos republicanos. O famoso Pe. Caldas, revolucionário da Confederação do Equador, muito contribuiu com suas ideias na eclosão do movimento.

O Pe. Tomé Luís de Sousa, deputado e vice-presidente à Assembleia Provincial de Rio Grande, foi quem denegou posse ao presidente Dr. José de Araújo Ribeiro. O Pe. João de Santa Bárbara, deputado, bateu-se pela causa farroupilha no parlamento do País. O Pe. Hildebrando de Freitas Pedroso, autor do desenho do brasão das armas da República Rio-Grandense, foi o primeiro presidente da Assembleia Constituinte.

O Pe. Feliciano José Rodrigues Prates, primeiro Bispo do Rio Grande, diocese criada pelo Papa Pio IX' em 7.5.1848, foi um

farrapo militante, assim como o Pe. Sebastião Pinto do Rego, depois Bispo de São Paulo.

Em geral, o clero provinha das famílias dos grandes vultos da Revolução. O Pe. Roberto Gonçalves da Silva, por exemplo, era irmão de Bento Gonçalves. A figura mais destacada do clero farroupilha é o Pe. Francisco das Chagas Martins e Souza, natural de Rio Pardo, o qual em 04-4-1839, em Caçapava, abençoou a bandeira tricolor, tendo sido depois o deputado mais votado (3.025 sufrágios) para a Assembleia Constituinte.

O preâmbulo da Constituição Farroupilha começava assim: “Em nome da Santíssima Trindade...” O juramento republicano tinha como primeiro compromisso “manter a religião católica, apostólica, romana”. Ninguém podia ser eleito para a Câmara dos Deputados se não fosse católico [3, 13, 19, 32, 43, 44, 60, 77, 78, 79].



28 – GUERRA CONTRA ROSAS E AGUIRRE

Mas no Rio Grande a guerra não cessa, nem mesmo logo após a Revolução Farroupilha. Agora, outra vez contra os castelhanos, muitos dos quais, durante o movimento de 35, andavam por aqui sob pretexto de colaborar, mas, na realidade, como espões do ditador da Argentina, o tirano João Manuel de Rosas.

Do Rio Grande, viveiro de heróis, de cavaleiros que podiam competir com os melhores do mundo, saem agora os defensores da Pátria e marcham contra o tirano que durante vinte anos estrangulou a liberdade da Argentina, pondo em perigo as nações vizinhas.

Oribe, instigado e apoiado por Rosas, ensanguentou por dez anos a jovem República Oriental do Uruguai, impondo à sua Capital um terrível e prolongado cerco. Não satisfeito com isso, invade a fronteira do Rio Grande, arrebanhando gado e insultando a população.

Francisco Pedro de Abreu, Barão de Jacuí, o terrível Moringue dos Farrapos, em represália, invade o Uruguai por Quaraí e tenta reaver o que pertence ao Brasil.

Melindrado, Rosas protesta e por fim retira o seu representante na Corte do Rio de Janeiro. O Brasil, diante das hostilidades de Rosas, faz aliança com o Uruguai, apenas para combater Oribe.

Ao mesmo tempo, Urquiza, caudilho argentino de Entre-Rios, juntamente com Viraroso, de Corrientes, revoltam-se contra Rosas, e aliam-se ao Brasil e Uruguai. Forma-se então, um grande exército aliado das três nacionalidades.



Caxias e Urquiza penetram no Uruguai e pressionam Oribe, que capitula sem resistência, libertando Montevidéu do prolongado cerco a que resistira heroicamente.

Agora o Exército Aliado, formado por 28.000 homens, avança sobre Buenos Aires, sob o comando de Caxias, Urquiza, o oriental César Dias e os gaúchos Marques de Sousa e Manuel Luís Osório.

A 3-2-1852, no célebre combate de Monte Caceros, Rosas é completamente batido com seu exército de 20.000 homens. Refugia-se num navio inglês, seguindo para o exílio da Inglaterra.

Finalmente o sacrificado povo rio-grandense podia respirar em paz. Entretanto, volvidos apenas 12 anos, os gaúchos tornam a pegar em armas, outra vez em socorro do Uruguai, contra outro caudilho argentino Atanásio Aguirre, que não cessava de oprimir os amigos orientais.

João Propício Mena Barreto, Barão de São Gabriel, comanda o Exército do Sul, que avança por terra, enquanto o Marquês de Tamandaré domina as águas do Prata e do Rio Uruguai.

Aguirre pede ajuda a Solano Lopes, do Paraguai.

A 1-1-1865, em Paissandu, fere-se a grande batalha de mais de 30 horas ininterruptas, com a vitória do Brasil e do Uruguai.

Foi evitado o ataque a Montevidéu, porque Aguirre abandonou o poder em favor de Tomas Vilaba, político moderado, que tratou de pacificar o país assinando o convênio de 19 de fevereiro.

Mal terminara para os rio-grandenses a sangrenta luta, vão eles agora enfrentar a maior guerra da América [3, 6, 32, 63].

29 – GUERRA DO PARAGUAI (1864-1870)

O Paraguai, desde o dia de sua independência (14-5-1811), com seus presidentes Rodriguez Francia, Carlos Antônio Lopes e Francisco Solano Lopes, preocupou-se pela sua autonomia econômica. Chegou a tornar-se o país mais progressista da América do Sul, sem analfabetos, exportando anualmente sete milhões de quilos de fumo, dois milhões e meio de erva-mate e dispondo de um rebanho de sete milhões de cabeças de gado bovino. Ibicuí fundia uma tonelada de ferro por dia. Arsenal fabricando armas para o seu exército. Estaleiro construindo seus navios. Exportava seus produtos pelo porto de Buenos Aires, que estava a serviço do mercantilismo inglês.

Estudando as causas da Guerra do Paraguai, não se pode esquecer a Inglaterra, que não via com bons olhos a emancipação econômica dessa minúscula nação americana. Leve-se ainda em conta a ambição expansionista de Solano Lopes, com um exército de 80 mil homens. E ainda a sua ausência de limites marítimos.

Para se vingar da derrota sofrida pelo Brasil, Solano Lopes, sem declaração de guerra, aprisiona o navio “Marquês de Olinda”, invade o Mato Grosso e ordena que Antônio Estigarribia penetre em Corrientes e daí no Rio Grande do Sul.

No dia 10-6-1865, cerca de 6.000 paraguaios atravessam o Uruguai, invadem e saqueiam São Borja, depois de dois dias de heroica resistência dos brasileiros que sofrem 85 baixas, com 21 mortos, enquanto Estigarribia tem a lamentar 98 mortos e 215 feridos.

Em sua marcha rumo a Alegrete, o exército paraguaio sofre outro revés, num combate com a coluna do coronel Sezefredo Alves de Mesquita que faz 116 mortos e 120

prisioneiros. Depois de ocupar e saquear Itaqui (6-7-1865), Estigarribia segue para Uruguaiana que ocupa quase sem resistência, dada a indecisão do exército brasileiro. Ao mesmo tempo, do outro lado do rio, no Paso de los Libres, chegava a força de Pedro Duarte, que descia pela margem direita, acompanhando Estigarribia.

No dia 17 de agosto, Venâncio Flores e Paunero derrotam Duarte na batalha de Itaí, acabando com o ponto de apoio de Estigarribia, que agora em Uruguaiana se vê cercado por todos os lados.

A 31 de agosto, Tamandaré, a bordo do “Onze de Junho”, chegava para reforçar o ataque. A essa altura, 20 mil soldados do exército da “Tríplice Aliança estavam para cair sobre Estigarribia, o qual a uma proposta de capitulação diante do poderio das armas aliadas ainda responde, imitando Leônidas nas Termópilas: “Tanto melhor, o fumo dos canhões far-nos-á sombra”.

A 10 de setembro, chega o presidente da Argentina, Bartolomeu Mitre, e no dia seguinte, d. Pedro II, acompanhado por ilustres figuras do governo, entre os quais o Ministro da Guerra, Duque de Caxias, Conde d’Eu...

No dia 18, a uma intimação, Estigarribia entrega-se com 5.545 homens.

Celebrando festivamente a grande vitória, foi entoado o *Te Deum* e celebrada missa pelo Vigário de Itaqui, com paramentos do capelão do exército paraguaio.

O Rio Grande, apesar do vultuoso desfalque humano e econômico ocasionando pela Revolução Farroupilha, apesar de sua escassa população de cerca de 450.000 habitantes, cooperou na Guerra do Paraguai com um efetivo militar de 10.833 homens, superando todas as demais províncias, com exceção da Bahia e da Capital do Império.

Os gaúchos estiveram presentes em quase todos os combates contra o tirano Paraguai Solano Lopes. Entre os heróis nacionais da maior guerra do Continente, destacam-se os filhos do Rio Grande do Sul: Manuel Luís Osório, Joaquim Marques Lisboa (Tamandaré), David Canabarro, Francisco Pedro de Abreu, Marcílio Dias, morto na batalha do Riachuelo, Souza Neto, Mena Barreto, Andrade Neves, que tombou em Lomas Valentinas, José Antônio Correia da Câmara (Visconde de Pelotas), que foi o comandante-chefe das forças brasileiras em fins do conflito, e mais umas três dezenas de chefes militares [3, 55, 60, 35].



30 – SURTO ECONÔMICO

Durante a Guerra do Paraguai, o Rio Grande do Sul impôs-se com o alto número, a bravura e patriotismo de seus filhos, chamando a atenção para aquela que apelidavam de “Província do Boi”. Políticos como Félix da Cunha e Silveira Martins impunham respeito e admiração em todo o império.

Em 20-6-1869, o Presidente Dr. João Sertório firmava contrato com John Mac Genity para construção da primeira ferrovia, trecho entre Porto Alegre, São Leopoldo e Novo Hamburgo, inaugurada na primeira fase em 14-4-1874 e concluída em 1-1-1876.

Em 1877, com os engenheiros Cristiano B. Otoni e Herculano Veloso Ferreira, iniciava-se a construção do ramal Porto Alegre-Uruguaiana, atingindo Cachoeira em 1881, Santa Maria em 1885, e Cacequi em 1889.

Em 1881, por influência de Silveira Martins, que no Parlamento do Império não cessava de advogar benefícios para o Rio Grande do Sul, iniciavam-se os trabalhos da ferrovia Rio Grande-Pelotas-Bagé (280.323m), sendo inaugurada pelo Presidente Albuquerque Barros.

Em 1822, a exportação de erva-mate, a mais antiga indústria extrativa do RS, já atingia o montante de 2.763.600 quilos. Em 1861 iniciava-se a exportação da madeira, indústria que foi crescendo até atingir o seu apogeu nas décadas de 1950 e 1960.

Já por volta de 1825, iniciava-se a extração do ouro em Lavras e São Sepé. A mineração aurífera, que permaneceu inativa por longos anos, foi reativada em 1982, com uma produção de 20 quilos mensais só em Lavras do Sul.

Em 1869, concluíam-se os cais de Rio Grande, e pouco depois o edifício da Alfândega. Desde 1883, vinham sendo realizados estudos para a construção do novo porto de Rio Grande, segundo projeto de Honório Bicalho. Entretanto, só em 1905 tiveram início as obras de construção dos molhes, com 3.389.800 toneladas de pedras, transportadas por via férrea desde o Monte Bonito e Capão do Leão (Pelotas). O novo porto, com calado de 20 metros, foi considerado nobre e único no Atlântico Sul.

O superporto de Rio Grande, em parte (Terminal de Trigo e Soja) inaugurado em julho de 1981 pelo Presidente Figueiredo e pelo Ministro dos Transportes Eliseu Resende, conta com o maior terminal de grãos da América do Sul e um dos maiores do mundo, com capacidade estática para 873 mil toneladas e capaz de movimentar 11 milhões de toneladas anuais de soja e farelo. O Superporto conta com Terminal de Carnes; Terminal da Portobrás; Terminal Carvoeiro; Terminal Pesqueiro; sede do Quinto Distrito Naval transferido de Florianópolis; Instituto Brasileiro de Estudos Antárticos, que em 1983, enviou a primeira expedição ao continente austral.

Em 1792, um soldado ferreiro de Dragões de Rio Pardo descobria carvão mineral, que Rafael Pinto Bandeira mandou examinar, obtendo bons resultados. Em 1827, em Candiota, o Major Emílio Malet já empregava nas forjas da artilharia carvão que se encontrava à flor da terra.

O RS possui 80% das reservas de carvão conhecidas no Brasil, sendo 60% na região de Candiota (Bagé), onde, em 1966, a CEEE iniciava a implantação da Usina Termelétrica Candiota, com duas unidades de 10 mwh cada. Em 1974, inaugurava-se a Candiota I. Distante um km foi instalada a Usina Presidente Médici, a Candiota II, em fase de conclusão, que gerará 450 mwh. Já foi iniciada a construção da Candiota III, que deverá constar na fase

final de seis unidades de 355-350 mwh. O conjunto de usinas termelétricas de Candiota, alimentadas a carvão, com uma capacidade de kWh de 12.3 bilhões, ficará entre as 20 maiores usinas do mundo.

Dispõe da maior torre de refrigeração do mundo.

Em 1982, entrou em ação a Central de Gaseificação de Carvão de Rio Grande, a primeira do Brasil, com uma produção anual de 25 mil toneladas de óleo combustível, passando, em 1985, para 13 milhões de toneladas anuais. Em 1982, encontravam-se em atividade oito minas de carvão mineral. No mesmo ano foi inaugurado em Charqueadas o Terminal para 900 mil toneladas anuais do carvão. Em 1981, a produção de carvão no RS foi de 1.263.000 toneladas.

O Brasil possui a segunda reserva do xisto do mundo, sendo que 1/4 encontra-se no RS, com capacidade de 50 mil barris/ dia de óleo durante mais de 42 anos. As principais jazidas de xisto estão localizadas em São Gabriel e Dom Pedrito. Está em estudos a implantação de uma usina nos moldes da de São Mateus, no Paraná, que poderia produzir 900 toneladas diárias de enxofre, tornando o Brasil exportador deste produto. Em 1934, instalava-se em Uruguaiana a primeira Destilaria de gasolina do Brasil, com petróleo do Equador, via Argentina. Em 1936, implantava-se em Rio Grande a Segunda Destilaria do Brasil pela empresa Ipiranga, origem do poderoso grupo Ipiranga, que aciona uma trezena de empresas, sendo acionista da Companhia do Jari.

Em 12.12.1961, fundava-se a usina siderúrgica “Aços Finos Piratini S.A.”, inaugurada em 26-6-1973, sendo a primeira da América Latina e a quarta do mundo. Localizada em Charqueadas, às margens do Jacuí, utiliza como matéria-prima o carvão mineral, extraído a céu aberto na mina com uma área de um milhão de metros quadrados, sendo que o minério de ferro vem importado do vale do Rio Doce.

Em 5-9-1968, foi inaugurada a Refinaria de Petróleo “Alberto Pasqualini”, pertencente à Petrobrás, localizada em Canoas, junto à BR-116. Dispõe do Terminal Marítimo “Almirante Soares Dutra”, em Tramandaí, a seis km da praia, onde, através de duas boias presas ao oleoduto, o petróleo é descarregado dos navios, segue através do oleoduto submarino e terrestre até a refinaria.

Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) contava em 1982 com 1.400.000 consumidores, sendo 21.700 industriais e 101.000 rurais. A energia provém das Usinas Termelétricas, de Candiota, das Hidrelétricas do rio Jacuí (Real, Jacuí, Ernestina, Itaúba e Dona Francisca), Usina do Passo Fundo, Usina da Canastra, Usina dos Bugres e outras. O potencial do Rio Uruguai é avaliado pela Eletrosul em 10 milhões de kWh, com previsão da construção de 22 barragens, sendo prioritárias as de Machadinho (1.400 megawatts) e Ita (1.500 megawatts). O plano de termelétrica prevê a conclusão de uma usina a cada dois anos.

No dia 13-6-1994 foi assinado contrato de construção da Usina hidrelétrica de Dona Francisca, localizada em Nova Boêmia, no município de Agudo. A usina será o quinto e último aproveitamento do rio Jacuí, representando um investimento de 249 milhões de dólares captados junto ao sistema financeiro privado nacional e internacional e pagos com a geração de energia da própria hidrelétrica. Dona Francisca será construída num prazo de quatro anos e vai gerar, neste período, 3.700 empregos diretos. A usina terá 125 mil quilowatts de potência e acrescentará cerca de 805 milhões de quilowatts/ hora por ano de geração da CEEE.

No dia 5-8-1994 foi assinado um protocolo de entendimento entre o ministro de Minas e Energia, Alexis Stepanenko, o governador Alceu Collares, a secretária de Energia, Minas e Comunicações, Dilma Rousset, e o presidente da CEEE, Custódio Gomes, no Palácio Piratini, para a solução da dívida da

Usina Termelétrica de Candiota III, de 433 milhões de dólares. Pelo convênio, o Estado terá condições de trazer os equipamentos destinados à usina, obra na qual o Estado já injetou 150 milhões de dólares, que estavam depositados no porto de Lyon, na França, havia mais de dez anos em 1994. O complexo Candiota representava 50% da dívida total da CEEE, de 1,2 bilhão de dólares.

No setor de ferrovias, merece registro a L-35, inaugurada pelo Presidente Geisel, conhecida por Ferrovia do Trigo. Com uma extensão de 164 km, liga Passo Fundo-Roca Sales, interligando o norte pelo tronco-sul, via Vacaria, Lages, Curitiba, Ponta Grossa, São Paulo e Brasília (em projeto). É formada por várias dezenas de túneis e viadutos, sendo alguns os maiores do mundo, atravessa uma região serrana de admirável beleza. A L-35 reduz a distância de Passo Fundo a Porto Alegre, relativamente à ferrovia antiga por Santa Maria, em 374 km, havendo uma redução de 562 km. De Passo Fundo via F-35 há sobre Santa Maria uma redução de 593 km.

Havia no Estado em 1982 uma quilometragem de 5.136,7 de estradas federais, sendo 4.525 pavimentadas. As estradas estaduais somavam mais de dez mil km.

Em 1982, começava a circular o Aerotrem, carro movido a ar, invenção do engenheiro gaúcho Oscar Hans Wolsang Coester. Jorge Guilherme Francisconi, da Empresa Brasileira de Transportes, resolveu financiar a obra a cargo do engenheiro Frederico Jorge Ritter. A primeira linha já se encontra em funcionamento em Porto Alegre, na rua Augusto de Carvalho. Carro silencioso, o Aerotrem não provoca poluição e pode transportar rapidamente até 18.000 pessoas por hora.

O trem suburbano, o Trensurb, ligando Porto Alegre a Canoas, Esteio e Sapucaia do Sul entrou em circulação em 1984.

Cada composição em quatro carros com capacidade para 185 passageiros cada uma. Desenvolve velocidade de 43 km/h.

O estado é o maior produtor de uvas e vinhos do País. Produz 90% das lãs; 80% da soja; 90% do trigo; 72% do leite. A exportação de alimentos industrializados atingiu em 1982 cerca de 800 milhões de dólares com sucos cítricos e 500 milhões com frango congelado. A produção de tanino rio-grandense ocupa o segundo lugar do mundo. Em 1981, a exportação de 43 milhões de pares de calçado rendeu 350 milhões de dólares. Ocupa o segundo lugar em produção de maçãs. Em Pelotas encontra-se o maior parque de conservas do Brasil, com 29 fábricas, que industrializam sobretudo pêssego, em cuja safra utiliza 15.000 operários. O sindicato do parque conserveiro conta com 15.000 trabalhadores. Em 1982, a indústria de conserva pagou 120 milhões de cruzeiros de ICM. A AGASA (Açúcar Gaúcho S.A), além de produzir melaço, produz 30 mil litros de álcool por dia, atendendo 8,4% da necessidade do RS. Em 1983, produziu três milhões de litros por ano.

O RS colhe 30% dos grãos nacionais e gera excedentes de 54% de sua produção. Contribui com 42% da sua produção no abastecimento nacional. Vem exportando mão-de-obra especializada em agricultura e pecuária para os mais diversos pontos do país e mesmo para o exterior. Nas exportações nacionais, o RS participa com cerca de 15%. É a segunda unidade da Federação em arrecadação de ICM, superado apenas por São Paulo.

O Estado exporta ainda em grande escala: móveis, fumo, artigos metalúrgicos, eletrodomésticos, confecções, madeiras, casas pré-fabricadas, ônibus, máquinas agrícolas, armas, cutelaria, trigo mourisco, carnes, arroz, batatas, cebolas, celulose, maçãs, flores...



Em setembro de 1975, o Governo Federal decidiu implantar o III Polo Petroquímico do RS, que começou a funcionar em 1983. Gigantesca iniciativa de capital importância para a região sul, gerando 20 mil empregos diretos e 43 mil indiretos.

A Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações (CRT) contava em 1982, com 637 mil telefones, tendo sido implantado o sistema DDD/ DDI na maioria dos municípios.

Existem numerosos grupos empresariais que merecem registro especial. Sirva apenas de exemplo a VARIG (Viação Aérea Rio-Grandense), a 1ª empresa de transporte aéreo criada no Brasil e uma das primeiras do mundo, fundada em 7-5-1927, por Otto Ernest Meyer. Trata-se da maior empresa privada do mundo. Em 1982, contava com uma frota de 60 aviões, sendo 48 jatos e 12 turboélices. Em 1981, transportou diariamente em média 12.220 passageiros e 138.600 toneladas de carga. Em 1980, entre as 16 empresas da América do Sul filiada à IATA, conquistou o primeiro lugar em quilômetros voados.

Falamos da assombrosa figura de Mauá, o maior empresário do Brasil em todos os tempos. Devemos recordar outro rio-grandense que ainda hoje se impõe à admiração pela sua extraordinária fortuna. Referimo-nos ao Comendador Domingos Faustino Correia, que deixou bens estimados em três trilhões de cruzeiros, herança fabulosa que, de acordo com o testamento, abrange 52 grandes fazendas, 117 prédios, dinheiro e barras de ouro depositadas em bancos do Uruguai, Argentina e Chile. No volumoso inventário, que tramita no Foro de Rio Grande, cerca de vinte mil descendentes diretos e indiretos apresentam-se como herdeiros.

Domingos Faustino Correia, o 1º Comendador do Brasil, título conferido por D. Pedro II, seu particular amigo, provedor na Guerra do Paraguai e que permitiu o funcionamento de 38 charqueadas em suas propriedades, nasceu em 1790, em Taim,

Rio Grande. Em 1873, já com 83 anos, tendo se incompatibilizado com os irmãos, redigiu testamento declarando que sua fortuna só poderia ser distribuída 100 anos após a sua morte, que se verificou 12 dias após selar a carta.

De acordo com pesquisa da revista *Veja*, vivia em 1982 no RS um dos dez maiores multimilionários do Brasil – Dyney Vares Albornoz, de Santana do Livramento. Trabalhador incansável que desconhece descanso e lazer, e conhecido por “rei da lã”, exportador desse artigo para 16 países. Em suas terras, equivalentes à metade da superfície de Portugal Continental, existem 106 mil ovelhas, 1,1 milhão de pés de eucaliptos, três barragens e 170 km de estradas internas.

Detentor de gigantescas empresas, como o Superporto de Rio Grande; a Refinaria Alberto Pasqualini, ampliada em 1993; o Pólo Petroquímico de Triunfo; o Grupo Ipiranga, que faz distribuição de combustíveis em todo o país e que, em 1994, adquiriu a distribuidora Atlantic; a Varig, a maior empresa do mundo em venda de passagens, apesar da grave crise financeira que sofreu nos anos de 93 e 94, com uma dívida de um bilhão de dólares, passou a administrar a empresa aérea Pluna, do Uruguai, sem injetar recursos financeiros, adquirida pelo Pluriconsórcio de Aeronavegação, formado por capitais uruguaio e argentino; a Varig inaugurou seus voos internacionais no dia 5-8-1942; o Rio Grande do Sul, de acordo com pesquisa do *Correio do Povo*, detinha em 1994 a liderança nacional em numerosos setores da economia.

Em maio de 1994 o RS era o 2º Estado brasileiro no *ranking* nacional do comércio exterior, exportando 522,1 milhões de dólares, o que representava 13,5% do total das vendas externas brasileiras (3,8 bilhões de dólares).

O Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) arrecadou em junho de 94 mais de R\$ 100 milhões, ficando em 2º lugar no *ranking* nacional.

Pecuária – o RS possui um dos maiores rebanhos do país, dezenas de frigoríficos, feiras e exposições, lideradas pelo Expointer, que na 17ª exposição em agosto e setembro de 94 recebeu um público aproximado de 1,5 milhão de pessoas. Em Carlos Barbosa, realiza-se anualmente a concorrida festa nacional do leite e do queijo; em quase todos os municípios gaúchos, promovem-se rodeios crioulos, com destaque do Rodeio Internacional de Vacaria.

Agricultura – o Estado classifica-se entre os maiores produtores nacionais de soja, arroz, trigo, milho, batata, feijão, alho, erva-mate, mel, fumo, sendo o 2º maior produtor de hortifrutigranjeiros; em quase todos os municípios, há cooperativas agrícolas, lideradas pela Cotrijuí, de Ijuí, que dispõe de terminal de exportação no Porto de Rio Grande. Em 1994 ocupava o 2º lugar na produção de maçãs, pêssego, laranja, bergamota; o 2º lugar em produção de pedras preciosas.

Vinhos – em 1994 o RS ocupava o 1º lugar na produção de vinhos, com as empresas: Cooperativa Vinícola Aurora, de Bento Gonçalves; E. V. Armando Peterlongo, de Garibaldi; Cooperativa Vinícola Garibaldi; Almadén Vinhos Finos, de Santana do Livramento; Maguary; Cooperativa Vinícola Pompéia; Irmãos Molon; Maison Forestier; Vinhos Salton; Cereser; Pérgola; Beltrame; Brandelli; em Bento Gonçalves, o maior produtor de vinhos do Brasil, celebra-se anualmente a Fenavinho, a Festa Nacional do Vinho, que, na sua 10ª edição em 1994, recebeu mais de 200 mil visitantes.

Avicultura – o RS mantém a liderança nacional em produção e exportação de frangos do Brasil, com centenas de empresas, como a Frangosul, uma das maiores produtoras de alimentos do país; Pena Branca; Avipal; Perdigão de Marau... A oferta de frangos em 1994 chegou a 3,4 milhões de toneladas, com aumento de 8% sobre o resultado de 1993. A produção de ovos

esteve em torno de 1,1 bilhão de dúzias/ ano, enquanto a carne suína diminuiu 5%, alcançando 1,3 milhão de toneladas.

Máquinas agrícolas – o RS possui três fábricas de colheitadeiras, consideradas as melhores do mundo, sendo exportadas para todos os continentes. São elas: Iochpe-Maxion, de Canoas, fabricante da marca Massey-Fergusson, assim como a Ideal, de Santa Rosa; até agosto de 1994, foram comercializadas 7.937 unidades e aumento de 58% nas exportações. A terceira fábrica de colheitadeiras é a SLC, de Horizontina, a qual, como as anteriores, fabrica tratores e implementos agrícolas, com exportação em larga escala. São vários os fabricantes de implementos agrícolas, entre os quais: IMASA, de Ijuí, Prêmio Gerdau; Semeato, de Passo Fundo; Fanghanser, de Tuparendi; Agrale, de Caxias do Sul, que fabrica tratores, caminhões e motocicletas; Indústrias Busse, de Cerro Largo... Em 1994 os fabricantes gaúchos de máquinas e implementos agrícolas tiveram um crescimento de 48,99% em seu faturamento no 1º semestre. O setor de implementos agrícolas responde em 94 pela maior ocupação de trabalhadores, com 57,12%. Na Expoiner de 94, em Esteio, a indústria nacional de máquinas e implementos agrícolas concorreu ao Prêmio Gerdau Melhores da Terra com 33 produtos.

Transportes – o RS possui milhares de empresas de transportes de carga e coletivos, ocupando os primeiros lugares: Michelon, de São Marcos, com 800 caminhões e carretas, que percorrem o Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e Peru; Schio, de Vacaria, com 300 caminhões e carretas, com as mesmas rotas internacionais; Transfrio, de Lageado, com 200 caminhões; as maiores empresas de transporte coletivo, com rota internacional: Pluma e Unesul. Outras transportadoras em destaque: Tresmaiese e Tegon Valenti, esta de Bento Gonçalves. São fabricantes e exportadores de caminhões e ônibus: Marcopolo, Agrale, Randon e Guerra, todos de Caxias do Sul.

Móveis – a indústria moveleira nacional em 1994 era liderada pelo RS, ocupando o 1º lugar Bento Gonçalves, com 150 fábricas, sendo as maiores: Carraro, a maior do país e uma das maiores do mundo, seguida da Todeschini. Bento Gonçalves, que promove anualmente o Movelsul, responde por 5% da produção de móveis do país. Outros polos moveleiros: Gramado, onde a indústria de móveis fatura por ano de 35 a 40 milhões de dólares e empregava 1.800 pessoas em 1994. Lagoa Vermelha, com uma dezena de fábricas, como Rodial, spode, Gradany do Brasil S. A., Movezan, Madalozzo. Restinga Seca possui cinco indústrias, lideradas pela Gaudêncio, que exportava em 1994 para o Dubai e Estados Unidos.

Calçados – o maior fabricante de calçados do Brasil é a Grendene Bartelle, Farroupilha, dos irmãos gêmeos Alexandre e Pedro Grendene Bertelle, fundada em 1971. Seu maior sucesso é o chinelo rider, que até 1993 vendeu 140 milhões de pares. No ano de 1994, a Grendene faturou cerca de meio bilhão de dólares. A Grendene investiu 13 milhões de dólares numa das cotas de patrocínio da Globo, durante a Copa. Em 1994 a empresa produziu 500 mil pares do modelo Rider Tetra 94. Os fabricantes do Vale dos Sinos, onde em Novo Hamburgo se realiza anualmente a Festa Nacional do Calçado (Fenac), ocupam cerca de 700 expositores. As exportações em 1994 tiveram uma queda acentuada por causa da diferença entre o dólar e o real. São grandes polos de fabricantes de calçados, além de Novo Hamburgo, as cidades de São Leopoldo, Campo Bom, Sapiranga, Igrejinha, Três Coroas; Gramado com a famosa Ortopé; Farroupilha; Caxias do Sul; Bento Gonçalves...

Comércio – numerosas empresas gaúchas atuavam em 1994 nos Estados de SC, PR e SP, sendo as principais: Colombo, a maior empresa de eletrodomésticos, com mais de 300 lojas; Grazziotin S.A., poderoso grupo com mais de 500 lojas, das empresas: Total, Por Menos (mais de 200 lojas), Franco Giorge e

Via Sete. Tumelero, materiais de construção; D-Paschoal. Encol, a maior construtora do país, construía em 1994, simultaneamente, em 49 cidades; entregava um imóvel por hora. Eram, no total, 38.048 unidades em construção das quais 83% já comercializadas. A Edel associou-se em 1994 a um grupo de Caracas, para construir imóveis na Venezuela. Supermercados Real atuam em vários Estados.

Metalúrgia – havia em 1994 centenas de indústrias metalúrgicas lideradas pela Aços Finos Piratini, Grupo Gerdau; Grupo Tramontina de Carlos Barbosa, que exportava para mais de 100 países; Gazola, de Caxias do Sul, ao lado de várias dezenas de fábricas nesta cidade, assim como em Bento Gonçalves, farroupilha, Ijuí, Santa Rosa...

Turismo – o RS é disputado por brasileiros de todos os Estados, por argentinos, uruguaios, no setor do turismo, mercê de suas praias, de suas serras onde neva todos os anos. Gramado sedia anualmente o Festival do Cinema. Uma sofisticada rede hoteleira oferece convite sedutor a milhões de turistas.

31 – O NEGRINHO DO PASTOREIO

Os primeiros escravos teriam vindo para o Continente de São Pedro trazidos por Gomes Freire de Andrada. Em 1747, começam a figurar nos livros de batismos de Viamão os assentamentos de pretos.

Em 1780, com uma população de 17.923 habitantes, havia aqui 5.102 pretos, 3.388 índios e 9.433 brancos. Já em 1858, com 285.444 habitantes, havia 71.911 escravos e 5.489 libertos. Em 1940 a população rio-grandense era de 3.320.689 habitantes, dos quais 2.944.204 eram brancos, 220.659 pretos, 153.376 pardos e 843 amarelos.

No RS, o negro acompanhou os colonizadores, os fazendeiros, os militantes das guerras e revoluções. Em praticamente todos os setores de atividade, com exceção do meio colonial, o preto estava presente. No Nordeste do Estado, grandes fazendeiros dispunham de vários casais de escravos destinados a procriar com finalidade comercial. Vendiam, na região missioneira, um escravo por 200 mulas. José Bueno de Oliveira, por exemplo, falecido em 31-8-1886, dono da fazenda São João, de 155 milhões de metros quadrados, na região de Lagoa Vermelha, possuía senzala de escravos com mais de cem negros.

Em geral o escravo era aqui bem tratado, como escreve Saint Hilaire: “Não há em todo o Brasil lugar onde os negros sejam mais felizes”. Apesar disso, não poucos fugiam para os seus quilombos. Localidades com o nome de Quilombo existem ainda hoje nos municípios de Viamão, Vacaria, Soledade, Três Coroas, Santo Antônio da Patrulha, Herval, Santa Cruz do Sul, Osório, São Sebastião do Caí...



O RS foi uma das primeiras Províncias a promover a emancipação dos escravos. O rio-grandense Hipólito José da Costa já em 1814 propugnava a substituição do trabalho escravagista.

Em 21-8-1881, fundava-se em Pelotas o primeiro Clube Abolicionista, que em apenas 15 dias deu liberdade a 2.500 escravos. Em 7-9-1884, a Câmara de Porto Alegre extinguiu a escravidão. Em 16 de outubro do mesmo ano, era a vez de Pelotas. Em dezembro desse ano, havia mais escravos no RS.

A mais bela página do folclore gaúcho – o *Negrinho do Pastoreio* – gira em torno do sacrificado homem de cor. Eis, em resumo, o que diz a lenda, recolhida pelo nosso imortal escritor regionalista J. Simões Lopes Neto.

Era uma vez um estancieiro muito rico, muito mau e muito pão duro, que tinha um filho muito mau e um negrinho muito humilde e bom.

O Negrinho não tinha nome, e a sua madrinha era a Virgem Nossa Senhora.

Um dia o Negrinho devia fazer-se de ginete, de jóquei, numa carreira que o patrão tinha atado com um vizinho, disputando um prêmio de mil onças de ouro. Se o estancieiro mau ganhasse, a onças ficariam para ele. Se o cavalo mouro do vizinho ganhasse, o dinheiro seria todo repartido entre os pobres.

O cavalo baio do estancieiro sovina perdeu. O pobre negrinho foi amarrado a um palanque e recebeu uma grande surra do relho. Mandou ainda o estancieiro que o negrinho ficasse lá a pastorear os 30 tordilhos negros que ali tinha e o cavalo baio, durante trinta dias.

De noite, os cavalos se desguaritaram das cançadas.

O Negrinho foi ao oratório da casa, pegou uma vela e rezou à Virgem Maria, sua madrinha. Saiu de noite à procura dos cavalos. Cada pingo de cera de vela que caía era uma luz que se acendia no campo, clareando como se fosse dia. O Negrinho encontrou os cavalos e repontou.

O filho do estancieiro, na outra noite, foi lá e espantou os cavalos, que se desguaritaram nas canhadas. Aí o patrão deu uma surra de relho no Negrinho que o matou e enterrou o corpo num formigueiro e assanou as formigas.

De manhã, o estancieiro foi lá e viu o Negrinho de pé e, diante dele, a Virgem Maria, sua madrinha!...

Hoje, quando alguém perde alguma coisa, vai, acende uma vela ao Negrinho do Pastoreio e encontra [3-6-67-74].

32 – A IGREJA

Todo o atual território do Rio Grande do Sul pertencia outrora, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, em 1494, à jurisdição eclesiástica do Paraguai e depois de Buenos Aires.

Entretanto, como os bandeirantes, desrespeitando as determinações desse Tratado, ocuparam a terras litorâneas até a Colônia do Sacramento, estas ficaram sob a jurisdição do Bispado do Rio de Janeiro, criado em 1676, por bula do Papa Inocêncio XI, e cujos territórios se estendiam desde o Espírito Santo até o Rio Prata.

Na região das Missões, o Pe. Francisco Fernandes de Oliveira, jesuíta, filho do bandeirante André Fernandes, durante cerca de 40 anos, tomou conta da direção espiritual dos índios da Redução de Santa Teresa, no atual município de Passo fundo, logo que seu pai, em 1637, expulsou os jesuítas espanhóis.

Enquanto a Colônia do Sacramento tinha seus capelães, a região de Tramandaí, Viamão e Rio Grande, que, por volta de 1725, principiou a ser ocupada, encontrava-se jurisdicionada à paróquia de Santo Antônio dos Anjos da Laguna.

A primeira Paróquia do RS foi criada por D. Frei Antônio de Guadalupe no dia 6-8-1736 em Rio Grande, tendo como orago Santa Ana, que em 17-4-1745 foi mudado para São Pedro. A segunda Paróquia, a de São Miguel, entre Rio Grande e Chuí, foi fundada em 25-1-1740.

Em 1741, pelo Bispo D. Frei João da Cruz, foi fundada a Capela de Nossa Senhora dos Campos de Viamão. Em 6.12.1745, o Papa Bento XIV criou a Diocese de São Paulo, cujo 1º Bispo, D. Bernardo Rodrigues Nogueira, em 14-9-1747, elevou esta capela à categoria de freguesia.

Em 1748, com a supressão da Capitania de São Paulo, os territórios do Sul passaram outra vez à jurisdição civil e eclesiástica do Rio de Janeiro.

Durante o episcopado de D. Frei Antônio do Desterro, novo Bispo do Rio de Janeiro, chegaram os casais açorianos, que traziam seus capelães.

Este Bispo criou aqui as seguintes paróquias: Bom Jesus do Triunfo (20-9-1754), rio Pardo (15-12-1762), Santo Antônio da Patrulha (1763), s. José do Taquari (1765), Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria (20-12-1768), são Francisco dos Casais, Porto Alegre (1772), Gravataí (1772), Conceição do Arroio, hoje Osório (1773), São Luís de Mostardas (1773), Santa Ana da Vila Real, Itapoã (1773).

Em 1812, D. José Caetano da Silva Coutinho, sucessor de D. José Joaquim Castelo Branco, criou a Vigararia Geral em Porto Alegre, nomeando 1º Vigário Geral o Pe. Antônio Vieira da Soledade, professor do Seminário do Rio de Janeiro e futuro Senador do império.

D. José Caetano criou 16 paróquias no Rio Grande do Sul: Piratini (3-4-1810), Jaguarão (31-1-1812), Pelotas (7-7-1812), Canguçu (9-9-1812), Santana do rio dos Sinos (15-1-1814), São José do Norte (18-4-1820), Herval (18-1-1825), São Domingos das Torres (1827), Nossa Senhora do Carmo de Uruguaiana (8-5-1828), Boquete 910-12-1830), Dores de Camaquã (29-8-1832), Cruz alta (24-10-1832), Dores de Porto Alegre (24-10-1832), Rosário de porto Alegre (24-10-1832) e Conceição do Boqueirão (10-12-1832). D. José Caetano foi o 1º Bispo a visitar o Rio Grande, indo até o rio da Prata.

Ao cônego Antônio Vieira da Soledade, que por várias vezes ocupou a direção civil em Porto Alegre, sucedeu, como

Vigário geral, outro sacerdote ilustre, Pe. Tomé Luís de Sousa, mais tarde cônego honorário da sé do rio.

Durante a Revolução Farrroupilha, com a população em correrias, sobressaltos e inquietudes, só alguns dos poucos sacerdotes da Província permaneceram em suas paróquias. O governo revolucionário nomeou um chefe espiritual e autônomo, com o título de Vigário Apostólico, o Pe. Francisco das Chagas Martins de Ávila e Souza, irmão do General David Canabarro.

A Revolução para a Igreja foi um desastre. O Bispo carioca D. Manuel dos Montes Rodrigues Araújo, visitando o Rio Grande em companhia de d. Pedro II em 1845, pôde constatar o abandono geral da religião na Província.

Foi então (7-5-1848) criada a Diocese, com o título de São Pedro do Rio Grande do Sul. Para Bispo foi nomeado o venerado vigário de Santa Bárbara da Encruzilhada, Pe. Feliciano José Rodrigues Prates, de 72 anos, antigo Capelão Militar de um corpo de Dragões, natural de Gravataí, nascido em 13-7-1781.

D. Feliciano, instalado no Palácio episcopal. Conseguiu, antes de sua morte (27-5-1858), ordenar sete sacerdotes.

Sucedeu-lhe o baiano D. Sebastião Dias Iaranjeira empossado em 29-6-1861. Edificou o Seminário (atual Cúria Metropolitana), escolhendo os melhores professores da cidade, como o Pe. Joaquim Cacique de Barros que foi o 1º reitor e criador de dois asilos em Porto Alegre, um santo que dormia sobre tábuas, tendo por travesseiro um dicionário), Paula Soares, Fernando Gomes, Inácio Montanha, Carlos Maximiliano, Caldre e Fião e outros.

D. Sebastião ordenou 19 sacerdotes e recebeu padres estrangeiros para as paróquias, introduzindo nelas a pregação de missões por jesuítas italianos. Foi solidário com os Bispos de Olinda e Pará na Questão Religiosa. A Província muito sofreu

espiritualidade durante a Guerra do Paraguai. Faleceu em 13-8-1888.

Durante os dois meses de vacância, foi proclamada a República, sendo nomeado outro bispo baiano, o extraordinário D. Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, que, estudando na Sorbonne, foi convidado por São João Vianney a abraçar o sacerdócio. Tomou posse em 20-8-1890, quando já campeava aqui a revolução dos espíritos, crescendo-se os estragos da Revolução Federalista. Muito sofreu o santo Bispo, inclusive dois atentados, de que saiu ileso, naquele tempo em que a Maçonaria movia tenaz perseguição a Igreja Católica.

D. Cláudio reorganizou o seminário. Mandou vir da Europa várias ordens e congregações religiosas, como capuchinhos, redentorias, maristas, lassalistas. Foram então fundados colégios em muitas cidades, todos dirigidos por religiosos. Com a imigração alemã e italiana, que deram impulso marcante às vocações religiosas e sacerdotais, estas foram aumentando de modo admirável. Atualmente no Rio Grande do Sul o clero descendente de imigrantes representa 96% da sua totalidade, sendo de 100% o número de Bispos.

Visitou várias vezes todas as paróquias do Diocese. Promoveu a criação das Dioceses de Pelotas, Uruguaiana e Santa Maria, sendo ele o 1º Arcebispo da nova Província Eclesiástica. Contou com a ajuda do Bispo Auxiliar D. João Antônio Pimenta.

O Seminário, por ele reorganizado, deu 36 sacerdotes e quatro bispos. Em 1912, resignou-se ao cargo, entregando-o ao D. João Becker. Morreu no Rio de Janeiro, no convento dos padres lazaristas, a cuja congregação pertencia, em 27-5-1924. Seus restos mortais foram em 1937 trasladados para a cripta da Catedral de Porto Alegre, onde repousam ao lado dos despojos de D. Feliciano, D. Sebastião, D. João Becker e D. Cláudio Colling.

PORTO ALEGRE – O 1º capelão do Porto de Viamão (Porto Alegre) foi o padre carmelita Frei Faustino Antônio de Santo Alberto e Silva, trazido pelo Governador do Rio de Janeiro Gomes Freire de Andrada. Este sacerdote cuidou da ereção de uma capela dedicada a São Francisco das Chagas. A capela estava situada junto á atual rua dos Andradas, proximidades do edifício da Caldas Junior.

Três anos depois, em 1755, Frei Faustino foi transferido para Rio Pardo, passando a população a ser atendida pelo Vigário da Capela de Viamão. A pedido do governador, José Marcelino de Figueiredo, o Bispo do Rio de Janeiro, D. Frei Antônio do Desterro em 26-3-1772, criava a freguesia do Porto de São Francisco dos Casais e nomeava Vigário o Pe. José Gomes de Faria.

Em 18-1-1773 o orago passou a ser Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre. Sem prévia licença eclesiástica e provocando um incidente, José Marcelino tratou da construção da nova Matriz no topo do morro íngreme da praia, no local onde se ergue a Catedral Metropolitana. Mas só em 1779 tiveram inicio as obras da Matriz, que serviria para o culto até 1930.

Em 1793, concluída a Matriz, nela começou a celebrar o culto o Vigário Pe. Inácio dos Santos Pereira. Durante os festejos do jubileu de prata de D. João Becker , em 7-8-1921, foi lançada a pedra fundamental da nova Catedral, gigantesca obra desse benemérito Arcebispo, que contou com a colaboração geral de todas as paróquias do Estado.

O majestoso templo, obra do arquiteto italiano G. B. Giovenale, possui cúpula de 65 metros e duas torres de 50. Internamente há 12 colunas, sendo a nave central sustentada por três grandes arcos e adornada com colunas geminadas de granitos róseo polido. Na cripta despertam atenção oito gigantescas cabeças de índios, como a sustentar os muros da ciclópica construção e recordar a antiga historia rio-grandense.

A comissão da construção foi presidida por Pedro Chaves Barcelos (1919-1920), Paulinho Chaves Barcelos (até 1925), Antônio Chaves Barcelos (até 1933), Comendador Ismael Chaves Barcelos, Cipriano Micheletto, assessorados por Luís Pinto Chaves Barcelos (vice-presidente), Felix Cristiano Kessler (1º tesoureiro), Leonorino Marques (2º tesoureiro), Armando Dias de Azevedo (1º secretário), Heitor Cirne Lima (2º secretário), Mons. João Maria Balen (1º diretor), Cônego Cláudio Colling (2º diretor), Mons. José de Nadal, Arquimedes Fortini, Dr. Adalberto Rodrigues de Carvalho (eng. construtor), Moisés Vellinho, Rui Cirne Lima, Amadeu de Oliveira Freitas, Duílio Bernardi, Carlos Ferreira de Azevedo, Des. Carlos Heitor de Azevedo, Alfredo Faveret, Camilo Martins Costa, Antônio Martinez, Aquiles Soares, Des. José Valentim do Monte, Normélio Rosa, Osório Tuiuti de Oliveira Freitas, Adroaldo Mesquita da Costa, Ernesto Di Primo Beck, Luís Leisegneur de Faria, Otávio Pitrez, Ernesto Fortes, Isidro Heredia e Ismael Torres.

A Paróquia de Conceição do Arroio, hoje Osório, foi criada em 17-1-1773, tendo como 1º Vigário o Pe. João Antônio Rodrigues; Santo Antônio da Patrulha em 1763; São José do Hortêncio em 18-7-1848; São Sebastião do Caí em 1-7-1879; Santo Inácio da Feliz (Alta Feliz) em 20-5-1876; Gravataí em 1773.

D. João Becker (1870-1946), ordenado presbítero em 2-8-1897; Vigário de Menino Deus, Porto Alegre (1897-1967); Bispo de Florianópolis (1908-1912); Arcebispo de Porto Alegre, empossado em 8-12-1912; principais realizações: Construção da Catedral Metropolitana, do Seminário Menor de Gravataí; promoveu a criação da Diocese de Caxias e da Prelazia de Vacaria (1934); publicou duas dezenas de alentadas Pastorais, livros, estudos, discussões e sermões, sendo a destacar: “Viagens e Estudos”, “O Comunismo Russo e a Civilização Cristã”, “Pela Pacificação do Rio Grande do Sul” (1923). Faleceu em Porto Alegre a 15-5-1946.

Em 30-5-1946, era nomeado Bispo Auxiliar de Porto Alegre D. Alfredo Vicente Scherer, natural de Bom Princípio, tendo sido secretário particular de D. João Becker, de 1927 a 1933. Em 1934, organizou as paróquias de Guaíba e Barra do Ribeiro, tendo sido Vigário desta e a seguir de Tapes (1935) e de São Geraldo de P. Alegre (1936-1946). Foi ordenado e empossado Arcebispo em 23-2-1947, e elevado a Cardeal em 1-5-1969. Membro da Comissão Teológica do Concílio Vaticano II; secretário geral da CNBB, membro da Cúria Romana, construiu o Seminário Maior de Viamão. Foi o 1º Bispo do Brasil a organizar a previdência social do clero; 1º Cardeal do RS; colaborou eficientemente na pacificação do estado nas crises de 1961 e 1964. Escritor brilhante, publicou vários volumes com pastorais, palestras do programa “A Voz do Pastor”, pela Rádio Difusora e imprensa da Capital. Promoveu a criação das dioceses de Bagé, Santo Ângelo, Santa Cruz do sul, Cruz Alta, Passo Fundo, Frederico Westphalen, Erechim, Rio Grande e Novo Hamburgo.

Em 1981, D. Vicente renunciava ao cargo de Arcebispo, sendo nomeado em seu lugar o bispo de Passo Fundo, D. Cláudio Colling, que tomou posse 6-12-1981. D. Vicente, a seguir, assumiu a provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Pastor Esclarecido e atuante, zeloso, de vida privada austera, altamente conceituado pela Santa Sé e pelo Governo Brasileiro, D. Vicente Scherer continua sendo um dos vultos do Episcopado de mais relevante projeção no cenário nacional. Contou com a colaboração dos Bispos Auxiliares: D. José Ivo Lorscheider, D. Edmundo Kunz, D. Urbano Allgayer, D. Antônio do Carmo Cheuiche.

A Arquidiocese de Porto Alegre, em fins de 1981, possuía 155 paróquias, atendidas pelo clero diocesano e por cerca de uma dezena de ordens e congregações religiosas. Os primeiros religiosos foram os Carmelitas, seguidos dos Jesuítas, Capuchinhos, Calistas, Franciscanos, Palotinos, Josefinos,

Passionistas, Paulinos, Servos de Maria, Redentoristas, Salesianos...

A convite de D. Cláudio Ponce de Leão e do Capuchinho Frei Bruno, instalaram-se em Porto Alegre, no começo do século, os Irmãos Maristas (Colégio Rosário, Champagnat, PUC); Irmãos Lassalistas (1967) daqui se ramificando para quase todos os estados, Colégio Nossa Sra. Das Dores, Santo Antônio, La Salle de Canoas, Pão dos Pobres, fundado pelo Cônego José Marcelino de Sousa Bittencourt em 1905; as Irmãs de São José (Colégio Sevigné); Irmãs Franciscanas (Colégio Bom Conselho) e mais duas dezenas de congregações religiosas femininas.

Nos anos de 1886 a 1892, quando era superior da Missão o Jesuíta Pe. Carlos Blees (1824-1919), foram fundados pela Companhia de Jesus os Colégios Anchieta, Conceição de São Leopoldo, hoje parte da UNISINOS e Gonzaga de Pelotas (Fontes: Enciclopédia Rio-Grandense, Canoas; A Primeira Paróquia de Porto Alegre, Mons. Dr. João Maria Balen; A Catedral de Porto Alegre do mesmo autor).

1994: Arcebispo: D. Altamiro Rossato; auxiliares: D. Antônio Cheuiche, D. Thadeu Gomes Canellas, D. Osvino José Both e D. José Clemente Weber.

PELOTAS – em 1784, havendo no lugar 150 famílias abastadas, o Pároco de Rio Grande, Pe. Dr. Fernandes de Mesquita, reclamava a criação de uma paróquia. Em 1810, o Pe. Felício Joaquim da Costa Pereira, irmão de Hipólito da Costa e José Saturnino da Costa Pereira, esteve no Rio de Janeiro solicitando a criação da freguesia, o que só ocorreu em 7-7-1812, confirmada pelo Bispo D. José Caetano da Silva Coutinho em 9-8-1812, sendo instalada no dia 17.

Serviu de Matriz, provisoriamente, o oratório de Nossa Senhora da Conceição da Fazenda do Cerro de Santana do

Pavão, no Capão do Leão, de propriedade do Pe. Pedro pereira da costa, o conhecido Padre Doutor, tio do Pe. Felício, 1º Vigário de São Francisco de Paula, empossado a 13-10-1982. A escolha do padroeiro deve-se ao fato de haver ocorrido a expulsão dos espanhóis de Rio Grande no dia da festa desse santo. Era ainda devoção dos ilhéus de pelotas foragidos da Colônia do Sacramento. A imagem foi transportada por José Gonçalves Calheca desde Mostardas para a residência do Pe. Felício, no Sítio dos Coqueiros, em 1813.

Em 1812, o Vigário Pe. Felício iniciava a construção da Matriz em terreno doado pelo Capitão- mor Antônio Francisco dos Anjos. Ao redor da Matriz, foi-se formando um povoado em terreno de D. Maria Eufrásia da Silveira, viúva do Capitão Francisco Pires Casado, a qual doou o terreno da Praça. Em 23-12-1813, para a translação da imagem da imagem do padroeiro para a Matriz, celebrou-se a primeira festa religiosa de Pelotas, com extraordinária solenidade e concurso do povo e banda musical de Rio Grande.

Em 1826, iniciava-se a construção da nova Matriz, a atual Catedral, que, ao longo dos anos foi sofrendo reformas, salientando-se a construção da cúpula e a pintura, iniciativa do Bispo D. Antônio Zattera, responsável pela vinda ao Brasil do pintor italiano Aldo Locatelli que, a seguir, a convite de D. Benedito Zorzi, pintou a Igreja de São Pelegrino de Caxias do Sul.

O Pe. Felício, que era natural da Colônia do Sacramento, considerado o Patriarca de Pelotas, foi Vigário durante sete anos, tendo falecido em 25-10-1819, com 60 anos. Seus restos mortais repousam na Catedral. Sucederam-no: o Cônego Antônio da Costa Guimarães, Cônego Dr. Augusto Joaquim de Siqueira Canabarro (líder abolicionista), que em 1888 trazia os padres Jesuítas, fundadores do Ginásio Gonzaga, hoje dos Irmãos Lassalistas, faleceu com 47 anos; Pe. Dr. Marcolino da Maia Firme. Em favor

da abolição da escravatura pregaram na Matriz os Padres Dr. José Gonçalves Viana, Alexandre Perillo, Antônio Rodrigues da Costa, Mons. Miguel Martins, Mons. João Peixoto de Miranda Veras, Con. Gonçalves Resende.

Em 15-8-1910, foi criada a Diocese, sendo o Bispo D. Francisco de Campos Barreto, campinense, empossado em 22-10-1911. Em 14-11-1921, tomava posse D. Joaquim Ferreira de Melo, cearense. Em 9-7-1942, D. Antônio Zattera, que resignou em 28-9-1977, depois de um episcopado fecundo, havendo fundado a Universidade Católica, o Instituto de Menores e outras obras importantes. Em 28-9-1977, tomava posse D. Jaime Chemello, que fora Bispo Auxiliar em substituição de D. Ângelo Mugnol (1966 a 1969).

A Diocese contava em 1982, com 21 paróquias, sendo as mais antigas: Piratini (3-4-1810), Canguçu (9-9-1812), Arroio Grande (1812), Herval (18-1-1825), Jaguarão (31-1-1812). Em 1894 o Pe. Anselmo José de Sousa S.J. fundava o ginásio Gonzaga. Em 19-3-1910, as Irmãs de São José fundavam o conceituado Colégio São José. O Seminário Diocesano está localizado no bairro das Três Vendas.

São filhos desta Diocese: D. João Francisco Braga (1868-1937), Bispo de Petrópolis e 1º Arcebispo de Curitiba; D. Otaviano Pereira de Albuquerque, Bispo do Piauí, 1º Arcebispo de S. Luís do Maranhão e Bispo de Campos. (Bibliografia: A cidade de Pelotas, de Fernando Luís Osório).

URUGUAIANA – Em 24-2-1843, o Gen. Bento Gonçalves, então presidente da República Rio-Grandense, junto com o Gen. David Canabarro, comandante militar da Fronteira, resolveram criar uma capela curada no lugar conhecido por Santa Ana do Uruguai, onde havia um posto fiscal e uma casa comercial e cujos moradores viviam quase exclusivamente do contrabando de mercadorias de Buenos Aires. O Ministro da Fazenda Domingos

José de Almeida e o engenheiro Major José Maria Pereira de Campos, sob a orientação de Joaquim dos Santos Prado Lima, lançaram as bases no novo povoado. Visto como o nome de Santa Ana do Uruguai era demasiado extenso, Domingos de Almeida resolveu abreviá-lo, formando uma palavra só: Uruguai-Ana. Duque de Caxias, presidente da Província, mandou elaborar um plano de urbanização pelo engenheiro Manuel de Carvalho. Em 1865, por ocasião da retomada da cidade, D. Pedro Segundo acompanhado de Conde d'Eu, do Barão de Porto Alegre (comandante do Exército Aliado), Tamandaré (Ministro da Guerra), além dos Generais Estigarribia, Mitre e Flores, assistiram missa, na matriz em construção, por alma dos tombados na Guerra do Paraguai, missa mandada celebrar pelo próprio Imperador, o qual em 23-9-1865 reatava aqui com Sir Thornton, Ministro Plenipotenciário, as relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra, encerrando assim a "Questão Christie" (surgida em 1862, com o naufrágio da barca *Prince of Wales* nas costas do nosso Estado).

Antes mesmo da fundação oficial de Uruguaiana, fora criada a paróquia de Nossa Senhora do Carmo em 8-5-1828, cuja nova Matriz, em estilo gótico, empresta imponência junto à Ponte Internacional. A Paróquia está confiada aos Padres Carmelitas.

A seguir foram criadas as Paróquias: São Patrício de Itaqui (23-12-1837), São Francisco de Borja (2-5-1837), Nossa Senhora da Conceição Aparecida de Alegrete (30-4-1846), Santana - Catedral (29-5-1846), São Francisco de Assis (17-2-1857), São João Batista – Quaraí (15-12-1859), Nossa Senhora da Conceição – Passo São Borja (11-7-1970).

A Diocese foi criada em 15-10-1910, juntamente com as de Pelotas e Santa Maria, pelo Papa Pio X, com a Bula *Praedecessorum Nostrorum*. O 1º Bispo, D. Hermeto José Pinheiro, tomou posse em 19-5-1912; seguiram-se: D. José Newton de Almeida Batista (atualmente em Brasília), posse em 7-10-1944; D.

Luís Felipe de Nadal, posse em 15-8-1955 faleceu em acidente aviatório; e D. Augusto Petró, posse 14-6-1964.

SANTA MARIA - Em 28-7-1810, foi criada a Capela Curada, emancipada de Cachoeira, tendo como 1º Cura o Pe. Antônio José Lopes, português. O 1º batizado realizou-se no dia 25-1-1814. Em 17-1-1837, era criada a freguesia com o nome da Santa Maria de Boca do Monte.

A Diocese foi criada pelo Papa Pio X em 15-8-1910. Abrangendo quase todo o território do Planalto Médio, incluindo toda a atual Diocese de Vacaria. Atualmente abrange 19 municípios, com 44 paróquias, sendo 25 confiadas ao clero diocesano e 19 ao clero regular.

O 1º Bispo, D. Miguel de Lima Valverde, baiano, tomou posse em 7-1-1912, permanecendo aqui até 1922, quando foi nomeado arcebispo de Recife. Criou 14 novas paróquias. Visitava com frequência todas as paróquias. No dia 2-8-1922, foi eleito Vigário Capitular o Pe. Guilherme Muller, que em maio de 1923 foi designado Bispo da Barra do Piraí.

D. Ático Euzébio da Rocha, governou a diocese de 1923 a 1929. Era baiano. Tomou posse em 27-5-1923. Criou nove paróquias e prosseguiu a construção do Seminário Diocesano, iniciada por D. Miguel. Transferido para Cafelândia e a seguir para Curitiba, foi nomeado governador da Diocese Mons. Luís Scortegagna, que a seguir foi designado para Bispo Auxiliar de Vitória, ES.

Em 3-1-1931 tomava posse D. Antônio Reis (até 1960, quando faleceu em 14 de setembro). Concluiu o Seminário Diocesano e fundou os Pré-Seminários de Ivorá e Frederico Westphalen. Convidou a trabalhar na Diocese diversas congregações religiosas. Era conhecido por “Bispo da Medianeira”,

por haver promovido a devoção em toda a Diocese e iniciado a construção do Santuário.

Em 1956 foi transferido de Montes Claros para Santa Maria, com Bispo Auxiliar, Luís Vitor Sartori (1927 – 1970). Sucedeu a D. Antônio em 14-9-1960. Percorreu toda a Diocese levando a imagem de Nossa Senhora Medianeira. Em preparação ao Jubileu de D. Antônio Reis. Fundou a rádio Medianeira, promoveu a criação das Dioceses de Frederico Westphalen e Cruz Alta. Construiu o novo Seminário São José. Veio a falecer quando se preparava para as obras do novo Santuário da Medianeira.

Sucedeu-lhe D. Antônio do Carmo Cheuiche que era Bispo Auxiliar, sendo a seguir transferido para Porto Alegre por ocasião da posse do novo Bispo D. Érico Ferrari no dia 27-6-1971. D. Érico governou a Diocese por menos de dois anos, tendo falecido em acidente automobilístico, durante uma visita pastoral em 1973.

O 6º Bispo de Santa Maria, atual titular, D. José Ivo Lorscheiter, que em 12-11-1965, fora designado para Bispo Auxiliar de Porto Alegre, tomou posse em 21-4-1974. Secretário Geral reeleito da CNBB, D. Ivo sobressai-se como um dos mais destacados membro do Episcopado Nacional, sendo em 25-4-1969 durante a Assembleia Geral dos Bispos eleito Presidente da CNBB para o período de quatro anos.

A Diocese de Santa Maria contou ainda com os Bispos Auxiliares: D. Claudio Colling, de 1950 a 1951; D. Walmor Battu Wichroski, de 1961 a 1966, quando foi nomeado Vigário Episcopal de Ijuí; D. Antônio do Carmo Cheuiche, de 1969 a 1970; e D. Servílio Conti, desde 1976 (Bibliografia: Anuário Católico, 1981, Santa Maria).

VACARIA – Antiga Estância das Reduções Jesuíticas, vacaria dos Pinhais, a região começou a ser povoada na década de 1720. Em 8-9-1761, Manuel Rodrigues de Jesus descobriu na

sua posse, no centro da atual cidade de Vacaria, uma imagem de Nossa Senhora da Oliveira, que foi entronizada num pequeno oratório, ao redor do qual surgiu o povoado. Uma lenda refere que um sacerdote de Viamão, visitando a pequena localidade e vendo a linda imagem, resolveu leva-la para a sede da paróquia. Por três vezes, a imagem teria retornado misteriosamente para a sua ermida.

Em 20-12-1768, D. frei Antônio de Desterro criava a freguesia de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria, tendo como 1º Vigário o Pe. João da Costa Barros. Durante algum tempo vigariou a paróquia o célebre latinista Francisco Santos Saraiva. Em 1903, a paróquia e toda a atual Diocese foi confiada aos Padres Capuchinhos, dois dos quais (Frei Pacífico e Frei Efrém) construíram o belíssimo templo da Catedral, todo de pedra e estilo gótico. Em 1967, a paróquia Catedral voltou ao clero diocesano, assumindo os Capuchinhos a Paróquia de Nossa Senhora de Fátima.

Em 8-9-1934, o Papa Pio XI criava a Prelazia de Nossa Senhora da Oliveira. Em 4-11-1936, tomava posse o Bispo Prelado D. Frei Cândido Bampi (1889-1978). Em 18-1-1957, Prelazia era transformada em Diocese, tendo como Governador D. Cláudio Colling, Bispo de Passo Fundo. Em 16-8-1958, tomava posse o 1º Bispo, D. Augusto Petró. Em 17-7-1964, era empossado D. Henrique Gelain, que faleceu em 31-12-1993; é Bispo em 1995 D. Orlando Dotti.

A Diocese, em 1982, contava com 26 paróquias: Catedral (20-12-1768), S. Paulo de Lagoa Vermelha (17-2-1857), Sanaduva (8-5-1905), Bom Jesus (23-3-1919), Paim Filho (25-11-1927), Segredo (4-3-1928), Cacique Doble (29-4-1929), Ipê (1936), Esmeralda (6-1-1940), Maximiliano de Almeida (20-1-1947), Machadinho (2-1-1944), Ibirairas (20-1-1940), Tupanci (4-1-1947), Ibiaçá (6-1-1947), S. José do Ouro (21-11-1949), S. Manuel

Campestre (15-8-1959), André Rocha (7-6-1953), Nossa Senhora de Fátima – Vacaria (19-10-1959), Santo Antônio – Lagoa Vermelha (28-8-1967), Caseiros (5-3-1961), S. José dos Ausentes (19-3-1912), S. Paulo – Vacaria (1969), Nossa Sra. da Glória – Vacaria (1981) (Bibliografia: Vacaria dos Pinhais, de Fidélis Dalcin Barbosa).

CAXIAS DO SUL - A mais antiga paróquia da Diocese de Caxias do Sul é São Domingos das Torres (1827), cujo povoamento teve início em 1809. Em 1824, o Presidente da Província, Visconde de São Leopoldo, fundou aqui uma colônia destinada aos imigrantes alemães. Os católicos foram localizados nas imediações do presídio, a fim de serem atendidos pelo capelão. Os protestantes, que traziam o seu pastor e médico, foram colocados às margens do rio Três Farroupilhas, a oito Km do presídio. A segunda paróquia foi São Francisco de Paula de Cima da Serra (30-11-1852), tendo como primeiro Vigário o Pe. José da Silva Leal Leme.

Os primeiros italianos aqui chegados recebiam a princípio atendimento dos Padres de Jesuítas de São José do Hortêncio de Bom Princípio. Em 26-4-1884, foram criadas as paróquias de Santa Teresa de Caxias, São Pedro de Garibaldi e Santo Antônio de Bento Gonçalves. Os Padres Palotinos administraram a primeira de 1888 a 1890. Em 1927 a paróquia de Garibaldi foi confiada aos Padres Capuchinhos. A de Veranópolis, criada em 1886, passou para os Capuchinhos em 1904. Atualmente (1995), a Diocese conta com 76 paróquias, sendo as mais antigas: Farroupilha (1886), Cotiporã (1893), Nova Prata (1893), Nova Bassano (1896), Antônio Prado (1900). A maioria encontra-se aos cuidados do clero diocesano, algumas dos Capuchinhos, Franciscanos, Josefinos, Pacionistas. As principais congregações religiosas que trabalham na Diocese são: Irmão Maristas, Irmãos Lassalistas, Irmãos de São José e Irmãs de São Carlos.

É a diocese mais fecunda em vocações sacerdotais e religiosas do RS, Dela provêm os Bispos: D. Luís Scortegagna, D. Luís Vítor Sartori, D. Luís Felipe De Nadal, D. Frei Cândido Bampi, D. Ângelo Mugnol, D. José Barea, já falecidos; e mais: D. Antônio Zattera, D. Benedito Zorzi, D. Henrique Gelain, D. Jaime Chemello, D. Luís Colussi, D. Laurindo Guizzardi (carlista, nascido em Nova Bassano) e os Capuchinhos: D. Frei Clóvis Frainer, D. Frei Orlando Dotti, D. Frei Osório Bebber.

A Diocese foi criada em 8-9-1934, sendo seu 1º Bispo D. José Barea, empossado em 11-2-1936. Entre as numerosas realizações de D. José Barea, destaca-se o Seminário Diocesano Nossa Senhora Aparecida, em Caxias do Sul. Faleceu em 19-11-1951. Seu sucessor, D. Benito Zorzi, seguiu à frente da Diocese, tendo, sucessivamente, como Bispos Auxiliares: D. Frei Cândido Bampi, D. Luís Colussi e D. Paulo Moretto. A D. Benedito Zorzi, falecido, sucedeu D. Paulo Moretto. No município de Farroupilha, o Santuário de Nossa Senhora do Caravágio salienta-se como um dos pontos de maior romaria do Estado. Em Veranópolis surgiu a primeira Gruta de Nossa Senhora de Lourdes do RS, construída em 1904. Imponentes são as igrejas matrizes de São Pelegrino (Caxias do Sul), Garibaldi, Veranópolis, Farroupilha...

PASSO FUNDO - O jesuíta Pe. Francisco Fernandes de Oliveira, filho do bandeirante André Fernandes, foi o 1º sacerdote português a trabalhar nas proximidades da atual cidade de Passo Fundo, no lugar da Redução de Santa Teresa. Aqui permaneceu durante 40 anos, de 1637 a cerca de 1687.

Iniciado o povoamento por volta de 1800, Joaquim Fagundes dos Reis, em 1834, obtinha licença para erigir uma capela em louvor a Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Em 26-11-1847, era criada a paróquia servindo a capela de matriz, no local onde hoje se ergue a Catedral.

Em 17-12-1891, D. Claudio José Gonçalves Ponce de Leão, em sua visita pastoral, autorizou a construção de nova Matriz em outro local, junto a Praça Tamandaré, em terreno doado por Ramon Rico. No dia 1º de Janeiro de 1893, foi lançada a pedra fundamental, sendo Vigário o Pe. José Ferreira Guedes. A igreja só foi concluída em 1915.

Em 1902, assumiam a direção da paróquia os Padres Palotinos, entregando-a em 1928 aos Padres da Sagrada Família. Mais tarde, estes entregavam a direção da freguesia ao clero secular, assumindo eles a direção da nova Paróquia de Santa Teresinha, no bairro Cruzeiro.

Em 10-9-1949, D. Antônio Reis dava a benção inaugural da futura Catedral, construída no local da primeira capela. Nesse dia, em solene procissão, foi transladada a imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Em 20-3-1951 foi criada a paróquia da Catedral e, em 10-3-1951, a Diocese, assumindo o 1º Bispo, D. Cláudio Colling, no dia 22-7-1951, que aqui permaneceu até sua promoção para Arcebispo de Porto Alegre, tomando posse a 6-12-1981.

Nascido em 24-6-1913, em Harmonia, Montenegro, D. Cláudio, depois de trabalhar algum tempo em Santa Maria como Bispo Auxiliar, realizou aqui numerosas e importantes obras, entre as quais destacam-se: O Pré-Seminário de Tapera, inaugurado em 2-3-1952; a Casa de Retiros, inaugurada pelo Cardeal D. Jaime de Barros Câmara; Seminário de Erechim, inaugurado em 27-2-1955 pelo Núncio Apostólico D. Armando Lombardi, estando presente o presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, e o governador, do Estado, Ildo Meneghetti; Congresso Eucarístico Diocesano (julho de 1957); criação da Diocese de Erechim (1971); Serra Clube (7-9-1975). Em fevereiro de 1982, foi nomeado Bispo D. Albano Allgayer, empossado em 4-4-1982.

A Diocese conta com 44 paróquias, sendo as principais Nossa Senhora da Conceição (20-12-1836), Catedral (10-9-1949), Tapera (13-3-1919), Co-lorado (13-3-1919), Tapejara (30-12-1926), Marau (3-10-1920), Sarandi (12-5-1922), Ciríaco, David Canabarro, Ronda Alta, Selbach, Serafina Corrêa, Sertão, Casca, Carazinho (3 paróquias), Sertão.

Trabalham na Diocese oito Congregações Religiosas e três de Irmãos Religiosos; as Irmãs Religiosas são de 16 Congregações (Fonte: Passo Fundo através do tempo, de Delma Rosendo Gehm; Prisioneiros do Campo, de Fidélis Dalcin Barbosa; e Passo Fundo: 25 anos de Diocese).

BAGÉ - Em 10-12-1815, encontrando-se em Pelotas, o Bispo do Rio de Janeiro D. José Caetano da Silva Coutinho autorizou a ereção de uma capela em louvor de São Sebastião, com imagem transferida do oratório da Guarda de São Sebastião e do acampamento fundado por D. Diogo de Sousa. Em 17-6-1818, o Cônego Antônio Vieira da Soledade elevava-a à condição de Capela Curada, sendo cura o Pe. Gervásio Antônio Pereira Carneiro, seguido do Pe. Joaquim Paulo de Sousa Prates. A igreja foi concluída em 1820, recebendo os sinos em 1-2-1822. Quando em 23-1-1827, o Gen. Lavalleja entrava em Bagé, os soldados do Gen. Alvear saquearam a Vila, depredaram a capela, rasgando os livros e levando as alfaias.

Durante a Revolução Farroupilha, retirou-se o Pe. Gervásio, sendo substituído, sucessivamente, pelos Padres Antônio Homem de Oliveira, Jerônimo José Espínola e Hildebrando de Freitas Pedroso. Em 14-8-1843, o Vigário Apostólico Pe. Francisco das Chagas Martins Ávila e Sousa empossou o Pe. Lourenço Cazas Novas cura da Capela. Em 15-11-1844, o Duque de Caxias, em vez do Te Deum programado pela vitória em Porongos, mandou celebrar missa pelos que tombaram no combate.

Em 25-6-1846, o Cônego Luís Tomé de Sousa criava a Paróquia, sendo nomeado como Vigário o Pe. Lourenço, italiano naturalizado brasileiro, que permaneceu no cargo até 1857, tendo sido eleito vereador em 17-7-1852. Seu sucessor Pe. Cândido Lúcio de Almeida, ex-pároco de Vacaria e Encruzilhada, iniciou em 1862 a construção da nova matriz, a atual Catedral, que não pode inaugurar, porque veio a falecer em 27-3-1872, com 61 anos e 15 como pároco de Bagé. O arquiteto da nova Matriz foi o italiano José Obino, que faleceu em Porto Alegre em 1879.

O novo Pároco, Cônego João Inácio de Bittencourt (de 1873 a 1906), líder da extinção da escravatura (28-9-1884), entoou solene Te Deum pelo acontecimento. Em 25-3-1883, presidiu a inauguração da Santa Casa de Caridade. Em 1884, durante a viagem inaugural da estrada de ferro Bagé-Rio Grande, visitou Bagé o Bispo D. Sebastião Dias Laranjeiras, junto com o presidente da Província Cons. José de Albuquerque Barros. Em 20-4-1891, houve visita pastoral de D. Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão. Ao Cônego Bittencourt, que faleceu em 31-10-1906, com 72 anos e 34 de paróquio em Bagé, deve-se a fundação do Colégio Auxiliadora dos Padres Salesianos, e do Colégio Espírito Santo, das Irmãs Franciscanas. Seu sucessor, Mons. Costábile Hipólito (1862-1956), governou a paróquia até 1943, quando passou a ser administrada pelos Capuchinhos (Frei Bernardino, Frei Irineu, Frei Afonso, Frei Celestino e Frei Mário). Ainda antes da criação da Diocese (24-6-1960), a paróquia tornou a ser dirigida pelo clero secular (Pe. Antônio Botton). Os Capuchinhos assumiram então a direção da Capela de Nossa Senhora da Conceição, hoje paróquia criada por D. José Gomes, 1º Bispo, empossado em 16-7-1961. A ele seguiu-se, em 1969, D. Ângelo Feliz Mugnol, falecido em 12-2-1982. Seu substituto, D. Laurindo Guizzardi, Carlista, tomou posse em 25-4-1982. A Paróquia da Catedral teve os curas: Pe. Firmino Dalcin, Pe. Antônio Botton, Pe. Fredolino Brauner e (1982) Pe. Dionísio Jesus

Corrêa dos Santos. (Fonte principal: A Igreja de São Sebastião de Bagé, de Tarcísio Antônio Costa Taborda).

ERECHIM - A primeira paróquia, a da Imaculada Conceição de Erechim, hoje Getúlio Vargas, foi criada em 25-10-1911, e abrangia toda a atual Diocese. Em 19-8-1919, D. Miguel de Lima Valverde criava as paróquias de São Luís, da estação Barro (Gaurama) e São José da Boa Vista de Erechim, atual paróquia da Catedral.

Em 1913, por iniciativa de D. Elisa Vacchi, esposa de Paulo Vacchi, foi construída a primeira capela de Paiol Grande, hoje cidade de Erechim. Neste ano, a localidade recebia a primeira visita pastoral de D. Miguel. Havia então 245 habitantes, todos católicos, na maioria de origem italiana.

Em 5-3-1928, foi lançada a pedra fundamental da Igreja Matriz, que foi demolida na década de 1970, para ceder lugar a Catedral. O 1º Vigário foi o Pe. Vicente Testani, seguido do Pe. Carlos Schwartschlager, Pe. Benjamim Busato, Côn. Gregório Comassetto (1950-1959), Mons. Fioravante Magrin (1959-1962), Pe. Darcísio Ulzig (1962-1967), e Pe. Atalibo Maurício Lise, o atual.

A Paróquia de Getúlio Vargas esteve sob a direção dos Padres Palotinos até 1916, sendo seu 1º Vigário o Pe. Alberto Chenermann. Seguiu-se o italiano Pe. Luís Prioli. Em 1918, assumia o Capuchinho Frei Gentil de Caravágio, mais tarde auxiliado pelo Frei Paulo Wonsokski. Ao Frei Gentil, que foi um apóstolo durante a Revolução de 1923, deve-se a construção da Igreja Matriz, da casa Paroquial, do Hospital São Roque, da Matriz de São José de Erechim e de uma dezena de capelas, futuras paróquias.

Em 1924, a paróquia de Getúlio Vargas passava à direção do clero secular, na pessoa do Mons. João Farinon, que construiu a bela Igreja Matriz de hoje. Seguiram-se o Côn. Dionísio Basso,



Pe. Albino Stawinski e Pe. Estanislau Oleinik. A Paróquia de Gaurama foi a princípio atendida pelos Padres Franciscanos. A de Aratiba foi criada em 7-8-1951; Marcelino Ramos 12-3-1928; aqui os Padres Saletinos construíram o Seminário e o célebre Santuário de Nossa Senhora da Salete; São Valentim, 13-2-1944; Barão de Cotegipe, na década de 1930.

A Diocese foi criada em 27-10-1971 e instalada em 1-8-1971, com a posse do Bispo D. João Hoffmann. Em 1973, foi inaugurado o Seminário Menor, sendo Reitor o Pe. Carino Corso. Em 1952, foi inaugurado o Monumento de Nossa Senhora de Fátima. Das 27 paróquias, 23 são confiadas ao clero diocesano e 4 aos religiosos. Existem na Diocese 13 Congregações Religiosas, sendo seis masculinas e sete femininas. Destacam-se os Irmãos Maristas (Escola Nossa Senhora Medianeira) e Irmãs Franciscanas de Maria Auxiliadora (Escola São José). D. José Gomes, atual Bispo de Chapeco, e natural desta Diocese, como também D. Luís Demétrio Valentim, Bispo de Jales - SP (Bibliografia: O Grande Erechim e sua História, de Antônio Ducatti Neto e O Capuchinho Frei Gentil, de Frei Alberto Stawinski).

FREDERICO WESTPHALEN - Em 1919, chegavam os primeiros povoadores de origem italiana, que fundaram a cidade de Frederico Westphalen, que a princípio se chamou Barril. Quando em 15-11-1928, foi criado o distrito, Valzumiro Pereira Dutra, intendente de Palmeira, mudou o nome pelo atual, em honra do engenheiro que abriu a primeira estrada até Iraí, famosa estação balneária.

Em 1921, foi construído um oratório em louvor de Santo Antônio, convertido em capela em 1924. Em dezembro de 1926, D. Ático Eusébio da Rocha, Bispo de Santa Maria, visitava a incipente povoação. Em 20-10-1930, foi construída nova capela, de madeira. No dia 13-3-1932, chegava aqui o jovem sacerdote Pe. Vítor Battistela. Em 8-1-1933, D. Antônio Reis criava a paróquia.

O Vigário, Pe. Battistella, mais tarde Monsenhor, durante 30 anos dirigiu com zelo extraordinário a paróquia. Construiu imponente igreja matriz, a atual Catedral, obra de Ticiano Bettanin, com pinturas de Emílio Zanon, inaugurada em 31-1-1960.

Em 22-5-1961, o Papa João XXIII, com a Bula Apostólica *Haud parva*, criou a Diocese, desmembrada de Santa Maria e Passo Fundo, sendo instalada em 24-6-1962, dia em que tomava posse o 1º Bispo, D. João Hoffmann, que em 1971 cedia lugar a D. Bruno Maldaner, empossado no dia 31 de julho.

Em 1982, a Diocese contava com 34 paróquias, sendo as principais: Palmeira das Missões (14-1-1857), Nonoai (3-4-1875), Vicente Dutra (1966), Planalto (1953, 1º Vigário Pe. Vitório Serraglio), Iraí (cujo Vigário, Pe. José Borget, construiu a igreja matriz e quase todas as capelas).

Mons. Vitor Battistella, verdadeiro patriarca de Frederico Westphalen, sempre esteve à frente de todas as grandes iniciativas da comunidade, havendo escrito a história do município e da região sob o título de *Painéis do Passado*, do qual extraímos quase todos os dados presentes.

CRUZ ALTA - Em 18-8-1821, fundava-se oficialmente o povoado, por Vidal José do Pilar, junto à capela ereta pelo tropeiro paulista João de Barros. Em 1824, a capela elevava-se a Curato, atendido pelo Pe. Antônio Pompeu Pais de Campos. Em 24-10-1832, Lei provincial criava a freguesia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta.

O 1º Vigário, Pe. Francisco Gonçalves Pacheco, atendeu a paróquia de 1832 a 1834. O primeiro batismo aconteceu em 8-6-1827, conforme se lê no livro de registro. O segundo livro de batismos registra exclusivamente nomes de escravos.

A Diocese foi criada em 27-5-1971, pelo Papa Paulo VI, com a Bula *Cum Christus*, desmembrada inteiramente da Diocese

de Santa Maria. Para Bispo tinha sido indicado D. Walmor Wichroski que não chegou a tomar posse. Em seu lugar foi nomeado D. Nei Paulo Moretto, que tomou posse em 1972. O 2º titular é D. Jacó Roberto Hilgert, empossado em 26-9-1976.

Existem na Diocese 26 Paróquias, sendo duas na sede, a da Catedral e a de Nossa Senhora de Fatima, junto ao monumento de Fátima, atendida pelos Padres Palotinos, que antes atendiam a Paróquia do Divino Espírito Santo (Catedral). Anualmente realiza-se concorrida romaria ao monumento de Fátima.

Entre as paróquias mais antigas, figura a de Soledade (14-1-1857). Em Ijuí, sede da Unijuí e da Cotrijuí, há duas paróquias: Nossa Senhora da Natividade e São Geraldo, esta confiada aos Capuchinhos, que fundaram o importante centro cultural da FIDENE (hoje Unijuí).

Em Cruz Alta, nasceu o primeiro Bispo Jesuíta do Brasil: D. Alonso Silveira de Melo, nascido em 21-1-1901, Administrador Apostólico de Diamantino desde 1949 a 1955. Em 1969, Bispo da Missão Anchieta. Em 1994 é Bispo Auxiliar D. Ercílio Simon.

RIO GRANDE - O brigadeiro José da Silva Pais era grande devoto da Sagrada Família. Levava sempre consigo uma imagem dela, "que o livrou de grandes perigos". Por isso, mandou edificar no Presídio uma igreja dedicada à Sagrada Família e batizou o Forte com o nome de Jesus-Maria-José.

Nos assentos de batismos, esta igreja figura como "Ermida de Jesus-Maria-José do Porto", ou, outras vezes, "Ermida Jesus-Maria-José da Fortaleza do Porto" [79].

Na "Fortificação do Estreito", Silva Pais mandou construir uma capela (dedicada a Santa Ana, a uns três km da zona portuária, local hoje ocupado pelos terrenos da Hidráulica Rio-Grandense. Para a construção da igreja e atendimento do culto foram então, naquele ano de 1738, nomeados os missionários

Capuchinhos Frei Antônio da Prússia e Frei Anselmo de Monte Veterano.

A freguesia foi criada por D. Frei Antônio de Guadalupe, Bispo do Rio de Janeiro, no dia 6-8-1736, sendo a primeira Paróquia do RS, criada antes mesmo que Silva Pais desse por fundado oficialmente o futuro estado. Nos livros eclesiásticos o registro do primeiro batismo figura como realizado no dia 8-1-1738.

A primeira igreja matriz sofreu incêndio em 1750, antes da transferência do aglomerado urbano para a zona portuária. Já em 17-4-1745, Gomes Freire de Andrada havia decretado a transferência e mudado o orago, que era de Santa Ana, para São Pedro, que ficou sendo o padroeiro da cidade e do Rio Grande.

Em 1750, o Vigário Pe. Manuel Francisco da Silva solicitava a Gomes Freire providências para a construção da nova Matriz. As obras tiveram início em 1751, ficando concluídas em 1755. Em 1771, a velha Matriz, um dos monumentos históricos mais antigos do RS, passou a Catedral. Nesse templo, em 7-4-1776, celebrou-se solene Te Deum pela conquista da vila pelos portugueses, após 13 anos de ocupação espanhola.

Em 27-5-1971, foi criada a Diocese, desmembrada da de Pelotas. Em 12-9-1971, tomava posse o 1º Bispo, D. Frederico Didonet. A Diocese contava em 1994, com 15 Paróquias, sendo as mais antigas: S. Pedro; S. Luís Rei, de Mostardas (18-1-1773), 1º vigário Pe. Manuel Monteiro Pereira; São José do Norte (1822); Santa Vitória do Palmar (6-12-1855). Na sede há seis Paróquias: Catedral, Sagrada Família (1951), Nossa Senhora Auxiliadora (1951), São Judas Tadeu (1954), Santa Teresa (1969) e Nossa Senhora de Fátima - Curato (1973).

Aqui nasceu D. Mário de Miranda Vilas Boas (1903-1968), que foi Bispo de Garanhuns, Pernambuco, Arcebispo de Belém do Pará (1944-1956), Bispo Auxiliar do Cardeal da Bahia (1956-1959)

e Arcebispo da Paraíba. Bispo em 1994: D. José Mário Straeher. (Fonte principal: Abeillard Barreto in História Naval Brasileira).

SANTO ÂNGELO - A Diocese de Santo Ângelo foi criada em 22-5-1961, sendo seu primeiro titular o atual Cardeal Arcebispo de Fortaleza, Ceará, D. Frei Aluísio Lorscheider, que tomou posse em 12-6-1962. O 2º Bispo é o atual D. Estanislau Amadeu Kreutz, natural desta Diocese, nascido em Santo Cristo, que tomou posse em 24-2-1973.

A Catedral Angelopolitana, como a recordar a Capital dos Sete Povos das Missões, é uma réplica da célebre Basílica de São Miguel. A Diocese contava em 1994, com 33 Paróquias, sendo a mais antiga a do Santo Anjo da Guarda criada em 1857, cujo 1º Vigário foi o Pe. Manuel da Silva Guimarães de Arachá.

Sede das Ruínas de São Miguel das Missões, a Diocese possui o conhecido Santuário dos Três Mártires Rio-Grandenses, em Caaró, ao qual todos os anos, no dia 15 de novembro, realiza-se concorrida romaria. Aqui o Padre Roque Gonzales foi martirizado em 15-11-1628, junto com o Pe. Afonso Rodrigues, e o Pe. João de Castilho em 17 de novembro do mesmo ano. Em 1934, foram beatificados pela Igreja.

O Santuário foi construído em 1936 a 1937, a 50 km de Santo Ângelo. Em 1978, realizou-se a primeira Romaria Internacional, com peregrinos do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Existe em Caaró uma fonte de água à qual se atribui poder curativo milagroso, tendo havido numerosos casos de curas prodigiosas de doenças incuráveis.

SANTA CRUZ DO SUL - Diocese criada em 20-6-1959, pelo Papa João XXIII. D. Alberto Frederico Etges, seu 1º Bispo, tomou posse no dia 15-11-1959. A Catedral é um dos mais suntuosos templos do Brasil.

A Diocese possui 47 paróquias, sendo a mais antiga a de Rio Pardo, criada em 15-12-1762, pelo Bispo do Rio de Janeiro, D. Frei Antônio do Desterro. Em 18-1-1773, foi criada a freguesia de Santo Amaro (General Câmara), sendo seu 1º Vigário o Pe. João Pereira Rodrigues. Em 9-5-1876, foi criada a paróquia de Candelária, antiga Redução Jesuítica.

NOVO HAMBURGO - Diocese criada em 2-2-1980, sendo que o 1º Bispo, D. Aloísio Sinésio Bohn, tomou posse em 30-3-1980.

A nova Diocese do RS contava em 1994, com 31 Paróquias, sendo a mais antiga a de Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo, criada em 25-7-1846. Outras Paróquias mais importantes são: Novo Hamburgo, Hamburgo Velho, Campo Bom, Sapiranga, Taquara, Igrejinha, Três Coroas, Nova Petrópolis e Canela, esta criada em 30-12-1937, tendo como 1º Vigário o Pe. João Alberto Hickmann (Fonte principal: Secretaria das Cúrias Diocesanas).

CACHOEIRA DO SUL - Diocese criada por João Paulo II, em 17-7-1991, sendo nomeado no mesmo dia o seu primeiro Bispo, D. Frei Ângelo Domingos Salvador, que tomou posse no dia 2-9-1991. Compõe-se de 12 paróquias e um curato; conta com 28 sacerdotes, sendo 18 Diocesanos e 10 Religiosos, sendo 4 masculinas e 11 femininas. A diocese atende a 10 municípios.

IGREJAS PROTESTANTES

Em 1824, o pastor protestante Johann Georg Ehlers (1779-1850) foi autorizado a exercer o culto num galpão na Feitoria Velha (São Leopoldo). A segunda comunidade organizou-se em Três Forquilhas (Torres) em 1825, da qual em 1826, foi nomeado

pastor e professor Karl Leopold Voges, que ali exerceu o ministério por cerca de 65 anos.

No vale do Rio dos Sinos fixaram-se muitos imigrantes evangélicos, que tiveram a assistência espiritual dos pastores, entre outros Friedrich C. Klingelhofer, Johann Peter Haesbaert, norte-americano (41 anos em Hamburgo Velho), Rev. Klenze, Rev. Otto Recke, Bergfried Krohn...(Santa Cruz).

Os imigrantes alemães das colônias em redor de São Leopoldo, em fins de 1829, somavam cerca de 5.000 protestantes e 3.000 católicos. Em 1870, em São Leopoldo, com uma população de 1.100 habitantes, 535 professavam o protestantismo. Havia poucos pastores. Por outra, sendo a Igreja Católica oficial, as igrejas protestantes eram fechadas, como aconteceu em Santa Maria no ano de 1887. Só após a proclamação da República o culto começou a gozar de liberdade plena.

Em 1864, chegava a São Leopoldo o Rev. Dr. Hermann Borchard (1823-1891), de extraordinária atividade; fundou uma escola de ensino secundário e em 1868, organizou um Sínodo, reunindo nove pastores. Em 1864, a Igreja Evangélica organizou-se em Montenegro.

Em 1871, o pastor Karl Roos principiou a atender a comunidade de Santa Maria. Em 1874, chegava ao RS o pastor Dr. Wilhelm Rotermund (1843-1925) para dirigir a comunidade evangélica de São Leopoldo e Lomba Grande e fundou um Sínodo com 12 pastores.

Em 1899, o Sínodo contava com 39 paróquias com 45.000 almas e duas escolas secundárias em Hamburgo Velho e Santa Cruz. Em 1875, havia 49 escolas primárias evangélicas.

Neste mesmo ano a Igreja Episcopal Metodista, através do Dr. João C. Correa, de Montevidéu, iniciava sua ação em Porto

Alegre, Rio Grande, Rio Pardo, Cachoeira, Uruguaiana, Santa Maria e em outras localidades.

Em 1890, a Igreja Episcopal Protestante da América do Norte, com os pastores James Morris e Lucien Lee Kinsolving, iniciava atividades no RS, a partir da Capital.

Em 1892, o pastor Meem, norte-americano, abriu trabalho missionário em Pelotas, onde foi construída a bela Igreja do Redentor. A Igreja Evangélica Presbiteriana organizou nesta cidade uma comunidade em 1921.

Em fim da década de 1910, os missionários norte-americanos fundavam em Passo Fundo a Igreja Metodista, hoje sede episcopal, tendo fundado o Instituto Educacional. (Fonte principal: Rev. Rudolf Becker, in Enciclopédia Rio-Grandense).

33 - CIENCIAS E ARTES

CIENTISTAS

Vicente Wenceslau Gomes de Carvalho, natural de Rio Pardo, e autor de uma descoberta extraordinária, cujo direito, entretanto, lhe foi usurpado por cientistas estrangeiros. Em 1799, este médico rio-grandense, formado pela Universidade de Coimbra, apresentava aos cientistas da corte amostras de tabletes de carne bovina, desidratada, destinada a produzir caldo de carne.

José de Araújo Ribeiro (1800-1878), Visconde de Rio Grande, é, na América do Sul, autor da primeira obra científica acerca da evolução do homem, conforme as teorias de Darwin. A obra intitula-se *O Fim de Criação ou da Natureza interpretada pelo Senso Comum*.

Cândido Batista de Oliveira (1801-1865) é o introdutor do sistema decimal no Brasil. O Pe. *Roberto Landell de Moura* (1861-1928) é o verdadeiro inventor do rádio, televisão e telefone sem fio. *Carlos de Paulo Couto* é paleontólogo de renome internacional. *Eugênio Du Pasquier* e o descobridor do sistema de "pasquierizar" o leite (1896).

Pe. Balduino Rambo S.J. (1905-1961) criou a cadeira de Antropologia e Etnografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; organizou o Museu Rio-Grandense de Ciências Naturais; idealizou e criou o Parque Zoológico e Botânico do RS em Sapucaia do Sul. Foi um sábio de fama internacional.

PINTORES

Manuel de Araújo Porto Alegre (1800-1879), discípulo de Debret, fez curso em Paris com o famoso pintor Gros; é autor de telas monumentais como: "Coroação de D. Pedro II", do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; "Retrato da Irmã Luísa Rosa", na Santa Casa do Rio de Janeiro; a "Ceia", do Recolhimento das Órfãs, Rio de Janeiro; é o primeiro caricaturista do Brasil.

Pedro Weingärtner (1853-1929), nascido em Porto Alegre, aperfeiçoou-se na arte na Alemanha, França e Itália, retornando ao Rio Grande em 1920. Seus quadros receberam aplausos da crítica europeia. Sobressaiu-se pintando quadros da natureza, como "Ceifa em Anticoli" (Roma, 1901), "Pousada de Carreiros" (Roma, 1916), "Tempora Mutantur" (Palácio Piratini), "Fios Emaranhados" (Novo Hamburgo), "Moinhos da Colônia", "Kerb", "Carreira", "Trilha do Arroz", "Figueira", "Festa da Melancia", "Briga de Galos".

Antônio Cândido de Meneses (1844-1915), autor de "Retrato de D. Pedro II" (Museu Júlio de Castilhos), retratos de Visconde de Pelotas, do Barão do Triunfo, do Duque de Caxias (Prefeitura Municipal de Porto Alegre).

Augusto Luís de Freitas, conservador da pinacoteca do Vaticano, autor, entre outras, das telas "Desembarque dos Casais Açorianos no Porto de Viamão e Porto Alegre".

Entre os numerosos pintores gaúchos, salientam-se: Libingo Ferraz (um dos fundadores do Instituto de Belas Artes), Alexis Puhlmann, Francis Pelichek, Ângelo Guido, Leopoldo Gotuzzo, Oscar Boeira, Francisco e Argentina Bellanca, Benito Mazon Castañeda, Carlos da Silva Torelli, Aldo Locatelli, Emílio Zanon, Afonso Silva, Vicente Gervásio, João Faria Viana, Nelson Boeira Faedrich, Maristani, Sotero Cosme, Jacinto Morais, Edgar Koetz, Fernando Corona, Carlos Scliar, João Fahrion, Augusto Luís de Freitas, Eugênio Latour, Francisco Brilhante, Iberê Camargo (faleceu em 9-8-1994, com 79 anos), Marlene Babot Alzáibar, Furado Trevisan (com trabalhos no Vaticano, Paris e Nova Iorque).



E, especialmente, Guido Mondin, ex-presidente do Senado e ex-Ministro do Tribunal de Contas da União, autor do quadro "Última Ceia" do Palácio Piratini, é um exímio pintor de motivos gaúchos, tendo em projeto um quadro representando Bento Gonçalves abraçado no Negrinho do Pastoreio, com fundo das Ruínas de São Miguel.

ESCULTORES E GRAVADORES

Friederichs (Miguel, Jacob Aloys e João Vicente) proprietários de oficinas onde foram esculpidas grandes obras; André Arjonas, autor dos bustos do Padre Cacique de Barros, Prof. Luís Englert, das hermas de Florêncio Igartua, Mário Totta, Getúlio Vargas, Annes Dias, Cel. Antônio Caminha; Antônio Caringi, autor dos monumentos Imigrantes (Caxias do Sul), o Laçador, estátua Gen. Bento Gonçalves, Expedicionário, busto de André Puente; Adriano Pitante e Carlos Fossatti, autores da estátua do Conde de Porto Alegre); Décio Vilares (Júlio de Castilhos); Alfred Adolf (estátua do Barão do Rio Branco); Leão Veloso (estátua equestre do General Osório); Vítório Livi (Cel. Aparício Borges); Giusepe Gaudenzi (Garibaldi e Anita); Luís Sanguin, bustos de Caldas Júnior, Assis Brasil, Eduardo Guimarães; Eduardo Sá (busto do Barão de Santo Ângelo); Vasco Prado (busto de Rubem Berta e de Francisco Brochado da Rocha); Maria Regina Gageiro; Fernando Corona (Chopin); Paulo Ruschel (Arnaldo Balvé); Mário Arjonas (Paulo Coelho); Adão Pereira da Silva (Samuel Hahnemann); Rodolfo Bernardelli, Marcos Bastos, Tarquínio Zambelli, Estácio Zambelli, Benevenuto Conte, Francisco Meneguzzo, Girólamo e Ambano Terresini, Pedro Bonini, Pedro Stangherlin, Roberto Stunz, Glênio Bianchetti, Danúbio V. Gonçalves, Joel Amaral, Franz Radermacher, Nelson Boeira Faedrich, Edgar Koetz, Adolf Adler, Vera Guerra Chaves Barcelos,



Francisco Stockinger, Paulo Ruschel (em cerâmica: "Beira de Fogo", "Lida Brava", "Cocho de sal", "Pegada", "Véio Noca"), Aglaé Machado, Jader Siqueira...

ENGENHEIROS E ARQUITETOS

Capitão Alexandre Montanha e José Saldanha executaram a urbanização da antiga Porto Alegre, planejaram o antigo palácio presidencial, a antiga catedral de Porto Alegre e alguns prédios residenciais antigos; Luís Pereira Dias construiu o Teatro São Pedro; João Batista Soares da Silveira e Sousa (edifício Malakoff); José Obino, Manuel Barbosa Itaquí, Adolfo Stern Guilherme e Rodolfo Ahrons, H. Theo Wiedersphan, José Lutzenberger, Ítalo Bersani, Vitorino Zani, J. Moreira Maciel, João Batista Giovanale (autor do projeto da nova Catedral de Porto Alegre).

MÚSICA

Conforme observa Walter Schultz Porto Alegre, em "Influência do Tirol na arte popular do Rio Grande do Sul", a música, assim como a escultura, nas Missões, imitavam as músicas e esculturas do Tirol.

Acontece que grande numero de padres Jesuítas dos Sete Povos das Missões eram tirolezes, destacando-se o exímio artista Pe. Antônio Sepp. Este padre ensinou aos índios "todas as canções tirolesas que sabia".

A rancheira e a polca paraguaia, tão do gosto do gaúcho, são uma imitação das canções típicas do Tirol e Sul da Áustria, que eram executadas pelos índios das Missões.

Quanto a música erudita, entra em cena Joaquim José de Mendanha, um preto de Vila Rica (hoje Ouro Preto), que foi músico da Capela Imperial do Rio de Janeiro. Foi depois regente da banda do 2º Batalhão de Caçadores de Primeira Linha, que em 1837 deslocou-se para o Rio Grande do Sul, integrando-se as forças imperiais durante a Revolução Farroupilha.

No combate de Rio Pardo, em 1838, a banda caiu em poder dos revolucionários. Mendanha, feito prisioneiro, foi então incumbido de compor o hino da Revolução, o Hino Oficial da República Rio-Grandense, Sendo a letra a princípio de Serafim Joaquim de Alencastro, posteriormente substituída por outra, de autoria de Francisco Pinto da Fontoura. Este hino continua sendo ainda hoje o Hino Oficial do Rio Grande do Sul.

Mendanha, com sua orquestra, era presença obrigatória nas grandes solenidades, como a inauguração do Teatro São Pedro de Porto Alegre (7-7-1858). Foi Diretor-Presidente da Sociedade Musical Porto-Alegrense, a primeira entidade do gênero, fundada em 7-1-1855. Mendanha faleceu em 2-9-1885. Dois de setembro e o dia do músico rio-grandense.

Outros músicos do século passado: Agostinho Robbio, Artur Napoleão (que se exibiu em 1863, no Teatro "Sete de Abril" de Pelotas, concluído em 1834), Muniz Barreto, Luís Cavedagni (professor de música em Pelotas), João Pinto Bandeira, Luís Garbini, José Calero, Luís Roberti, Tomás Legori, José Stol (estes três dirigiram a "Filarmônica Porto-Alegrense", inaugurada em 1878), Hilário Gonçalves Lopes Ferrugem, Carlos Antônio de Barros, David Saxe, Lourenço Truco, Francisco Pedrotti, Eugenio Costa, Giovanni Panissi, Roberto Stella...

Em 1935, o maestro Roberto Eggers apresentou sua ópera "Farrapos", nas comemorações do Centenário Farroupilha. Guilherme Fontainha, outro mineiro, criou no Estado sete conservatórios de música. Armando Albuquerque, Bruno Kieffer, Ênio Freitas e Castro (que foi professor de História da Música e de Harmonia), Lupicínio Rodrigues (autor de 154 músicas). Duas cantoras projetam o nosso Estado e o Brasil no estrangeiro: Elis Regina Carvalho da Costa, que faleceu aos 36 anos, a 19-1-1982; e Eni Camargo, nascida em Vacaria, que já realizou 47 excursões internacionais; cantora lírica e funcionária do MEC. Pianista e violinista de alto renome internacional é o nosso Roberto Szidon, que vem percorrendo os cinco continentes, tendo se apresentado como solista em mais em 50 orquestras. Miguel Proença, internacionalmente reconhecido, residente no Rio de Janeiro.

IMPRENSA

A primeira tipografia em território brasileiro surgiu em 1703, nas Missões em solo rio-grandense.

O primeiro jornalista brasileiro é igualmente gaúcho, Hipólito José da Costa.

Em 1-6-1827, surgia o primeiro jornal rio-grandense, o "Diário de Porto Alegre", impresso na "Tipografia Imperial", trazida pelo Marquês de Barbacena em dezembro de 1826, e destinada a impressão de boletins do Exército. Terminada a guerra da Cisplatina, o presidente Salvador José Maciel transferiu-se para Porto Alegre, instalando-a num salão térreo do palácio do governo.

O segundo jornal foi "O Constitucional Rio-Grandense", fundado em 5-7-1828, sob a direção de Vicente Ferreira Gomes, jornal político e literário que se publicava as quartas-feiras e sábados.

Seguiram-se: "O Amigo do homem e da Pátria" (1829), "O Vigilante" (1830), dirigido por José Apolinário Pereira de Moraes; "Idade de Pau" (1833), de Pedro José de Almeida; o "Eco Porto-Alegrense" (1834), de Silvano José Monteiro de Araújo e Paula; o "Recupilador Liberal" (1832), de José Paiva Magalhães Calvet; o "Compilador Liberal" (1831), de Ávila e Sousa e Pereira Coruja; "O Noticiador" (1832), de Francisco Xavier Ferreira; "Sentinela da Liberdade" (1830), de Lourenço Júnior de Castro e Francisco Luís da Costa Guimarães; "O Continentista" (1835), de Francisco de Sá Brito; "O Continentino", "O Mestre Barbeiro" e outros.

"Em todos os jornais, da capital e do interior - diz Guilhermino Cesar em sua História da Literatura do Rio Grande do Sul - predominava o tom polêmico, o partidarismo faccioso, dividindo as opiniões entre liberais e restauradores".

O governo farroupilha tinha seus órgãos oficiais, como "O Mensageiro" (1836); "O Povo" (1838), editado em Piratini; "O Americano" (1842), em Alegrete; "Estrela do Sul" (1843), em Alegrete. "O Povo" teve como redator o italiano Luís Rossetti, auxiliado pelo mineiro Domingos José de Almeida; o jornal apareceu em Piratini, passando depois a Caçapava, sede posterior do governo revolucionário. "O Liberal Rio-Grandense", editado em Rio Grande (1835), foi um dos mais notáveis da época. "O Colono Alemão", de Hermann von Salisch, apareceu em 1836, e teve apenas três números. Entre os jornalistas farroupilhas estrangeiros, salienta-se o ita-~~liano~~ Tito Lívio Zambecari.

Em 1833, foi fundado em Porto Alegre o jornal "Caramuru" a "Idade de Ouro", redigido pela primeira poetisa rio-grandense Maria Josefa de Fontoura Pereira Pinto, que depois passou a redigir a "Belona" (1833).

De 1827 a 1837, foram publicados em Porto Alegre 35 jornais. Na década de 1850, merecem registro o "Correio do Sul"; "A Reforma" fundado em 1859, órgão do Partido Liberal. Na

década de 1860, "O Cruzeiro". Na década de 1870, "O Rio-Grandense", órgão do Partido Conservador; "Jornal do Comércio". Em 1884, aparecia "A Federação". Nesse ano circulavam na Província 56 jornais, sendo 18 diários, cinco em Porto Alegre, cinco em Pelotas e três em Jaguarão.

Entre os mais notáveis jornalistas da época, sobressai Carlos von Koseritz (1834-1890). Nascido na Alemanha, veio jovem para o nosso Estado. Em 1856, quando diretor do Colégio S. Francisco de Paula, Pelotas, iniciou-se no jornalismo havendo fundado e dirigido vários periódicos, entre os quais: "O Ramallete Rio-Grandense", "O Brado do Sul". Em Rio Grande, foi redator de "O Povo" e de "O Eco do Sul". Transferindo-se para Porto Alegre em 1864, foi redator de "A Reforma" e diretor de "Deutsche Zeitung". Foi ainda diretor de "A Sentinela do Sul", "() Rio-Grandense", "Jornal do Comércio", "A Acácia", "O Combate". Fundou e dirigiu "A Lanterna" e a "Gazeta de Porto Alegre". Além de jornalista, Koseritz foi cientista, orador, historiador, teatrólogo, romancista e folclorista. Como polemista, bateu-se galhardamente com Júlio de Castilhos, pena brilhante como a sua, diretor de "A Federação", periódico de renome nacional, órgão do Partido Liberal.

Outro emérito jornalista, Francisco Antônio Vieira Caldas Junior (1868-1913), dirigiu "A Reforma", foi redator-chefe do "Jornal do Comércio" e fundou em 1-10-1895, o "Correio do Povo", que se transformou num dos mais conceituados jornais do Brasil, órgão principal da Companhia Jornalística Caldas Júnior, proprietária da "Folha da Tarde", da Rádio Guaíba e da TV Guaíba, canal 2. Nos primeiros anos, Caldas Júnior contou com a colaboração de Salatiel Soares de Barros, seu sócio e gerente do "Correio do Povo".

São numerosos os jornalistas gaúchos com renome nacional. Apenas um exemplo: André Carrazoni (1896-1982) foi

fundador, diretor e redator dos jornais seguintes: "A Elite", Quaraí, 1912; "A Liberdade", Quaraí, 1923 "Diário de Notícias" de Porto Alegre, "Correio do Povo", diretor 1930-32; "Jornal da Tarde", Porto Alegre, 1933; "O Radical", Rio de Janeiro, 1933-40; "A Noite", Rio de Janeiro, 1940-45; "A Hora", Rio de Janeiro; "Jornal de Notícias", S. Paulo, diretor em 1949; "Pátria", Vacaria, 1921-23. Por motivos políticos, esteve exilado no Uruguai em 1924, onde por procuração realizou seu casamento com Dalila, filha de Gustavo Rodrigues da Costa, fazendeiro em Vacaria.

Alberto André, durante mais de 30 anos presidente da Associação Rio-grandense de Imprensa, batalha do heroico no jornalismo, resguardando os direitos do profissional da imprensa no RS.

LITERATURA

Apesar de ter sido "terra de ninguém" durante duzentos anos, isolado do resto do Brasil, o RS pode-se orgulhar do pioneirismo não só no jornalismo, mas ainda no conto, no romance e na própria Escola Romântica.

É gaúcha a primeira contista brasileira, Eurídice de Barandas, autora de "A Filosofia por Amor", livro de versos, crônicas e contos (1845). O romance "A Divina Pastora", de José Antônio do Vale Caldre e Fião (1813-1876), foi publicado em 1847, três anos apos o aparecimento de "A Moreninha", de Joaquim Manuel de Macedo, considerado o primeiro romance do Brasil.

Araújo Porto Alegre (1806-1879) é o legítimo introdutor do Romantismo no Brasil, pois - como afirma Walter Spalding - suas poesias românticas são anteriores ao "Manifesto" e "Suspiros Poéticos e Saudades", de Gonçalves de Magalhaes. *Simões Lopes*

Neto (1865-1916), um dos iniciadores do regionalismo no Brasil, e o criador do regionalismo sul-rio-grandense.

O Simbolismo Brasileiro conta no RS com altas expressões, como *Eduardo Guimarães* (1892-1928), autor de "Divina Quimera, um dos maiores poetas do Brasil; *Felipe de Oliveira* (1891-1933) e *Alceu Wamosy* (1895-1923); *Raul Bopp* (1931) foi um dos participantes do Movimento Modernista".

Membros da Academia Brasileira de Letras: *Alcides Maia* (1878-1944), que se empossou na Casa de Machado de Assis trajando a gaúcha; *Ramiz Galvão* (1846-1938), o primeiro Reitor da Universidade do Brasil; *Álvaro Moreira* (1888-1954), que tomou posse em 1959; *Augusto Meyer*, (1962-1970), um dos criadores da Fundação Eduardo Guimarães; *Getúlio Vargas*, empossado em 1944; *Vianna Moog*, que representou o Brasil na ONU e na OEA; *João Neves da Fontoura* (1937); e *Gregório da Fonseca* (16-7-31).

Um dos maiores vultos do romance brasileiro de todos os tempos é *Erico Verissimo* (1905-1975). Uma das mais altas expressões da poesia brasileira da atualidade e o nosso laureado *Mario Quintana*, que faleceu em 5-5-1994, com 87 anos.

A literatura rio-grandense, inaugurada em 1834, com "Poesias oferecidas as Senhoras Rio-Grandenses" de *Delfina Benigna da Cunha* (1791-1857), conta com uma legião de representantes. O livro "Escritores do Rio Grande do Sul", de *Ari Martins*, falecido em 1971, relaciona cerca de 1.700 escritores. Depois disso surgiram mais trezentos aproximadamente. De sorte que somam dois mil.

Tarefa difícil selecionar, dentre os mais fecundos e lidos: *Dionélio Machado* (indicado para candidato ao prêmio Nobel), *Josué Guimarães*, *Moacyr Scliar*, *Carlos Nejar*, *Cyro Martins*, *Walmir Ayala*, *Mansueto Bernardi*, *Zeferino Brasil*, *Leonel Franca*, *Darci Azambuja*, *Carlos Dante de Moraes*, *Ovídio Chaves* (prêmio

da ABL), Mozart Pereira Soares, Moisés Vellinho, Armindo Trevisan, Raimundo Faoro, Dante de Laytano, Luís Fernando Veríssimo, Manoelito de Ornelas, Luíz Fernando de Assis Brasil, Lya Luft, Sérgio Faraco, Sérgio da Costa Franco, Walter Spalding, Ernani Fornari, Apolinário Porto Alegre (1844-1904), Alcy Cheuiche, Aurélio Porto (1879-1945), Athos Damasceno Ferreira, Reinaldo Moura, Carlos Reverbel, Aparício Silva Rillo, Castilhos Goycochea (1891-1969), Lígia Bojunga Nunes, prêmio Nobel Rillo, de Literatura Infantil Internacional...

LEITURA
FREI PACÍFICO DE BELLEVEAUX
Rovílio Costa

Transcorreu dia 2-2-1982 o 25s aniversário da morte de Frei Pacífico de Belleveaux, o capuchinho francês que ilustrou a sociedade rio-grandense com sua cultura e santidade. Em Porto Alegre, o 25º aniversário de seu passamento foi celebrado pela Congregação de Nossa Senhora Aparecida por ele fundada, em colaboração com Madre Clara de Azevedo: Instituto de Deficientes Auditivos, também por ele fundado, hoje com o nome Instituto Frei Pacífico; pela Comunidade dos Freis Capuchinhos e por inúmeros seus discípulos da época como Armando Câmara, Armando Dias de Azevedo, Raul Moreira, Fábio de Barros, Heitor Annes Dias, Raimundo Gonçalves Vianna, Mário Totta, Mansueto Bernardi e outros valores mais próximos de nós como Heitor Cirne Lima, Rui Cirne Lima, Alberto Pasqualini, Álvaro Magalhães e muitos outros que, com seu espírito e penetração filosófica, foram, no dizer de Aldo Obino, "o gérmen do Instituto Católico do Ciências e Letras, e da subsequente Pontifícia Universidade Católica".

Nada melhor, para comunicar a figura de Frei Pacífico de Belleveaux, do que transmitir a mensagem de um de seus mais

fiéis discípulos, o saudoso Dr. Armando Dias do Azevedo, por ocasião do centenário de nascimento de Frei Pacífico. Eis uma parte da referida mensagem:

"Em outubro de 1926, Frei Pacífico foi a alma das comemorações festivas do sétimo centenário da Morte de São Francisco de Assis, o seráfico fundador de sua Ordem, tendo lido o decisivo apoio do saudoso arcebispo Dom João Becker. Foram dias cheios de belas festividades, do 1º a 10 de outubro, homenageando Porto Alegre o Poverelo de Assis e culminando com a majestosa procissão eucarística que desfilou desde o Colégio Bom Conselho até a Catedral Metropolitana.

"Eu já conhecia Frei Pacífico, mas foi na ocasião das celebrações franciscanas que nasceu esta grande amizade com o sábio e santo capuchinho, double de apóstolo e de homem de ação, com o qual colaborei em tal comemoração, tendo sido eu quem pronunciou os discursos de abertura e encerramento, ao passo que as conferências sobre vários aspectos do grande santo estiveram o cargo de Dom João Becker, Mons. Nicolau Marx, escritor Mansueto Bernardi, Dr. Raimundo Vianna, José Ricaldone, Heitor Annes Dias, Mário Totta, Fábio de Barros e Raul Correia. Esses trabalhos e tudo o que então se realizou foram reunidos por Mansueto Bernardi em livro intitulado Conferências Franciscanas, editado pela Livraria do Globo".

Foi por ocasião das Conferências Franciscanas que Frei Pacífico lançou no mesmo grupo de intelectuais a ideia de criar o Instituto Católico de Ciências e Letras, que foi inaugurado em 16-5-1927, tendo como presidente o prof. Heitor Annes Dias e prestigiado por Dom João Becker. "Verdadeira Academia, foi o embrião da futura Universidade Católica", como acentuou o prof. Armando Câmara, por ocasião do áureo jubileu de sacerdócio de Frei Pacífico de Belleveaux. Aos integrantes do Instituto, Frei Pacífico proferiu um seriado de palestras sobre a Teoria do



Conhecimento, semanalmente publicadas pelo Correio do Povo e publicadas em livro com o título "Criteriologia - uma teoria do conhecimento", em 1973, sob a coordenação de Rovilio Costa, e com prefácio de Armando Câmara, para comemorar o primeiro centenário de nascimento do ilustre mestre.

No mesmo ano de 1927, Pacífico, além de perceber a necessidade do preparo filosófico da florescente cidade de Porto Alegre, percebeu, também, suas necessidades espirituais. Para acolher o desejo de uma vida espiritual mais elevada de um grupo de senhoras, quase todas professoras, fundou, no velho casarão da rua Sarmento Leite, a Congregação das Irmãs de Nossa Senhora Aparecida, em colaboração com Irmã Clara de Azevedo. Atentas ao espírito dos fundadores, as mais de cem religiosas e as numerosas vocacionadas estão presentes em vários recantos do Estado e no vizinho Estado de Santa Catarina. No Partenon, onde está a casa-mãe e a casa-geral, as irmãs mantêm o importante Instituto Frei Pacífico para deficientes auditivos e da fala.

Em meio às muitas absorventes atividades, Frei Pacífico era o conselheiro amigo de tantos que o procuravam. Por isto, seus amigos e discípulos lamentaram a sua segunda indicação para Vacaria, em 1929 a 1936, quando organizou a Diocese nascente como Cura da Catedral, passando, depois, a Reitor do Seminário Diocesano de Caxias do Sul.

Fundado o Leprosário Itapoã, o intelectual, filósofo e santo que era Frei Pacífico, sempre empolgado pelo Poverelo de Assis, lá está como 1º Capelão voluntário para servir os irmãos mais necessitados e considerados infelizes pela sociedade que os marginalizava devido a sua moléstia incurável e contagiosa. Frei Pacífico tinha então 66 anos de idade.

Considerados estes e muitos outros méritos seus, como santo e sábio mestre de tantos líderes intelectuais da coletividade rio-grandense, em 1950, a Pontifícia Universidade Católica, por

iniciativa do seu então Reitor, Dr. Armando Pereira da Câmara, lhe conferiu o título de "Doutor Honoris Causa", solenizando, assim, as comemorações do jubileu de ouro sacerdotal do homenageado.

Nesta oportunidade, Prof. Armando Câmara como Reitor Magnífico da Pontifícia Universidade, entre outras palavras, saudava-o como:

"Mestre, Doutor da Cristandade Rio-Grandense - já há muito o proclamaram todos os que sacerdotes e leigos, discípulos dirigidos vossos, fruíram e conheceram a opulência e o brilho de vosso saber, o vigor de vossa celebração filosófica, o influxo transfigurador de vossa ação de asceta e diretor de consciência, enfim, todos os que enriquecesteis espiritualmente".

E continuava o Reitor Magnífico:

"É Frei Pacífico, entre nós, em meio século de magistério e de evangelização, pela palavra falada e escrita, na tribuna, no púlpito e na cátedra, um dos grandes confessores da transcendência e de perenidade dessa cultura cristã, contra cuja existência conspiravam todos os instintos de morte, todos os apetites predatórios de gerações paganizadas, que haviam esquecido o Evangelho das bem-aventuranças do Reino de Deus, que é o mesmo Evangelho da Civilização, o código de paz e progresso sociais".

Aos 84 anos de idade, tombava no campo da luta aquele que tantos reconhecem como a iluminação de suas mentes e que levava consigo para o túmulo o título que, dentre todos lhe era mais caro, de apóstolo dos leprosos, que evangelizou por 18 anos. Frei Pacífico ensaiou sua influência decisiva na intelectualidade sul-rio-grandense e brasileira por ocasião dos setecentos anos da morte de São Francisco de Assis, e hoje, por ocasião dos vinte e cinco anos da morte de Frei Pacífico, a Cristandade está celebrando oitocentos anos do nascimento do Poverelo de Assis,



Pacífico e Francisco serão sempre celebrados juntos porque encamparam os mesmos ideais evangélicos.

34 – CHIMARRÃO

Uma das riquezas naturais que começou a ser explorada intensamente pelos pioneiros do povoamento das regiões do Planalto e das Missões, foi a erva-mate.

O seu uso entre os indígenas, sobretudo tapes e guaranis, vem de tempos imemoráveis. Quando os Jesuítas penetraram no Rio Grande do Sul, o seu uso era generalizado.

A erva-mate (caá) para os índios era como o pão e o vinho, conforme expressão jesuítica. Todas as Reduções tinham os seus ervais. Constituía a base econômica dominante das Reduções, tanto para o consumo interno como para exportação.

Era preparada nos carijós (caá: erva; ári: em cima; iu: amarelo), uma enorme casa encaibrada e ripada, em que se colocavam as folhas dos paus em ser (árvore não-podada). A árvore podada leva o nome de soca.

Os moradores da região dos ervais dividiam seu trabalho entre a lida do campo e a fabricação da erva-mate, que, ainda hoje, continua em grande uso, sendo ainda exportada, uma vez que seu uso, não só na Argentina, Uruguai e Paraguai, vai se estendendo a outros Estados, para onde vão emigrando os sul-rio-grandenses.

Nomes de sedes municipais e distritais atestam a presença da preciosa planta, como Erval Grande, Erval Seco, Chimarrão. Atual vila e arroio do município de Lagoa Vermelha, o nome de Chimarrão provém da existência outrora de um velho índio que

fabricava erva-mate nessa localidade, havendo até hoje dessas velhas plantas de onde o bugre e seu filho Anísio extraíam a erva-mate.

Em 1851, o bando de índios Coroados, chefiados por João Grande, um escravo fugido, assassinou, na zona do Turvo, Lagoa Vermelha, três homens que fabricavam erva mate.

Os fazendeiros dos municípios do Planalto, durante o inverno, embrenhavam-se nas matas da serra para fabricar erva-mate destinada ao consumo na fazenda durante o ano.

Antigamente as plantas de erva-mate eram apenas as nativas, não existindo, como hoje, as cultivadas [46 e 81].

35 - AS GRANDES EPIDEMIAS

No dia 9-11-1855, a cólera-morbus fazia a primeira vítima, em Pelotas, propagando-se sem demora a Jaguarão, Rio Grande e Porto Alegre. Em fevereiro de 1856, o flagelo achava-se extinto, tendo deixado, conforme relatório do Presidente da Província, Barão de Muritiba, mais de 4.000 vítimas, quando a população do RS era de 280 mil almas. Porto Alegre teve então 1.405 óbitos. Em Pelotas houve 446; em Rio Grande, 517; Jaguarão, 329, tendo a Província perdido com a cólera 1/4 de sua população.

Em 1867, o cólera-morbus visitava outra vez a Província, introduzido, ao que parece, por colonos norte-americanos que aportaram em Rio Grande a 22 de Janeiro.

Falando à Assembleia Provincial, o presidente Homem de Melo declarava em 16-9-1867 que houve 271 óbitos de coléricos, sendo 115 em Pelotas, 79 em Jaguarão, 52 em Rio Pardo, 47 em São Leopoldo, 13 em São Jeronimo, 41 em Sapucaia do Sul.

Como aconteceu em 1855, desta vez também o mal atingiu mais duramente a população pobre e os escravos.

No mês de julho de 1888, a varíola grassou na vila de Vacaria, causando enorme mortandade, a ponto de reduzir a metade a população urbana, conforme relata o historiador José Fernandes de Oliveira.

O jovem João Ferreira Borges, tropeiro que transportava gado, contraíra o mal em São Leopoldo. Retornando a Vacaria e ignorando a gravidade da doença, contagiou a família, parentes, amigos e conterrâneos. Pereceu ele, seus pais e irmãos.

Os mortos eram sepultados em vala comum. Acontecia, então, serem sepultadas pessoas ainda com vida. Olivério Camargo, por exemplo, ao cair na vala soltou um gemido.

Reconduzido ao hospital improvisado, restabeleceu-se, vindo a falecer 56 anos mais tarde, em 1944.

A gripe espanhola, assim denominada porque o rei da Espanha foi um dos primeiros atingidos pelo mal, começou a grassar no Estado em outubro de 1918. Agravou-se em novembro e desapareceu em dezembro.

A mortandade foi tão grande, que houve necessidade de destacar 16 presos da Casa de Correção para coveiros.

Oficialmente ocorreram então no Estado 3.971 óbitos, mas é certo que o número de vítimas foi mais elevado, pois no interior nem todos os óbitos foram registrados.

Em Porto Alegre, segundo estatística oficial, morreram de gripe espanhola 1.316 pessoas; em Rio Grande, 343; em Pelotas, 321; em Bagé, 191; em Cruz Alta, 132; em Passo Fundo, 100; Rosário, 99; Santa Maria, 90; Jaguarão, 81; São Gabriel, 72; Livramento, 69; São Leopoldo, 60.

O Rio Grande possuía então quase dois milhões de habitantes. Como se vê, a "espanhola" fez uma porcentagem de vítimas inferior a da mortandade de 1855 e 1867 (V. Sérgio da Costa Franco, *Correio do Povo*).

36 - REVOLUÇÃO FEDERALISTA

O PARTIDO REPUBLICANO

Em 1882, um grupo brilhante de jovens advogados gaúchos, formados pela Faculdade de Direito de São Paulo, fundava o Partido Republicano. Entre eles, destacavam-se Júlio de Castilhos, Assis Brasil, Ramiro Barcelos, Venâncio Aires, Barros Cassal, Ernesto Alves, os irmãos José e Salvador Pinheiro Machado, Lauro Prates, Homero Batista.

A política rio-grandense principiava a agitar-se. De um lado, os republicanos com o jornal "A Federação", dirigido a princípio por Venâncio Aires e depois por Júlio de Castilhos. Do outro lado, os liberais de Silveira Martins, com o jornal "A Reforma".

Quando Deodoro da Fonseca proclamou a República (15-11-1889), Silveira Martins, então Presidente do Rio Grande e íntimo amigo do Imperador, foi preso, ameaçado de fuzilamento e por fim desterrado para a Europa, em cujas capitais aprimorou sua cultura, com estadistas como Gladstone, cientistas como Spencer, intelectuais como Renan e Anatole France.

O CASTILHISMO

Com a proclamação da República, o Rio Grande teve nos primeiros seis meses quatro governadores, que foram renunciando graças a política de Júlio de Castilhos, um jovem advogado e jornalista, 26 anos mais moço que Gaspar Silveira Martins.

Possuía ele a arte de impôr-se, de dirigir e mandar. Jornalista combativo e chefe político intransigente. Mais de uma vez renunciou ao convite para Presidente do Estado.

Após as eleições de 5-5-1891, Castilhos apresentou o projeto da Constituição Política do Rio Grande do Sul, que foi

aprovada quase sem emendas. Embora o projeto fosse elaborado pela tríplice comissão (Castilhos, Assis Brasil e Ramiro Barcelos), corria por inteira responsabilidade do primeiro. No dia da promulgação da Constituição (14-7-1891), os deputados, por unanimidade, elegeram Castilhos como Presidente, o 1º Presidente do Estado.

Pela Constituição, de cunho nitidamente positivista, preconizando a ditadura republicana, o voto não era secreto, podendo ser controlado pelos políticos.

Intransigente em suas ideias, Castilhos foi criando numerosos adversários, mesmo entre os seus maiores amigos do Partido Republicano, como Assis Brasil (seu cunhado), Silva Tavares, Barros Cassal, Demétrio Ribeiro.

Os gasparistas e republicanos dissidentes aguardavam uma oportunidade para derrubá-lo do poder.

Quando Deodoro da Fonseca (3-11-1891) decretou o fechamento do Congresso Federal, Castilhos, oprimido por terrível dilema, demorou em passar ao Generalíssimo Deodoro este telegrama frio e equivoco: "Ordem pública será plenamente mantida".

Este despacho foi interpretado como colaboração com o golpe. Agitações e arruaças surgiam em Viamão, Rio Grande e Bagé. Guarnições do Exército sublevavam-se contra Deodoro.

Por fim, no dia 11 de novembro, muito tardiamente, o Presidente estadual em reunião com os deputados formulou um manifesto opondo-se a dissolução do Congresso Federal. Mas já era tarde demais.

No dia dois de dezembro, depois de agitado comício, uma comissão popular apresentou-se a Júlio de Castilhos no palácio do governo. Ernesto Paiva, leiloeiro, um ex-republicano, usou da

palavra para manifestar ao Presidente que o povo já não depositava confiança em seu governo e que por isso ele estava sendo convidado a deixar a presidência.

Castilhos, depois de ouvir, altivo e sereno, a palavra de Paiva, proferiu um dos seus mais eloquentes discursos, dominado como estava de estranhas emoções, demonstrando indignação e desprezo. Declarou que abandonava o governo junto com a maioria dos deputados.

Ao ser conduzido para o interior do palácio, o orador da comissão popular perguntou-lhe a quem entregava o governo. - "A quem?!..." -bradou Júlio de Castilhos, com rugidos de fera na voz e relâmpagos no olhar - "A quem?!... A ninguém!... A anarquia!..."

E proferindo outro discurso, terminou:"... e tenham a certeza de que para aqui voltarei, pelo voto dos meus amigos, senão reclamado por todos vos".

No recinto da Assembleia, o Gen. Domingos Alves Barreto Leite, que fora apontado para Governador Provisório, proclamou a Junta Governativa, composta do Gen. Rocha Osório, Barros Cassal e Assis Brasil.

Castilhos iniciava agora, com discursos e artigos na "Federação", um dos períodos mais ásperos e gloriosos de sua vida política - conforme diz Sérgio da Costa Franco.

As ferinas catilinárias castilhistas contra o governo provisório, que ele apelidou de "Governicho", e que se prolongou por sete meses, eram deste teor: "De abuso em abuso, de desastre em desastre, chegou a criminosa ditadura ao complemento de sua obra execranda... Parece que o palácio esta convertido em hospício de doidos, cada qual mais alucinado..." (v. Júlio de Castilhos e sua [Época, de Sérgio da Costa Franco).



REVOLUÇÃO FEDERALISTA DE 1893

Em 1892, Silveira Martins regressava da Europa. No dia 31 de março, no Congresso de Bagé, fundava o Partido Federalista, que, entretanto, preconizava a República Unitária e Parlamentar.

O velho tribuno liberal foi então aclamado chefe do partido e João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares) seu candidato ao Governo do Estado.

Visando evitar a guerra civil, que parecia iminente, César Ferreira Pinto, amigo comum de Castilhos e Silveira Martins, promoveu um encontro entre os dois líderes. O encontro não surtiu efeito, porque os dois chefes eram inconciliáveis. O "novo" e o "velho" não se conciliavam.

Castilhos estava disposto a liquidar a liderança política de Gaspar, suas tradições e seus métodos.

O Marechal Floriano enviou um emissário, ao qual Castilhos deu a mesma resposta que dera a Silveira Martins: sua reposição no poder. A seguir ele renunciaria em favor do Vice-Presidente, que convocaria as eleições.

Barreto Leite, sentindo-se sem base política, resignou em 8-6-1892, entregando o poder aos federalistas, na pessoa do Visconde de Pelotas, que governou apenas nove dias.

No dia 17 de junho, explodia a insurreição dos castilhistas. Oficiais da Guarda Civil tomam de surpresa o quartel da Força na Praia de Belas e a Casa de Correção, repondo no poder Júlio de Castilhos, que resignou entregando o mando ao 1º Vice-Presidente, nomeado na hora, o deputado federal Vitorino Monteiro.

O Visconde de Pelotas, sem recursos, transferiu o poder ao General Silva Tavares, em Bagé.

Era a guerra civil. Silveira Martins ainda tentou evitá-la enviando a Silva Tavares o telegrama: "Chefe político aconselho, correligionário peço, rio-grandense suplico - guerra civil não".

Para os castilhistas este apelo visava apenas a assegurar a liberdade para Silveira Martins sair de Porto Alegre, a esta altura



transformada em praça de guerra, sofrendo até um bombardeio da canhoneira "Marajó", que se havia rebelado contra o Governo Estadual, junto com a "Camocim".

A partir de junho, os federalistas começam a emigrar em massa para o Uruguai, Argentina, Santa Catarina e Paraná, tendo a frente Silveira Martins e os irmãos Pinheiro Machado.

Júlio de Castilhos, prestigiado por sua façanha de reconduzir o Estado a legalidade, reassumiu sua cadeira na Câmara. Em viagem de navio, ao escalar Pelotas, o chefe republicano escapou de um atentado contra sua vida.

Sucediam-se assassinatos de líderes republicanos e federalistas. Diz Wenceslau Escobar: "muito mais de cem foram as vítimas em holocausto à restauração da pretendida legalidade".

A 1º de novembro, foi ferido o Cel. Facundo Tavares e assassinados dois de seus filhos. Na manhã seguinte, foi morto por policiais o líder federalista Frederico Hoensel. Quatro dias depois, perto de Cruz Alta, federalistas assassinaram o Cel. Evaristo do Amaral, chefe republicano de Palmeira.

Em 20 de novembro, tinha lugar a eleição, da qual os federalistas se abstiveram, recebendo Júlio de Castilhos 26.377 sufrágios.

O Marechal Floriano, tentando evitar a revolução, enviou o Gen. João Teles para conferenciar com Silva Tavares na divisa Brasil-Uruguai. Tudo em vão.

Em 15 de dezembro, Castilhos retornava a Porto Alegre. Agradecendo a manifestação popular, fez um apelo utópico aos adversários emigrados para que retornassem ao Estado a fim de colaborarem na obra administrativa.

Lá no Uruguai, os federalistas, com o apoio financeiro dos monarquistas de todo o Brasil, adquiriram armas e reuniam corpos de voluntários.

A 25-1-1893, perante os deputados da 2º legislatura republicana, Castilhos era empossado na presidência para o quinquênio de 1893 a 1898.

Em 5-2-1893, Silva Tavares conclamava: "Cidadãos, as armas!"

Na mesma data, a caudilho Gumerindo Saraiva, ex-Delegado de Polícia de Santa Vitória do Palmar, ultrapassava a

fronteira no município de Bagé. De 15 a 22, três mil homens, sob o comando de Joca Tavares, atravessavam a fronteira.

"Estes guerrilheiros - escreve Sérgio da Costa Franco - representavam o que de mais expressivo possuía a região da Campanha, pelo prestígio social, pelos recursos financeiros e pela tradição. Algumas das figuras mais conspícuas da classe rural que lideravam a Província ao tempo do Império, achavam-se engajadas na rebelião".

CAUSAS DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Acerca das causas da guerra civil de 1893, vamos passar outra vez a palavra ao autorizado historiador Sérgio da Costa Franco.

"Vários intérpretes tentaram explicar este acontecimento histórico a luz de uma irreduzível incompatibilidade ideológica entre o grupo federalista, de tendência liberal e parlamentarista, e o grupo dos partidários de Castilhos, presidencialista e autoritário. Nada mais falso. Nas fileiras dos insurretos, militavam numerosos republicanos históricos, alguns deles na corrente de Demétrio Ribeiro, que era ultrapresidencialista. Além do mais, divergências ideológicas podem explicar debates acadêmicos, entrechoques parlamentares ou polêmicas de imprensa, porém nunca uma guerra de caudilhos, muitos deles broncos e primitivos. Naturalmente que, segundo as justificativas da cúpula insurgente e as representações mentais dos lutadores rebeldes, a insurreição era uma luta pela liberdade contra a opressão castilhista, pelos princípios liberais contra o autoritarismo da Constituição de 14 de



julho. Mas seria um primarismo acolher tais conceitos na exegese histórica da guerra civil.

"A rebelião nasceu do ressentimento do grupo gasparista apeado do poder em 1889, a quem Castilhos negou qualquer possibilidade de composição ou transação política, assim como de outras facções, lideradas por Silva Tavares, Barros Cassal e Demétrio Ribeiro, as quais, pelo envolver dos acontecimentos, se foram incompatibilizando com os republicanos ortodoxos. A ascensão dos castilhistas correspondera a modificações na hierarquia local. Boa parte do eleitorado republicano provinha de setores da classe média, que o regime eleitoral do Império privava do exercício do voto, por não alcançar os mínimos de renda previstos em lei. Sendo numericamente débeis em alguns municípios, os castilhistas tinham apelado, no preenchimento de funções públicas, para indivíduos de baixa classificação social, o que afrontava as elites dirigentes locais. Outrossim, a manipulação do voto através de um regime eleitoral que em tudo favorecia ao situacionismo, cortara cerce as possibilidades de vitória dos antigos e prestigiosos caciques municipais do partido gasparista. E o domínio da cúpula administrativa era particularmente importante numa sociedade como a da Fronteira, onde o contrabando, sempre dependente da complacência do governo, era atividade econômica de relevo, ou com a da Serra, onde a aquisição da propriedade fundiária ainda se fazia a base das legitimações de posse, processadas perante órgãos públicos; e decisivos, em todo o Estado, para a sobrevivência da numerosa clientela pobre dos mandões locais, numa estrutura caracterizada pelo subemprego crônico.

"De outro lado, não é exato que a rebelião visasse a restauração da Monarquia, como acreditavam e sustentavam os castilhistas. Segundo escreveu Rui Barbosa na época, a restauração já era um cadáver, para o qual estava morta a glória e estava morto o poder. O ideal monarquista, salvo para saudosistas

empedernidos, não podia encontrar formulação prática e fundamentação racional. E certo que sobrevivia, entre os federalistas, o resquício de um sebastianismo; que se materializava em sistemática oposição as novas instituições e em consequentes manifestações de fidelidade ao Império e ao falecido imperante. Por vezes, durante a insurreição, apareceram combatentes que ostentavam divisas monarquistas, fortalecendo, por esta maneira, a convicção dos legalistas, de que lhes assistia a missão sagrada de salvar a República, alvo das ameaças de uma nova Vendaia.

"Na verdade, a ideia central do pensamento 'maragato' (assim foram apelidados os insurgentes) era o esmagamento do castilhismo, apontado como a encarnação de uma tirania opressiva, cruel e desligada da opinião publica. Castilhos era o objeto principal de seu ódio. Apeá-lo do poder, a finalidade maior da rebelião".

MONSTRUOSA SELVAGERIA

Na Revolução Federalista de 1893, que terminou em 23-8-1895, com mais de dez mil vítimas, praticaram-se - como bem acentua Arthur Ferreira Filho - atos de selvageria inaudita.

"Os instintos maus dos homens -afirma este brilhante historiador- soltaram-se durante essa luta fratricida, e atentados monstruosos macularam os mais nobres sentimentos da humanidade. Os guerreiros de 93 conseguiram igualar, senão sobrepujar, os ferros caudilhos platinos do século XIX. "Ao contrário do que aconteceu na Revolução Farroupilha e, posteriormente, na

de 1923, quando a generosidade era a regra, na de 1893 ela constituiu exceção.

"Por outro lado - prossegue Ferreira Filho - A Revolução Federalista é um dos raros casos de guerra civil que não obedeceu a qualquer motivo de natureza econômica. Os motivos de sua eclosão foram exclusivamente políticos. Ela nasceu de ressentimentos entre homens que, na disputa do poder, no Estado, haviam recebido recíprocos agravos".

Como exemplo dessa monstruosa selvageria, basta citar a matança em massa de cerca 300 prisioneiros republicanos em Rio Negro, Bagé, (28-11-1893) e a degola de cerca 200 prisioneiros federalistas em Boi Preto/ Palmeira das Missões.

A degola funcionou durante toda a revolução e mesmo depois em praticamente todos os municípios da época. Milhares de beligerantes e civis foram decapitados, privando o Estado da patriótica contribuição do inumeráveis valores.

Republicanos e federalistas dispunham de temíveis carrascos, mais cruéis e desumanos que as próprias feras. A ordem de Júlio de Castilhos era truculenta: "Não poupe adversários, castigue nas pessoas e bens, respeitando famílias" - diz num telegrama, enquanto em outro declara "Adversários não se poupa nem se da quartel.

Os prejuízos materiais, com destruição, roubos e saques foram gerais e incalculáveis. Pode-se afirmar que quase todos os fazendeiros perderam seus rebanhos. Para exemplificar, citemos o historiador Francisco Antônio Xavier de Oliveira, falando de Passo Fundo.

"O município - declara o historiador passo-fundense - que antes da revolução tinha uma população de 25.000 habitantes e 150.000 cabeças de gado, em acabando a revolução como que o Passo Fundo antigo desaparecera. Era quase um deserto. Viajava-

se dias inteiros pela campanha vestida de macegão a cobrir o animal de montaria e infestada de legiões de mutucas, formando nuvens que completamente envolviam o viandante. Nos lugares daquelas confortáveis fazendas de outrora, viam-se apenas destroços de uma devastação enorme. Eram taperas de uma tristeza infinita para quem, olhando o passado, recordava-se das vezes que ele chegava a descansar das fadigas da Jornada ou dizer adeus ao amigo fazendeiro".

OS COMBATES

Desde que Gumercindo Saraiva e Joca Soares penetraram pela fronteira uruguaia, Júlio de Castilhos empenhou-se em esmagar a rebelião, lançando mão de todos os recursos do Estado, a fim de armar e mobilizar as forças de repressão.

Nomeou uma equipe de comandantes da Brigada Militar, conferindo-lhes o título de coronel: Joaquim Tomás dos Santos Filho (Cacequi), Cipriano Ferreira (2º Batalhão de Infantaria), Rodrigues Lima (Divisão do Norte), Hipólito Ribeiro (Uruguaiana), Fabrício Pilar (1º Regimento de Cavalaria)...

Quando Silva Tavares em 22-2-1893, ocupou D. Pedrito, defendida pelo 6º Regimento de Cavalaria do Exército, Castilhos solicitou e obteve auxílio do Presidente da República, Marechal Floriano Peixoto.

O Gen. João Teles, comandante do Exército em Bagé, com 1.200 homens, marchou então sobre Livramento, cercada pelos revolucionários desde 20 de fevereiro, conseguindo afastar Prestes Guimarães e Gumercindo Saraiva.

Em 19 de março, o caudilho federalista Marcelino Pina ocupou Alegrete e em 27 derrotou a coluna republicana

comandada pelo Cel. Santos Filho, que foi ferido e preso. Era a primeira grande vitória maragata.

Prestes Guimarães foi a Quaraí receber armamento enviado de Montevidéu por Silveira Martins, chefe civil da revolução. O Gen. Luís Alves Leite de Oliveira Salgado, do Exército, havendo aderido a insurreição, assumiu então o comando do chamado 2º Corpo do Exército Libertador.

A Divisão legalista do Norte, comandada pelos coronéis Salvador Pinheiro Machado, Hipólito Ribeiro, Manuel do Nascimento Vargas, Felipe Neri de Aguiar, Tupi Caldas, Constâncio Rodrigues da Silva e Aparício Mariense, avançando contra a força rebelde, feriu no dia três de maio, as margens do arroio Inhanduí (Alegrete), o mais importante combate da revolução. Eram cerca de 6.000 federalistas contra 4.500 republicanos. A batalha, que durou seis horas, esteve indecisa, saindo, enfim, vitorioso o exército republicano. Ao cair da noite, os revolucionários, por falta de armamento, retiraram-se em direção da fronteira.

Neste confronto, estavam presentes os mais prestigiosos chefes federalistas, a saber: Tavares, Salgado, Gumercindo, Prestes Guimarães, Vasco Alves, Timóteo Paim, Manuel Machado, Juca Tigre, Torquato Severo, Aparício Saraiva, Marcelino Pina e Nogueira da Gama. Embora as forças maragatas tivessem recuado, suas baixas foram moderadas, assim como moderadas foram as republicanas. Na retirada, os rebeldes sofreram outro sangrento revés perto do arroio Upamoroti.

Parecia chegado o fim da revolução. Júlio de Castilhos chegou mesmo a anunciar que ela havia sido "estrangulada". Duro engano. Gumercindo Saraiva, o mais aguerrido e experimentado caudilho da revolução, já agora general, sustentou, com 1.100 homens, a guerra durante o inverno, enquanto outros federalistas aguardavam no Uruguai novo material bélico.

Gumercindo brigou com Salvador Pinheiro Machado, no Passo do Jaguarí, em Lavras (17 de junho), no arroio Piraí (20) e em Serrilhada (23), e com o Cel. Antônio Adolfo Mena Barreto (23).

Em julho, o Almirante Eduardo Wandenkolk, precursor da revolta da Armada na Guanabara, aderindo aos rebeldes, tentou em vão, com o navio mercante "Júpiter", tomar o porto de Rio Grande.

A seguir, após uma tentativa frustrada de ataque a Jaguarão, Gumercindo reuniu-se com a força de Salgado que retornava do Uruguai. Tavares travou alguns combates vitoriosos, seguindo, depois, para o Norte.

Enquanto isso, o coronel legalista Santos Filho recebia ordem de combater a Pedro Jungblut, que havia ocupado Estrela e Lajeado.

Gumercindo passou, sem incidentes, por Cruz Alta e Passo Fundo, acossado por Salvador Pinheiro Machado. Em Caseiros, na saída do Mato Português, a 20 km de Lagoa Vermelha, no dia 18 de outubro, o caudilho maragato manteve combate com o Capitão Chachá Pereira, que tentou embargar-lhe a marcha.

A coluna rebelde, transpondo o Pelotas no Passo de Santa Vitoria, penetrou no dia dois de novembro no Estado de Santa Catarina. Salgado dirigiu-se para Tubarão, e Gumercindo, entrando no Estado do Paraná, impôs severo cerco a Lapa, defendida pelo heroico general Gomes Carneiro, que pereceu combatendo.

Era intenção dos federalistas gaúchos atingir São Paulo e Rio de Janeiro, na tentativa de instaurar o regime federalista no país, secundando a Revolta da Armada (6-9-1893), liderada pelos contra-almirantes Custódio de Melo e Luís Felipe Saldanha da Gama. Entretanto, aceitando a colaboração dos revoltosos da

Marinha, que visava a derrocada do florianismo, os maragatos acabaram prejudicando a própria causa de derrubar Castilhos.

Durante a malograda incursão fora do Estado, Silva Tavares e outros guerrilheiros sustentaram a luta obtendo expressivas vitórias.

No dia 28 de novembro, em Rio Negro (Bagé), Silva Tavares obtém esmagadora vitória, aprisionando cerca de 300 republicanos, que foram degolados.

No dia seguinte, os rebeldes iniciavam o sítio da cidade de Bagé, ao qual as forças legais do General Carlos Maria da Silva Teles, comandante da praça, resistiram heróicamente, até o dia 8 de Janeiro de 1894. A Matriz de São Sebastião, hoje Catedral, ficou com suas paredes externas cravejadas de balas, enquanto o seu interior foi transformado em hospital de sangue, sendo os mortos sepultados junto as paredes laterais do templo.

Com a aproximação das tropas republicanas do Gen. Hipólito Ribeiro e do Gen. João Cesar Sampaio, os rebeldes levantaram o cerco, retirando-se.

Na região do Taquari, os revolucionários do Cel. Pedro Jungblut ocuparam Venâncio Aires (18 de setembro). A seguir, reforçados por José Antônio de Sousa, o temível e sanguinário Palmeira, sustentaram combates com os legais de Santos Filho em Lajeado, no Corvo (27 de novembro) e Costão (1º de dezembro).

Prosseguindo em direção de Alfredo Chaves (hoje Veranópolis), os rebeldes aliaram-se ao carrasco Generoso Brabo, mantendo reecontro com o Cel. Heleodoro de Moraes Branco, em Lagoa Vermelha.

Em 10-2-1894, os federalistas ocuparam Santa Cruz demorando-se depois algum tempo em Encantado. Em Passo

Fundo feriram-se vários sangrentos combates. Em abril de 1893 já haviam os federalistas ocupado Soledade e, em 31 de maio, Passo Fundo. No dia 4 de junho, durante o combate do Boqueirão, os federalistas tiveram 31 mortos e numerosos feridos; os republicanos, três mortos e dez feridos. A seguir, no Campo do Meio, pereceu Frederico Schultz junto com nove federalistas.

Em 20 de novembro, junto ao arroio Teixeira, no campo do Cel. Francisco de Barros Miranda, o Lalau Miranda, Veríssimo da Veiga derrotou a força legalista do Major Felisberto Anes, que morreu no combate, ao lado do Cap. João Crescendo e 32 companheiros. Neste recontro, os federalistas, por falta de outras armas, combateram com cacetes de guamirim.

No dia 20 de dezembro, feriu-se um combate no Passo da Cruz, perdendo os legalistas 25 homens, entre eles o Cap. Francisco Brizola, como também o comandante, Cap. Eleutério dos Santos.

Em 16-1-1894, verificou-se o primeiro combate do Umbu, com quatro horas de duração, ficando ferido o coronel legalista Gervásio Lucas Anes.

No segundo combate do Umbu, no dia 8 de fevereiro, os federalistas, numa ardilosa emboscada, surpreenderam a brigada republicana do Cel. João Gabriel, que vinha de Cruz Alta, destroçando-a por completo. Pereceram mais de cem legalistas, incluindo-se o Cel. José Davi, os tenentes-coronéis Tatim, Francisco Bier, Procópio Gomes e outros oficiais.

Logo depois, no combate do Valinho, Santos Filhos derrotou a força do Cel. Verissimo da Veiga, dispersando os revolucionários.

O Gen. Prestes Guimarães, federalista passo-fundense, retornando da Argentina, concitou seus conterrâneos a sustentar a luta. Em 5 de abril, a Divisão do Norte, que havia perseguido os

rebeldes, retornava ao Estado e ocupava Passo Fundo. O Cel. Firmino de Paula, perseguindo Prestes Guimarães, em direção a Palmeira, surpreendeu no Capão do Boi Preto uma brigada federalista comandada pelo Cel. Ubaldino Machado. Foram então presos e degolados cerca de 200 revolucionários.

Gumercindo Saraiva, alquebrado e quase nu, acossado por Pinheiro Machado, retornava do Paraná, cruzando o Pelotas no dia 31-5-1894, no atual município de Machadinho, onde perdeu sua artilharia. Ele era aguardado em Passo Fundo por Prestes Guimarães.

A coluna federalista de Salgado e Laurentino Pinto, que havia penetrado em Santa Catarina com Gumercindo, embarcou em Laguna em navios da expedição do Almirante Custódio de Melo, tentou desembarcar em Rio Grande, sendo repelida.

Prestes Guimarães, preparando-se para dar combate aos republicanos junto com Gumercindo, mandou fabricar em Soledade centenas de lanças. A sua numerosa força juntou-se um contingente vindo de Alfredo Chaves sob o comando do Cel. Luciano Deuczatti e do Cel. Fidêncio Guedes Ribeiro, herói do Umbu.

No dia 6 de junho, no rio Jacuizinho, perto da fazenda de Ismael de Quadros, ao transpor o arroio Três Passos, defrontaram-se os republicanos do Gen. Rodrigues Lima, Santos Filho e Pinheiro Machado, com os federalistas de Prestes Guimarães, que sofreram histórica derrota, com centenas de mortos de ambas as facções.

No dia 27 de junho, no Rincão dos Melos, no Pulador (Passo Fundo), feriu-se o mais sangrento combate da Revolução. Salatiel Soares de Barros ("Reminiscências") chegou a dizer: "feriu-se a maior batalha entre as forças revolucionárias sob o comando do general Gumercindo Saraiva e a Divisão do Norte, sob o

comando do general Francisco Rodrigues de Lima". Batalha que durou quase todo o dia e na qual pereceram cerca de mil combatentes. Este combate teve seu 50º aniversário solenemente comemorado na cidade de Passo Fundo.

Eram cerca de seis mil combatentes. Os republicanos comandados por Rodrigues Lima, Pinheiro Machado, Tupi Caldas, Santos Filho e Firmino de Paula. Os federalistas por Prestes Guimarães, Gumercindo Saraiva, Aparício Saraiva. Os federalistas, combatendo até com cacete e enfrentando o fogo das metralhadoras, tiveram centenas de mortos e quase mil feridos; ao passo que os legalistas tiveram apenas 88 mortos e uns duzentos feridos. Pereceram muitos oficiais revolucionários, como o Cel. Pereira Pinto, os Majores Jacinto Lacerda e Felipe Pinto. O republicano Rodrigues Lima, ferido, continuou lutando heroicamente. Ficaram ainda feridos os legalistas Firmino de Paula e Manuel do Nascimento Vargas, passo-fundense, pai do Presidente Getúlio Vargas.

Gumercindo seguiu para o Sul, perseguido pela Divisão do Norte. Quando se dispunha para um combate, reforçado pela Brigada Missioneira, com quatro mil homens, em Cavori Santiago do Boqueirão, examinando o terreno para a luta, foi alvejado por uma bala disparada por um soldado moreno, de pontaria, de dentro do mato. Caiu morto no dia 10-8-1894 o heroico caudilho maragato, cujos restos mortais repousam no cemitério de Santa Vitoria do Palmar, sua terra natal.

Sua morte prostrou os federalistas em profundo desânimo, enquanto os republicanos a festejavam como um dos maiores triunfos de toda a revolução. Seu cadáver foi profanado e uma de suas orelhas enviada a Castilhos, o qual, em mensagem a Assembleia dos Representantes no dia 20-9-1894 expressou-se desairosamente nestes termos: "sua memória abominada sintetiza tudo quanto houve de repulsivo e oprobioso na extinta revolução".



A seguir, Aparício Saraiva, companheiro e sobrinho de Gumerindo, depois de enfrentar a resistência da Divisão do Norte, emigrou para a Argentina, enquanto na região da Campanha sustentavam a guerra os coronéis federalistas Davi Martins, Marcelino Pina, Rafael Cabeda e Ulisses Reverbel, sendo, contudo, derrotados no Passo do Sarandi, no dia 20-2-1895, por Hipólito Ribeiro, sofrendo os maragatos baixas de cerca 200 mortos e 150 prisioneiros.

O Almirante Saldanha da Gama, depois de se entender com Silveira Martins, no Uruguai, penetrava no Estado a frente de quatro corpos com um efetivo total de 3.000 homens.

No dia 24-6-1895, no Campo dos Osórios, feriu-se o último combate da revolução, quando pereceu o Almirante Saldanha da Gama, uma das glórias da Marinha Nacional, que se imortalizara ao lado de Barroso e Tamandaré na Guerra do Paraguai.

Encontravam-se então em andamento as tratativas de paz, preocupação do Dr. Prudente de Moraes, que fora empossado na Presidência da República em 15-11-1894.

O Gen. Inocêncio Galvão de Queiros, novo comandante do Distrito Militar, e o Gen. Silva Tavares enfrentaram dificuldades para a assinatura da paz, dada a oposição de Castilhos em reformar a Constituição de 14 de julho, uma das exigências dos revolucionários.

Por fim, no dia 23-8-1895, em Pelotas, era assinado o tratado de paz, saindo-se vitorioso Júlio de Castilhos que acabava de impor-se a poderosos inimigos, numa solene afirmação de suas qualidades de notável estadista.

Entretanto, o ódio entre os "pica-paus" (castilhistas) e "maragatos" continuara dividindo o povo rio-grandense, durante trinta anos, até explodir outra vez na insurreição de 1923.

37 - BRIGADA MILITAR

"Milícia ou Polícia Militar - diz o deputado federal Monsenhor Ar da Câmara, autor da Lei 192, conhecida como 'Lei Arruda Câmara' - é uma classe nascida com o Brasil, como cristalizando a alma nacional desde os seus primeiros albos, e que na liga continuada, árdua e grandiosa de servir o povo, servindo as instituições e ideologias patricias, teve a primazia de abrir caminho para o Exército Nacional, por havê-lo antecedido entre nós".

Com Silva Pais, que dava inicio a vida oficial sul-riograndense vieram 37 Dragões, núcleo inicial do Regimento de Dragões de Rio Pardo| que constitui a origem mais remota da Brigada Militar. A seguir vieram as Companhias de Milícias, Companhia de Guardas Municipais Permanentes (1831). Nesse mesmo ano foi criada a Guarda Nacional, que determinava a extinção das Milícias e Ordenanças. Durante a Revolução Farroupilha, os republicanos criaram a Força Policial do Estado.

Em 18-11-1837, o presidente da Província Antônio Elzeário de Miranda e Brito criava o Corpo Policial, com um efetivo de 19 oficiais e 344 praças, sendo efetivamente organizado em 18-5-1841. O Corpo Policial cedeu lugar, sucessivamente, a Força Policial, Guarda Cívica e, por fim, Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 15-10-1892, o Dr. Fernando Abbot, presidente interino, extinguiu a Guarda Cívica, criando a Brigada Militar, composta de Estado-Maior, três corpos, sendo dois batalhões de infantaria e um regimento do cavalaria, e mais três corpos de reserva.

Em 28-3-1892, o vice-presidente Dr. João de Barros Cassal decretou a reorganização da Guarda Cívica, que retomou o

nome de Corpo Policial, sob o comando do tenente-coronel Antônio Carlos Chachá Pereira. No dia 27 de abril desse ano, verificou-se grave incidente provocado por um artigo do jornal *Kozeritz Zeitung*, que atacou a polícia desmoralizando-a.

Em 9-6-1892, o Visconde de Pelotas criava a Brigada Policial, que não chegou a ser organizada, pela efemeridade da junta governativa, voltando a denominar-se Guarda Cívica por Júlio de Castilhos, que retornava ao poder.

No dia 24-6-1892, a canhoneira *Marajó*, comandada pelo Capitão-Tenente Cândido dos Santos Lara, bombardeou a cidade de Porto Alegre, em represália pela destituição de próceres de uma facção do governo castilhista. A Guarda Cívica tomou então posições contra a flotilha naval rebelada.

Em 15-10-1892, foi extinta a Guarda Cívica, dando lugar a criação da Brigada Militar.

Durante a Revolução Federalista de 1893 e a de 1923, a Brigada Militar prestou grandes serviços em favor da legalidade, tendo perecido em combate elevado número de oficiais e soldados, conforme se lê ao longo destas páginas.

O 1º Comandante da BM foi o Marechal do Exército Joaquim Pantaleão Téles de Queirós (1854-1926), que se manteve no cargo durante três anos, sete meses e 15 dias, de 1892 a 1896, sendo demitido por Júlio de Castilhos por ato de rebeldia contra o governo do Estado. Foi substituído interinamente pelo Gen. Salvador Pinheiro Machado, até 14-1-1897, e pelo tenente-coronel Jerônimo Fernandes de Oliveira, veterano da Guerra do Paraguai, natural de Passo Fundo.

De 11-2-1897 a 15-2-1909, foi comandante geral o Marechal do Exército José Carlos Pinto Júnior, natural de Alegrete (1853-1935). Deixou o cargo para comandar as fortalezas de Santa Cruz e São João. Foi substituído interinamente pelo Coronel

Afonso Emílio Massot, natural de Pelotas (1865-1925), que é o Patrono da Brigada Militar.

De 15-3-1909 a 30-3-1915, foi comandante o General do Exército Cipriano da Costa Ferreira, natural de Santana do Livramento (1861-1933), tendo sido deputado estadual. Interinamente reassumiu o Cel. Alonso Emilio Massot, que de 18-5-1917 a 21-10-1925 foi o comandante efetivo.

De 22-10-1925 a 15-7-1932, foi comandante o coronel Claudino Nunes Pereira (1872-1945), natural de São Luís Gonzaga, tendo sido intendente de Uruguaiana e Jaguarão. Interinamente assumiu o comando o Gen. do Exército João de Deus Canabarro Cunha (1882-1954), natural de Taquari, que de 6-10-1932 a 10-10-1937 foi comandante. Seguiram-se interinamente: Cel. Orestes Carneiro da Fontoura e Cel. Ângelo de Melo.

Em 18-11-1937 (1º centenário da Milícia), assumia o comando o cel. Agenor Barcelos Feio (1896-1969), natural de São Jerônimo; comandou a HM durante 11 meses e exerceu o cargo de Secretário da Segurança do Estado do Rio de Janeiro.

De 17-11-1830 a 16-12-1944, foi comandante o Cel. Ângelo de Melo, seguido interinamente pelo Cel. Justino Marques de Oliveira, que em 6-11-1945 assumia o comando até 26-3-1947. Nasceu em S. Luís Gonzaga em 1890. De 26-3-1947 a 7-12-1950, comandou a Força o Cel. Walter Peracchi Barcelos, que foi deputado estadual e federal, Secretário de Estado de Interior e Justiça, Ministro do Trabalho, Governador do RS e diretor do Banco do Brasil.

Seguiram-se Cel. Ângelo Euphrasio Correa, interinamente; Cel. Germano de Abreu (1950-1951); Cel. Venâncio Baptista (de 1951 a 1955); Cel., Ildefonso Pereira de Albuquerque (de 1955-1959); Cel. João Carvalho Carpes (1959, durante dez meses e 22 dias); Cel. Brasilino Rodrigues da Silva, interino; Cel. Diomário

Moojen (de 1960 a 1963); Cel. Otávio Frota (1963 a 1967); Cel. Raul de Oliveira (em 1964); Cel. Nabuco Rodrigues Martins (de 1967 a 1968); Cel. Iriovaldo Maciel de Vargas (de 1968 a 1971); Cel. Clóvis Antônio Soares (de 1971 a 1974); Cel. Jesus Linares Guimarães (1975 a 1978); Cel. Milton Weyrich (1979 a 1982); e Cel. Antônio Codorniz de Oliveira Filho (1982). (Fonte principal: Crônica da Brigada Militar Gaúcha, de Hélio Moro Mariante).

38 - REVOLUÇÃO DE 1923

ANTECEDENTES

Finda a Revolução Federalista, Júlio de Castilhos governou o Estado durante dois anos. Como bom Administrador, ocupou-se sobretudo na restauração das finanças, conseguindo reduzir a dívida pública de 7.855 contos de reis para 4.502 em 31-1-1897, quando o saldo em caixa do Tesouro do Estado alcançava 3.535 contos de réis.

Destacou-se na organização da Justiça Civil, decretação de impostos, realização de obras públicas (linhas telegráficas, navegação fluvial e lacustre), regulamentação de Rendas e Coletorias, reorganização da Secretaria de Obras Públicas, colonização em pequenas propriedades (em visita a Caxias, cognominou-a de "Pérola das Colônias"), criação dos serviços de Higiene do Estado, regulamentação do exercício da Medicina sem diplomação, promulgação do Código de Organização Judiciária, garantias a magistratura assegurando-lhe independência ante o Poder Executivo estadual, abolição do Júri, criação da Assistência Judiciária, serviços policiais (administrativos aos municípios e judiciários ao Estado), abolição do inquérito policial, regulamentação do Tesouro do Estado, ampliação do Hospício São Pedro e da Casa de Córrego, promulgação da lei eleitoral do voto a descoberto, reorganização da instrução primária com introdução do "colégio distrital, criação de comissões de terras públicas e colonização e anteprojeto da Lei de Terras Públicas, conforme regulamento de Pereira Parobé.

Politicamente, em relação ao governo federal, Castilhos opunha-se ao Dr. Prudente de Moraes. O senador Pinheiro Machado, que era o embaixador do castilhismo no Rio de Janeiro, ficou detido 33 dias, sob suspeita de cumplicidade no atentado

contra o Presidente da República por Marcelino Bispo. O nome de Castilhos foi mais de uma vez sugerido para candidato oposicionista a Presidência da República.

Candidatos naturais a sucessão de Castilhos eram Ramiro Barcelos e Pinheiro Machado; mas ele preferiu o Dr. Borges de Medeiros, de caráter maleável, 34 anos, constituinte de 1891, jurista de mérito, ex-chefe de 1º polícia, membro do Superior Tribunal do Estado. Ramiro Barcelos mais tarde, em 1915, em sua admirável sátira "Antônio Chimango", refere-se a docilidade de Borges, pondo na boca de Castilhos: "Mas eu procuro um mansinho, que não levante o focinho quando eu for meter-lhe o freio". Até que viveu, Castilhos liderou a condução dos negócios políticos do Estado, conforme bem afirmou o historiador Sergio da Costa Franco.

Vítima de câncer laríngeo e traqueotomia, Castilhos veio a falecer em consequência da anestesia contra-indicada que os médicos lhe aplicaram na mesa operatória, no dia 24-10-1903, contando ele apenas 43 anos.

Seu nome e a histórica data de 14 de Julho passaram a designar ruas, praças, escolas, clubes, em praticamente todos os municípios rio-grandenses. Entretanto, pouca gente conhece hoje a origem do nome de 14 de Julho dado a tantas de nossas vias públicas.

Moises Vellinho, prefaciando o livro de Sergio da Costa Franco "Júlio de Castilhos e sua Época", lembra com veemência o esquecimento que recaiu sobre o eminente político rio-grandense e sua obra:

"Morto em 1903, no viço dos 43 anos, ninguém ousaria dizer que a poderosa figura de Castilhos se tenha desvanecido dentre os vivos a partir daquela data, que já nos parece tão remota,



tantos foram, e tão desencontrados, os acontecimentos que dela nos distanciam.

"Segundo um critério formal - continua Vellinho -, a obra do chefe republicano pereceu politicamente em 1923, esvaziada pelo Pacto de Pedras Altas. Até então Castilhos continuava sobrevivendo através do rijo sistema de ideias e normas institucionais que implantara no Estado. Era como se ele possuísse ainda a saúde e a força dos vivos. O corpo do Patriarca se desmanchava sob a suntuosa campa do seu mausoléu, mas ninguém ousava arrebatá-lo o comando invisível do Partido. Embora morto, parecia que continuava a frente de seus partidários, ainda respeitado e temido.

"Homem de convicções implacável" - são ainda palavras de Moises Vellinho -, duro nos seus métodos de ação, intolerante, em 1893 Castilhos esmagara os adversários, com as armas próprias e com as que a União lhe dera"... mais de onze mil 'maragatos' haviam sido sacrificados, sem contar os que se exilaram, a bem de continuar vivendo.

"Menos de trinta anos depois, em 1923, já o sistema que Castilhos impusera com o vigor e a violência de sua fé política, não pudera resistir a erosão do tempo nem ao malho impenitente dos adversários. E sucumbiu..."

Entretanto, prossegue a brilhante pena de Vellinho:"... não se desvaneceu ainda a iminência polêmica de sua discutida e poderosa personalidade. Além de tudo, não é possível desconhecer que ele imprimiu a nossa realidade política e administrativa o vinco profundo de seu caráter, Austero, um tanto ascético, intransigente, as vezes truculento, sua conduta pública e privada gerou, ao lado de efeitos negativos, hábitos salutarres, como o sagrado respeito ao patrimônio público, o desapego pessoal, uma atmosfera intensa a formação de oligarquias ou clãs familiares. Tudo, desde a contração partidária até as

arbitrariedades, devia ter uma só direção: o fortalecimento e hegemonia do Partido".

Tendo como Secretário o Dr. João Abbott (Interior e Justiça), Dr. Josi Martins Costa (Fazenda) e Eng. João José Pereira Parobé (Obras Públicas), Borges de Medeiros, de 1898 a 1908, realizou obras, entre as quais: fundação da Faculdade de Medicina (1898), sob a direção do Dr. Protásio Alves; instalação da Faculdade Livre de Direito sendo diretor o Dr. Carlos Tompson Flores; Código do Processo Penal, Civil e Comercial; Exposição Estadual (1919).

Em 1906, a visita do Presidente da República, Dr. Afonso Pena, restabeleceu a cordialidade da política do Estado com o governo Federal/ abalada no tempo do Dr. Prudente de Moraes.

Em 1907, Carlos Barbosa Goncalves, do Partido Republicano, vencendo o Dr. Fernando Abbott, da facção Federalista, foi eleito Presidente, sendo empossado em 25-1-1908, tendo como Secretários: Dr. Protásio Alves (Interior e Justiça), Álvaro Batista (Fazenda) e Candido Godói (Obras Públicas); Vice-Presidente Dr. Juvenal Muller.

Principais realizações de Carlos Barbosa: Palácio Piratini, trechos de ferrovias e rodovias, Instituto de Belas Artes, Faculdade de Direito de Pelotas, conquista definitiva do domínio da Lagoa Mirim pelo Barão de Rio Branco.

Em 25-1-1913, tomava posse Borges de Medeiros, mantendo-se no governo até 1928, sucessivamente reeleito, tendo na vice-presidência o Gen. Salvador Pinheiro Machado, seguido do Dr. Protásio Alves; Secretários: Protásio Alves (Interior e Justiça), Otavio Rocha e Marinho Chaves (Fazenda), Pereira Parobé, Ildefonso Pinto, Sergio de Oliveira e Augusto Pestana (Obras Públicas).

Realizações desse período governamental: Cais da Capital, instalação das oficinas da viação férrea de Santa Maria, construção de numerosos prédios escolares, Hospital São Pedro, Arquivo Público, Colégio Júlio de Castilhos, Biblioteca Pública, Quartel-General da Brigada Militar, Palácios da Fazenda e Obras Públicas, armazéns do porto, marco divisório de Aceguá (1915). Durante a Guerra do Contestado (1912-1915) em Santa Catarina, o governo destacou para Vacaria um grupo de unidades da Brigada Militar a fim de vigiar a fronteira.

No pleito senatorial de 2-8-1915, o Marechal Hermes da Fonseca, ex-presidente da República, derrotou Ramiro Barcelos, que se desforrou escrevendo o poemeto "Antônio Chimango", obra-prima da poesia regionalista.

Quando Salvador Pinheiro Machado governava interinamente o Estado, por enfermidade de Borges de Medeiros, foi assassinado no Rio o Senador José Gomes Pinheiro Machado (8-9-1915).

Em 25-11-1917, Borges de Medeiros foi reeleito, sendo candidato único, e governou em paz.

No pleito presidencial de 1922, o Partido Republicano Rio-Grandense apoiou Nilo Peçanha, enquanto os Federalistas e Republicanos dissidentes votaram em Artur Bernardes.

Acusado de vencer as eleições com fraude, Bernardes sofreu a reação de vários movimentos hostis, como a revolta do Forte de Copacabana (5-7-1922), na qual pereceram ou ficaram feridos os 18 participantes, entre eles Eduardo Gomes e Siqueira Campos.

O novo Presidente vingou-se dos governos estaduais que o combateram (Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) substituindo a todos menos ao Dr. Borges de Medeiros, que esperava derrotar nas próximas eleições.

CAUSAS

As causas remotas da Revolução de 1923 remontam a Revolução Federalista de 1893, vinculando-se ao choque ideológico dos dois grandes partidos políticos - o gasparista e o castilhistas-, por persistir a inconformidade com o regime instituído pela Carta de 14-7-1891, a qual permitia reeleições ilimitadas do Presidente, impondo outras normas antipáticas (o Presidente devia ser rio-grandense nato, a apuração das eleições era de exclusiva competência da Assembleia dos Representantes, a reforma da Constituição cabia ao Presidente, e mais 13 artigos com dogmas positivistas absurdos).

O Dr. Borges de Medeiros, candidato pela quarta vez ao governo do Estado, apesar de sua moral ilibada, "estava com seu prestígio bastante desgastado, após 20 anos de governo obscuro e ineficiente. Dir-se-ia que sua preocupação obsessiva era a economia, no sentido de poupar ou não gastar, para atingir sempre saldos orçamentários. Assim, chegava o Estado ao ridículo de não possuir uma carruagem ou automóvel condigno e necessitar alugar a que teve de serviço o primeiro embaixador que visitou o Rio Grande. Em compensação, não se construíam estradas de rodagem, nem para ligar Porto Alegre a São Leopoldo ou Viamão, como não se permitia a construção de uma usina hidrelétrica que o Engenheiro Rodolfo Ahrons pleiteou implantar no salto grande do Jacuí, sem dispêndio de um centil pelo Estado, para comemorar o centenário da Independência do Brasil.

No Palácio, era apenas um burocrata que despachava, ao longo do dia, um papelório infinito porque centralizava toda a administração em suas mãos, invadindo ainda a esfera das gestões municipais, pois, segundo voz corrente, em nenhuma



Intendência, nomeação alguma se fazia, por humilde que fosse o posto, sem a previa aprovação do Presidente. Seu governo era assim "o império da concentração e do marasmo na inércia" (Mem de Sá, Correio do Povo, 2-12-1973).

"Politicamente - prossegue o ex-senador e ex-ministro da Justiça Mem de Sa - a fase das perseguições cruéis fora abrandada, mas dera lugar k montagem de uma maquina partidária monolítica, onipresente e onipotente manobrada por meia dúzia de figuras secundárias, incondicionais na subserviência ao chefe. E, se as cenas de sangue haviam deixado de ser comuns, isto não significava que a pressão e a opressão fiscais e policiais sobre o eleitorado - sobretudo então o das regiões coloniais houvesse tido fim. Mesmo em Porto Alegre, em plena Rua da Praia, eram frequentes as invasões dos piquetes da Brigada Militar, em Cafés e Casas de Chá, pai espaldeirar os linguarudos. O assassinio do acadêmico Jovino Chaves, numa delas, comoveu e revoltou a cidade inteira..."

A nova reeleição de Borges de Medeiros "levantou uma onda imensa de protestos e repúdios". Era preciso reagir, apresentando um grande nome para concorrer as eleições, a fim de impedir que o candidato Republicano obtivesse o sufrágio de 3/4 partes do eleitorado, de acordo com a Constituição.

"Este nome não podia ser senão de Joaquim Francisco de Assis Brasil pois ninguém apresentava as credenciais de que ele dispunha: republicano histórico, cunhado de Castilhos, deputado, constituinte, Embaixador em Portugal, Ministro Extraordinário na Argentina e nos Estados Unidos; escritor e pensador de excepcional cultura..."

Convidado, Assis Brasil exigiu apenas que "um numeroso grupo de homens de prestígio lhe dirigisse apelo público, a fim de justificar sua decisão". Fácil se fez atender a exigência e, pouco depois, o "Correio do Povo" divulgava um manifesto, da lavra de

Raul Pilla, subscrito por mais de uma centena de homens de prol, conclamando o insigne varão a luta. A resposta de Assis Brasil ficou histórica: - "Vamos a ação, contaí comigo, que eu, quando pego à rabiça do arado vou até ao fim do rego". E saiu, cercado de jovens, de maragatos e pica-paus dissidentes, saiu por todos os recantos de um Estado sem estradas e sem hotéis, alevantando entusiasmos e arregimentando o eleitorado; o tempo era escasso e a fibra do candidato inamolgável.

Finalmente chegou o dia da eleição, e nunca, jamais, a fraude campeou tão desbragadamente, pois, como se sabe, não exigindo a lei qualquer prova de identidade nos títulos, todos podiam votar. Podiam e votavam, uma e dez vezes, em mesas eleitorais diferentes, em municípios diferentes, em municípios próximos. Os mortos, quisessem ou não, votavam também, engordando as urnas.

Além das fraudes e por causa delas, incontáveis foram os protestos e incidentes registrados nas mesas eleitorais. O mais grave verificou-se em Alegrete, durante a votação, na Intendência Municipal, quando cerca de 200 eleitores aguardavam o momento de votar "Compareceu para votar um eleitor que já ha via votado varias vezes com títulos de eleitores mortos ou ausentes - conforme narração de Heitor Galant. - Diz-se que nesse instante o Dr. Gaspar Saldanha, deputado estadual da oposição, protestou... Formou-se grande tumulto dentro da sala. Com intenção de evitar o conflito, o Coronel Vasco Alves Pereira, confiando em sua autoridade, subiu numa cadeira e abrindo os braços, pediu calma". Recebeu um tiro. Caindo, outro tiro, na altura do queixo, o matou. Houve muitos disparos, morrendo ainda o subintendente Marcírio Rodrigues e o preto maragato João Pombo, ficando feridos: Dr. Juvenal Saldanha, Oscar Sousa e Mário Alves Pereira, filho do Coronel Vasco Alves.

Para a apuração dos votos, organizou-se uma comissão, "constituída, exclusivamente, por deputados republicanos, destituídos da menor dose de isenção", segundo palavras de Mem de Sá. "O presidente dessa comissão foi o Dr. Getúlio Vargas, diretor da política de São Borja e recentemente eleito deputado federal, por obra e graça do Sr. Borges de Medeiros". Os outros dois membros da comissão eram Ariosto Pinto e Vasconcelos Pinto.

"Nenhum deputado opositor teve acesso ou vista sequer a sala em que se produziam os sortilégios. E os próprios procuradores do Dr. Assis Brasil foram despedidos da porta..." Visto como Borges de Medeiros não obtivera votos suficientes para se eleger, "os membros da comissão afugentaram os derradeiros escrúpulos e não pararam de anular todas as Urnas necessárias para atingir a meta imperativa das três quartas partes do eleitorado, em favor da reeleição. Conseguiu, assim, o parecer concluir que o sr. Borges de Medeiros obtivera 106.319 votos contra apenas 32.217 alcançados por Assis Brasil... Borges ganhara a eleição por 2.422 votos, que eram imprescindíveis..."

No prazo de cinco dias, os procuradores de Assis Brasil apresentaram a contestação, demonstrando o expurgo capcioso das mesas eleitorais favoráveis aos opositoristas. Exibiram a cronologia apurada nas eleições em Porto Alegre, provando que, em certos distritos, como no 1º, votaram 1.832 eleitores em 1.230 minutos, isto é, cada eleitor levava menos de um minuto para votar.

Assim, no dia 24 de Janeiro, o documento da comissão era aprovado pela Assembleia, apenas com três votos contrários, porque Artur Caetano da Silva já havia viajado para Passo Fundo, a fim de iniciar a revolução.

Cassiano Ricardo, em seu livro de memórias *Viagem no Tempo e no Espago*, refere-se a anulação da urna da mesa de Antônio Prado da qual ele fora fiscal: "Pois aí (Antônio Prado), num

reduto pica-pau, onde Borges nunca perdera uma só eleição, a vitória de Assis Brasil foi algo de espetacular, inédito. Pormenor curioso: o relator da eleição, na Assembleia do Estado, teve que propor a anulação dos votos dados a Assis Brasil, a fim de que não atingissem o terço que impediria a reeleição de Borges, e entre os núcleos da apuração estava justamente o de Antônio Prado, sob o pretexto de ter sido iniciada a eleição depois da hora determinada por lei" (p. 21).

Arthur Ferreira Filho, em sua "Revolução de 1923", p. 45, relata que o deputado João Neves da Fontoura, antes de conhecido o resultado do pleito, propôs ao Coronel Firmino Paim Filho, estando presentes os Drs. Baltazar de Bern, Nicolau Vergueiro e Manuel Duarte, que se procedesse a nova eleição, porque Borges de Medeiros não alcançaria de fato o "quorum" exigido para a sua reeleição, para evitar a guerra civil e a conseqüente intervenção federal contra o Governo do Estado. Paim Filho opôs-se energicamente afirmando que não se evitaria "coisa alguma, porque já estou entendido com varias guarnições do Exército para fazer a revolução contra Bernardes".

A REVOLUÇÃO

No dia 24-1-1923, véspera da posse de Borges de Medeiros, o deputado Artur Caetano da Silva e o general João Rodrigues Mena Barreto, em Carazinho (cuja emancipação os republicanos acabavam de impedir e agora os federalistas emancipavam por conta, dando-lhe o nome de Assisópolis), enviaram telegrama ao Presidente Artur Bernardes, declarando, entre outras coisas: "Sobre Passo Fundo caíram as cóleras da ditadura, porque Passo Fundo foi o baluarte do bernardismo no Rio Grande do Sul. Não correrá mais sangue se o ditador renunciar

incontinenti ao seu falso mandato". Caso Borges não renunciasse, o telegrama solicitava a intervenção federal, coisa que o Dr. Assis Brasil também fez, em vão, e também Batista Lusardo. Artur Bernardes manteve-se neutro, acatou a proclamação da reeleição estadual e não remeteu material bélico aos revolucionários, embora não impedisse que se organizasse a "Junta Governativa Revolucionária", no Rio de Janeiro, presidida pelo general Antônio Adolfo da Fontoura Mena Barreto, Ministro da Guerra do Marechal Hermes da Fonseca, como também não se opunha que alguns membros do Governo Federal dessem demonstrações de simpatia pela Revolução Assista, como o Vice-Presidente Estácio Coimbra, o general Setembrino de Carvalho, Ministro da Guerra e o Almirante Alexandrino de Alencar, Ministro da Marinha, que compareceram a uma festa realizada no Clube dos Diários, em benefício dos rebeldes feridos em combate.

No dia seguinte, 25 de Janeiro, cerca de mil homens do interior do município de Passo Fundo, sob o comando de João de Sousa Ramos (Jango do Padre), Quim Cesar e Fernando Goelzer sitiaram a vila, guarnecida por menos de 500 homens do Intendente Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro, sob o comando do major João Candido Machado.

Passados oito dias de cerco, Artur Caetano da Silva declarou-se decepcionado acerca da solicitada intervenção federal. Mena Barreto, Pedro Lopes de Oliveira (Lolico), Salustiano de Pádua, Romão Fagundes e outros do comando revolucionário decidiram então pela guerra de recursos ou guerrilhas. O Cel. Felipe Neri Portinho, veterano de 1893, que aderira ao convite dos libertadores de Passo Fundo, foi a São Paulo e Rio de Janeiro, junto com Salustiano de Pádua, a fim de comprar material bélico. Os sitiantes retiraram-se para o Norte do Estado, permitindo que Firmino de Paula, no dia 31 de Janeiro, ocupasse a cidade sem resistência.

E foi assim que Passo Fundo colocou o Rio Grande em pé de guerra. Em toda a parte, formavam-se grupos de voluntários, sob o comando de caudilhos e caudilhetes. Em fevereiro, a frente de 800 homens, Leonel Rocha fazia um levante em Palmeira das Missões, o maior município rio-grandense de então, que limitava com a Argentina e Santa Catarina, cujo presidente, Hercílio Luz, favorecia abertamente os revolucionários.

Formaram-se logo várias colunas rebeldes: na região do Caverá e município de Rosário, a de Honório Lemes, tendo como principal auxiliar o Dr. Batista Lusardo, um dos articuladores da revolução. No Nordeste, a coluna do general Felipe Portinho. No Sul, a coluna de José Antônio Neto (Zeca Neto). No Centro Sul, a coluna de Estácio Azambuja. Outros chefes (coronéis) de pequenas forças atuavam isoladamente, como Belisário Batista em Caxias do Sul. O chefe de toda a Revolução, Dr. Assis Brasil, assim como ocorreu com Silveira Martins na de 1893, mantinha-se fora do Estado, na cidade uruguaia de Melo, São Paulo e Rio de Janeiro.

Os comandantes republicanos eram: Cel. Firmino de Paula (1ª Brigada Provisória), Gen. Flores da Cunha (2ª Brigada), Cel. Juvêncio de Lemos (3ª Brigada), Gen. Firmino Paim Filho (4ª Brigada) e Gen. Cláudio Nunes Pereira (5ª Brigada Provisória). As Brigadas Provisórias eram compostas de cinco e sete Corpos com um efetivo normal de 321 homens, perfazendo um total de 1.500 a 2.000 combatentes, cada uma. Seus comandos eram oficiais da Brigada Militar, da ativa ou reformados, oficiais da Guarda Nacional, alguns oficiais reformados do Exército e civis comissionados. Disponham de fuzis Mauser e Belgas, como também de fuzis-metralhadoras. Os combatentes voluntários eram da zona pastoril, sendo alguns das cidades e poucos das colônias.

COMBATES

Durante os nove meses de duração da Revolução de 1923, travaram-se 21 combates de dia inteiro de lutas e diariamente encontros de duas e três horas. Foram sacrificadas mais de mil vidas. Enormes foram os prejuízos para a economia gaúcha, sobretudo para a pecuária, ficando os campos despovoados.

Contrariamente ao que aconteceu na Revolução de 1893, poucos foram os casos de degola, que, em geral, ocorria a revelia dos comandos das operações bélicas. No combate da Encruzilhada (20-9-1923 em Lagoa Vermelha), sem que o general Portinho ficasse sabendo, foram degolados 35 legalistas, conforme declaração ao autor deste livro por Mauricio Alves Hoffmann, que sepultou os mortos. O carrasco maragato que mais degolava era o Pais Lemes, estimulado por Manuel Fabricio Vieira.

O Gen. Flores da Cunha, a quem Borges de Medeiros recomendou que fosse benigno com os vencidos, deixou escrito que não perdeu o respeito pelos vencidos, nem mesmo no combate da ponte de Ibirapuitã, quando morreu seu irmão e ele mesmo ficou ferido.

Entretanto, conforme se lê no livro Dias de Guerra e de Amor de Pacheco de Resende, p. 60-66, Flores da Cunha, que era de temperamento impulsivo, naquela oportunidade não se conteve e ordenou a degola. Diz o texto: "Flores da Cunha, então, furioso, berra aos seus oficiais: - Avancem, miseráveis, covardes, canalhas! Meu irmão esta morto e eu estou ferido... e vocês fogem, bandidos! Avancem e degolem todos os que pegarem!" E dirigindo-se a um dos seus ajudantes de ordem, intimou: - "Vá a retaguarda e diga que degolem todos os prisioneiros!"

Os castelhanos de Nepomuceno, ao receberem de Flores da Cunha ordem de degolar, rápidos, alegres, arrancaram os facões e em poucos minutos tinham cortado a cabeça de mais de

uma centena de infelizes inocentes, que nada tinham que ver com a Revolução e que haviam sido "cagados" quando fugiam, amedrontados, das balas de ambos os lados. Terminado o combate, por ordem de Flores da Cunha, os degolados foram colocados em três grandes carroças, parados, atados uns nos outros e passeados pelas ruas da cidade, numa ostentação ruidosa de troféus, entre vivas aos srs. Borges de Medeiros e Flores da Cunha!...

"A gentalha de Flores da Cunha - prossegue Pacheco de Resende - pôde então passar a ponte e alcançar as trincheiras, onde degolou os feridos ali encontrados e, obedecendo ordens do seu chefe, atou os cadáveres dos oficiais libertadores mortos (os irmãos Timbaúva) a cincha de seus cavalos, repassou a ponte e voltou a cidade arrastando pelo pedregal das ruas os cadáveres dos heróis". No combate de Ponche Verde, a degola coube aos libertadores contra os castelhanos de Nepomuceno Saraiva.

Diz ainda o referido autor: "Na cidade eram saqueadas casas de negócios, joalherias, armazéns, casas de fazendas, de todos os gêneros enfim, sendo que as mercadorias de que os provisórios não precisavam eram vendidas por qualquer preço aos transeuntes. Nepomuceno Saraiva enviava diariamente escoltas numerosas aos estabelecimentos pastoris dos oposicionistas, saqueando tudo. Rumo a República Oriental do Uruguai, partiam diariamente numerosas cavalcadas e tropas de animais vacum e lanígero, bem como intermináveis caravanas de carroças e carretas conduzindo milhares de sacos de sal e cabelo e couros, enfim o tesouro acumulado pelos nossos opulentos fazendeiros em toda uma safra..."

Juarez Távora em suas memórias narra que o movimento revolucionário de 1924, após o combate de Rosário e Saicã, constatou que grande numero de corpos estavam degolados. Cheio de revolta, declarou então ao Gen. Honório Lemes que ele

não continuaria chefe do Estado-Maior se prosseguisse aquela pratica hedionda. Honório Lemes, no dia seguinte, reuniu sua gente e deu ordens severas proibindo atos de atrocidade contra os vencidos.

A moralidade foi igualmente respeitada, com algumas exceções, por exemplo com relação ao uruguaio Nepomuceno Saraiva, que tanto deslustrou as forças governistas. Manuel Fabricio Vieira, da coluna de Felipe Portinho, na frente de todos os seus soldados, mandou executar um individuo que faltara o respeito para com uma senhora, como se lê no livro *Pioneiros as Margens do Uruguai*.

No dia 21 de julho, na Fazenda dos Gregórios, em São José do Pinhal, no atual município de Esmeralda, verificou-se o primeiro combate na região do Nordeste, entre a coluna do Gen. Firmino Paim Filho e o Cel. Demétrio Ramos. Entre os poucos mortos, figura o Cap. Jovino (Bica) Santana, legalista.

O mais sangrento combate ocorreu no dia 13 de setembro, na Fazenda dos Quatro Irmãos, atual município de Getúlio Vargas. Quem nos relata o fato e o capuchinho Frei Gentil Giocamel (*Pioneiros as Margens do Uruguai*), vigário da paróquia, que foi um anjo tutelar para os combatentes de ambas as facções.

O General Felipe Portinho, no dia 19 de maio, havia-se batido com a Brigada do Nordeste do Paim, em Capão Bonito, Lagoa Vermelha, onde quase perdeu a vida, ao ser morto o belo cavalo branco em que ia montado.

Depois de se haver retirado para o vizinho Estado de Santa Catarina, Portinho acampou nos arredores de Erechim, hoje Getúlio Vargas, ocupada pelos governistas de Firmino de Paula, Claudino Nunes Pereira e Vitor Dumoncel Filho.

Frei Gentil solicitou autorização para movimentar-se a fim de prestar assistência aos combatentes. O Cel. Vitor Dumoncel

disse-lhe então que, em vez de administrar os sacramentos aos "bandoleiros", devia degolá-los. Trocou ainda dos sacramentos, alegando que os maragatos receberiam logo a Confirmação, isto é, seriam derrotados.

Entretanto, quem foi derrotado fragorosamente foi este chefe legalista. Corria voz entre os revolucionários de que uma viúva de Palmeira, cujo esposo fora degolado por Firmino de Paula na Revolução de 1893, prometera cem contos de réis pela cabeça desse comandante republicano. A promessa da viúva aumentava o entusiasmo dos rebeldes.

Um espião de Portinho, postado no alto de uma árvore, perto do passo do rio, viu passar o corpo provisório de Dumoncel. Eram 185 soldados bem armados. A meia-noite, Portinho fez soar a corneta, levantou acampamento e cercou a Fazenda de Quatro Irmãos, reforçado pelas colunas de Demétrio Ramos e Fabricio Vieira.

Ao clarear do dia, dissipando-se a neblina, deu-se o terrível encontro. Dos 185 soldados borgistas - escreveu Frei Gentil - pereceram 125, enquanto os revolucionários tiveram 14 mortos e 40 feridos.

Dias depois, a 20 de setembro, os legalistas tiveram outra derrota notável praticada por Portinho na Encruzilhada, Lagoa Vermelha, a 12 km da sede do município.

Firmino Paim Filho, depois do combate dos Quatro Irmãos, saiu em perseguição de Portinho, que procurou retardar-lhe a marcha colocando piquetes junto dos passos dos rios.

Da localidade de Três Pinheiros, Fabricio Vieira, usando o nome do Gen. Paim Filho, telefonou ao Gen. Francisco de Paula Feijó, comandante do Corpo Provisório de Guaporé, acampado na Extrema, Vacaria. A pretensa ordem do comandante governista

dizia que Feijó atacasse um piquete de 40 maragatos mal armados.

A coluna de Portinho, de 1.200 homens, a cavalo e bem armados, entrincheirou-se nas proximidades da casa comercial de Flaminio Moreira Leite. Daqui, Portinho enviou 40 homens armados de revólver para provocar o inimigo. Este, em numero de 150 homens, disparou pelo corredor perseguindo o piquete rebelde em retirada e caiu na armadilha, Os revolucionários, de fuzil e metralhadora, por trás das taipas e dentro das barracas, liquidaram a coluna borgista. O próprio comandante Feijó, acudindo o audacioso piquete, foi ferido, e seu filho, um capitão, caiu prisioneiro.

Portinho, num gesto de cavalheirismo, entregou, no dia seguinte, ao general Feijó, hospitalizado no hotel Gasparetto, em Vacaria, o filho prisioneiro. Feijó exibiu então a ordem recebida de Paim Filho para atacar. Era o fonograma de Fabricio Vieira.

No dia 30 de setembro, a força de Portinho, durante dez horas, bateu-se com a coluna de Paim junto ao rio das Contas, em Bom Jesus. Entre as varias dezenas de baixas legalistas, estava o Major Antônio Inácio Velho, intendente do município.

Os rebeldes tiveram apenas um morto no combate da Encruzilhada e outro no do rio das Contas.

Na região do Oeste, o Caudilho Honório Lemes, um humilde tropeiro que se transformou no legendário Leão do Caverá, aclamado general da força rebelde, partindo de Alegrete, forte reduto maragato, ocupou Rosário e Quaraí, com dois mil homens, sitiando a seguir, nos dias 4, 5 e 6 de abril, a cidade de Uruguaiana, defendida pelo Cel. José Antônio Flores da Cunha, com seus aguerridos "Fronteiros da República", que repeliram, com sua superioridade de armas, os libertadores.

Honório, desapontado com o fracasso e desentendendo-se com o deputado Gaspar Saldanha, refugiou-se na Serra do Caverá, seu reduto predileto, sendo perseguido pelo Cel. Claudino Nunes Pereira, nos pequenos combates do Passo da Cruz, Passo do Guedes e Cerro das Palomas.

Procurando juntar-se as forcas do Gen. Estácio Azambuja e Zeca Neto, I Honório enfrentou a Brigada do Oeste, nas proximidades do rio Santa Maria Chico, município de Dom Pedrito, sofrendo rude revés, no dia 15 de maio. Nesse memorável combate pereceu o negro Adão Latorre, de 86 anos, famigerado degolador de 1893.

Depois desse combate, Flores da Cunha foi nomeado comandante da Brigada do Oeste. De Santana do Livramento, Flores da Cunha dirigiu-se para Alegrete, a fim de dar combate a coluna de Honório Lemes. O Dr. João Batista Lusardo, que, graças a interferência do Exército, conseguira sair de Uruguaiana, onde vinha sendo ameaçado de prisão por Flores da Cunha, seu inimigo pessoal, juntava-se agora a coluna do Gen. Honório Lemes, sendo por este convidado a assumir a chefia do Estado-Maior. Acompanhado de combatentes, trouxera centenas de armas Mannlicher, do um tiro, adquiridas pelo Dr. Adalberto Correia, irmão de Otavio Correia, o único civil dos 18 do Forte de Copacabana.

Honório e Lusardo mandaram colocar tabuas sobre os trilhos para que a cavallhada (mais de três mil cavalos e mais de dois mil homens) pudesse passar a ponte, o que se fez em menos de hora e meia.

Na manhã do dia 19 de julho, a coluna maragata, acampada no mato, estendeu uma linha de trezentos cavaleiros que logo avistaram a força republicana de Flores da Cunha, cujas balas de fuzis e metralhadoras zuniam com tanta profusão, dando a impressão de dispor de um arsenal.

Chegando a ponte, Flores da Cunha, vendo que Nepomuceno Saraiva, covarde, não queria atravessá-la, enfureceu-se e ordenou o avanço do Estado-Maior. Quando haviam penetrado 20 metros, as baterias libertadoras, até então mascaradas, romperam violentíssimo fogo, por trás das taipas e dos casebres, às margens transbordantes do Ibirapuitã.

A coluna republicana teve aqui cerca de 130 baixas, de mortos e feridos. Entre os mortos, estava o Major Guilherme Flores da Cunha, irmão do general José Antônio, que também foi ferido, como ferido ficou o Tenente-Coronel Oswaldo Aranha.

Nepomuceno Saraiva, invadindo a zona neutra, que fora respeitada pelos federalistas, atacou a força libertadora que guarnecia a cabeceira da ponte, onde pereceram lutando os irmãos Tenentes-coronéis Timbaúva, Gabriel (Teco) e Delfino, junto com outros 11 combatentes, entre os quais o Tenente-Coronel Mauricio de Abreu.

Cessado o combate, que durou todo o dia, os mercenários de Nepomuceno Saraiva degolaram cerca de cem prisioneiros, quase todos velhos e meninos da zona neutra, onde se haviam refugiado em busca de salvação.

Ao cair da tarde, a coluna de Honório e Lusardo, que não podia sustentar a luta por falta de bom armamento, tomou o caminho da serra, a fim de refazer-se e aliciar gente de Itaqui e São Borja, trabalho em que pereceu o bravo Níbal Padão, que, ferido mortalmente, ordenou ao assistente: - "Deixe-me morrer a cavalo".

No dia 4 de agosto, em Vista Alegre, na fazenda de Flores da Cunha em Santana do Livramento, outro combate memorável, que durou todo o dia, destacando-se nele o valor do caudilho Batista Lusardo, futuro embaixador do Brasil.

A seguir, este valoroso maragato ocupou Dom Pedrito, obtendo a adesão da Brigada local, sob o comando do Cel. Otaviano Fernandes e do Tenente-Coronel Gil de Almeida, chefe do Estado Maior.

Neste município, a coluna maragata, com dois mil homens, no dia três de setembro, no histórico local de Ponche Verde, desbaratou dois corpos provisórios da Brigada do Oeste, sob o comando do Major Leônidas Barrios, Nepomuceno Saraiva e Miguel Cunha Sobrinho (Sinhô Cunha).

Vingando-se da degola em massa em Ibirapuitã, aqui os castelhanos de Nepomuceno foram massacrados. Uma centena de borgistas pereceu, salientando-se o poeta simbolista Alceu Wamosy, o autor imortal do poema "Duas Almas". Ferido, recebeu atendimento médico do Dr. Batista Lusardo, do Dr. Heitor Guimarães e da enfermeira Maria Antonieta Bellaguarda, sua noiva, com quem casou antes de sua morte, ocorrida no dia 13 de setembro, tendo ele apenas 28 anos.

Em Palomas, a coluna de Honório Lemes festejou a data da Independência do Brasil, executando o Hino Nacional, cantado por todos e acompanhado pela banda libertadora. A seguir feriu-se aqui outro combate. Em Quaraí, outra vitória integral dos revolucionários, com a prisão do Cel. Miguel Correia, primo-irmão de Flores da Cunha.

Para fugir da perseguição deste general, Honório incursionou pela zona missioneira, transpondo o Ibicuí cheio a 29 de setembro, inutilizando depois a embarcação, que poderia servir aos borgistas, que vinham no encalço.

A força de Hortência Rodrigues e Batista Lusardo sitiou São Francisco de Assis, defendida por cerca de 100 homens, sob as ordens do Intendente Carlos de Oliveira Gomes, que recusou o

convite de se retirar, havendo preparado a defesa da vila com trincheiras e a Intendência com sacos de areia.

Lusardo, de espada em punho, comandou a investida acompanhado de seu guarda-costas, um negro de Alegrete que caiu morto, junto com o cavalo de seu chefe. Este, a exemplo de Portinho no Capão Bonito, escapou da morte milagrosamente. Entrincheirou-se por trás da carcaça de sua montaria e com seu revólver 45 fez silenciar o atirador inimigo.

"Partiu dele a ordem de avançar - escreve Glauco Carneiro em seu livro Lusardo - o Último Caudilho. E as centenas de homens foram ultrapassando os obstáculos, um a um, em meio ao alarido dos defensores, dos gritos das mulheres e das crianças precariamente abrigadas nas residências invadidas, dos gemidos dos agonizantes tragados a punhal ou a espada, fuzilados ou degolados sem quartel.

"Hortêncio Rodrigues - prossegue Glauco Carneiro citando o embaixador Batista Lusardo - e sua tropa, punhal na mão, eram de uma ferocidade espantosa. Para Lusardo, aquele foi o pior, o mais encarniçado, cruel e sangrento combate que presenciou em toda a sua existência".

Ele ordenou o recolhimento dos mortos e feridos na igreja matriz. Ali Hortêncio, tresloucado, mandou degolar os feridos, no que foi impedido por Lusardo.

Pereceram aqui 120 homens, na maioria republicanos, tendo a frente o valoroso Intendente Municipal, Dr. Carlos Gomes, o delegado de polícia Estevão Brandão e o subdelegado Marques.

O horrendo episódio jamais será esquecido pela população de São Francisco. Nas comemorações do 50º aniversário da Revolução, em 1973, Lusardo foi impedido de visitar a cidade, tão viva se encontrava ainda a memória do negro acontecimento.

A coluna maragata, depois de alguns dias de marchas e paradas, entrou a 5 de outubro em São Luís Gonzaga, após tratativas com o Cel. Azambuja Neto, da guarnição federal. A coluna libertadora desfilou em parada pelas ruas, havendo discursado o Dr. Batista Lusardo, Aníbal Barros Cassal e Heitor Guimarães. O caudilho do Caverá comunicou o sucedido ao Ministro da Guerra, Marechal Setembrino de Carvalho, que respondeu agradecendo.

Daqui a coluna rebelde seguiu para São Borja, lutando em Itoroquéim com o Tenente-Coronel Raimundo de Gomes Neto e Nepomuceno Saraiva, que quase foi preso.

Em Carazinho, município de Santo Ângelo, a 17 de outubro, o Cel. Democratino Silveira, irmão do poeta Péricles Silveira, e o Cel. Mallet dos Santos, chegaram a vinte metros do general Flores da Cunha, tendo podido matá-lo pelas costas, não o fazendo, entretanto, para não interromper a brilhante carreira do futuro Governador do Rio Grande do Sul.

"Eu mesmo - escreveu Flores da Cunha - fui forçado a retirar, perseguido e alvejado de perto por um troço de adversários!... O meu cavalo, com os tiros de que me faziam alvo, quase me derrubou!... Os revolucionários, contidos pela resistência do Major Laurindo Ramos e seus comandados, viram-se obrigados a retirar, levando chefes e oficiais feridos".

Democratino, poupando a vida de Flores da Cunha, sacrificou a sua, ferido gravemente num joelho, foi recolhido na garupa do cavalo de Lusardo. Buscando recuperação no exterior, morreu em Paris.

Perseguindo a coluna de Honório e Lusardo, a Brigada do Oeste travou combates em Olhos d'Água (São Gabriel), onde ficou ferido e preso o Major Leônidas Barrios e mortos os Capitães

Gregório Salgado e Otacílio Diogo Hamilton, governistas. Os rebeldes tiveram também várias baixas.

No Passo da Armada, outro combate, tendo Flores da Cunha dois oficiais e 11 praças mortos, enquanto os libertadores tiveram 27 mortos e 10 feridos.

Perseguindo a coluna de Honório, Flores da Cunha visava a evitar encontro dos rebeldes com o Gen. Setembrino de Carvalho, Ministro da Guerra, que em outubro vinha ao Estado para promover a pacificação.

A luta no centro-sul desenrolou-se entre a coluna revolucionária do Gen. Estácio Xavier de Azambuja, da 3ª Divisão do Exército Libertador, e a republicana do Cel. Claudino Nunes Pereira.

Em 15 de maio, como vimos, Estácio foi derrotado no combate de Santa Maria Chico, quando procurava junção com a coluna de Honório Lemes e José Antônio Neto (Zeca Neto).

Juntamente com este, ocupou Pinheiro Machado, Candiota (3 de julho), Caçapava, São Sepé, sendo aqui repellido pelo Tenente-coronel Baltazar Guarani de Bern. Sustentou ligeiros combates, refugiando-se por fim no Uruguai, de onde retornou as vésperas do armistício.

No Sul, o Gen. José Antônio Neto, sobrinho do Gen. Antônio de Sousa Neto, herói farroupilha, e ele mesmo herói de 1893, ocupou a 1ª de março sua cidade natal, Camaquã. A seguir, ao lado dos coronéis Antero Pedroso e João Paulo Prestes, entrou em Canguçu e Pinheiro Machado, sendo aclamado general da 4ª Divisão do Exército Libertador.

Perseguido pelos tenentes-coronéis Hipólito Ribeiro Filho e Francelisio Meireles, da Brigada de Juvêncio de Lemos, Zeca Neto

movimentou-se rapidamente na região, retornando de São Jerônimo para Camaquã.

Bateu-se com o Tenente-Coronel José Lucas Martins no combate do Passo do Mendonça, no qual os governistas perderam o Cap. Francisco Mota, vários graduados e pragas. Zeca Neto perdeu o Cel. João Paulo Prestes, os capitães Medina e Carlos Reide, além de ter muitos feridos.

A coluna revolucionária ocupou todas as cidades da região: Camaquã, São Lourenço, São Jerônimo, Encruzilhada, Caçapava, Canguçu, Piratini e Pinheiro Machado.

No dia 18 de julho, no combate do Morro Partido, verificaram-se baixas de ambos os lados. No combate de Canguçu-Velho, Zeca Neto teve perdas consideráveis com cinco oficiais mortos e 8 feridos, numerosos soldados mortos e feridos, ficando sua coluna reduzida a cerca de 200 homens.

Em 14 de setembro, fez junção com Gen. Estácio Azambuja na Fazenda do Capão Bonito, Bagé. Em 14 de outubro, o caudilho maragato já havia elevado o efetivo de sua força para mais de 400 combatentes e recebido armamentos e munição da fronteira uruguaia.

No dia 29 de outubro, Zeca Neto realizou sua mais gloriosa façanha - a tomada de Pelotas, a segunda cidade do Estado.

Conforme narra em suas memórias, o velho caudilho mandou um espião a Piratini, onde o Cel. Juvêncio de Lemos estava acampado, recebendo informação de que o chefe republicano se demoraria naquela cidade por dois dias.

Marchou então rapidamente em direção da Princesa do Sul. Em caminho, recebeu a incorporação de trinta homens decididos e valentes, cada um armado de Mauser, trazendo ainda um cargueiro com trinta mil tiros.

O Cel. Pedro Osório, naquela noite, fora avisado da aproximação da coluna maragata, mas não deu crédito. Na saída de serra, Zeca Neto recebe um enviado com bilhete dos companheiros pelotenses perguntando a hora em que entraria na cidade. - "As 4 da madrugada" - respondeu o caudilho.

Depois de um descanso de duas horas no Salso, a coluna prosseguiu a marcha, entrando na cidade pelas Três Vendas. Naquele instante, riscou os céus um bólido fulgurante, que assustou os cavalos, mas que Zeca Neto interpretou como feliz augúrio.

Eram cinco horas, quando o chefe libertador postou-se na rua Paissandu, de onde ordenou a ocupação de um posto policial próximo, mediante ameaça de incêndio. Os soldados renderam-se, sob garantia de vida. Sob a mesma ameaça entregaram-se os 40 praças do Corpo de bombeiros, aos quais Zeca Neto deu liberdade, em que pese o pedido de morte por parte dos populares.

No ataque ao posto policial da Intendência, foi morto o Major Manuel Batista Gomes pelo subintendente Verneti, que foi ferido e morreu pouco depois. No posto da Sociedade Agrícola, foi morto o Major Aldrovando de Andrade Leão e seu irmão, legalistas.

Às 11 horas, em meio a imensa multidão, Zeca Neto chegava à Intendência, vibrantemente saudado pelos principais vultos da cidade, quase toda assistia.

Foi enviado então telegrama ao Presidente Artur Bernardes, dando ciência do acontecimento. Pelas três e meia da tarde, a coluna retirava-se em direção da serra, onde Zeca Neto foi fazer a primeira refeição do dia.

No vale do Taquari, o revolucionário Higino Pereira, com um piquete de cerca 40 homens, ocupou São Sebastião do Caí, no dia 18 de fevereiro, Em 26 de junho, entrou em Triunfo, lutando com uma patrulha local. No mesmo dia, ocupou a cidade de

Taquari. Perseguido pelo Major Coelho de Sousa, bateu em retirada, travando pequenos combates no Morro Pelado, na Boa Vista e no Morro do Garcia, havendo baixas de ambos 01 lados. Em 8 de julho, outro combate perto da cidade de Montenegro.

No litoral, os chefes revolucionários Luís Saraiva Gomes e Francisco Vaz Ferreira (Chico Marinho) atacaram Osorio em abril. Repetindo o ataque, perderam aqui três homens. Depois de se apoderar do vapor "Montenegro", Chico Marinho, com Luís Gomes, atacou Santo Antônio da Patrulha, sendo repelidos pelo Intendente Cel. Paulo Maciel de Moraes,

Luís Gomes travou combate na Lagoa dos Barros. Em 17 de julho, Chico Marinho brigou com o Major Antônio Mariante perto de Osorio t a 22, na praia da Cidreira. Em 17 de setembro, na Barra do Ouro, travou seu ultimo combate, retirando-se depois para Araranguá.

Luís Gomes ainda manteve tiroteios em Passinhos (18 de setembro), Barro Preto (27), Pedreira, Capão das Caturritas, Casa da Praia e Ronda (Santo Antônio da Patrulha).

Belisário Batista e Norberto Marques dominaram a área de Tainhas, Azulega e Campo Bom (hoje Cambará do Sul) em São Francisco de Paula, sendo repelidos pelo Corpo Provisório do Cel. Franklin Cunha, havendo alguns mortos.

Os irmãos Fidelcino e Libório Koffi operaram em Criúva, perecendo o primeiro em combate com o Cap. Virgílio Carneiro Borges, da Brigada do Nordeste.

No dia 10 de setembro, o cap. revolucionário Mariano Pedroso de Moraes ocupou São Marcos de Caxias, e no dia 1º de outubro, tiroteou no Passo do Zeferino, matando dois do Intendente Caetano Reginato, de Antônio Prado.

O Cel. Felisberto Batista, no dia 19 de março, brigou em Ana Rech com o Gen. Firmino Paim Filho. A 3 de novembro, Mariano Pedroso de Moraes ocupou Bento Gonçalves com o Tenente-Coronel, Eliziário Paim Neto, da Brigada de Paim Filho.

O PACTO DE PEDRAS ALTAS

Em 5-10-1923, reuniu-se em Porto Alegre o Partido Republicano Rio-Grandense, com representantes dos 72 municípios, deputados estaduais e federais, senadores, marechais e generais. No dia 15, nova sessão desse Congresso, presidida pelo senador Carlos Barbosa Gonçalves.

Em manifesto a Nação, reafirmou-se então continuar a política republicana, aplaudir o Dr. Borges de Medeiros na defesa da ordem e reiterar a confiança na chefia do governo, que saberia promover a paz. Defendeu-se a legitimidade da reeleição de Borges de Medeiros... "Da atitude dos nossos adversários depende a nossa - concluía o Manifesto. - Não levamos a guerra a ninguém: defendemos o patrimônio comum, e não esmorecemos na sua defesa".

Assis Brasil havia afirmado durante a Revolução: "Nos não vamos ficar brigando a vida inteira. O Rio Grande do Sul é um Estado civilizado, de grande responsabilidade". Após a visita ao Rio Grande do Dr. Augusto Tavares de Lira, ex-Ministro da Justiça e Juiz do Tribunal de Contas, no dia 18 de outubro, em trem especial, chegava a Marcelino Ramos o Ministro da Guerra, Gen. Fernando Setembrino de Carvalho, gaúcho de Uruguaiana, com sua comitiva, sendo recebido pelo Gen. Andrade Neves, comandante da 3ª Região Militar. Alegava-se que vinha ao Estado fiscalizar os quartéis em construção, mas na realidade trazia

incumbência do Presidente Artur Bernardes para articular a paz, havendo antes no Rio conferenciado com o Dr. Assis Brasil.

Procurou logo entrar em contato com o Gen. Mena Barreto, Felipe Portinho, Leonel Rocha, Honório Lemes. Em Cruz Alta, recebeu o general legalista Firmino de Paula. Em São Gabriel, o Dr. Fernando Abbott, republicano histórico. Percorreu numerosas cidades da fronteira e da campanha, embarcando a seguir em Santo Amaro no navio "La France", rumo de Porto Alegre, chegando no dia 1º de novembro, sob aclamações de dez mil pessoas.

"Nas esferas governamentais - escreveu o Ministro - não existia confiança, ao que se dizia, em minha missão de paz. Consideravam-me suspeito. Acreditavam muitos na possibilidade de uma tentativa de deposição do governo local por injunções do governo federal. Era voz corrente que o Dr. Paim Filho, chefe republicano da região serrana, concentrava forças de patriotas, como eram chamados os civis em armas, nas cercanias de Porto Alegre, prontos para intervir em favor de Borges".

Quando o Ministro discursava na janela do Grande Hotel, policiais abriram fogo contra manifestantes libertadores, originando sério tumulto, ficando até ferido o ordenança do sr. Ministro da Guerra, que protestou contra o fato ao Dr. Borges de Medeiros.

No dia 2, o Gen. Setembrino conferenciou com o chefe do governo, garantindo-lhe que não seria deposto. Tratou-se do armistício, que passou a vigorar a partir das 12 horas do dia 7 de novembro. O Ministro insistiu na reforma da Constituição castilhista como no caso da eleição do vice-presidente e ampliação dos poderes da Assembleia dos Representantes. Borges, irritado, exclamou então: "Oh! E preferível então acabar com tudo".

Diante da recusa do chefe do governo, Setembrino telegrafou a Artur Bernardes. Este confirmou que o vice-presidente

devia ser eleito. A seguir, o Ministro, telegraficamente, comunicou-se com Assis Brasil, que sugeriu uma reunião de todos os generais libertadores.

A reunião, no dia 15 de novembro, teve lugar em Bagé, na casa da viúva do Dr. Pedro Osório, comparecendo os generais Felipe Portinho, Mena Barreto, Estácio de Azambuja, Zeca Neto, Leonel Rocha, Chiquinote Pereira, Honório Lemes, que se fez acompanhar do Dr. Batista Lusardo. Compareceram Ângelo Pinheiro Machado, representante do Dr. Maciel Junior e o Tenente-Coronel Lafaiete Cruz.

Flores da Cunha recebeu ordem de Borges de Medeiros para vigiar Honório Lemes: "Se ele se mexer, liquide-o!"

O Ministro, em seu vagão da via férrea, recebeu um a um, todos os generais, enquanto Lusardo mantinha conferência com Assis.

A reunião foi acalorada. Os libertadores exigiam a deposição de Borges, objetivo de toda a Revolução. Alguns sustentavam então que preferiam retomar as armas. Outros respondiam: "Que armas? Com que dinheiro? Estamos sem armas, sem munição, sem dinheiro, sem fumo e sem mate. A força, sem fumo e sem o amargo, fica louca. Flores da Cunha adquire armas no estrangeiro..."

"Setembrino - lemos em Lusardo, o ultimo Caudilho, de Glauco Carneiro - apoiava a decisão:

"- Seu Lusardo, vocês vão ter o seu quinhão. Vocês concordam em deixar o Borges, mas ele vai ficar em cuecas... Ele não sai do governo, mas vocês derrubam tudo aquilo que o sustenta!"

Foi a muito custo, depois de três ou quatro conferências, que o Ministro conseguiu convencer Assis de que Borges deveria continuar no poder.

Mas agora e Borges que rejeita as propostas de Setembrino. Sobretudo a eleição do vice-presidente, o adiamento das eleições federais para maio e a renúncia do vice-presidente. Assis sugeria a nomeação de um interventor para vice-presidente. O Dr. Protásio Alves, o vice-presidente, recusava-se a renunciar, mesmo para ceder o posto ao Arcebispo D. João Becker, conforme sugestão de Batista Lusardo.

O Ministro da Justiça, Dr. João Luís Alves, várias vezes consultado, alegava não ter mais condições de pressionar Borges de Medeiros, pois há via até mesmo o perigo da adesão do Exército aos revolucionários, como já estava acontecendo em Santa Maria.

Artur Bernardes apelou a Assis Brasil para que não insistisse mais no pedido de renúncia do vice-presidente.

Finalmente, quando a pacificação estava para ser sacramentada, Assis Brasil resolve ausentar-se de Bagé provavelmente por encontrar-se sob a pressão dos libertadores de Pelotas, que exigiam a continuação de luta. Os pelotenses estavam irredutíveis. Lusardo argumentava ser impossível continuar brigando. Assis chegou a sugerir ao Ministro da Guerra que tomasse conta do governo rio-grandense, ao que Setembrino respondeu com dureza.

O Ministro, depois de conferenciar com Bernardes, esteve na iminência de retomar ao Rio, abandonando a causa da pacificação. O Major Euclides Figueiredo, mais tarde general e um notável chefe da Revolução Constitucionalista de 1932, foi quem salvou tudo, procurando Borges de Medeiros.

Setembrino, no dia 7 de dezembro, dirigiu apelo ao povo rio-grandense e recebeu carta de Assis Brasil, na qual o chefe libertador dizia que, para a pacificação, abandonava a ideia da eleição do vice-presidente. Novas conferências. Nova consulta ao Presidente Artur Bernardes, propondo o adiamento das eleições federais para maio de 1924.

Por fim, o Ministro da Guerra alivia a situação, declarando que a Ata da pacificação seria assinada primeiro pelos libertadores e depois por Borges de Medeiros.

Então, na primeira hora do dia 14 de dezembro, no castelo de Pedras Altas do Dr. Assis Brasil, foi assinado o tratado de paz pelo Ministro Setembrino de Carvalho, pelo Dr. Assis Brasil, Lafaiete Cruz (secretário), Dr. Batista Lusardo, Dr. Armando de Alencar, Dr. Cipriano Lage, Major Euclides de Oliveira Figueiredo, Major José Pedro Gomes, Major Sebastião do Rego Barros, Cap. Cacildo Krebs, Cap. Carlos Silveira Elias, Cap. Augusto Cardoso Rabelo, 1º Ten. Agenor da Silva Melo, Dr. Carlos Sanzio e José Afonso Soares (telegrafista).

Entre outras cláusulas, o Pacto de Pedras Altas proibia a reeleição imediata do presidente e dos intendentes, estatuiu a eleição do vice-presidente, impunha anistia em favor das pessoas envolvidas em movimentos revolucionários.

O Major Euclides Figueiredo, de trem, levou a Porto Alegre a Ata, que foi examinada e assinada pelo Dr. Borges de Medeiros, no dia 15 de dezembro, na presença de todo o Secretariado. Assis Brasil lançou importante manifesto explicando o memorável acontecimento, que punha fim a sangrenta rebelião, com um desfecho que tinha sabor de vitória [3,4,59,64...].

39 - REVOLUÇÃO DE 1924 - A COLUNA PRESTES

Visando a depor o Presidente Artur Bernardes, irrompeu (5-7-1924) em São Paulo um movimento revolucionário tenentista, chefiado pelo Mai. Isidoro Dias Lopes. No Rio Grande do Sul, que era uma fornalha revolucionária, foi imediata a adesão entre civis e militares, em 29-10-1924.

Na região missioneira, sob a coordenação geral do Dr. João Batista Lusardo, então deputado federal, a Aliança Libertadora iniciava o movimento com a chegada de Juarez Távora, Siqueira Campos e Anacleto Firpo, que penetraram no território gaúcho via Assunção-Buenos Aires-Montevideú.

Enquanto entre os militares se destacava o Cap. Luís Carlos Prestes, comandante do batalhão ferroviário de Santo Ângelo, impuseram-se entre os civis os velhos guerrilheiros Honório Lemes, Zeca Neto e Leonel Rocha.

De início, Juarez Távora obteve a adesão do coronel Áfricao Serpa, do 5º Regimento de Cavalaria de Uruguaiana. Ao movimento aderiram ainda as guarnições de São Borja, Itaqui, São Luís Gonzaga, Santo Ângelo 1 e parte de Alegrete, havendo combates em Itaqui, São Luís e Alegrete.

Para dar combate aos revolucionários, o Presidente Borges de Medeiros destacou o deputado federal José Antônio Flores da Cunha e o Gen. Claudino Nunes Pereira.

Quando a coluna de Honório Lemes, com 1.100 civis, marchava sobre Alegrete, ao clarear do dia 9 de novembro, chocou-se de repente, as cegas de ambos os lados, com as forças de Flores da Cunha e Claudino, na planície de Timbaúva ou Guassu-Boi. A desvantagem neste encontro coube aos revolucionários que perderam, entre outros, o bravo e jovem Dr.



Antônio Monteiro, engenheiro civil, ex-intendente de Uruguaiana e deputado estadual.

Honório refez sua coluna em Quarai, enquanto Júlio Barrios mantinha rijos combates em Galpões, município de Livramento. Derrotada, a força revolucionária homiziou-se no Uruguai, sendo a seguir arrebatada pelos borgistas e degolada.

Honório Lemes, deixando Quarai, contornou São Gabriel, passou por Rosário e entrou no município de Santana do Livramento. No Passo da Conceição, feriu-se então o mais renhido combate dessa campanha, com a derrota dos legalistas. Os rebeldes perderam os coronéis Cantinho Porto e Teodoro Meneses, ficando ferido o poeta Gonçalves Viana.

Zeca Neto, invadindo Dom Pedrito, fez junção com a coluna de Honório Lemes em Lavras. Daqui marcharam para Camaquã. No Passo das Carretas caiu morto o deputado legalista Bartazar de Bern. No combate mais áspero, do Passo do Caixão, a coluna revolucionária esgotou a munição, retirando-se então para a fronteira via Bagé.

A revolução declinava. Apenas Leonel Rocha e Luíz Carlos Prestes prosseguiram lutando em São Luís das Missões, Santo Ângelo e Palmeira.

A três de dezembro, Luíz Carlos Prestes atacou Tupanciretã, lutando contra os "provisórios" do Cel. Travassos Alves, do Cap. Napoleão de Lima Costa, Cel. Francelino de Vasconcelos, Cap. Jerônimo Braga e Tenente-Coronel Joaquim Acauã. Após renhido combate, com duas dezenas de mortos de ambos os lados, Prestes, em retirada, bateu-se nas imediações de Ijuí com o corpo provisório do Ten.-Cel. Júlio Bozzano, que pereceu em combate.

No combate da Ramada, a vanguarda de Prestes, comandada pelo Cel. João Alberto Lins de Barros, bateu-se com o

Destacamento Lício Esteves, que cedeu caminho. Em luta contra o 6º Corpo Provisório do Ten.-Cel. Edmundo de Oliveira, pereceu o valeroso tenente revolucionário Portela Fagundes.

A seguir, saindo de São Luís Gonzaga (17-12-1924) tem início a "Coluna Prestes". Depois de três meses de árduos combates nos sertões do antigo Contestado, juntou-se com os remanescentes da Divisão de São Paulo, de Isidoro Dias Lopes, em Foz do Iguaçu.

Aqui a coluna passou a ser comandada pelo Gen. Miguel Costa, tendo Prestes como chefe do Estado Maior.

A coluna percorreu 36.000 km através de 13 Estados do Brasil, durante 27 meses, até fevereiro de 1927, quando, com a substituição de Bernardes, internou-se na Bolívia.

O principal objetivo da Coluna Prestes era buscar adesão popular ao movimento que pretendia o voto secreto, a punição dos políticos corruptos, espalhando pelo Brasil a esperança da redenção nacional, tendo sido a semente da revolução de 1930.

Para combater a coluna, o governo federal empenhou todos os tipos de forças. O Rio Grande do Sul enviou para o Paraná o Destacamento Claudino, sob o comando do Cap. José dos Passos Maia, e o Destacamento Paim, do Nordeste do Estado, sob o comando do Ten.-Cel. Edmundo de Oliveira e o Ten.-Cel. Valzumiro Dutra, com um efetivo total de 2.200 homens. O comando dos dois destacamentos estava sob as ordens do Gen. Nestor Sezefredo dos Passos, com seu quartel-general em Palmas.

O Destacamento Claudino travou combates com a coluna do Ten.-Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias, e o Destacamento Paim, contra os tenentes-coronéis João Alberto e Siqueira Campos [3,24,59, 64].

40 - REVOLUÇÃO DE 1926

No dia 29-9-1925, Honório Lemes, procedente do Uruguai, penetrou Estado por Santana do Livramento, dirigindo-se depois para Dom Pedrito, a fim de juntar-se a outros revolucionários que por lá se encontravam, vindos também do vizinho país.

Para dar combate a Honório, organizaram-se, então, forças civis e militares, estaduais e federais, sob o comando geral de Flores da Cunha. Logo no dia 7 de outubro, feriu-se sangrento reencontro, com baixas de ambos os lados.

A seguir, Flores da Cunha dividiu suas tropas em vários piquetes a fim de cercar Honório. Este, chegando ao Passo da Conceição, em Livramento, encontrou o rio cheio. Resolveu, então, atravessar o banhado das Marrecas, sendo infeliz na manobra.

Vendo-se perdido, o velho guerrilheiro enviou um soldado com bandeira branca para perguntar ao Gen. Flores da Cunha se garantia a vida dele e de seus homens.

Recebendo resposta afirmativa, o Leão do Caverá saiu do mato e apresentou-se a Flores da Cunha. Este, que fora tão descortês quando da prisão do médico e futuro embaixador João Batista Lusardo, portou-se agora extremamente atencioso:

-General - disse Honório -, foi sua esta vitória... Mas como quer que o trate, de Doutor ou General?

-Sou bacharel em Direito - respondeu Flores da Cunha. - Pode-me chamar apenas de Doutor.

-É melhor - confirmou Honório - porque general ate um índio rude como eu pode ser...

Honório fez questão de entregar o revólver.

-Guarde o seu revólver - disse Flores da Cunha.

Abraçaram-se, enquanto Oswaldo Aranha gritava: Viva o Rio Grande! Viva esta terra e esta gente!

Quando Flores da Cunha levava Honório preso para Porto Alegre, na estação de Santa Rita, os irmãos do Cap. Antônio Pacheco de Campos, que fora degolado pela força de Honório, queriam agora vingar-se. Flores da Cunha impôs então sua autoridade, conseguindo acalmar os ânimos.

Honório Lemes chegou a Porto Alegre em 11-11-1925 sendo conduzido ao quartel do 3º Batalhão da Brigada Militar.

Mas o ciclo revolucionário tenentista ainda registra o movimento de 1926. No dia 15 de novembro desse ano, quando tomava posse o Presidente Washington Luís, os tenentes Alcides e Nelson Etchegoyen e mais tarde o tenente Iguatemi, rebelaram-se em Santa Maria, conseguindo adesão parcial da guarnição federal e ocupando a metade da cidade, durante a madrugada, ocasião em que foi preso o Cap. Duties.

Repelidos pelo 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar, sob o comando do Major Aníbal Barão, e por civis sob as ordens do Cel. Carlos Batista Druck, os revoltosos retiraram-se da cidade, travando violento combate com os legais em Seival, município de Caçapava, quando saiu ferido o Ten.-Cel. Oswaldo Aranha.

O Gen. José Antônio Neto, já de 75 anos de idade, transpôs a fronteira do Uruguai e juntou-se aos militares rebeldes. No dia 25 de dezembro, nas proximidades de São Sepé, travou-se um combate, depois do qual os rebeldes se retiraram para a República Oriental, perseguidos pelo Cel. Hipólito Ribeiro Filho.

Ainda por esse tempo, o caudilho Leonel Rocha, a frente de pequena força, incursionou pelo Nordeste do Estado, sendo

derrotado em Morro Agudo, Bom Jesus, pelo Ten.-Cel. Joaquim Acauã [3-59-64].

41 – REVOLUÇÃO DE 1930

No ano de 1927, que decorreu em paz, realizaram-se eleições com candidato único na pessoa de Getúlio Vargas, empossado em Janeiro de 1928, juntamente com João Neves da Fontoura (vice-presidente), Oswaldo Aranha (Interior e Exterior), Firmino Paim Filho (Fazenda) e João Fernandes Moreira (Obras Públicas).

Getúlio Vargas, apoiado por chimangos (republicanos) e maragatos (libertadores), tratou logo de restaurar as finanças, fundando o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, que se destinava, sobretudo, ao amparo da agricultura e pecuária. A instrução pública e o setor rodoviário mereceram especial atenção do novo presidente.

A política Nacional agitava-se diante da crise financeira e comercial. O padrão de nossa moeda, o mil réis, foi substituído pelo cruzeiro. Não havia partidos nacionais. Nas eleições, o voto era a descoberto. Havia ainda o voto distrital e o terceiro escrutínio. A burguesia tratava apenas de conquistar o poder, sem maiores preocupações em interesses em termos econômicos. Crise nos preços do café. A oligarquia paulista estava comprometida com a mineira, conhecida por "café com leite".

Para as eleições federais, em março de 1930, o presidente Washington Luís Pereira e Sousa apresentou para candidato o paulista Júlio Prestes de Albuquerque, contrariando os interesses

de Minas Gerais, que pretendia lançar o seu presidente, Antônio Carlos, com o apoio da Paraíba e Rio Grande do Sul, surgindo daí a Aliança Liberal, como instrumento de pressão. A classe média, descontente com o sistema vigente, aderiu a Aliança Liberal.

Surgiu, então, a candidatura de Getúlio Vargas a presidência da República, em oposição a de Júlio Prestes. Para candidato a vice-presidência na chapa de Getúlio foi apresentado João Pessoa, presidente da Paraíba. No Rio Grande do Sul, para apoiar a candidatura da oposição, formou-se a Frente Única, com a união do Partido Republicano Rio-grandense e o Partido Libertador.

A certa altura da propaganda eleitoral, a revolução parecia iminente. A fim de evita-la, Getúlio Vargas e Antônio Carlos tentaram um acordo, propondo um terceiro candidato em substituição aos dois apresentados. Washington Luís recusou.

A campanha eleitoral foi violenta. Mas as eleições, "um festival de fraudes", no dia 1-3-1930, derrotaram a chapa da Aliança Liberal, provocando descontentamento e inconformada nos meios oposicionistas, sobretudo no Rio Grande do Sul, que tratou de organizar um movimento de insurreição, tendo a frente Oswaldo Aranha, Lindolfo Collor, Batista Lusardo, Flores da Cunha, João Neves da Fontoura, A. Saint-Pastous, João Alberto. Siqueira Campos, tendo-se dirigido a Buenos Aires, para convidar Luíz Carlos Prestes, pereceu em acidente aviatório. Para chefiar o movimento, foi convidado o Ten.-Cel. Pedro Aurélio de Gois Monteiro, de São Luís das Missões.

Visto como o RS estava sozinho, Getúlio Vargas já ia desistir da revolução, quando ocorreu o assassinato de João Pessoa Cavalcanti do Albuquerque, no dia 26 de julho, em Recife. O crime, praticado por um desafeto, João Dantas, nada tinha de político. Entretanto, como se tratava do candidato a vice-

presidência da República, assumiu caráter político, servindo de rastilho da guerra civil.

O sentimento de rebeldia tomou conta do Rio Grande do Sul. Porto Alegre entrou em delírio. Soaram as sirenes. Oswaldo Aranha, aclamado chefe da revolução, proferiu então, da sacada da confeitaria Colombo, na Praga da Alfandega, o mais inflamado discurso de sua vida pública, "Queremos a revolução" era o grito unanime. Antigos revolucionário exilados, civis, cadetes e militares, apresentaram-se.

No dia 3 de outubro, Flores da Cunha e Oswaldo Aranha atacaram o Quartel General, sob o comando do Gen. Gil de Almeida, que resistiu, alegando que aderiria ao movimento se Getúlio Vargas o nomeasse chefe supremo da Revolução, pois não se entregaria a Gois Monteiro, que havia sido seu subordinado. Na manhã do dia 4, Flores da Cunha embarcava o comandante da 39 Região Militar a bordo do "Comandante Ripper".

O grupo do Gen. Alcides Etchegoyen apoderou-se do Colégio Militar João Alberto Lins de Barros ocupou o depósito bélico do Menino Dons, o 7º Batalhão de Caçadores, após forte resistência do comandante Benedito Acauã, rendeu-se.

Houve, em Porto Alegre, 19 mortos e cerca de cem feridos. Em defesa do governo federal pereceram então o major Otávio Cardoso, o cap. Jaime Argolo Ferrão e o cap. Atos Correia Franco, de apenas 25 anos.

Com pequenas reações, aderiram as guarnições de Pelotas, Rio Grande, Santa Maria, Bagé, Livramento, Cacequi, Alegrete, São Gabriel, Uruguaiana, Cruz Alta, Santo Ângelo, Passo Fundo e Santiago do Boqueirão.

Em 24 horas, o Rio Grande estava em pé de guerra com 30 mil homens em armas, havendo ainda inscrições de voluntários em massa, inscrições que foram encerradas no dia 11.

No dia 4 de outubro, Getúlio Vargas dirigia sua mensagem a Nação, concluindo: "Não foi em vão que o nosso Estado realizou o milagre da união sagrada. E preciso que cada um de seus filhos seja soldado da grande causa: Rio Grande, de pé pelo Brasil! No poderás falhar ao teu destino heroico".

Enquanto isso, Juarez Távora, comandando forças paraibanas, conquistava o Norte e Nordeste, em marcha fulminante, apoderando-se de Pernambuco, Para, Maranhão, Ceara, Rio Grande do Norte e Sergipe. A seguir, Minas Gerais, aderindo, marchou sobre Espírito Santo, São Paulo e Bahia.

Do Rio Grande do Sul, milhares de homens, atravessando Santa Catarina e Paraná, seguiam para São Paulo, sob o comando de Flores da Cunha, João Alberto, Alcides Etchegoyen, Miguel Costa, Valdomiro Lima, João Batista Lusardo e João Neves da Fontoura.

Getúlio Vargas, comandante e chefe das forças nacionais, tendo passado o governo civil e militar a Oswaldo Aranha, seguiu para o campo de operações com seu Estado-Maior.

Em 21 dias, a rebelião proclamava-se vitoriosa, com a deposição de Washington Luís, no dia 29 de outubro, já no final do seu mandate

Na madrugada do dia 23 de outubro, as tropas revolucionárias entravam triunfalmente no Rio de Janeiro. Os gaúchos, que haviam proclamado - "ou se volta com honra ou não se volta" - amarraram seus cavalos no obelisco da avenida Rio Branco.

E assim, a Revolução, colocando Getúlio Vargas no poder, acabaria com a hegemonia política das velhas oligarquias, dando início a uma nova fase na história da República, com a promulgação de leis sociais, instalação de tribunais trabalhistas e criação de novos ministérios [3-59...].

42 - REVOLUÇÃO DE 1932

Com a vitória da Revolução do 30, findava no RS a dominação do Partido Republicano que governou o Estado durante 40 anos.

Oswaldo Aranha, chefe provisório do governo gaúcho durante a Revolução, cedeu lugar ao Gen. Flores da Cunha, nomeado interventor em 28-11-1932, sendo, mais tarde, em 13-4-1935, eleito governador pela Assembleia Constituinte.

Encontrando o Tesouro Público vazio, o interventor Flores da Cunha adotou uma política de rigorosas economias, conseguindo equilibrar as finanças, valendo-se ainda da falência do Banco Pelotense, cujo ativo e passivo foi encampado pela Fazenda que, assenhorando-se de enorme patrimônio e não pagando os credores, atraiu para o Tesouro vultosos lucros.

O setor ferroviário e rodoviário mereceu também especial atenção, tendo sido inauguradas as estradas pavimentadas de Belém Novo, São Leopoldo, Gravataí e outras. Flores da Cunha adquiriu ainda a Frota Rio-Grandense. Criou as Secretarias de Educação (Otelo Rosa) e da Agricultura (Raul Pilla). Em 20-9-1935, inaugurava a grande Exposição Farroupilha, comemorativa do 1º centenário da Revolução do 35.

Vários rio-grandenses foram nomeados Ministros por Getúlio Vargas, ao ser iniciado o governo provisório: Oswaldo Aranha, seguido de Mauricio Cardoso, para a Justiça; Lindolfo Collor, Trabalho; Batista Lu-sardo, Chefe de Polícia; Assis Brasil, embaixador na Argentina; João Neves da Fontoura, Consultoria do Banco do Brasil. Para interventor de São Paulo foi nomeado um "tenente", João Alberto Lins de Barros.

São Paulo, cujo candidato presidencial fora eliminado pela Revolução, viveu logo um clima de intranquilidade e rebeldia contra

o governo revolucionário de Getúlio. O clima de inquietação era alimentado pelas velhas oligarquias agrárias paulistas, que exigiam a reconstitucionalização do País.

Surgiu então a Frente Única, com a fusão do Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático, visando evitar a interferência dos comandos militares instalados em São Paulo e derrubar os interventores nomeados pelo governo.

O movimento conquistou a adesão de numerosos políticos. Houve manifestações, protestos e até um choque sangrento.

Getúlio Vargas marcou então data das eleições da Constituinte para o ano seguinte. Os ânimos paulistas continuavam exaltados. Por fim, no dia 9-7-1932, eclodia a Revolução Constitucionalista em São Paulo, com apoio de Minas Gerais e da Frente Única do Rio Grande do Sul. Esta tinha a frente João Neves da Fontoura (que continuava magoado contra Getúlio por havê-lo preterido na nomeação de interventor do Estado), Raul Pilla, Batista Lusardo, Lindolfo Collor e Borges de Medeiros.

Glicério Alves havia tentado contato com os chefes paulistas e cariocas no sentido de se evitar a revolução. Entretanto, João Neves, substituindo Glicério nas negociações, preferiu aderir a revolução, ao lado de São Paulo e Minas Gerais.

Borges de Medeiros, a frente de um pequeno grupo, bateu-se com forças governistas, em Cerro Alegre, município de Piratini, sendo derrotado, aprisionado e enviado para Recife. Deu-se ainda outro pequeno levante em Soledade e outro em Nodoi.

Flores da Cunha, depois de prometer adesão ao movimento paulista, colocou-se ao lado do governo federal e enviou tropas da Brigada Militar e numerosos corpos provisórios para combater os revolucionários da constitucionalização do Brasil.

Todavia, como o movimento contrariava os ideais tenentistas, mineiros e gaúchos não aderiram a luta armada.

Atendendo então a um pedido do Gen. Gois Monteiro, o Chefe da Força Pública, Herculano de Carvalho, assinou a rendição de sua tropa (27-9-1932). Dois dias depois, Bertoldo Klinger, um dos chefes da Revolução, pediu a cessação das hostilidades.

A eleição da Constituinte e a promulgação da Constituição em 1934 acalmaram São Paulo, que ganhava um paulista para interventor, Armando Sales de Oliveira, futuro candidato a presidência da República.

Os chefes republicanos e libertadores que se opuseram ao governo federal durante a Revolução Constitucionalista tiveram seus direitos cassados por decreto de Getúlio Vargas.

Flores da Cunha, a fim de congregar os rio-grandenses que o apoiaram, fundou então o Partido Republicano Liberal. Este novo partido elegeu quase todos os deputados a Constituinte Federal de 1934.

Nas eleições de 13-4-1935, o Partido Republicano Liberal, majoritário na Assembleia Estadual, elegeu para governador o próprio Gen. Flores da Cunha [3-58-59].

43- O CAUDILHO FLORES DA CUNHA E A DITADURA

Em 1934, a Assembleia Constituinte elegeu Getúlio Vargas presidente da República, com mandato que devia expirar em 1938.

Entretanto, Getúlio, a partir de 1936, começou a tomar uma série de medidas destinadas a permitir sua permanência no cargo, existindo até um acordo entre ele e o chefe das Forças Armadas, Gen. Gois Monteiro, para efetuar um golpe de Estado.

Alguns Estados, entre os quais o RS, mostraram-se logo contrários ao "piano continuísta".

O Governador gaúcho, Flores da Cunha, a braços com uma crise política doméstica, tentou consertar um *modus vivendi*, confiando duas secretarias as oposições.

Contudo, diante das divergências entre Flores e Getúlio, surgiu uma dissidência no Partido Republicano Liberal. Nove deputados estaduais, um senador e vários chefes políticos, como o Dr. Protásio Vargas, rebelaram-se, deixando o partido do governo em minoria na Assembleia Legislativa, caso inédito no regime republicano.

Flores da Cunha, com seus pendores caudilhescos e, segundo boatos, com intenções de vir a ser novo Presidente da República, dava demonstrações de preparar um movimento revolucionário contra Getúlio.

Para tanto, chegou a encomendar da Tchecoslováquia armamento moderno, que nem mesmo o Exército possuía. Eram tanques antiaéreos e copiosa munição, além de existir no Estado armamento adquirido por ocasião da Intentona Comunista de 1935, quando Flores da Cunha havia posto em pé de guerra 30 mil soldados. Batalhões ferroviários, Corpos Provisórios e a Brigada

Militar estavam agora prontos a marchar contra a Capital da República.

Em maio de 1936, o Gen. Valdomiro Lima e mais dez generais negaram-se a lançar mão do exército para tirar Flores do governo do Estado, conforme ordenara o Gen. Gois Monteiro.

Getúlio Vargas, necessitando apresentar foros de legalidade ao golpe pretendido, fez criar o Plano Cohen, nome do suposto autor de um documento tramando um golpe comunista, para tomar o poder, na base de massacres, greves, incêndio de igrejas, desrespeito aos lares...

A 30 de setembro, o Gen. Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, denuncia a Nação a trama comunista.

O maior obstáculo ao golpe residia no Rio Grande do Sul. Para obrigar Flores a renunciar, Getúlio mandou o Gen. Daltró Filho cercar o Estado, ocupando todo o sul de Santa Catarina, vindo, depois, este general a ser comandante da 3ª Região Militar, tendo transportado toda a sua tropa para Porto Alegre.

Enquanto isso, o Gen. Gois Monteiro esteve na capital gaúcha para planejar operações militares contra o Governador rio-grandense.

Daltró Filho, por ordem do Ministro da Guerra, requisitou a Brigada Militar. A Flores da Cunha só restava renunciar. Foi o que fez, exilando-se em Montevidéu, no dia 18-10-1937, um dia após a sua renúncia. Em 1942, regressando a Pátria, permaneceu nove meses preso na Ilha Grande, no Rio de Janeiro. Elegeu-se deputado federal a Constituinte de 1946. Em 1950 reelegeu-se deputado federal e a seguir em 1954; presidente da Câmara Federal em 1955. Em 1958, assumiu a Câmara como suplente. Faleceu em Porto Alegre a 4-11-1959.

O Presidente da República decretou a intervenção no Estado, empossando no dia 19-10-1937 o Gen. Manuel de Cerqueira Daltro Filho, o qual, enérgico e sereno, enfrentou a difícil situação política.

Para seu governo, escolheu políticos que haviam se posicionado contra Flores: Joaquim Mauricio Cardoso (Interior), Oscar Carneiro da Fontoura (Fazenda), Walter Jobim (Obras Públicas), Viriato Dutra (Agricultura), José Pereira Coelho de Sousa (Educação), José Loureiro da Silva (Prefeito de Porto Alegre).

No dia 10 de novembro, o Presidente Getúlio Vargas, com um golpe de Estado, revogava a Constituição Federal, dissolvia o Congresso Nacional, as Assembleias Estaduais, as Câmaras Municipais e os partidos políticos.

Em 19-1-1938, falecia o Gen. Daltro Filho, assumindo então o poder, interinamente, o Dr. Mauricio Cardoso, sendo, em seguida, a 2-3-1938, nomeado interventor o Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias.

Durante o Estado Novo, implantou-se no Estado rigoroso regime de policiamento. Para qualquer viagem, era necessário salvo-conduto. Nada se fazia sem licença da autoridade policial.

A instrução pública, sob a brilhante administração de Coelho de Sousa, tomou extraordinário impulso, com a nomeação de milhares de professores e construção de prédios escolares.

Houve grande melhoramento no setor da Saúde Pública, graças ao trabalho admirável do Dr. Bonifácio Paranhos.

Notável impulso foi dado também ao setor rodoviário, tendo sido criado o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), confiado ao competente engenheiro José Batista Pereira,

que nesse ano de 1938 inaugurava a era rodoviária do Rio Grande do Sul.

Seu governo foi prejudicado em consequência da Segunda Guerra Mundial que provocou seria crise nos transportes por falta de veículos, pneumáticos e combustível. Durante a guerra o RS viveu, por causa disso, a rocambolesca epopeia do contrabando de pneus da Argentina, contrabando de farinhas... A grande enchente de 1941, e a seca de 1942, causaram igualmente enormes prejuízos.

Cordeiro de Farias, depois de exercer um governo brilhante como interventor do Estado, passou a integrar a Força Expedicionária Brasileira.

Seu substituto, o tenente-coronel Ernesto Dorneles, manteve quase todos os mesmos auxiliares no governo, com a substituição de Miguel Tostes da Secretaria do Interior por Alberto Pasqualini.

Durante a Segunda Guerra Mundial, havendo o Brasil aderido aos Países Aliados da Europa, o Presidente Getúlio Vargas decretou a organização de partidos políticos e fixou a data para as eleições.

Reapareceu, então, o Partido Libertador. Surgiu o Partido Social Democrático. A Ação Integralista cedeu lugar ao Partido de Representação Popular. O Partido Comunista foi reconhecido, mas, pouco depois, no governo do Mai. Gaspar Dutra, foi extinto.

Mais tarde, Getúlio Vargas fundava o Partido Trabalhista Brasileiro.

Em vésperas das eleições, um movimento chefiado pelo Gen. Góes Monteiro, Ministro da Guerra, depôs Getúlio Vargas, entregando o poder ao Ministro José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal.

Foi nomeado então interventor o desembargador Samuel Figueiredo da Silva, que governou com o Des. Alves Nogueira (Interior e Justice), João Pio de Almeida (Fazenda), Ivo Correia Meyer (Educação e Cultura), Desiderio Finamor (Agricultura) e Orlando Carlos (Obras Públicas). Os Prefeitos foram substituídos quase todos por Juizes de Direito das comarcas [3-58-59].

44 - A REDEMOCRATIZAÇÃO

Apoiado por Getúlio Vargas, o Mal. Eurico Gaspar Dutra ganhou as eleições presidenciais, derrotando o brigadeiro Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional, e Iedo Fiúza, do Partido Comunista Brasileiro.

Foi então nomeado interventor do Estado o Dr. Pompilio Cilon Rosa, que escolheu os seguintes auxiliares: Walter Jobim, seguido de Otacílio Moraes (Interior e Justiça), Oscar Fontoura (Fazenda), Batista Pereira (Obras Públicas), Francisco Brochado da Rocha (Educação) e Desidério Finamor (Agricultura).

Cilon Rosa distinguiu-se, sobretudo, em realizações nos setores de pecuária e da energia elétrica. Enfrentou a séria greve dos ferroviários.

Nas eleições de 19-1-1947, Walter Jobim, do PSD, derrotou Décio Martins Costa, da aliança PL-UDN, e Alberto Pasqualini, do PTB. O novo governador manteve o mesmo secretariado do seu antecessor, com exceção de Elói Rocha (Educação) e Balbino Mascarenhas (Agricultura).

A Assembleia Legislativa elaborou a nova Constituição do Estado nos moldes parlamentaristas, decretada pelo Partido Libertador, com apoio de alguns trabalhistas. Inconformado, o governador Walter Jobim obteve do Supremo Tribunal anulação dos dispositivos parlamentaristas.

Durante o quadriênio do seu governo, Jobim, com franco apoio do governo federal e direção competente do Eng. Noé Freitas, verificou-se expressivo impulso a eletrificação, tendo sido construídas varias usinas hidrelétricas.



O Ministro Clovis Pestana, da Viação, colaborou com o governo do Estado, construindo importantes rodovias como a estrada Porto Alegre-Uruaiana e Porto Alegre-Pelotas.

Para as eleições de 1950, o Partido Trabalhista Brasileiro apresentou a candidatura do senador Salgado Filho, que veio a falecer pouco depois em acidente aviatório, em São Francisco de Assis.

Em seu lugar, foi apresentado o Senador Ernesto Dorneles, parente de Getúlio Vargas. Saiu-se vitorioso, derrotando o candidato do PSD, Pompeio Cilon Rosa, e o deputado Edgar Schneider, do PL.

Ernesto Dorneles prosseguiu executando o plano de eletrificação. Não obteve o esperado sucesso em regular o comércio de primeira necessidade, mediante uma sociedade de economia mista, denominada Campal.

Durante a campanha eleitoral de 1954, ocorreu a trágica morte (suicídio?) de Getúlio Vargas, no dia 24 de agosto, ocasião em que agitadores provocaram depredações na sede do PSD, PL e UDN, como na Radio Farroupilha, no "Diário de Notícias" e "Estado do Rio Grande". Foram saqueadas casas comerciais, sob os olhares complacentes do governo estadual.

No pleito eleitoral saiu vencedor o candidato da frente Democrática, Eng. Ildo Meneghetti, que disputou o poder com os candidatos Alberto Pasqualini (PTB), Wolfran Metzler (PRP) e J.D. Brochado da Rocha (PSD).

O governador Ildo Meneghetti constituiu assim o seu Secretariado: Walter Perachi Barcelos (Interior e Justiça), Alcides Flores Soares (Fazenda), Liberato Salzano Vieira da Cunha, seguido de Ariosto Jaeger e Adroaldo Mesquita da Costa (Educação), Euclides Triches (Obras Públicas) e Orlando da Cunha Carlos (Agricultura).



Apesar da crise financeira reinante e da oposição do presidente Juscelino Kubitschek, o novo governador realizou obras de vulto, como a ponte sobre o Guaíba, a nova Penitenciária, criação de 289 escolas e nomeação de 4.074 professores.

Nas eleições de 3-10-1958, sagrou-se vencedor o Eng. Leonel de Moura Brizola (PTB, PRP e PSP), derrotando Walter Peracchi Barcelos (PSD e UDN).

O novo governador elevou de cinco para doze o número de Secretarias de Estado. No setor educacional, elaborou o Plano de Escolarização, construindo elevado número de pequenos prédios escolares e aumentando os quadros do magistério primário e médio.

Iniciou a construção da Estrada da Produção (Presidente Kennedy), concluída no governo de Peracchi Barcelos. Encampou empresas americanas que exploravam serviços de eletricidade e comunicações, provocando com isso reações diplomáticas.

Em 25-8-1961, a inexplicável renúncia do Presidente Jânio Quadros provocou grave crise política.

Os Ministros militares opunham-se a que o vice-presidente João Goulart assumisse a presidência, sob ameaça de ver "o País mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil".

Por haver João Goulart demonstrado tendências esquerdistas quando Ministro do Trabalho, as Forças Armadas eram de opinião de que ele não deveria governar a Nação.

O governador Leonel Brizola, cunhado do vice-presidente, insurgiu-se contra a solução proposta, e, desfraldando a bandeira da "legalidade", pôs o Rio Grande em pé de guerra, com ameaças de uma guerra civil generalizada.

A princípio, Brizola tentou inutilmente obter apoio do comandante do 3º Exército, Gen. Machado Lopes, e outros

comandantes. Por fim, localizou o Mai. Henrique Teixeira Lott, que aderiu ao governador e redigiu um manifesto.

Nos dias 26 e 27 de agosto, a Praça da Matriz transformou-se em praça de guerra. Barricadas de sacos de areia protegiam os portões do Palácio Piratini. Distribuía-se armas. Alistavam voluntários.

Brizola, através do secretário da Fazenda, Gabriel Obino, requisitou a Radio Guaíba, que começou a transmitir ordens, noticiários do movimento e músicas marciais.

O Arcebispo D. Vicente Scherer, desejando evitar um conflito, conversou com o Governador e a seguir com o Gen. Machado Lopes.

Ao entardecer do dia 28, quando na Praga da Matriz se comprimiam 150 mil pessoas, o comandante do 3º Exército apresentou-se ao Governador e declarou que resolvera acompanhá-lo na solução da crise nos termos da Constituição.

O Governador entregou então o comando da Brigada Militar e de todas as forças ao Gen. Machado Lopes.

Em vários pontos do Estado, mobilizavam-se forças para marchar em direção do centro do País, a fim de empossar João Goulart na presidência da República.

No dia 27, domingo, devia realizar-se o clássico Grenal, que foi adiado.

Para o Rio Grande, naqueles dias tumultuosos, voltavam-se as atenções do Brasil. Para Porto Alegre afluíam jornalistas nacionais e estrangeiros.

A fim de evitar a luta sangrenta, o Congresso, em 2 de setembro, encontrou uma fórmula parlamentarista que o vice-presidente, recém-chegado da sua viagem a China Popular,

aceitou, tomando, então, posse no dia 7 de setembro, embora sob os protestos de Leonel Brizola, que passou a preconizar a dissolução do Congresso, promovendo viva campanula em todo o País, em virtude do regime parlamentarista que se havia implantado.

O presidente Goulart, a fim de livrar-se da fórmula que o privava de muitas das prerrogativas constitucionais do cargo, propôs a realização de um plebiscito acerca do retorno ao presidencialismo.

Nesta consulta, realizada no dia 6-1-1963, optaram pelo presidencialismo mais de nove milhões de eleitores, contra cerca de dois milhões de votos pela manutenção do parlamentarismo.

Antes do plebiscito, durante o regime de gabinete, João Goulart havia tornado uma decisão política importante: reatou as relações diplomáticas com a União Soviética, interrompidas desde outubro de 1947.

No Estado, o governador Leonel Brizola procurou solucionar a greve dos chamados agricultores sem terra. Para tanto desapropriou a Fazenda Sarandi e o Banhado do Colégio.

Nas eleições de 1962, Lido Meneghetti, apoiado por cinco partidos, conquistou o poder pela segunda vez, derrotando agora os candidatos Egídio Michaelsen e Fernando Ferrari.

O Partido Libertador, descontente com certas nomeações do novo governo, recusou-se a participar do governo, quando o deputado libertador Coelho de Sousa já havia sido convidado para a Secretaria do Interior e Justiça.

O Secretário das Obras Públicas, Eng. João Magalhães Filho, foi um dos que mais se destacaram em realizações durante o segundo mandato de Meneghetti. Embora enfrentando sérias dificuldades financeiras, salientou-se em obras de saneamento em

diversos municípios, construção de edifícios públicos e pontes, tendo ainda iniciado a construção do sistema rodoviário de São Vendelino.

Os Secretários Hélio Helbert dos Santos (Saúde), Arnaldo Prieto (Trabalho) e Rui Cirne Lima (Fazenda), igualmente se distinguiram em suas pastas por excelente administração [3,58,59].

45 - REVOLUÇÃO INCRUENTA DE 1964

O governo do presidente João Goulart, como se previa, caracterizou-se por uma série de crises políticas. Greves sucessivas, agitações, inflação galopante, decréscimo de produção, invasão de terras particulares, a subversão de valores, criaram um ambiente de desassossego inquietante.

Goulart vinha sendo acusado de tentar a implantação de uma república sindicalista, cujos indícios podiam ser observados nas reformas de base que vinha anunciando. Uma destas reformas seria a desapropriação das terras as margens das estradas, como o Presidente mesmo anunciara no dia 13-3-1964, durante o comício realizado na Central do Brasil, concentração que o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, classificou de "comício comunista".

Multidões realizavam procissões pedindo a Deus que livrasse o Brasil de uma tragédia nacional, que parecia iminente. No dia 19 de março, em São Paulo, teve lugar uma passeata, a "Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade", organizada pela União Civil Feminina, com a participação de cerca 500 mil pessoas. Outra passeata semelhante realizou-se em Belo Horizonte.

Apoiando grupos militares, interessados em dar fim a agitação nacional, opunham-se ao Presidente da República os governadores dos Estados de São Paulo (Ademar de Barros), Minas Gerais (José de Magalhaes Pinto), Guanabara (Carlos Lacerda) e Rio Grande do Sul (Ildo Meneghetti).

O Secretario da Segurança Pública do nosso Estado, deputado Poti Medeiros, mantinha contato com militares e civis, com o governo de São Paulo e Guanabara, com o comandante do

3º Exército, Gen. Galhardo, | Adalberto Pereira dos Santos, comandante da 69 D.I.

Em Minas Gerais, quartel-general da oposição, no dia 31 de março, sem disparar um tiro teve início a Revolução. A adesão foi unânime em todo o País, com exceção do Rio Grande do Sul, para onde afluirá o deputado Leonel Brizola, assumindo o comando da segunda "Legalidade".

João Goulart, da Guanabara, dirigiu-se a Brasília e daí para Porto Alegre, refugiando-se enfim no Uruguai, no dia 4 de abril.

Na noite do dia 31, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarava vaga a presidência, empossando interinamente Raineri Mazzilli, Presidente da Câmara. A seguir a presidência foi entregue ao Comando Supremo da Revolução, formado pelo brigadeiro Correia de Melo, pelo almirante Augusto Rademaker e pelo general Artur da Costa e Silva.

No dia 11 de abril, o Congresso Nacional elegia o Gen. Humberto de Alencar Castelo Branco presidente da República, sendo empossado no dia 15.

Em nosso Estado, o Gen. Ladário Teles, comandante do 3º Exército, seguiu para Cruz Alta, acompanhado do seu Estado Maior, Cel. Carlos Alberto da Fontoura.

O deputado Leonel Brizola, durante alguns dias, através da rádio, fazia dramáticos apelos, concitando militares e civis a uma ação antirrevolucionária.

O governador Ildo Meneghetti, diante da agitação reinante na Capital do Estado, retirou-se, no dia 1º de abril, para a cidade de Passo Fundo, instalando seu governo no Quartel do 2º Batalhão da Brigada Militar, acompanhado por alguns Secretários e outros auxiliares do governo.



A Brigada Militar, sob o comando do Cel. Otávio Frota, recusou-se a atender o apelo do Gen. Lendário Teles, no sentido de combater a Revolução.

Vendo-se impossibilitado de levantar o Estado contra o resto da Nação, Leonel Brizola, seguindo o exemplo do seu cunhado João Goulart, refugiou-se no Uruguai, restabelecendo-se então a normalidade.

O governador Ildo Meneghetti, mais tarde, nomeou o prof. Rui Cirne Lima para a Secretaria da Fazenda, substituiu a prof. Zilah Totta, da Educação, pelo deputado Ariosto Jaeger, e nomeou para o Interior e Justiça o deputado Paulo Brossard de Souza Pinto. O deputado Poti Medeiros, da Segurança Pública, foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas, sendo substituído pelo major Leo Etchegoyen e, depois, pelo major Washington Bermudes.

Em 31-1-1967, tomava posse no cargo de governador do Estado o Cel. Walter Perachi Barcelos, que fora Ministro do Trabalho do Presidente Castelo Branco. O novo governador fora eleito pela Assembleia Legislativa, pelos deputados do novo partido governista, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). O Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sendo minoritário na Assembleia, absteve-se de disputar a eleição.

Perachi Barcelos formou assim o seu Secretariado: Solano Borges, depois José Danton de Oliveira (Interior e Justiça), Nicanor Kramer da Luz (Fazenda), Umberto Pergher (Obras Públicas), Luíz Lesseigneur de Faria (Educação), Luciano Machado (Agricultura), Iba Ilha Moreira (Segurança Pública), Henrique Anawate (Energia), João Tamer, depois Hélio Santos e Jair Soares (Administração), Francisco de Castilhos Marques Pereira (Saúde), Cid Furtado, depois A.C Ferreira de Melo (Trabalho), Jorge Moreira (Coordenação e Planejamento), João Dentice de Almeida (Casa Civil) e Leovaldo Vargas, depois Augusto Leitão (Casa Militar).

Perachi Barcelos salientou-se especialmente em realizações nos setores de transportes e energia. Concluiu a Rodovia Presidente Kennedy e, em parte, a de São Vendelino. O governo federal, com o Ministro Mario Andreazza, construiu a autoestrada Porto Alegre-Osorio.

A construção das usinas do Passo Real e Passo Fundo teve expressivo impulso. Os 12.000 telefones existentes subiram para cerca de 100 mil. Foram criados 12 ginásios, dois colégios e equipadas 10 escolas industriais. Criados 32 novos hospitais. O governo Perachi Barcelos concluiu também as obras do Palácio Piratini.

Eleito pela Assembleia Legislativa e indicado pelo Presidente Médici, tomou posse em 15-3-1971, o governador Eng. Euclides Triches, quando a ARENA desejava candidatar o Dr. João Dentice.

Tendo como vice-governador Edmar Fetter, Triches formou assim o seu Secretariado: Octavio Germano (Interior e Justiça), Victor Faccioni (Casa Civil), Jair Soares (Saúde), Jorge Englert, depois Roberto Coelho da Silva (Obras Públicas), Nelson Marchezan (Trabalho e Ação Social), Dolmy Tarasconi (Administração), Edgar Irio Simm (Agricultura), Mauro Costa Rodrigues (Educação e Cultura), Roberto Pires Pacheco (Indústria e Comércio), Jose Hipólito Machado Campos (Fazenda), Athos Cezar Batista Teixeira, depois Ney Pinto de Alencar (Segurança Pública), Guilherme Socias Vilella (Coordenação e Planejamento), Henrique Hanawate (Energia, Minas e Comunicações), Edson Batista Chaves (Turismo), Paulo Nunes Leal (Transportes) e Odilon Camargo (Casa Militar).

O governo do Eng. Euclides Triches foi fecundo em todos os setores de administração. Em 1972, durante os festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil, estiveram em Porto

Alegre os restos mortais do imperador D. Pedro I, trasladados de Portugal.

Em 3-2-1974, foi celebrado o centenário da criação do Tribunal de Justiça do Estado, então presidido pelo Des. Manoel Brustoloni Martins, seguido do Des. Pedro Soares Muñoz.

Nos anos de 1974 e 1975, foi solenemente celebrado o Biênio da Imigração no Estado, com importantes atos.

Durante o governo do Presidente Emilio Garrastazu Médici, houve quatro Ministros rio-grandenses: Mario Andrezza (Transportes), Corsetti (Comunicações), Vinicius de Moraes (Industria e Comércio), Orlando Geisel (Exercito) e Leitão de Abreu (Casa Civil).

Para o quadriênio de 1975-78, foi eleito pela Assembleia Legislativa governador do Estado Sinval Guazzelli, tendo como vice-governador Jose Augusto Amaral de Souza.

O Secretariado esteve assim constituído: Octavio Germano (Interior), Jose Sperb Sanseverino, depois Romeo de Almeida Ramos (Justiça), Jorge Babot Miranda (Fazenda), Getúlio Marcantônio (Agricultura Airtton Santos Vargas (Educação e Cultura), Jose de Paiva Portinho, depois Rubem Moura Jardim (Segurança Pública), Oscar Machado da Silva (Administração), Jair Soares (Saúde), Claudio Enni Strassburger (Industria e Comércio), Firmino Girardello (Transportes), Walter Jobim Filho (Energia, Minas e Comunicações), Eduardo Emilio Maurell Muller (Coordenação e Planejamento), Mario Bernardino Ramos (Turismo), Ênio Vilanova de Castilhos (Extraordinário), Carlos Alberto Allgayer (Casa Civil) e Itaboraí Peracchi Barcelos (Casa Militar).

Durante o governo de Sinval Guazzelli, foi dado notável impulso a todos os setores de atividades, salientando-se a

implantação do III Pólo Petroquímico e a construção do Superporto de Rio Grande.

Em 31-1-1979, tomava posse o governador Jose Augusto Amaral de Souza, tendo como vice Octavio Germano, ambos eleitos pela Assembleia Legislativa.

Eis o Secretariado do novo Governador: Celestino Goulart (Justiça), Mauro Knijnik (Fazenda), Victor José Faccioni, depois Alberto Hoffmann e José Luíz Rocha Paiva (Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas), Balthazar de Bern e Canto, depois Jose Alfredo Marques da Rocha (Agricultura), Ricardo Leônidas Ribas depois Carlos Wilson Schroeder (Educação), Joao Oswaldo Leivas Job (Segurança Pública), Olímpio Cavalcanti de Albuquerque Tabajara (Administração), Germano Mostardeiro Bonow (Saúde e Meio Ambiente), Antônio Carlos Berta (falecido tragicamente em 23-9-1981), depois Joao Salvador de Souza Jardim (Industria e Comércio), Firmino Girardello (Transportes), Justimiano (Augusto) de Araújo Trein, depois Carlos Alberto Allgayer (Trabalho e Ação Social), Romeo de Almeida Ramos (Energia, Minas e Comunicação), Eduardo Emilio Maurell Muller (Coordenação e Planejamento), Lauro Pereira Guimaraes, depois Luiz Carlos Barbosa Lessa (Cultura, Desporto e Turismo), Carlos Roberto Martins Brasil (Secretario Extraordinário), Roberto Eduardo Xavier (Secretario Extraordinário), Augusto Borges Berthier (Casa Civil) e Luiz Diógenes Chaves Couto (Casa Militar).

No governo de Amaral de Souza, prosseguiram as obras do III Polo Petroquímico, que entrou em funcionamento em 1982.

Em Janeiro de 1982, foi solenemente inaugurada em Candiota (Bagé) a torre seca de resfriamento da Usina Termelétrica Presidente Médici, com 133m de altura, sendo a maior do mundo. O complexo do Projeto Candiota, da Companhia Estadual de Energia Elétrica/CEEE, compreendera, em sua fase

final, seis unidades de 350 mw cada uma, garantindo a geração de 12,3 bilhões de kwh, tornando se uma das vinte maiores usinas do mundo.

A fim de obter recursos e tecnologia, o governador Amaral de Souza e seus auxiliares viajaram varias vezes pelo exterior, incluindo Japão e China.

Durante este período governamental, foi extinto o bipartidarismo (ARENA e MDB), surgindo partidos, que se prepararam para disputar as eleições de 15 de novembro de 1982.

O Partido Democrático Social (PDS), que era da situação, no dia 23-1-1982 promoveu a realização de eleições previas para escolha do candidato ao governo do Estado. Nessa previa, a primeira do Brasil, o Ministro Jair Soares obteve 62% da votação, Nelson Marchezan, Presidente da Câmara dos Deputados, obteve 21%, e Octavio Germano, vice-governador, 11%.

O PMDB também em Janeiro apresentou para candidato ao governo do Estado o senador Pedro Simon, enquanto o PDT (Partido Democrático Trabalhista, chefiado por Leonel Brizola) apresentou o deputado Alceu Collares e o PT (Partido dos Trabalhadores), apresentou Olívio Dutra, presidente do partido no Estado.

O governo de Amaral de Souza enfrentou duas greves do magistério público, promovidas pelo Centro dos Professores do RS [3 e Correio do Povo].

Nas eleições de 15-11-1982, sagrou-se vencedor para governar o Estado o Dr. Jair Soares, que derrotou os demais candidatos: Pedro Simon (PMDB), Alceu Collares (PDT) e Olívio Dutra (PT). Em 1986 Jair Soares passou para o PFL, formado por dissidentes do PDS. Jair Soares, em sua administração, construiu 59 postos de saúde, 250 poços artesianos e mais de mil km de estradas.

Pedro Simon, gestão 1987/1991, realizou importantes obras nos setores de saúde, educação, transporte, ação social, tecnologia, segurança, turismo, energia e saneamento. Construiu a Estrada do Mar com 105 km de asfalto entre Osorio e Torres. Na Cultura investiu mais de um milhão de dólares. Para a Segurança Pública, foram adquiridos mais de mil veículos, para um efetivo da BM de 25.572 pessoas. Construção do Terminal Trigo e Soja no Porto de Rio Grande. Na Saúde, os hospitais públicos receberam aparelhagem de última geração, em especial o Instituto de Cardiologia. A produção de remédios cresceu para 330 milhões de unidades. O centro de processamento de dados recebeu rapidez e confiabilidade. Informatização da administração pública. Instituição do programa "Alimento para o Povo". Casa da Cultura Mario Quintana. Restauração da Biblioteca Pública. Reparos em 8.211 salas de aula. Construção ou ampliação de 534 escolas. No plano de obras, construção e ampliação de rodovias. Instituição do Fundo Operação Empresa - Fundeiem RS, com o objetivo de apoiar, mediante incentivo financeiro, a implantação e expansão de projetos industriais de empresas de pequeno, médio e grande porte, visando ao desenvolvimento do Estado.

Alceu Collares, administração 1991/1994, realizou governo dinâmico. No alentado volume Livro das Obras, declara-se que nos três primeiros anos de governo, Alceu Collares realizou mais de 5.000 obras, abrangendo todos os municípios.

Destaque para o setor educacional. Por ocasião da inauguração de 35º Ciep (Centro Integrado de Educação Popular) em Bento Gonçalves, Collares salientou, em seu discurso, os investimentos na área da educação, com a recuperação de três mil escolas em todo o Estado. Fez doação de Kombis escolares para todos os municípios. Implantou o polemico Calendário Rotativo.

No setor da Segurança Pública, embora tenha extinto a Secretaria de Segurança Pública, Collares fez doação de viaturas

para a Brigada Militar em quase todos os municípios, além de ampliar o efetivo da PM.

No dia 7-7-94 irrompeu violento motim no Hospital Penitenciário do Presídio Central, por iniciativa dos presos Dilonei Francisco Melara e Celestino Central, fazendo como reféns 25 funcionários. A Polícia Civil, tendo a frente o Secretario de Justiça do Estado, agiu com rigor, ocorrendo três mortes, feridos e pânico da população por causa da fuga e caçada aos bandidos pelas ruas da cidade. O motim durou 30 horas.

Por ocasião das homenagens prestadas aos cinco jogadores gaúchos na conquista do Tetra Campeonato 94 - Tafarel, Dunga, Marcio Santos, Branco e Gilmar, o governador Alceu Collares concedeu 250 bolsas de estudo para serem distribuídas a universitários carentes.

No dia 21-7-94 o governador Alceu Collares, o presidente do Sistema Financeiro Estadual, Flavio Obino, e o superintendente da Receita Federal do RS, Luiz Jair Cardoso, inauguraram em Uruguaiana o maior posto de aduana da América Latina, com capacidade para abrigar mais de 600 veículos.

Nas eleições de 3-10-94 sagrou-se para o cargo de governador do Estado o Dr. Antônio Britto (PMDB), que disputou com Celso Bernardi (PPR), Olívio Dutra (PT) e Sereno Chaise (PDT).

46 - VULTOS PROEMINENTES

HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA (1774-1823), patrono da imprensa brasileira, paladino da liberdade de imprensa, nasceu a 25-3-1774, na Colônia do Sacramento, então território do Rio Grande do Sul. Com quatro anos, veio com a família, fixando-se no atual município de Pelotas, onde seu tio, Pe. Pedro Pereira da Costa, o conhecido Padre Doutor, que deu nome ao arroio do Padre, possuía estância, a fazenda do Cerro de Sant'Ana do Pavão, no Capão do Leão. O oratório dessa fazenda serviu de sede provisória da freguesia de São Francisco de Paula de Pelotas. Felix da Costa, pai de Hipólito, um dos heróis da tomada de São Martinho. Era Irmão de Hipólito o Pe. Felício Joaquim da Costa Pereira, primeiro vigário de Pelotas. Outro irmão era Jose Saturnino Pereira, deputado pelo RS as cortes de Lisboa, presidente da Província de Mato Grosso, senador, Ministro da Guerra, membro do Conselho do Imperador, comendador da Ordem de Cristo, professor e escritor.

Ao seu tio Padre Doutor, deve Hipólito sua formação pré-universitária. Formado em Direito e Filosofia em Coimbra (1798), viajou para os Estados Unidos e México, numa espécie de espionagem agrícola, comercial e industrial, visitando associações religiosas e políticas, jornais, bibliotecas, festas. Propugnador da liberdade de pensamento, embora católico, abraçou a Maçonaria, sendo, por isso, preso nos cárceres da Inquisição em Lisboa. Conseguiu fugir com a proteção de amigos. Membro da Junta Administrativa da Imprensa Regia, diretor dessa imprensa no Rio de Janeiro (1801).

Em Londres desde 1805, foi professor de língua, fundou o Correio Brasiliense ou Armazém Literário, em fascículos mensais

de umas 80 paginas, circulando de 1-6-1808 ate dezembro de 1822.01° órgão da Imprensa brasileira iniciava uma luta pela emancipação das colônias americanas e pelas causas da Independência do Brasil e abolição da escravatura. O escravo devia ser substituído por "colonos europeus, mas não de Portu-gal, porque seria esvaziar uma das mãos para encher outra". Batalhou para que D. Pedro criasse a Marinha Brasileira. Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonca, autor de varias obras importantes, morreu em Londres e seus restos mortais repousam na Igreja de Humley (V. Antologia do Correio Brasiliense, por Barbosa Lima Sobrinho - Editora Catedral, MEC, 1977).

IRINEU EVANGELISTA DE SOUSA - Visconde de MAUA (1813-1889), nasceu em Arroio Grande. "Em torno dele pode-se escrever a historia econômica do Império" (Castro Rebelo). Em 1857, Mauá fundou o primeiro Banco do Uruguai, onde, em 1862, possuía o maior rebanho do vizinho pais, sendo um dos maiores proprietários de terras, um dos maiores fabricantes e exportadores de lãs, carnes, couros, trigo. Recuperou a iluminação de Montevideú. Praticamente Mauá e seu banco figuravam em tudo quanto se fazia no Uruguai: diques, estaleiros, plantações de algodão, curtumes, fabrica de gelo, plantações e moinhos de trigo, tijolos, ladrilhos... De 1857 a 1868, era difícil encontrar no Uruguai empresa que não tivesse Mauá como promotor ou fornecedor de capital.

No Brasil fundou bancos, companhias de transportes, industrias. Introduziu as estradas de ferro, sendo a primeira ligando Rio de Janeiro a Petrópolis (1854). Já em 1851, ha via organizado o Banco do Brasil. Ligou o Brasil a Europa por meio de um cabo submarino telegráfico. Dirigiu o maior estaleiro da América do Sul. Incrementou a navegação a vapor, varias empresas de melhoramentos urbanos, como companhias de bonde a tração animal, companhia de iluminação a gás.

Construiu, no seu estaleiro de Ponta de Areia, em Niterói, quase todos os navios que operavam desde o Prata ao Amazonas e com os quais o Brasil derrotou a esquadra de Solano Lopes na Batalha do Riachuelo. Fundou a primeira companhia de navegação do rio Amazonas, tendo sido o primeiro autor do desenvolvimento do Amazonas.

Tão grande era a potencia econômica de Mauá, que, quando se deu a calamidade, disse o Visconde do Rio Branco que a falência do seu imenso poderio tinha proporções de "um infortúnio nacional". Diz Moises Vellinho: "Numa síntese vigorosa, Tristão de Ataíde assim se pronunciou a respeito do maior e mais honrado homem de empresa que o Brasil teve: 'O precursor admirável, essa figura realmente única em nossa Historia -o Visconde de Mauá - desde a Maioridade ate a Republica... Foi um quadro assombroso de unificação nacional na cabeça de um só homem, o Caxias da unidade nacional'."

Mauá, o grande banqueiro que nasceu pobre, tendo sido também deputado, acabou seus dias na pobreza, em Petrópolis, a 21-10-1889, vítima de sua boa fé e vivo patriotismo.

JOAQUIM CAETANO DA SILVA - (1810-1873) - o Criador do Amapá, nasceu a 2-9-1810, em Jaguarão. Formado em Letras e Medicina na Franca, foi o primeiro americano inscrito no grande livro do Mérito da Sorbone. Poliglota, estudou a fundo a questão da legitimidade dos direitos do Brasil sobre o território do Amapá, compreendido entre o Oiapoque e o delta amazônico, legitimidade contestada pela Franca desde o século XVI.

Fruto de suas pesquisas sobre o assunto, publicou obra monumental de mais de mil paginas, provando com esmagadora justificação nossos direitos contra as ameaças de Napoleão III. D. Pedro II declarou que a obra de Joaquim Caetano - L'Oyapoc et L'Amazon- "valia por um exercito de duzentos mil homens destacados na fronteira".



Na obra monumental de Joaquim Caetano da Silva, encontrou Rio Branco os argumentos com que levou de vencida a batalha diplomática do Amapá em favor do Brasil. O "criador do Amapá" morreu cego em Niterói, a 28-2-1873.

JOSÉ PLACIDO DE CASTRO (1878-1908) - o Libertador do Acre, nasceu em São Gabriel. Durante a Revolução Federalista de 93, estudante da Escola Militar de Porto Alegre, foi preso por se recusar a assinar o manifesto de solidariedade ao governo. Fugiu da cadeia e aderiu aos revoltosos, tomando parte em vários combates, alcançando o posto de major com 24 anos.

Recusou a anistia de 1895, e seguiu para o Acre como agrimensor nos seringais. O Acre, desde o Tratado de Madrid (1750), pertencia a Bolívia. Os bolivianos acabavam de firmar contrato com os Estados Unidos para exploração daquele imenso território, habitado por retirantes do Nordeste brasileiro.

Plácido assumiu o comando do movimento para a libertação do Acre. Enfrentou combates até contra o próprio presidente boliviano Prando. As negociações diplomáticas em Petrópolis no ano de 1904, com Rio Branco e Assis Brasil, coroaram o trabalho heroico de Plácido de Castro, firmando definitivamente a anexação do atual Estado do Acre ao Brasil.

Quando se preparava para retornar ao RS, a fim de casar e dedicar-se a vida privada, foi covardemente assassinado de emboscada por 14 pistoleiros em 9-8-1908, em Benfica, no Acre. Sua morte continua impune. Sua sepultura encontra-se no cemitério da Santa Casa de Porto Alegre.

TAMANDARÉ - JOAQUIM MARQUES LISBOA, Marques de Tamandaré (18-7-1897). Patrono da Marinha Brasileira. Nasceu em São José do Norte a 13-12-1807, sendo o dia 13 de dezembro consagrado ao marinheiro do Brasil.

Sendo seu pai patrão-mor do porto de Rio Grande, Joaquim, com apenas 15 anos, ingressou na Marinha Imperial, durante a Guerra da Independência. Iniciou como aprendiz de piloto na fragata "Niterói", subordinado ao capitão inglês John Taylor.

No dia 4-5-1823, nos mares da Bahia, sua fragata encontrou a esquadra portuguesa, que derrotou, perseguindo-a até na foz do Tejo, em Portugal. A façanha mereceu-lhe a medalha da "Restauração da Bahia". Tomou parte ainda no combate de Itaparica. Em 1824 fez parte das forças do Recôncavo.

Em 1847, foi nomeado comandante do navio "Dona Afonso", construído em Liverpool, na Inglaterra. Era o primeiro barco a vapor adquirido pelo Império brasileiro. Na viagem inaugural, levando a princesa Dona Francisca, avistou no dia 24-8-1848 uma galera em chamas, que transportava imigrantes ingleses para Boston. Num gesto heroico, conseguiu salvar 156 dos 396 passageiros. O governo inglês premiou os bravos marinheiros brasileiros com 100 libras esterlinas, tendo o comandante recebido um cronometro de ouro.

Durante a guerra contra a Argentina, em 1827, foi preso na Patagônia, mas conseguiu fugir audaciosamente. Em 1835, comandou a retirada das forças legais no Para. Em 1851, salientou-se na guerra contra Rosas. Sagrou-se como herói nas campanhas do Uruguai e Paraguai.

Modernizou a Marinha Brasileira. Por seus feitos heroicos, foi condecorado com numerosas medalhas pelo governo brasileiro e outras concedidas pelos governos inglês, argentino e uruguaio. Em 1854, recebeu o título de Barão de Tamandaré, depois elevado para visconde, conde e marques.

MANUEL LUIS OSÓRIO, Marques do Erval (1808-1879), nasceu em Conceição do Arroio, hoje Osorio, a 10-5-1808. Com

apenas 15 anos, já era cadete e alferes do 3º Regimento de Cavalaria. Fez a campanha de 1825/28, da independência da Cisplatina, e a campanha das províncias unidas, no Prata.

Filiou-se ao Partido Liberal. Apesar disso, a pedido do pai, lutou com a legalidade durante a Revolução Farroupilha. Lutou contra Rosas e Aguirre. Em 1-12-1864, a frente de sua divisão, invadiu o Uruguai, pelas ilhas de São Luís. Em 2-1-1865, assistiu a capitulação de Paissandu. Em 18 de fevereiro do mesmo ano, assumiu interinamente o comando-em-chefe do Exército em operações no Estado Oriental do Uruguai. Organizou o famoso regimento de cavalaria, que se destacou na batalha de Caseros.

Durante a Guerra do Paraguai, foi o primeiro comandante brasileiro, fez a celebre proclamação de 15-4-1866, na qual disse: "Soldados: e fácil a missão de comandar homens livres, basta mostrar-lhes o caminho do dever".

No dia seguinte, empreendeu a passagem do Paraná sendo o primeiro brasileiro a pisar o solo paraguaio. A 2-5-1866, bateu-se heroicamente na batalha de Estero Bellaco. Cobriu-se de glórias na batalha de Tuiuti. Em 1870, foi Ministro da Guerra. Em 1877, foi eleito Senador pelo Rio Grande do Sul. No Senado não apoiou Gaspar Silveira Martins e Sinimbu, contra a reforma da elegibilidade dos não-católicos.

Casou na igreja de São Sebastião, em Bagé, a 15-11-1835. Entre seus cinco filhos, destacam-se Fernando Luís Osorio e Adolfo Luís Osorio. Faleceu a 4-10-1879. Seus restos mortais repousam no Rio de Janeiro, na base do seu monumento, de autoria do escultor Rodolfo Bernardelli. Em 6-8-1933, na Praça Senador Florêncio, em Porto Alegre, foi inaugurado um monumento equestre, em cujo pedestal estão inscritas duas famosas frases, por ele proferidas, a transcrita acima e esta: "A data mais feliz da minha vida seria aquela em que me dessem a

notícia de que os povos civilizados festejavam a sua confraternização, queimando seus arsenais".

GASPAR SILVEIRA MARTINS (1834-1901) nasceu em Aceguá (5-8-1834). Um dos maiores tribunos de todos os tempos. Advogado. Juiz municipal do Rio de Janeiro (1859). Jornalista candente. Deputado (1862). Ministro da Fazenda (1878). Senador (1880) com apenas 46 anos; "fazia estremecer as vidraças".

Com Felix Xavier da Cunha, fundou o Partido Liberal, do qual foi chefe. "Tribuno eloquente, alta e forte estatura, extraordinária cultura, de voz poderosa, gestos largos e expressivos, de olhar dominador, de ideias amplas e de frases espetaculares, fazia estremecer o mais alto Parlamento da Nação".

Fez sua estreia na Câmara dos Deputados a 27-12-1872, que foi, como testemunha o Visconde de Taunay, "um verdadeiro estouro, assim espécie de cauda de um furioso pampeiro a entrar por todas as janelas e portas do casarão da Câmara dos Deputados, furacão a fazer estremecer o velho edifício da cadeia dos tempos coloniais, infundindo em todos pasmo, quase terror".

Seu discurso de estreia, com duas horas de duração, assim perorava: "Os homens passam, as dinastias desaparecem num turbilhão; as nações, porem, vivem séculos; a liberdade e imperecível como a alma humana. Basta, para consolo dos que sustentam a causa da liberdade, saberem que ela e a causa do futuro, e a causa da democracia, e a causa da América".

Poliglota, falava fluentemente seis idiomas e compreendia outros seis. Passava horas declamando poesias e textos clássicos. Exilado na França, conviveu com estadistas como Gladstone, cientistas como Spencer, intelectuais como Renan e Anatole France. Renan disse, com espanto e ironia: "Deportando um homem como Silveira Martins, o Brasil ou e um país de sábios ou de ignorantes".

Ele conseguiu para o RS a construção da estrada de Ferro Porto Alegre-Uruguaiana, a Escola Militar, o Tribunal de Relação (Tribunal de Justiça), verbas para a colonização estrangeira, anulação da lei que impedia o voto aos não-católicos, pleiteou a abertura da Barra do Rio Grande, declarando: "A barra não tem querer".

Não era republicano, era mais por uma monarquia parlamentarista. Era presidente da Província, quando se proclamou a Republica; foi preso e exilado para a França. Retornando em 1892, organizou o Partido Republicano Federalista, entrando em luta contra Júlio de Castilhos, mediante a Revolução Federalista de 1893. Derrotado, exilou-se no Uruguai, onde morreu a 23-7-1901. Seus restos mortais repousam na Catedral de Bagé, desde 30-8-1920.

Nos últimos anos, dedicou-se a pecuária em suas propriedades no RS e Uruguai. Estava desencantado com a política. Afirmara ele: "Os homens políticos são como os arroios. Puros e cristalinos brotam da rocha viva; a medida que engrossam, vão tomando a cor e o sabor das terras por onde passam; ate entrar no oceano, que os salga e lhes tira o nome".

ALMIRANTE ALEXANDRINO DE ALENCAR (1848-1926) fez a Campanha do Paraguai, participou da Revolta da Esquadra (1893), senador pelo Amazonas (1906 e 1921), Ministro da Marinha varias vezes (1906, 1910,1913 e 1922), criador da viação naval, grande vulto da proclamação da Republica; sua casa em Rio Pardo pertence ao Ministério da Marinha [6,7,52, 60,63].

47 - GOVERNANTES DO RIO GRANDE DO SUL DE 1737 A 1995

PERÍODO DA COMANDÂNCIA E CAPITANIA

GOVERNANTES DO RIO GRANDE DO SUL DE 1737 A 1995	
PERÍODO DA COMANDÂNCIA E CAPITANIA	
Posse	
19-02-1737	José da Silva Pais
16-12-1737	André Ribeiro Coutinho
05-03-1739	Diogo Osório Cardoso
28-06-1752	Pascoal de Azevedo
08-12-1760	Inácio Elói de Sena Madureira
10-06-1763	Luís Manuel da Silva Pais, nomeado para substituir Francisco Barreto Pereira Pinto, que não assumiu por doença.
24-02-1764	José Custódio de Sá Faria
23-04-1769	José Marcelino de Figueiredo (Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda)
26-10-1771	Antônio da Veiga de Andrade
05-04-1773	José Marcelino de Figueiredo
31-05-1780	Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara
25-01-1787	Rafael Pinto Bandeira
30-05-1787	Joaquim José Ribeiro da Costa
08-01-1801	Francisco José Roscio
30-01-1803	Paulo José da Silva Gama
09-10-1807	D. Diogo de Sousa, Conde de Rio Pardo



13-11-1814	Luís Teles da Silva, Marques de Alegrete
19-10-1820	D. José de Castelo Branco
22-09-1820	Junta: Manuel Marques de Sousa, Joaquim Bernardino de Sena Ribeiro da Costa e Antônio José Rodrigues Ferreira
20-08-1821	João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun, tendo sido substituído por uma junta governativa em 25-2-1822.
PERÍODO IMPERIAL	
Posse	
29-11-1823	Nova Junta: José Inácio da Silva, José Joaquim Machado de Oliveira, Francisco Xavier Ferreira, Pe. Fernando José Mascarenhas Castelo Branco e Pe. Tomé Luís de Sousa.
25-11-1823	José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo
04-01-1826	José Egídio Grodilho de Barbuda
04-11-1826	Salvador José Maciel
02-08-1829	Pe. Antônio Vieira da Soledade, Vigário Geral
17-11-1829	Dr. Caetano Maria Lopes Gama
22-04-1830	Dr. Américo Cabral de Melo
22-08-1830	Dr. Caetano Maria Lopes Gama
20-12-1830	Dr. Américo Cabral de Melo
08-01-1831	Desembargador José Carlos Pereira de Almeida Torres

28-03-1831	Dr. Américo Cabral de Melo
11-08-1831	Des. Manuel Antônio Galvão
24-10-1833	Des. José Mariani
02-05-1834	Dr. Antônio Rodrigues Fernandes Braga
21-09-1835	Dr. Marciano José Pereira Ribeiro
15-01-1836	Dr. José de Araújo Ribeiro
16-02-1836	Dr. Américo Cabral de Melo
28-03-1836	Dr. Marciano Pereira Ribeiro
04-07-1836	Antônio Elzeário de Miranda Brito, empossado em Rio Grande
24-07-1836	Dr. José de Araújo Ribeiro
05-01-1837	Antero José Ferreira de Brito, que foi aprisionado em
23-03-1837	
01-04-1837	Dr. Américo Cabral de Melo
12-06-1839	Dr. João Dias de Castro
24-06-1839	Dr. Saturnino de Sousa e Oliveira
27-07-1840	Francisco José de Sousa Soares de Andrea
20-11-1840	Dr. Francisco Alvares Machado
17-01-1841	Dr. Saturnino de Sousa e Oliveira
09-11-1842	Luís Alves de Lima e Silva, Barão de Caxias, que teve como secretario o poeta Domingos José Gonçalves de Magalhães, Visconde de Araguaia
11-03-1846	Patrício Correia da Câmara
11-11-1846	Manuel Antônio Galvão
02-03-1848	Dr. João Capistrano de Miranda e Castro
10-04-1848	Francisco José de Sousa Soares de Andrea
06-03-1850	José Antônio Pimenta Bueno

04-11-1850	Pedro Ferreira de Oliveira
30-07-1851	Luís Alves de Lima e Silva, Conde de Caxias
04-09-1851	Patrício Correia da Câmara
15-10-1851	Dr. Luís Alves Leite de Oliveira Belo
02-12-1852	Dr. João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu
15-10-1855	Dr. Luís Alves Leite de Oliveira Belo
17-09-1855	Dr. Manuel Vieira Tosta
28-04-1856	Jeronimo Francisco Coelho
08-03-1857	Patrício Correia da Câmara
16-10-1857	Ângelo Muniz da Silva Ferraz
22-04-1859	Patrício Correia da Câmara
04-05-1859	Joaquim Antão Fernandes Leão
17-10-1861	Patrício Correia da Câmara
30-10-1861	Pe. Vicente Pires da Mota
16-01-1862	Des. Francisco de Assis Pereira Rocha
18-12-1862	Patrício Correia da Câmara
10-01-1863	Dr. Espiridião Elói de Barros Pimentel
29-03-1864	Patrício Correia da Câmara
02-05-1864	Dr. João Marcelino de Sousa Gonzaga
20-07-1865	Francisco do Rego Barros, Visconde da Boa Vista
16-04-1866	Dr. Antônio Augusto Pereira da Cunha
22-01-1867	Dr. Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo
13-04-1868	Dr. Joaquim Vieira da Cunha
14-07-1868	Guilherme Xavier de Sousa
20-05-1868	Dr. Ismael Rodrigues Barcelos
14-09-1868	Dr. Antônio da Costa Pinto e Silva

20-05-1869	Dr. Ismael Rodrigues Barcelos
14-07-1869	Dr. João Sertório
29-09-1870	Dr. João Capistrano de Miranda e Castro
04-11-1870	Dr. Francisco Xavier Pinto Lima
24-05-1871	João Simões Lopes
12-09-1871	Dr. João Dias de Castro
20-10-1871	Dr. Jeronimo Martiniano Figueira de Melo
11-7-1872	Dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior
01-12-1872	Dr. João Pedro Carvalho de Moraes
11-03-1875	Dr. José Antônio de Azevedo Castro
04-04-1876	Des. Tristão de Alencar Araripe
05-02-1877	Dr. João Dias de Castro
21-05-1877	Des. Francisco de Faria Lemos
10-02-1878	Dr. João Chaves Campelo
12-03-1878	Dr. Américo de Moura Marcondes de Andrade
26-01-1879	Dr. Felisberto Pereira da Silva
19-07-1879	Dr. Carlos Thompson Flores
16-04-1880	Dr. Antônio Correia de Oliveira
19-04-1880	Dr. Henrique Francisco d'Ávila
06-02-1881	Dr. Joaquim Pedro Soares
19-05-1881	Dr. Francisco de Carvalho Soares Brandao
14-01-1882	Dr. Joaquim Pedro Soares
27-02-1882	Dr. José Leandro de Godoi e Vasconcelos
09-10-1882	Dr. Leopoldo Antunes Maciel
28-10-1882	Dr. José Antônio de Sousa Lima

01-07-1882	Dr. Menandro Rodrigues Fontes
16-07-1883	Dr. José Júlio de Albuquerque Barros
20-09-1885	Dr. Miguel Rodrigues de Barcelos
28-09-1885	Des. Henrique Pereira de Lucena
08-05-1886	Manuel Deodoro da Fonseca
09-12-1886	Des. Miguel Calmon du Pin e Almeida
31-12-1886	Dr. Fausto de Freitas e Castro
25-01-1887	Des. Bento Luís de Oliveira Lisboa
25-04-1887	Dr. Rodrigo de Azambuja Vilanova
27-10-1887	Dr. Joaquim Jacinto de Mendonca
27-01-1888	Dr. Rodrigo de Azambuja Vilanova
09-08-1888	Joaquim da Silva Tavares
08-12-1888	Dr. Joaquim Galdino Pimentel
25-06-1888	Antônio Ferreira Prestes Guimarães
08-07-1889	João de Freitas Leitão
24-07-1889	Gaspar da Silveira Martins
06-11-1889	Justo de Azambuja Rangel
Período Republicano	
Posse	
15-11-1889	Mal. José Antônio Correia da Câmara
11-02-1890	Mal. Júlio Anacleto Falcão da Frota
06-05-1890	Dr. Francisco da Silva Tavares
13-05-1890	Gen. Carlos Machado de Bittencourt
24-05-1890	Gen. Candido José da Costa
16-03-1891	Dr. Fernando Abbott
15-07-1891	Dr. Júlio Prates de Castilhos

12-11-1891	Junta Governativa: Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil, Dr. João de Barros Cassal e Gen. Domingos Alves Barreto Leite.
12-11-1891	Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil
19-11-1891	Gen. Domingos Alves Barreto Leite
19-02-1892	Dr. João de Barros Cassal
08-06-1892	Mal. Correia da Câmara, Visconde de Pelotas
17-06-1892	Gen. João Nunes da Silva Tavares
17-06-1892	Dr. Júlio de Castilhos
25-01-1898	Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros
25/01/1903	Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros
25/01/1908	Dr. Carlos Barbosa Gonçalves
25/01/1913	Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros
02/01/1912	Gen. Salvador Pinheiro Machado, Vice-presidente em exercício
25/01/1918	Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros
02/01/1919	Dr. Protásio Alves, Vice-presidente em exercício
20/03/1919	Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros
25/01/1923	Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros
25/01/1928	Dr. Getúlio Dorneles Vargas
11/10/1930	Dr. Oswaldo Aranha, nomeado entregou o governo ao Dr. Sinval Saldanha



28/11/1930	Gen. Dr. José Antônio Flores da Cunha, Interventor Federal
08/04/1931	Dr. Sinval Saldanha, varias vezes interino ate 24-6-1932, seguido por Dr. Darcy Azambuja.
19/10/1937	Gen. Manuel de Cerqueira Daltro Filho, falecendo em 19-1-1938.
02/03/1938	Gen. Osvaldo Cordeiro de Farias
11/09/1943	Cel. Ernesto Dorneles
01/11/1945	Des. Samuel Figueiredo da Silva
07/02/1946	Dr. Pompilio Cilon Rosa
15/03/1947	Dr. Valter Só Jobim
15/03/1951	Gen. Ernesto Dorneles
15/03/1955	Eng. Ildo Meneghetti
15/03/1959	Eng. Leonel de Moura Brizola
15/03/1963	Eng. Ildo Meneghetti
15/03/1967	Cel. Walter Peracchi Barcelos
15/03/1971	Eng. Euclides Triches
15/03/1975	Dr. Sinval Sebastião Duarte Buzelli
15/03/1979	Dr. José Augusto Amaral de Sousa
15/03/1983	Dr. Jair Soares
15/03/1987	Dr. Pedro Simon
15/03/1991	Dr. Alceu Collares
01/01/1995	Dr. Antônio Britto



48 - MUNICÍPIOS DO RS EM 1994

MUNICÍPIOS DO RS	DATA DE CRIAÇÃO	ÁREA (Km ²)	POPULAÇÃO			ALTITU DE Metros
			1970	1980	1993	
001- Água Santa	8.12.1987	346	-	-	4.082	658
002- Agudo	16.02.1959	412	14.201	15.758	16.712	90
003- Ajuricaba	08.11.1965	445	11.633	11.857	11.041	533
004- Alecrim	09.11.1963	316	15.407	14.082	10.383	250
005- Alegrete	250.2.1931	7936	65.127	72.113	78.740	96
006- Alegria	31.12.1987	176	-	-	6.250	400
007- Alpestre	26.12.1963	322	13.497	15.490	13.571	308
008- AltoAlegre	02.12.1987	110	-	-	2.139	521
009- Alto Alegre	20.03.1992	84	-	-	5.000	800
010- Alvorada	17.09.1965	146	40.378	92.490	146.005	14
011- Amaral Ferrador	10.04.1988	508	-	-	5.911	400
012- Ametista do Sul	20.03.1992	82	-	-	6.500	545
013- André da Rocha	24.04.1988	322	-	-	1.047	800
014- Anta Gorda	26.12.1963	323	8.392	7.200	6.945	750
015- Antônio Prado	11.02.1989	340	14.776	13.159	11.235	770
016- Arambaré	20.03.1992	500	-	-	3.500	38
017- Aratiba	04.10.1955	317	13.932	11.969	8.709	280
018- Arroio do Meio	28.11.1934	180	19.511	19.077	15.070	42



019- Arroio do Sal	22.04.1988	111	-	-	3.095	5
020- Arroio do Tigre	06.11.1963	656	16.152	16.408	15.567	615
021- Arroio dos Ratos	18.12.1964	387	7.860	9.809	11.827	162
022- Arroio Grande	24.03.1973	2.550	18.191	16.866	18.148	39
023- Arvorezin-ha	16.02.1959	387	14.521	15.064	9.585	819
024- Augusto Pestana	17.09.1965	517	9.228	9.086	9.158	345
025- Aurea	24.11.1987	292	-	-	4.423	755
026- Bagé	05.06.1946	4.336	90.438	101.402	110.784	223
027- Barão	12.05.1988	184	-	-	8.843	763
028- Barão do Cotegipe	01.06.1964	517	8.676	7.645	7.373	832
029- Barão do Triunfo	20.11.1992	43	-	-	6.500	30
030- Barra do Guarita	20.3.1992	58	-	-	4.000	364
031- Barra do Ribeiro	17.2.1959	850	9.383	10.758	11.775	11
032- Barra do Rio Azul	20.03.1992	161	-	-	2.800	280
033- Barra Funda	20.03.1992	56	-	-	2.200	480
034- Barracão	03.05.1964	524	8.620	7.184	6.228	860
035- Barros Cassal	05.11.1963	764	15.543	14.191	13.270	718
036- Bento Gonçalves	11.10.1890	370	41.982	59.915	75.680	618
037- Boa Vista das Missões	20.30.1992	192	-	-	2.200	634
038- Boa Vista do Burica	02.12.1963	174	8.746	8.0908	9.085	369

039- BomJesus	16.7.1913	2.68 5	24.080	17.034	13.293	1.389
040- Bom Princípio	15.08.199 2	134	-	-	7.641	30
041- Bom Progresso	02.03.199 2	90	-	-	2.730	475
042- Bom Retiro do Sul	31.01.195 5	187	8.913	9.039	11.470	190
043- Boqueirão do Leão	08.12.198 7	263	-	-	7.364	690
044- Bossoroca	12.10.196 5	1.63 4	7.037	7.527	7.934	309
045- Braga	15.12.196 5	166	-	-	4.926	475
046- Brochier do Maratá	11.04.198 8	102	-	-	4.069	40
047- Butiá	09.10.196 5	1.08 0	-	-	19.200	30
048- Caçapava do Sul	25.10.193 1	3.05 1	3.3937	3.3956	34.560	460
0049- Cacequi	28.12.194 4	2.46 3	18.680	15.425	15.836	87
050- Cachoeira do Sul	25.10.181 9	309	9.4350	95.572	89.058	68
051- Cachoeirinha	09.11.196 5	36	31.023	63.798	90.101	4
052- Cacique Doble	01.6.1964	259	6.502	6.012	5.692	800
053- Caibaté	17.09.196 5	385	7.896	8.504	7.830	300
054- Caiçara	09.10.196 5	186	8.984	6.962	6.203	220
055- Camaquã	19.04.196 4	1.65 1	57.344	58.415	59.139	38
056- Camargo	03.05.198 8	157	-	-	2.526	700
057- Cambara do Sul	20.12.196 3	1.24 6	8.578	6.879	7.082	980
058-	20.03.199	527	-	-	3.490	955

Campestre da Serra	2					
059- Campina das Missões	09.10.1963	570	-	-	8.440	180
060- Campinas do Sul	31.01.1959		-	-	8.538	685
061-Campo Bom	31.01.1959	63	16.623	34.202	48.745	338
062- Campo Novo	31.01.1959	190	10.337	10.954	6.880	475
063- Campos Borges	13.04.1988	184	-	-	3.868	521
064- Candelária	07.01.1925	948	26.592	27.017	28.021	49
065- Candido Godoi	09.10.1963	230	7.690	8.146	7.465	420
066- Candiota	20.03.1992	1.905	-	-	5.857	223
067- Canela	28.12.1944	224	13.908	19.484	24.875	836
068- Canguçu	28.01.1857	3.369	62.626	55.884	50.261	420
069- Canoas	27.03.1939	89	-	-	18.620	5
070- Capão da Canoa	12.04.1982	89	-	-	18.620	5
071- Capão do Leão	03.05.1982	273	-	14.500	18.954	21
072- Capela de Santana	08.12.1987	182	-	-	7.472	15
073- Capitão	20.03.1992	70	-	-	2.240	42
074- Carazinho	24.01.1931	863	42.552	55.117	54.265	592
075- Carlos Barbosa	25.09.1959	243	12.369	13.821	16.915	650
076- Carlos Gomes	20.03.1992	75	-	-	2.300	775
077- Casca	15.12.1954	484	15.564	14.488	10.217	820
078- Caseiros	09.05.198	243	-	-	2.869	500

	8					
079- Catuípe	16.10.196 1	804	15.613	14.958	10.989	240
080- Caxias do Sul	26.06.189 0	1.36 9	144.284	224.989	296.968	815
081- Centenário	20.03.199 2	133	-	-	3.500	755
082- Cerro Branco	12.05.198 8	148	-	-	5.301	60
083- Cerro Grande	13.04.198 8	73	-	-	2.972	634
084- Cerro Grande do Sul	12.05.198 8	357	-	-	8.024	562
085- Cerro Largo	15.12.195 4	253	17.998	19.639	13.899	306
086- Chapada	12.02.195 9	810	10.573	10.465	10.535	617
087- Charquea-das	28.04.198 2	80,5	-	-	25.725	62
088- Charrua	20.03.199 2	190	-	-	3.800	658
089- Chiapeta	15.12.196 5	367	4.405	4.459	4.673	480
090- Cidreira	09.05.198 8	335	-	-	8.829	24
091- Ciríaco	28.12.196 5	310	7.594	7.969	6.153	750
092- Colinas	20.03.199 2	258	-	-	2.800	198
093- Colorado	03.07.196 2	272	5.563	4.561	4.395	430
094- Condor	17.11.196 5	618	5.923	6.462	6.424	540
095- Constan- tina	140.4.195 9	285	15.543	17.107	12.163	470
096- Coqueiros do Sul	20.03.199 2	270	-	-	2.900	592
097- Coronel Barros	20.03.199 2	165	-	-	2.500	362
098- Coronel	18.12.196	518	8.442	9.247	9.597	620

Bicaco	3					
099- Cotiporã	12.05.199 2	172	-	-	4.159	800
100- Coxilha	20.03.199 2	422	-	-	3.200	700
101- Crissiumal	18.12.195 4	385	19.290	19.883	18.180	420
102- Cristal	29.04.198 8	655	-	-	6.082	38
103- Cruz Alta	11.03.183 3	2.56 3	57.935	68.311	70.000	473
104- Cruzeiro do Sul	12.08.192 2	157	8.787	9.528	10.795	148
105- David Canabarro	28.12.196 5	203	6.283	5.338	5.040	841
106- Derrubadas	20.03.199 2	464	-	-	4.700	364
107- Dezesesseis de Novembro	11.04.198 8	210	-	-	3.986	260
108- Dois Irmãos	10.09.195 9	90	13.817	15.583	14.857	250
109- Dois Irmãos das Missões	20.03.199 0	224	-	-	2.816	630
110- Dois Lajeados	08.12.198 7	81,5	-	-	3.616	240
111- Dom Feliciano	09.12.196 3	1.18 7	14.404	12.891	12.414	151
112- Dom Pedrito	30.10.187 2	5.25 0	32.831	35.878	38.027	140
113- Dona Francisca	17.7.1965	82	3.487	3.194	3.579	25
114- Dr Maurício Cardoso	08.12.198 7	252	-	-	7.208	540
115- Eldorado do Sul	08.06.198 8	634	-	-	17.706	4
116- Encantado	31.03.191 5	230	3.487	3.194	18.154	54
117- Encruzilha da	19.07.184 9	3.90 6	34.581	38.094	21.451	420

do Sul						
118- Engenho Velho	20.03.199	90	-	-	2.800	470
119- Entre Ijuís	13.04.19	550	-	-	9.958	300
120- Entre Rios do Sul	05.03.1988	118	-	-	4.043	760
121- Erebangó	11.04.1988	165	-	-	3.209	700
122- Erechim	30.04.1918	672	48.681	62.437	72.323	861
123- Ernestina	11.04.1988	297	-	-	3.843	700
124- Erval Grande	16.02.1959	283	10.533	8.581	7.275	705
125- ErvalSeco	20.12.1963	623	13.515	15.007	10.200	630
126- Esmeralda	27.11.1963	1.310	8.636	6.423	5.808	900
127- Espumoso	18.12.1954	686	35.014	32.397	16.910	365
128- Estação	24.09.1987	98	-	-	5.530	700
129- Estancia Velha	08.09-1959	65,5	8.897	14.467	28.169	19
130- Esteio	15.12.1954	29,20	34.387	51.874	70.235	29
131- Estrela	20.05.1976	94	30.731	25.222	24.653	198
132- Eugênio de Castro	29.04.1988	670	-	-	3.541	300
133- Fagundes Varela	08.12.1987	133	-	-	2.554	700
134- Farroupilha	11.12.1934	386	19.317	29.410	45.365	700
135- Faxinal do Soturno	12.02.1959	250	9.065	9.233	8.876	210
136- Faxinalzinho	12.05.1988	144	-	-	3.085	360
137- Feliz	17.02.1959	32	12.714	13.611	8.587	30

138- Flores da Cunha	17.05.1924	240	14.630	15.583	17.772	710
139- Fontoura Xavier	09.07.1965	480	15.298	14.155	12.087	768
140- Fortaleza dos Valos	03.05.1982	718	-	-	4.855	485
141- Formigueiro	09.10.1963	607	9.723	7.970	7.696	35
142- Frederico Westphalen	09.10.1963	424	9.723	7.970	25.890	625
143- Garibaldi	31.10.1900	310	20.812	23.512	26.002	640
144- Garruchos	20.03.1992	1.000	-	-	3.230	99
145- Gaurama	15.12.1954	457	14.786	14.391	6.500	755
146- General Câmara	04.05.1881	674	13.285	11.951	11.549	1
147- Gentil	20.30.1992		-	-	2.000	750
148- Getúlio Vargas	18.12.1934	846	27.221	28.437	20.042	442
149- Girua	18.12.1954	1.163	25.933	26.933-	26.822	32
150- Glorinha	04.03.1989	291	-	-	4.588	855
151- Gramado	15.12.1954	221	12.291	16.541	22.044	855
152- Gramado dos Loureiros	12.03.1992	120	-	-	2.850	639
153- Gramado Xavier	20.03.1992	220	-	-	2.880	49
154- Gravataí	11.06.1980	801	52.457	108.733	186.927	42
155- Guabiju	30.11.1987	147	-	-	1.737	860
156- Guaíba	14.10.1926	171	33.695	56.515	80.580	4
157- Guaporé	11.12.1903	466	25.241	24.947	17.821	700
158- Guarani	03.01.195	360	10	11.497	11.504	278

das Missões	9					
159- Harmonia	13.04.1988	47	-	-	3.075	48
160- Herval	02.03.1938	2.270	7.939	7.380	7.147	384
161- Horizontina	18.12.1954	216	21.013	24.896	17.021	369
162- Hulha Negra	20.03.1992	1.000	-	-	7.300	223
163- Humaitá	18.02.1959	77	11.306	10.117	6.030	475
164- Ibarama	15.12.1987	197	-	-	5.111	440
165- Ibiaçá	22.11.1965	615	7.331	6.761	5.892	725
166- Ibiraiaras	09.07.1965	554	8.509	7.928	7.789	794
167- Ibirapuitã	15.12.1987	373	-	-	5.899	720
168- Ibirubá	15.12.1954	500	19.348	20.131	17.813	425
169- Igrejinha	01.06.1964	162	7.072	12.099	20.811	25
170- Ijuí	31.01.1912	839	53.880	72.846	73.558	362
171- Ilópolis	26.12.1963	98	3.417	3.640	3.861	700
172- Imbé	09.05.1988	130	-	-	7.292	4
173- Imigrante	09.05.1988	100	-	-	3.959	140
174- Independência	23.10.1965	388	9.043	8.481	7.501	420
175- Inhacorã	20.03.1992	143	-	-	2.400	480
176- Ipê	15.12.1987	593	-	-	5.718	
177- Ipiranga do Sul	20.04.1988	152	-	-	2.348	760
178- Iraí	01.07.1933	211	13.018	13.334	10.592	
179- Itacurubi	09.05.198	1.11	-	-	3.368	100

	8	4				
180- Itapuca	20.09.199 2	190	-	-	2.850	800
181- Itaqui	06.12.195 8	5.02 8	28.435	34.006	40.979	78
182- Itatiba do Sul	19.12.196 4	204	8.071	6.749	6.659	705
183- Ivora	09.05.198 7	160	-	-	2.564	256
184- Ivoti	19.10.195 4	104	7.068	9.247	4.863	458
185- Jaboticaba	30.11.198 7	139	-	-	5.748	650
186- Jacutinga	01.06.196 4	262	6.999	6.627	4.307	396
187- Jaguarão	06.07.183 2	2.10 0	22.377	23.563	28.373	11
188- Jaguari	16.08.192 0	960	17.848	16.369	12.750	153
189- Jaquirana	08.12.198 7	895	-	-	4.047	1.000
190- Jóia	12.05.198 2	452	-	-	7.708	314
191- Júlio de Castilhos	03.04.189 1	2.00 0	24.471	26.262	19.844	522
192- Lagoa dos Três Cantos	20.03.199 2	156	-	-	1.800	510
193- Lagoão	20.04.098 8	383	-	-	6.040	700
194- Lagoa Vermelha	10.05.188 1	1.70 2	28.818	29.105	28.927	820
195- Lajeado	26.01.189 1	316	57.014	65.114	58.090	199
196- Lajeado do Bugre	20.03.199 2	72	-	-	4.000	634
197- Lavras do Sul	09.05.188 2	2.68 0	11.500	9.308	8.819	300
198- Liberato Salzano	01.06.196 4	260	10.150	10.691	8.659	706
199- Lindolfo Color	20.03.199 2	53	-	-	2.500	458

200- Linha Nova	20.03.199 2	65	-	-	1.480	30
201- Machadin-ho	16.02.195 9	292	10.053	8.213	7.336	826
202- Manoel Viana	20.03.199 2	1.59 6	-	-	5.700	125
203- Maquiné	20.03.199 2	600	-	-	8.840	28
204- Maratá	20.03.199 2	85	-	-	2.238	40
205- Marau	18.12.195 4	417	26.432	27.438	22.295	750
206- Marcelino Ramos	28.12.194 4	195	8.833	7.908	7.080	363
207- Mariana Pimentel	20.03.199 2	326	-	-	3.112	383
208- Mariano Moro	09.07.196 5	348	4.148	3.382	2.998	840
209- Mata	02.12.196 4	398	7.3533	6.290	5.574	97
210- Mato Castelhana	20.03.199 2	282			2.215	710
211- Mato Leitão	20.03.199 2	95	-	-	2.709	210
212- Maximiliano de Almeida	27.12.196 1	202	7.044	6.962	6.633	420
213- Minas do Leão	20.03.199 2	420	-	-	8.951	30
214- Miraguai	15.12.196 5	131	8.405	7.405	6.000	475
215- Montauri	09.05.198 8	66	-	-	1.786	500
216- Monte Belo do Sul	20.03.199 2	70	-	-	2.985	618
217- Montenegro	05.05.187 8	222	46.701	49.920	47.084	34
218- Mormaço	20.03.199 2	212	-	-	2.440	720
219- Morrinhos do	20.03.199 2	166	-	-	2.160	6

Sul						
220- Morro Redondo	21.05.1988	221	-	-	8.047	351
221- Morro Reuter	20.03.1992	212	-	-	4.400	250
222- Mostardas	26.12.1963	1.893	14.317	13.108	9.323	12
223- Muçum	18.02.1959	217	7.927	7.967	7.126	450
224- Muliterno	20.03.1992	110	-	-	1.800	750
225- Não Me-Toque	18.12.1954	432	10.696	13.007	13.345	555
226- Nicolau Vergueiro	20.03.1992	132	-	-	1.828	750
227- Nonoai	30.01.1959	627	29.786	28.726	12.608	639
228- Nova Alvorada	12.05.1988	148	-	-	2.858	720
229- Nova Araçá	22.12.1964	46	2.292	2.297	2.866	806
230- Nova Bassano	23.05.1964	216	6.383	6.370	6.763	700
231- Nova Boa Vista	20.03.1992	95	-	-	2.391	95
232- Nova Brescia	23.12.1964	167	9.358	7.141	4.874	314
233- Nova Esperança do Sul	13.04.1988	188	-	-	3.341	383
234- Nova Hartz	02.12.1987	60	-	-	10.224	35
235- Nova Pádua	20.03.1992	126	-	-	2.340	710
236- Nova Palma	29.07.1960	367	8.008	8.200	6.180	505
237- Nova Petrópolis	15.12.1954	309	13.230	14.094	13.136	840
238- Nova Prata	11.08.1924	587	20.834	21.386	15.379	820
239- Nova Roma do Sul	30.11.1988	147	-	-	2.963	715

240- Nova Santa Rita	20.02.199 2	240	-	-	10.000	15
241- Novo Barreiro	20.03.199 2	121	-	-	4.022	620
242- Novo Hamburgo	05.04.192 7	223	85.353	138.400	211.240	26
243- Novo Machado	20.03.199 2	200	-	-	5.385	303
244- Novo Tiradentes	20.03.199 2	75	-	-	2.385	305
245- Osorio	16.12.195 7	224	55.841	71.763	30.005	28
246- Paim Filho	05.12.196 1	202	10.709	10.750	5.395	749
247- Palmares do Sul	12.05.198 2	1.50 0	-	-	11.254	3
248- Palmeira das Missões	06.05.187 4	1.43 1	58.767	66.863	38.906	634
249- Palmitinho	08.11.196 5	264	13.255	13.965	6.720	634
250- Panambi	15.12.195 4	490	16.220	24.129	30.030	480
251- Pântano Grande	15.12.198 7	856	-	-	10.020	115
252- Parai	09.07.196 5	222	4.166	4.578	5.110	845
253- Paraíso do Sul	12.05.198 8	341	-	-	6.565	25
254- Pareci Novo	200.3.199 2	58	-	-	2.840	34
255- Parobé	01.05.198 2	128	-	-	31.867	26
256- Passo do Sobrado	20.03.199 2	283	-	-	5.471	53
257- Passo Fundo	28.01.185 7	496	93.936	125.184	144.215	709
258- Paverana	30.04.198 8	164	-	-	7.204	299
259- Pedro Osorio	03.04.195 9	1.13 2	16.276	15.203	14.860	24
260- Pejuçara	15.12.196 5	500	3.432	3.622	4.010	362

261- Pelotas	07.12.183 0	258	208.017	267.751	294.494	7
262- Picada Café	20.03.199 2	83	-	-	3.900	840
263- Pinhal	29.04.198 3	69	-	-	2.741	625
264- Pinhal Grande	20.03.199 2	300	-	-	4.143	544
265- Pinheiri- nho do Vale	20.03.199 2	107	-	-	4.879	634
266- Pinheiro Machado	02.05.187 8	2.91 7	14.242	14.808	13.474	436
267- Pirapó	30.11.198 7	287	-	-	3.819	100
268- Piratini	15.12.183 0	3.45 9	24.438	20.412	17.621	345
269- Planalto	26.12.196 3	188	17.609	17.855	12.383	545
270- Poço das Antas	12.05.198 8	47	-	-	1.558	541
271- Pontao	20.03.199 2	600	-	-	4.445	700
272- Ponte Preta	20.03.199 2	104	-	-	2.238	396
273- Portão	09.10.196 3	134	7.501	10.818	19.439	15
274- Porto Alegre	07.08.180 9	327, 42	885.564	1.158.7 09	1.262.6 31	4
275- Porto Lucena	06.08.195 5	304	13.033	12.356	7.108	80
276- PortoMauá	20.03.199 2	105	-	-	2.912	3303
277- Porto Vera Cruz	20.03.199 2	112	-	-	2.817	80
278- Porto Xavier	06.01.196 6	280	12.428	12.356	10.834	62
279- Pouso Novo	29.04.198 8	160	-	-	2.210	768
280- Presidente Lucena	20.03.199 2	50	-	-	2.100	458
281-	03.11.198	270	-	-	6.923	

Progresso	7					686
282- Protásio Alves	29.04.1988	176	-	-	2.340	820
283- Putinga	26.12.1963	229	6.853	6.280	5.244	750
284- Quaraí	04.08.1875	2.999	19.785	20.028	22.100	100
285- Quevedos	20.03.1992	458	-	-	2.790	458
286- Quinze de Novembro	08.12.1987	225	-	-	3.490	521
287- Redentora	21.01.1965	273	11.545	10.353	9.095	630
288- Relvado	09.05.1988	114	-	-	2.586	750
289- Restinga Seca	25.03.1959	811	15.841	14.649	15.227	151
290- Rio dos Índios	20.03.1992	210	-	-	5.630	639
291- Rio Grande	07.10.1809	2.680	116.827	149.700	174.425	21
292- Rio Pardo	07.10.1809	1.426	53.724	51.089	37.838	53
293- Riozinho	09.05.1988	255	-	-	3.385	56
294- Roca Sales	18.12.1954	197	10.715	8.990	9.553	320
295- Rodeio Bonito	10.12.1963	176	13.815	13.645	8.320	305
296- Rolante	15.12.1954	265	14.870	11.901	13.662	60
297- Ronda Alta	26.12.1963	707	16.004	16.828	10.687	450
298- Rondinha	02.12.1954	262	8.309	8.584	7.127	470
299- Roque Gonzales	07.12.1965	367	10.611	9.955	8.808	140
300- Rosário do Sul	19.04.1876	4.350	37.848	39.824	40.394	230
301- Sagrada Família	20.03.1992	76	-	-	2.800	634
302- Saldanha	09.05.1988	320	-	-	3.728	

Marinho	8					506
303- Salto do Jacuí	12.05.198 2	814	-	-	10.814	300
304- Salvador das Missões	20.03.199 2	136	-	-	2.783	306
305- Salvador do Sul	08.10.196 3	349	15.237	14.801	8.383	541
306- Sananduva	15.12.195 4	361	13.312	13.871	14.444	790
307- Santa Barbara do Sul	31.01.195 9	907	9.261	12.631	9.943	500
308- Santa Clara do Sul	20.03.199 2	93	-	-	4.188	199
309- Santa Cruz do Sul	19.11.190 5	549	86.806	101.628	92.450	49
310- Santa Maria	16.12.185 7	2.56 0	156.929	192.000	212.565	153
311- Santa Maria do Herval	12.05.198 8	157	-	-	5.155	750
312- Santa Tereza	20.03.199 2	74	-	-	2.133	618
313- Santana da Boa Vista	17.09.196 5	1.61 6	11.668	99.037	8.408	360
314- Santana do Livramento	10.12.185 7	6.92 0	63.493	69.340	81.213	210
315- Santa Rosa	01.07.193 1	458	39.613	53.086	58.246	275
316- Santa Vitoria do Palmar	03.10.187 2	5.58 0	23.534	27.698	35.455	10
317- Santiago	04.01.188 4	4.04 9	41.100	47.678	51.759	439
318- Santo Ângelo	22.03.187 3	1.35 0	80.827	96.407	72.657	306
319- Santo Antônio das Missões	12.10.196 5	1.91 4	11.588	12.883	13.266	105
320- Santo Antônio do	20.03.199 2	125	-	-	2.264	820

Palma						
321- Santo Antônio da Patrulha	07.10.180 9	1.31 3	53.660	41.787	40.554	57
322- Santo Antônio do Planalto	20.03.199 2	200	-	-	2.009	592
323 - Santo Augusto	17.02.195 9	444	14.837	17.804	15.283	530
324- Santo Crista	28.01.195 5	372	15.038	15.552	15.157	312
325- Santo Expedito do Sul	20.03.199 2	93	-	-	3.002	877
326- São Borja	11.03.183 3	2.86 8	52.402	58.946	62.286	99
327- São Domingos do Sul	08.12.198 7	82	-	-	2.562	841
328- São Francisco de Assis	04.01.188 4	3.98 0	27.455	26.022	21.248	12225
329- São Francisco de Paula	21.05.187 8	1.45 7	31.856	23.547	19.225	960
330- São Gabriel	08.04.184 6	6.18 5	51.966	58.603	59.107	120
331- São Jerônimo	03.12.186 0	1.24 0	38.374	47.296	20.787	30
332- São João da Urtiga	08.12.198 7	170	-	-	5.213	790
333- São João do Polesine	20.03.199 2	149	-	-	2.091	210
334- São Jorge	30.11.198 7	116	-	-	2.874	882
335- São José das Missões	20.03.199 2	95	-	-	3.231	634
336- São José das Missões	09.05.198 8	100	-	-	2.458	768
337- São Jose do Hortêncio	29.04.198 8	55	-	-	2.801	30
338- São José	20.03.199	76	-	-	2.473	292

do Inhacorã	2					
339- São José do Norte	25.10.183 1	1.10 8	18.821	22.036	22.079	2
340- São José do Ouro	10.09.195 9	590	14.298	12.398	7.018	877
341- São José dos Ausentes	20.03.199 2	1.15 7	-	-	2.852	1.389
342- São Leopoldo	01.04.184 6	108	64.311	104.216	173.740	34
343- São Lourenço do Sul	26.04.188 4	2.15 3	39.898	42.064	41.155	25
344- São Luis Gonzaga	03.06.188 0	1.68 1	41.164	48.581	41.748	260
345- São Marcos	09.10.196 3	303	9.162	12.101	16.854	979
346- São Martinho	27.11.196 3	255	8.770	8.214	7.352	55
347- São Martinho da Serra	20.03.199 2	670	-	-	3.130	153
348- São Miguel das Missões	29.04.198 8	1.46 9	-	-	7.428	328
349- São Nicolau	23.11.196 5	359	10.966	12.101	6.870	161
450- São Paulo das Missões	30.12.196 5	330	9.354	9.715	8.512	306
351- São Pedro da Serra	20.03.199 2	37	-	-	2.160	176
352- São Pedro do Butiá	20.03.199 2	267	-	-	2.846	306
353- São Pedro do Sul	22.03.192 5	1.02 5	21.886	21.322	20.384	176
354- São Sebastião do Caí	01.05.187 5	117	25.270	27.636	17.191	49
355- São Sepê	24.04.187 6	2.52 8	26.682	27.393	24.673	175
356- São	17.02.195	379	20.262	15.998	7.709	770

Valentim	9					
357- São Valentim do Sul	20.03.199 2	162	-	-	2.300	240
358- São Valério do Sul	20.03.199 2	123	-	-	2.650	530
359- São Vendelino	11.11.198 7	38,5	-	-	1.458	30
360- Sao Vicente do Sul	29.04.187 6	1.17 1	7.989	7.665	7.523	80
361- Sapiranga	15.12.195 4	171	16.402	37.517	59.887	32
362- Sapucaia do Sul	14.11.196 1	27	41.749	80.635	107.841	3
363- Sarandi	27.06.193 9	461	17.978	20.822	16.360	480
364- Seberi	30.01.195 9	181	14.317	15.767	13.432	634
365- Sede Nova	20.03.199 2	117	-	-	3.736	480
366- Segredo		245	-	-	6.951	450
367- Selbach	22.09.196 5	169	4.487	4.575	4.539	500
368- Sentinela do Sul	20.03.199 2	282	-	-	4.843	5
369- Serafina Correa	20.07.196 0	152	8.081	9.221	8.458	600
370- Sério	20.03.199 2	100	-	-	3.102	199
371- Sertao	09.10.196 3	540	10.047	9.416	8.925	731
372- Sertão Santana	20.03.199 2	250	-	-	4.900	11
373- Severiano de Almeida	26.12.196 3	229	5.262	4.540	4.430	840
374- Silveira Martins	11.12.198 7	122	-	-	2.358	505
375- Sinimbú	20.03.199 2	639	-	-	14.165	49
376-	02.12.192	540	28.249	29.434	20.145	

Sobradin-ho	7					440
377- Soledade	29.03.187 5	1.60 6	46.408	48.266	28.458	720
378- Tapejara	09.08.195 5	300	22.589	21.584	15.388	658
379- Tapera	18.12.195 4	81	8.617	10.582	9.516	510
380- Tapes	16.12.195 7	1.06 3	25.396	24.189	14.339	5
381- Taquara	17.04.188 6	350	31.191	42.296	43.449	29
382- Taquarí	07.07.184 9	457	299.791	29.446	25.139	76
383- Taquaruçu do Sul	09.05.198 8	77	-	-	3.058	625
384- Tavares	12.05.198 2	767	-	-	5.072	8
385- Tenente Portela	18.08.195 5	347	34.233	311.025	15.585	364
386- Terra de Areia	13.04.198 8	346	-	-	10.816	5
387- Teutônia	05.10.198 1	273	-	12.185	17.590	40
388- Tiradentes do Sul	20.03.199 2	224	-	-	8.952	445
389- Torres	21.05.187 8	116	41.231	42.408	32.042	6
390- Tramandaí	24.09.196 5	174	12.479	19.631	20.069	1,80
391- Travessei-ro	20.03.198 2	75	-	-	2.608	42
392- Três Arroios	30.11.198 7	145	-	-	3.289	840
393- Três Cachoeiras	29.04.198 8	'216	-	-	8.290	10
394- Três Coroas	12.05.195 9	164	6.371	10.514	15.383	40
395- Três de Maio	15.12.195 4	466	31.377	33.645	24.327	292
396- Três	20.03.199	824	-	-	3.276	

Forquilhas	2					10
397- Três Palmeiras	12.05.1988	259	-	-	5.031	70
398- Três Passos	18.12.1944	464	42.245	46.509	30.910	445
399- Trindade do Sul	06.05.1988	264	-	-	6.921	693
400- Triunfo	25.10.1831	686	14.607	15.197	18.333	43
401- Tucunduva	10.09.1959	194	15.288	14.127	6.528	303
402- Tunas	08.12.1987	214	-	-	4.387	656
403- Tupanci do Sul	20.03.1992		-	-	2.067	877
404- Tupancire-tã	21.12.1928	3.048	24.901	27.248	23.229	508
405- Tupandi	09.05.1988	61	-	-	2.325	45
406- Tuparendi	10.09.1959	283	14.626	14.165	9.800	273
407- União da Serra	20.03.1992	212	-	-	2.500	760
408- Uruguiaia-na	29.05.1846	6.560	65.620	75.160	119.457	-
409- Vacaria	22.10.1850	3.661	57.093	59.852	55.853	955
410- Vale do Sol	20.03.1992	326	-	-	10.850	760
411- Vale Real	20.03.1992	72	-	-	3.500	30
412- Vanini	08.12.1987	62	-	-	1.826	841
413- Venâncio Aires	30.04.1891	722	43.587	48.997	52.958	210
414- Vera Cruz	30.01.1959	312	11.542	14.137	18.328	19
415- Veranópo-lis	15.01.1898	365	23.407	23.708	17.210	705
416- Viadutos	18.02.1959	286	9.592	8.892	6.889	775
417- Viamão	11.06.198	1.55	66.367	119.361	182.437	265

	0	1				
418- Vicente Dutra	17.09.1955	197	9.835	8.691	6.624	475
419- Victor Graeff	28.10.1965	341	4.955	4.242	3.672	410
420- Vila Flores	12.05.1988	127	-	-	2.649	750
421- Vila Maria	09.05.1988	183	-	-	4.055	731
422- Vila Nova do Sul	20.03.1992	650	-	-	3.837	175
423- Vista Alegre	09.05.1988	78	-	-	3.148	625
424- Vista Alegre do Prata	09.05.1988	113	-	-	1.782	760
425- Vista Gaúcha	09.05.1988	78	-	-	2.748	493
426- Vitoria das Missões	20.03.1992	258		-	4.430	308
427- Xangrilá	20.03.1992	72	-	-	5.380	107



49 – HINO RIOGRANDENSE

50 – HINO RIO-GRANDENSE

Letra de
FRANCISCO PINTO DE FONTOURA
ALLEGRO MARCIAL

Música de JOAQUIM JOSÉ DE MENDANHA
Revisão de ANTONIO T. CORTE REAL

Co-ma au-ro-ra pre-cur - so - ra do fa-
rol da di - vin - da - de, foi o vin-te de se-tem-bro o pre-cur-
sor da li-ber- da- de. Mos-tre- nos va-lor, cons-tân-cia nes-ta
Im-piae injus- ta guer-ra; sirvam nossas fa-ça- has de mo-
de-lo a to-da a ter - ra, de mo - de- lo a to - da a
terra, sir- vam nos - sas fa- çanhas de mo-de-lo a toda a terra.
Mas não bas-ta p'ra ser li - vre, ser forteguer-ri- do e
bra-vo; po-vo que não tem vir- tu- de, a - ca-ba por ser es-
dra-vo. Mos- tre-mos va-lor, constân- cia nes-ta im- piee injus- ta
guer-ra; sir- vam nossas fa - çanhas de mo- de- lo a to-da a
ter - ra, de mo- de- lo a to-da a ter- ra, sirvam nos - sas fa-
ça- nhas de mo- de-lo a to-da a terra.

(Do livro "Conheça o Rio Grande do Sul" de Isolde Scopel)

História do RS / 201



50 - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1.URBANIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. F. Riopardense Macedo. Correio do Povo.
- 2.História do Rio Grande do Sul. Joao Maia. L. Selbach, 1927.
3. História Geral do Rio Grande do Sul. Arthur Ferreira Filho. Globo, 1975.
4. Revolução de 1923. Arthur Ferreira Filho. Imprensa Oficial.
5. História do Rio Grande do Sul. Aurélio Porto.
6. História do Rio Grande do Sul. Danilo Lazzarotto. Sulina.
- 7.Pequena História de Porto Alegre. Walter Spalding Sulina.
- 8.Compêndio de História do Rio Grande do Sul. Amyr Borges Fortes. Sulina. 9.História Administrativa Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul. Amyr Borges Fortes. Globo.
- 10.Gaúchos e Beduínos. Manoelito de Ornelas, Jose Olympio
11. Índios e Brancos no Sul do Brasil. Silvio Coelho dos Santos. EDEME.
- 12.Acontecimentos Politicos do Rio Grande do Sul. Gustavo Moritz.
- 13.Minha Luta pela Liberdade. Giuseppe Garibaldi.
- 14.História da Literatura do Rio Grande do Sul. Guilhermino Cesar. Globo. 15.Enciclopédia Rio-Grandense. Editora Regional. Canoas.
- 16.A Cidade de Pelotas. Fernando Luis Osorio. Globo.
- 17.Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul. Arsene Isabelle. Zelio Valverde.
- 18.São José do Taquari. Riograndino da Costa e Silva.
- 19.Vultos da Epopeia Farrroupilha. Othelo Rosa.
- 20.Almanaque de Rio Pardo. Dante de Laytano.
- 21.Datas Rio-Grandenses. Coruja Filho e W. Spalding. SEC, P. Alegre.
- 22.Aspectos Gerais de Uruguaiana. Fortunato Pimentel.
- 23.Gaspar Silveira Martins. Paulino Jacques. Zelio Valverde, Rio.
- 24.A Revolução de 1924 no Rio Grande do Sul. Sebalt Rudiger. Correio do Povo. 25.Viagem pelo Sul do Brasil. Roberto Ave Lallemand, INL, Rio de Janeiro.
- 26.Anais do 2º Congresso Tradicionalista. Globo.
- 27.Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Globo.



- 28.História do Brasil. Robert Southey. Editora Obelisco Ltda., S. Paulo.
- 29.Viagem do Rio Grande do Sul. Saint-Hilaire.
- 30.Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul. Nicolau Dreys.
- 31.O Mundo que os Portugueses criaram. A. de Aguiar. Lisboa. /
32. História do Rio Grande do Sul. Sousa Docca. Simões, Rio, 1954.
- 33.Cronologia da História Rio-Grandense. A.G. Lima. Globo, 1936.
- 34.Rodeio dos Ventos. Barbosa Lessa. Globo, 1978.
- 35.Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai. J.J. Chiavenatto. Brasiliense, 1979.
- 36.A Colônia do Sacramento e o Sul do Brasil. Moacyr Domingues. Sulina, 1973. 37.História do Rio G. do Sul. Guilhermino Cesar. Globo, 1970.
- 38.Ingleses do Rio G. do Sul. F. Riopardense de Macedo. A Nacao, 1975.
- 39.O Índio no Rio G. do Sul. Bienio da Colonizacao e Imigracao.
40. A Colonização Açoriana no Rio G. do Sul. Henrique Oscar Wiederspahn. EST, 1980.
- 41.Enciclopedia Barsa. 1968.
- 42.Guarda Velha de Viamão. Ruben Neis. EST, 1975.
- , 43.Anita Garibaldi. Wolfgang Ludwig Rau. Edicao do autor, Florianopolis, 1975.
- 44.História de Santa Catarina. Oswaldo R. Cabral. Laudes, 1970. .
- 45.Notas à Margem da História do Rio Grande do Sul. Riograndino da Costa e Silva. Globo,1968.
- 46.Passo Fundo das Missões. Jorge E. Cafruni. Passo Fundo, 1966.
- 47.Japoneses no Rio Grande do Sul. Moacyr Flores. Porto Alegre, 1975.
- 48.Enciclopédia Rio-Grandense. Regional, Canoas, 1956.
- 49.A Catedral de Porto Alegre. Mons. Dr. João Maria Balen. P. Alegre, 1956.
- 50.A Primeira Paróquia de Porto Alegre. Mons. Dr. João Maria Balen. P. Alegre, 1940.
- 51.Capitania D'El-Rei. Moyses Vellinho. Globo, 1963.
- 52.Fronteira. Moyses Vellinho. Globo, 1975.

53. Conheça o Rio Grande do Sul. Isolde Scopel. Passo Fundo, 1975.
54. O Contrabando no Sul do Brasil. Guilhermino Cesar. Porto Alegre, 1978.
55. História do Exército Brasileiro. IBGE. Brasília, 1972.
56. Porto Alegre. Biografia de uma Cidade. Tipografia do Centro S.A., Porto Alegre.
57. Júlio de Castilhos e sua tropa. Sergio da Costa Franco. Globo, 1966.
58. Oswaldo Aranha. Francisco Talaia O'Donnell. Garatuja, 1976.
59. Flores da Cunha. Regina Portella Schneider. EST -Martins Livreiro, 1981.
60. Construtores do Rio Grande. Walter Spalding. Sulina, 1969.
61. Passo Fundo Através do Tempo. Delma Rosendo Gehn. 1978.
62. Bento Gonçalves e as Guerras de Artigas. Henrique Oscar Winderpahn. UCS-EST, 1979.
63. Escritores do Rio Grande do Sul. Ari Martins. 1978, INL.
64. Lusardo, o último Caudilho. Glauco Carneiro. Nova Fronteira, 1977.
65. São Jose do Norte. Heirich A.W. Bunse. Mercado Aberto & INL, 1981.
66. Os Trinta Povos Guaranis. Arnaldo Bruxel. UCS-EST-Sulina, 1978.
67. Escravos e Senhores-de-Escravos. Décio Freitas. UCSEST, 1977.
68. Clero Secular Italiano no RS. Arlindo Rubert. Pallotti, 1977.
69. História Econômica e Administrativa do Brasil. R. Haddock Lobo. Atlas, 1977,
70. História das Terras e Mares do Chuí. Pericles Azambuja. UCS-EST, 1978.
71. Dias de Guerra e de Amor. A.M. Pacheco de Rezende. Schmidt, Rio de Janeiro, 1924.
72. O Grande Erechim e sua História. Antônio Ducatti Neto. EST, 1981.
73. Primórdios da Imigração Polonesa no RS. A.V. Stawinski. UCS -EST. 1976.
74. Quilombos e Quilombos de Terras Gaúchas. Mario Jose Maestri Filho. EST-UCS, 1979.



75. Reminiscências. Salatiel Soares de Barros. Pongetti, 1965.
76. História Naval do Brasil. Ministério da Marinha. 1979.
77. Figuras e Ciclos da História Rio-Grandense. Carlos Dante de Moraes. Globo.
78. Estudos Rio-Grandenses. Rubens de Barcelos. Globo.
79. Garibaldi e a Guerra dos Farrapos. Lindolfo Collor. Civilização Brasileira, 1977.
80. Letras da Província. Moises Vellinho. Globo.
81. Vacaria dos Pinhais. Fidelis Dalcin Barbosa. EST, 1978.
82. Bibliografia Sul-Riograndense. Abeilard Barreto - Rio 1976.
83. Voluntários do Martírio. Ângelo Dourado - Martins Livreiro. 1979.



Projeto
Passo Fundo
Apoio à cultura

[Catálogo do Projeto Passo Fundo](http://www.projetopassofundo.com.br)
www.projetopassofundo.com.br

Diante da necessidade do conhecimento da realidade regional, especialmente nos estudos de 1º e 2º graus, para uma compreensão quase intuitiva da realidade maior, no caso a realidade brasileira, Fidélis Dalcin Barbosa lançou uma primeira edição de sua *História do Rio Grande do Sul*, em forma de síntese, mas logo percebeu que este trabalho poderia ser enriquecido. Sua segunda edição, distanciada da primeira para dar tempo à pesquisa mais ampla, vem enriquecida de elementos mais próximos à realidade atual. Assim, nesta nova edição, acentua o estudo da vida indígena, da vida colonial através da história das migrações europeias, e um estudo pormenorizado da organização da Igreja, através da criação de paróquias e dioceses, elemento decisivo nos rumos da história do Rio Grande do Sul. Não descurou também a literatura, o folclore, os costumes que marcam a alma gaúcha.

Leituras informativas, para debates e encaminhamento de pesquisas complementares, enriquecem a obra. Mesmo assim enriquecida, Fidélis Dalcin Barbosa considera esta segunda edição provisória ainda, porque falta muito, a seu ver, para chegar a uma história ampla da vida do Rio Grande do Sul. Isto tornar-se-á possível com novas pesquisas e com as sugestões que vão nascer de estudiosos e especialistas. Porto Alegre, janeiro de 1983. Rolívio Costa – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, janeiro de
1983.

Rolívio Costa- Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.



R I O G R A
D O S S U



Passo Fundo



Portal

Domínio Público

Biblioteca digital desenvolvida em software livre